

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 56 — Série VII — N.º 675
4 de Dezembro de 1986
Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. — Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 — Telex 18390 Composição e impressão — Heska Portuguesa Distribuição — CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º — 1000 Lisboa

ENCONTRO DE QUADROS DO PCP SOBRE A COMUNICAÇÃO SOCIAL

Seis direcções de trabalho

Do exame feito creio que podemos concluir, como resultado do Encontro, que a acção do Partido tem de desenvolver-se simultaneamente em seis direcções fundamentais:

- a luta por uma política democrática de comunicação social;
- a luta contra a governamentalização, partidarização e manipulação da comunicação social;
- a luta em defesa do sector público de comunicação social;
- a luta para que o PCP tenha mais largo e frequente acesso aos órgãos de comunicação social;
- a luta para influir nos mais diversos órgãos de comunicação social para que veiculem informações, conhecimentos e ideias inseridos nos interesses populares e nacionais e no prosseguimento do regime democrático;
- a luta para melhorar, enriquecer, ampliar e diversificar os meios de intervenção própria do Partido.

(Álvaro Cunhal no discurso
de encerramento do En-
contro)

Em Foco

O PCP e o MDP

1. As posições definidas no Encontro Nacional do MDP/CDE relativamente à Aliança Povo Unido (APU), a não serem modificadas, correspondem a um prático rompimento da coligação com o PCP.

Em relação às eleições legislativas o rompimento é explícito.

Em relação às eleições para as autarquias as propostas tornadas públicas pelo MDP/CDE na Conferência de Imprensa realizada após o Encontro Nacional correspondem também na prática a um rompimento.

De facto, contrariam frontalmente a coligação: — a admissão de que cada partido possa inviabilizar a apresentação de listas APU no caso de não haver entendimento local — quando a realidade é que, na maioria dos círculos eleitorais (concelhos e freguesias), o MDP/CDE não tem qualquer expressão orgânica ou eleitoral;

— o alargamento local indiscriminado da coligação a outros partidos com sacrifício da sigla APU — o que introduziria a completa insegurança, incerteza, falta de princípios e irregularidade na condução do processo e da campanha eleitorais.

2. A Comissão Política do Comité Central do PCP, tendo em conta que o MDP/CDE, após o seu Encontro Nacional, tornou públicas as propostas que irá fazer ao PCP, considera útil tornar também pública a posição do PCP e as propostas que fará no encontro a realizar com o MDP/CDE.

1.º O PCP declara que não é certo que possa estar de acordo com a continuação da coligação para as eleições autárquicas não havendo acordo para as eleições legislativas.

2.º O PCP declara, em relação às eleições autárquicas, que a coligação com o MDP/CDE só tem sentido desde que tenha carácter nacional, válida portanto para todos os círculos eleitorais, não estando sujeita a sua existência a divergências e a jogos eleitoralistas locais.

3. A Comissão Política do CC do PCP entende ainda ser oportuno informar que, tendo-lhe sido dado conhecimento pela Direcção do MDP/CDE das propostas que seriam levadas ao seu Encontro Nacional, teve ocasião de comunicar à Direcção do MDP/CDE que tais propostas, a serem aprovadas, corresponderiam a um prático rompimento da APU.

Sendo esta a verdade, pode ajuizar-se do mérito da afirmação do Presidente do MDP/CDE feita na Conferência de Imprensa de que, se pensasse que as propostas do MDP/CDE não iriam ser aceites pelo PCP, não as apresentaria.

4. A Comissão Política do CC do PCP confirma que a Aliança Povo Unido (APU) — aliança de democratas com o PCP — é uma realidade na política portuguesa que transcende a base jurídica da coligação do PCP com MDP/CDE.

A política de unidade do PCP continuará e confirmar-se-á na expressão política e eleitoral correspondente.

Lisboa, 2 de Dezembro de 1986

A Comissão Política do Comité Central
do Partido Comunista Português

ÁLVARO CUNHAL VISITA A CHINA

Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido Comunista Português, efectuará uma visita à República Popular da China, de 8 a 12 de Dezembro, a convite de Hu Yaobang, secretário-geral do Partido Comunista da China. Será acompanhado por Albano Nunes e Vítor Dias, membros do Comité Central

Álvaro Cunhal visitará seguidamente a República Socialista do Vietname, a convite do Comité Central do Partido Comunista do Vietname, onde participará no VI Congresso do PCV, que se realiza de 15 a 19 de Dezembro em Hanói. Nesta sua visita será acompanhado por Vítor Dias.



Reagan: o princípio do fim?

Pág. 16 / Semana



TRABALHADORES MANIFESTAM-SE NO PORTO

CONTRA POLÍTICA DE CAVACO

MANIFESTAÇÃO HOJE DO ROSSIO A S. BENTO



REFORMA AGRÁRIA VEM A LISBOA

Semana

O PCP e a iniciativa democrática

- A proposta tornada pública pelo camarada Ângelo Veloso no debate televisivo de terça-feira passada constitui mais uma afirmação da vontade do PCP para concretizar o acordo das forças democráticas com vista a uma alternativa ao actual Governo e à actual política — **Editorial**

Editorial

Avante!

Ano 56 — Série VII
N.º 675

4 de Dezembro de 1986

1.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

O PCP e a iniciativa democrática

A situação portuguesa actual caracteriza-se por uma grande fluidez política e por uma densidade de problemas que afectam de modo preocupante a vida do povo e o País em resultado da nefasta acção do Governo minoritário de direita Cavaco Silva/PSD.

É uma situação complexa que se impõe à reflexão e à iniciativa política e institucional das forças democráticas relativamente às questões fulcrais do momento presente, as quais, indubitavelmente, envolvem responsabilidades impossíveis de alienar sem pesados custos.

Para o movimento operário, popular e democrático, é imperioso não perder o norte na fluidez política da conjuntura que vivemos nem desarmar na determinação das linhas de força de uma solução global dos problemas nacionais mais candentes, a qual implica, no entender do PCP, a indispensabilidade de uma alternativa democrática ao Governo actual, à sua política e ao seu projecto.

Na avaliação realista das possibilidades de concertar e viabilizar uma solução política global para a intrincada situação do País numa perspectiva democrática é conveniente não perder de vista que se é verdade ser o Governo Cavaco/PSD o instrumento mais acutilante e perigoso do processo contra-revolucionário em curso, dada a sua natureza executiva na orgânica do Estado, é também incontroversa verdade que se trata de um governo minoritário, de base parlamentar instável e precária, incapaz de impor por si próprio ao País o projecto restauracionista da direita.

Os factores conjunturais externos, transitoriamente favoráveis ao manobristmo e à demagogia do Governo, não alteram a realidade objectiva e mesmo as condições subjectivas da sua natureza minoritária.

Tem o PCP insistido na necessidade do diálogo e da convergência entre os partidos democráticos em maioria na Assembleia da República não só para pôr um travão às medidas antipopulares e antidemocráticas da clique governante como para viabilizar uma alternativa democrática ao Governo Cavaco/PSD e à sua política de restauração do poder dos monopólios.

O diálogo e a convergência entre as forças democráticas não são categorias ou iniciativas inconsequentes.

A prova está feita: no decurso do ano que vai findar a oposição parlamentar democrática maioritária tem infligido importantes reveses às perigosas investidas do Governo minoritário de direita no terreno legislativo.

Já na presente legislatura da AR o Governo cavaquista sofreu algumas sérias derrotas, designadamente a da votação das Grandes Opções do Plano para 1987, além de

ter visto derrotadas em sede da Comissão Parlamentar de Economia e Finanças e no plenário da AR numerosas propostas na especialidade do Orçamento do Estado.

É de esperar que a votação global a efectuar durante o dia de hoje reflita a fragilidade e a situação insegura do Governo.

O diálogo e a convergência entre os partidos democráticos que têm permitido derrotar frequentemente o Governo minoritário de direita no plano legislativo não têm, porém, evoluído qualitativamente no sentido de uma alternativa à clique governante Cavaco/PSD e à sua política.

Irrrealistas ambições de hegemonia e limitações de teor eleitoralista, aliadas a preconceitos de ordem ideológica face à questão basilar de uma alternativa política no quadro parlamentar actual, têm até agora obstado a um necessário passo em frente no diálogo e na convergência entre os partidos da oposição democrática maioritária visando a substituição do Governo Cavaco Silva/PSD e uma consequente política alternativa.

A adopção na prática da estafada teoria antidemocrática da «bipolarização», configurada na concepção da «alternância» no governo dos dois partidos que nos últimos dez anos, sob «nuances» ideológicas diferentes, têm liderado o processo de recuperação capitalista, latifundista e imperialista — concepção que enforma a proposta do secretário-geral do PS ao PSD de um «acordo de cavalheiros» para a não inviabilização de governos minoritários dos dois partidos — é, além de surpreendente, objectivamente contrária às realidades do nosso ordenamento democrático e à correlação de forças políticas na sociedade portuguesa actual.

Identicamente, a conformação com o actual Governo e a sua política que se afirma na prática sob uma errónea argumentação da «competência» e «seriedade» do Primeiro-Ministro — que à hora de encerrar o nosso jornal se prepara para uma nova diatribe contra a Assembleia da República, que não controla — é uma posição cheia de consequências negativas imprevisíveis para os seus defensores.

É evidente que o contencioso político e as diferenças de opinião no seio das forças democráticas sobre a questão fulcral de uma alternativa política para uma política alternativa no quadro parlamentar actual, ou em consequência de eleições antecipadas, se desenvolvem no pano de fundo do agravamento da luta de classes em Portugal e no Mundo e de uma batalha ideológica que se

exprime entre nós no plano político por um novo reagrupamento de forças e uma reformulação das alianças.

A organização de uma «convenção» da Esquerda dita Democrática surge nitidamente, como já foi salientado pela Comissão Política do CC do PCP, como iniciativa de alargamento da base eleitoral do PS, como suporte das concepções de «alternância» e das propostas do «acordo de cavalheiros» ao PSD.

A não aceitação até agora da proposta do PCP para uma convenção democrática aberta, visando o debate das questões centrais da democracia portuguesa no momento actual e no período imediato e que Ângelo Veloso, em nome do Comité Central, apresentou o debate televisivo na terça-feira, demonstra a estreiteza política e confirma os objectivos de exclusivismo partidário que estão na base da chamada «Convenção da Esquerda Democrática».

É de desejar que tais preconceitos e tendências sejam ultrapassados em prol da defesa e da consolidação do regime democrático e de Portugal de Abril.

É igualmente neste quadro do agravamento da luta de classes e da batalha ideológica que teve lugar a iniciativa dos dirigentes do MDP/CDE de prática ruptura da Aliança Povo Unido.

A iniciativa dos dirigentes do MDP/CDE encontrou compreensível eco nos círculos do anticomunismo militante e do divisionismo das forças democráticas.

A comunicação feita ao País pelo secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, em nome da Comissão Política do PCP, caracteriza a natureza praticamente cisionista da APU da iniciativa do MDP/CDE e reafirma a vocação unitária das forças democráticas, intrínseca à natureza e à acção do Partido Comunista Português.

«A política de unidade do PCP — diz-se no Comunicado — continuará e confirmar-se-á na expressão política e eleitoral correspondente».

Os inimigos e adversários do PCP embandeiraram em arco com a iniciativa cisionista do MDP/CDE.

Desde o «Semanário» e o «Expresso» — porta-vozes da direita — até ao «o jornal», sempre aberto à hostilização do PCP, e ao «Diário de Notícias», cujo editorialista escreve mesmo que «onde as coisas começam a ser interessantes é quando a afirmação ideológica surge a fornecer lastro a uma rotação no plano das alianças» pelo MDP/CDE.

Outro ideólogo do anticomunismo disfarçado desenhava no mesmo «Diário de Notícias» a teoria da «necessária renovação do PCP», não a «começar de fora», como classifica a iniciativa do MDP/CDE, mas «de dentro» do próprio PCP.

Na verdade é cada vez mais difícil sustentar a tese de um PCP fechado, isolado agarrado a princípios ultrapassados.

Nenhuma outra força política em Portugal está tão fortemente implantada nas massas populares, nenhuma deu mostras como PCP de uma inabalável firmeza de princípios e à luz deles reconhecer as situações novas, as facetas de uma realidade em constante movimento, ter a capacidade de definir posições acertadas do ponto de vista dos interesses da classe operária e do povo, de defesa do regime democrático e das suas conquistas e, constantemente, reforçar a sua ligação às massas, identificar-se com as aspirações populares mais profundas.

É compreensível a irritação dos ideólogos do anticomunismo diante da unidade política e da coesão ideológica do PCP, da justeza das suas propostas, da força e vitalidade da sua organização.

As últimas iniciativas do PCP são reveladoras da preocupação essencial de ir ao encontro dos problemas fundamentais do povo e do País, apontar soluções correctas, lutar consequentemente por elas.

Não agrada aos inimigos e adversários do PCP o espírito de militância dos comunistas. Eles são incapazes de compreender o móbil da dinamização das actividades do nosso Partido no momento actual em que o nosso grande colectivo partidário se empenha numa ofensiva não só no plano externo contra os inimigos da democracia alojados no Poder, como no plano interno contra as insuficiências e deficiências do seu próprio trabalho.

E apesar de todas as reservas mentais daqueles sobre quem no momento presente tem ao seu alcance a possibilidade e a viabilidade de uma alternativa democrática, o PCP, incansavelmente como sempre, reafirma a sua abertura ao debate e à acção comum para as necessárias mudanças que a política contra-revolucionária do Governo Cavaco/PSD põe na ordem dia.

Nas condições actuais da luta política é de importância decisiva a dinamização do movimento popular de massas, da luta dos trabalhadores e do povo em geral pelas suas reivindicações mais sentidas e contra a ofensiva restauracionista do Governo minoritário de direita.

É a luta popular de massas factor determinante e o motor das necessárias transformações políticas que presentemente estão ao alcance das forças democráticas.

Resumo

26

Quarta-feira

PSD apresenta na Ar dois projectos com alterações à lei eleitoral e restrições à liberdade de expressão ■ João Jardim afirma na Assembleia Regional que a visita de Bolha à Madeira foi «concentrada» com o Governo Cavaco Silva ■ Resultados de inspecção ministerial mostram «numerosas irregularidades» na Câmara de Fronteira ■ Comissão parlamentar divulga relatório sobre Timor-Leste ■ Nas Filipinas governo e guerrilheiros anunciam acordo de cessar-fogo por 60 dias a partir de 10 de Dezembro ■ Iniciam-se movimentações de estudantes em França contra o projecto governamental de reestruturação do ensino ■ Dólares da «operação Irão» passaram por Israel e foram para os contra-revolucionários nicaraguenses ■ Missil iraniano faz 48 mortos em Bagdad ■ O jornal «Kielner Nachrichten» revela que os estaleiros alemães-federais Howaldtswerke Deutsche Werft venderam ilegalmente à África do Sul planos de construção de submarinos.

27

Quinta-feira

O Governo decide extinguir a Anop e suspender todas as dotações orçamentais à EPNC a partir de 1 de Janeiro ■ MURPI afirma que os aumentos das reformas não abrangeram dois terços dos pensionistas ■ Metalúrgicos de várias empresas do Porto protestam frente ao Governo Civil contra despedimentos e salários em atraso ■ De acordo com uma directiva da AR, o Governo extingue o papel selado ■ Em entrevista à RDP, Ramalho Eanes considera «um erro condenável» a bipolarização artificial da política portuguesa ■ Cavaco Silva diz que não se demite e que poderá apresentar na AR uma moção de confiança ■ Reagan ordena a entrada em serviço do 131.º bombardeiro B-52 equipados com armas nucleares, violando os acordos SALT II ■ Mikhail Gorbachov e Rajiv Gandhi assinam «Declaração de Deli», que define princípios para o desarmamento nuclear global até ao fim do século ■ Incidentes violentos durante a marcha de protesto em Brasília contra medidas económicas do governo provocam 25 feridos e 14 veículos incendiados ■ O chefe de Estado moçambicano afirma que as boas relações com o Zimbabwe são de tal ordem que podem levar a uma confederação entre os dois países ■ Serviços secretos do Irão ameaçam publicar conversa telefónica em que Reagan e McFarlane debatem o fornecimento de armas.

28

Sexta-feira

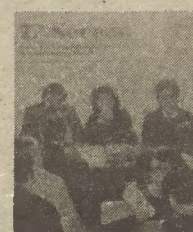


PCP, PRD e PS anunciam pedidos de ratificação do decreto-lei que extingue a Anop, enquanto PCP, PS e MDP propõem subsídio de 260 mil contos à agência noticiosa portuguesa, a inserir no Orçamento para 1987 ■ Federação sindical dos ferroviários realiza Encontro «por um caminho-de-ferro mais seguro e mais cómodo, por melhores condições de

vida e trabalho na CP» ■ Palestra no aniversário do Instituto Nacional de Saúde mostra um Portugal doente, com situações de maior gravidade no interior Norte e Centro e nos Açores ■ Encerra o IV Encontro Nacional de Paramédicos, em Aveiro ■ Decorre em Angra do Heroísmo o II Congresso das Comunidades Açorianas ■ Em reunião na cidade da Praia é criada a Associação de Universidades de Língua Portuguesa ■ Presidente Sarney recusa pedido de demissão do ministro brasileiro das Finanças ■ Governo francês anuncia que vai reescrever o seu projecto de reforma do ensino superior.

29

Sábado



Realiza-se em Lisboa Encontro de Quadros do PCP sobre a comunicação social; no encerramento Álvaro Cunhal propõe ao PS e ao PRD um «acordo de democratas» para demitir o Governo e dar corpo à alternativa democrática urgente ■ Trabalhadores do Porto manifestam-se contra o Governo «da demagogia



e da mentira», por «uma política diferente» ■ Encontro conselheiro da APU afirma que «Setúbal merece melhor» ■ Encontro de ferroviários conclui que «a CP deve elaborar com urgência um plano de segurança» ■ Reúne o IV Congresso da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores da Indústria Química e Farmacêutica ■ Conselho de Comunicação Social recorda que é necessário o seu parecer vinculativo para que a extinção da Anop seja válida ■ Yasser Arafat, presidente da OLP, propõe à ONU conferência internacional para a paz no Médio Oriente ■ Comité Central do MPLA-PT responsabiliza a África do Sul pela instabilidade na região e condena a ingerência dos EUA nos assuntos de Angola ■ Ditadura sul coreana põe Seul em autêntico estado de sítio, com 100 mil polícias reprimindo uma manifestação da oposição.

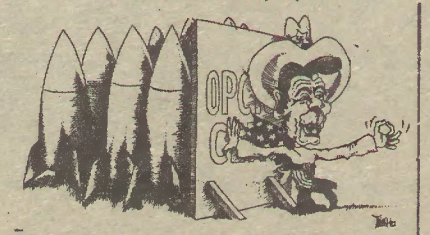
30

Domingo



Encontro Nacional do MDP/CDE decide romper coligação APU para eleições legislativas ■ PCP promove no Porto Encontro Nacional de Pesca Artesanal, que acusa o Governo de pretender destruir o sector ■ CGTP-IN afirma que os salários em atraso afectam mais de 350

mil portugueses, tendo em conta a dimensão média das famílias ■ Cabrita Neto, governador civil de Faro, afirma que a adesão à CEE foi «uma chicolada psicológica» em todos os domínios, mas sobretudo no da agricultura ■ Guerrilheiros palestinos conquistam a localidade estratégica de Magalhães, a 38 km de Beirute ■ Agência indiana UNI revela que separatistas sikhs assassinaram mais de 20 passageiros de um autocarro no Punjab ■ Nos EUA já se fala, a propósito do im-



plicação da administração Reagan na venda de armas ao Irão, no «espectáculo de outra presidência destruída» ■ PSOE obtém maioria relativa e os partidos nacionalistas aumentam a votação nas eleições antecipadas no País Basco.

1

Segunda-feira

Comemora-se o Dia da Independência, cada vez mais ameaçada, e também os 100 anos do monumento aos restauradores ■ Após os debates na Comissão Parlamentar de Economia, o plenário da AR inicia discussão do Orçamento para 1987 ■ Congresso do Minho termina em Viana do Castelo ■ Partido Comunista das Filipinas afirma em comunicado que o cessar-fogo de 60 dias assinado com o governo é escasso para possibilitar um compromisso político ■ Protestando contra os sucessivos atentados às águas do Reno, manifestantes suíços «actua» um funeral simbólico no rio, em Basileia ■ Um tribunal de Duisburg condena proprietários de duas empresas de serviços denunciados pelo jornalista Günter Wallraff no seu último livro ■ URSS vence Olimpíadas de Xadrez de Dubai.

2

Terça-feira

A Comissão Política do PCP afirma em comunicado que as posições definidas no Encontro Nacional do MDP/CDE relativamente à Aliança Povo Unido correspondem, se não forem modificadas, a um «prático rompimento da coligação com o PCP» ■ Uma delegação de tarrafistas é recebida pelo Presidente da República a quem solicita apoio para a criação de um Monumento da Resistência ■ Ângelo Veloso, em nome da direcção do PCP, propõe no decorrer de um debate televisivo ao PS e ao PRD que encarem a realização de «uma verdadeira convenção democrática» destinada a discutir a política alternativa e a alternativa política ao actual Governo ■ Na sequência da venda de armas ao Irão é solicitada a nomeação de um procurador especial para investigar este escândalo da administração Reagan ■ Estudantes franceses rejeitam a introdução de pequenas alterações no projecto de reforma do ensino superior e mantêm greve geral para que o documento seja retirado ■ Partidos do País Basco iniciam análise dos resultados das eleições para o parlamento autónomo com vista a encontrar uma fórmula que permita a formação do próximo governo regional.

Avante!

Programa de todos os países UNI-VOS

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Sampaio Pereira Gomes - 1699 - Lisboa CODEX, Tel. 76 83 45
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Sampaio Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO: Av. Santos Dumont, 57-3.º

- 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, S.A.R.L. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa

Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora: Alameda de Baixo, 13 - 7000 Évora Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.ª de Dezembro, 23 - 8000 Faro Tel. 24417

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra Tel. 28394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º - 1000 Lisboa, Tel. 76 84 02

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.ª de Dezembro, 23 - 8000 Faro Tel. 24417

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra Tel. 28394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º - 1000 Lisboa, Tel. 76 84 02

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova 2700 Amadora, Tel. 30 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B - 1100 Lisboa, Tel. 77 69 36/77 67 50

Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º - 4000 Porto, Tel. 36 10 67

Composto e impresso na Heika Portuguesa - R. Elias Garcia, 27

Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/85

Tiragem média do mês de Outubro: 30 680



A luta continua Cavaco para a rua

• Gritaram milhares de trabalhadores no Porto

Quando a partir das 15 horas os trabalhadores e o povo do Porto começaram a encher a Praça da Liberdade, era visível que a demagogia do Governo estava a levar uma séria machadada.

Carlos Ferreira, locutor e também ele sindicalista, deu a palavra a António Neto, do Departamento de Jovens da União do Porto, iniciando-se um riquíssimo painel de curtas intervenções que denunciaram as cores com que se vem pintando este Governo e a resposta que lhe têm dado os trabalhadores do distrito.

António Neto exigiu o subsídio de desemprego para os 30 000 jovens do Porto que estão há muito à procura do primeiro emprego que não encontram.

Pelo Sindicato da Construção e Madeiras falou Rui Jorge que denunciou a existência de 5000 trabalhadores com salários em atraso a quem o patronato deve 600 000 contos e falou da luta dos trabalhadores da Tabopan e da Construtora do Niassa, pelo pagamento dos respectivos salários. A redução do horário de trabalho e mais precisamente a luta pelas 40 horas semanais é, como referiu Conceição Soares, do Sindicato Têxtil, uma medida que pode contribuir para ajudar a resolver o problema do desemprego, mas também uma questão de justiça que já foi conquistada em duas empresas do sec-

tor, e o abaixo-assinado de apoio já recolheu dezenas de milhares de assinaturas das operárias têxteis.

Pelo MURPI falou Maria Alice Leite que pôs em contraste a propaganda televisiva do governo com os aumentos de miséria nas pensões de reformas.

Na Função Pública há milhares de trabalhadores, chamados tarefeiros, que não têm quaisquer direitos, nem sequer o direito à segurança social como referiu Horácio Paufério.

Foi com ironia que Manuel Almeida, do Sindicato dos Metalúrgicos, mostrou as mentiras do Governo, desde aquela de que «está a resolver os problemas dos salários em atraso», e deu o exemplo do seu sector, onde os trabalhadores nesta situação passaram de 3000 para 5000, desde que o Governo tomou posse, continuando com aqueles de que «diminuiu o desemprego», quando toda a gente sabe que se tem agravado e muito.

De grande firmeza e combatividade foi a intervenção de Amato Coelho, da Tabopan, empresa onde os 1500 trabalhadores estão em luta há quatro semanas pelo pagamento de salário. Foi mesmo com as lágrimas nos olhos que os milhares de manifestantes ouviram dizer que os trabalhadores já passam fome e que tiveram que vender

os brincos e as alianças de casamento para matarem a fome aos filhos.

Antes de se dar início ao desfile que percorreu algumas das principais ruas da Baixa do Porto, falou, em nome da União dos Sindicatos do Porto, Vieira Mendes, que lembrou que «a concretização de uma alternativa a este Governo e a esta política de direita depende da Assembleia da República, das posições convergentes das forças democráticas». Sem dúvida que é grande a responsabilidade das forças que mantêm uma recusa em contribuir para encontrar os caminhos dessa convergência. Mas, sublinhou Vieira Mendes, «o fundamental para a inversão da actual política depende de nós, da luta que travarmos e continuemos a travar».

«A luta continua/Governo para a rua» foi mesmo, de longe, a palavra de ordem que mais se ouviu no Porto, naquela tarde de sábado, numa manifestação em que a luta contra os despedimentos e o desemprego, pelo pagamento dos salários em atraso e contra a repressão, surgiram como objectivos centrais. Começava já a cair a noite quando Salgueiro Barros da USP leu uma moção em que os trabalhadores do Porto exigiram uma nova política e um novo governo.

José Saramago **A Jangada de Pedra** Romance

A Ibéria tem a forma duma pele de boi.
Estrabão
A Península Ibérica tem a forma duma jangada.
Anónimo português

CAMINHO



«Folgazões»?

Nós já sabíamos das amizades — seria melhor dizer das cumplicidades — entre os governos português e de Israel. Alinham ambos na política conduzida por Washington e, por cá, os sucessivos executivos de direita não esconderam nunca as suas preferências pelas causas antiárabes, sobretudo quando o domínio dos Estados Unidos no Médio-Oriente periclita. É tê-los visto votar. É tê-los sabido (que isto não se costuma fazer às claras) conceder facilidades às iniciativas militares dos EUA quando se trata de praticar o terrorismo de Estado que ajuda Israel a manter-se na região como testa de ponte do imperialismo.

Neste círculo de fraternidades, os governos de Portugal e de Israel têm em comum o facto de conscienciosamente servirem a política dos Estados Unidos. É que os favores não se recusam aos amigos.

Mas o que não sabíamos era que as parecenças iam mais longe. Como aqueles casais de longa data que, à força de conviverem, tornam os membros do casal parecidos como duas gotas de água, também agora se revela que os ministros de cada governo usam internamente os mesmos métodos para resolver os problemas.

Com as devidas distâncias, é claro. Que não são apenas as que medeiam entre o extremo da Península e os confins do Mediterrâneo, mas as que determinam graus de desenvolvimento económico tão diversos que chegam ao ponto de Israel pretender importar trabalhadores portugueses! Pois é assim mesmo. O leitor que não tenha dado pela notícia na imprensa diária há-de ficar tão surpreso como nós — Israel «importa» trabalhadores portugueses. E, se o Governo de Cavaco não se importa com isso, já o governo de Tel-Aviv se importa bastante e já uma polémica teria rebentado entre os ministros Sharon, da Indústria e Comércio, e Katsav, do Trabalho e Assistência Social.

Nos argumentos que ambos alinham é que se pode revelar a identidade de pontos de vista... Defendeu Sharon que a «importação» de duas centenas de portugueses — já lá havia 100 — era necessária para fazer face à «alarmante escassez de mão-de-obra» em certas empresas, fazendo notar que algumas indústrias «não atingem o nível máximo de produção por falta de trabalhadores». Contrariando o seu colega, o ministro Katsav argumentou que tal importação se não deveria efectuar. E manifestou a sua total oposição, esclarecendo que o índice de desemprego em Israel era de 7,5 por cento.

«Em Israel», disse por seu lado o outro, «não existem desempregados, mas sim folgazões»! Um interessante diálogo.

Até parece, depois de se ouvir uma conversa destas, que Portugal pretende a todo o custo equiparar-se a Israel — despedindo trabalhadores para que as empresas nacionais não atinjam o seu nível máximo de produção...

Quanto ao argumento de que não há desempregados mas sim folgazões, é coisa que já ouvimos por aí nas bocas reacçãoárias apoiantes do Governo de Cavaco que parece entretanto mais virado para resolver os problemas do desemprego exportando mão-de-obra do que empenhando-se no investimento produtivo. É um negócio de *import-export* em que parece que andam a «folgar» com os trabalhadores!

■ LM

Trabalhadores

Luz e sombra na EDP

A análise é de 1985, mas infelizmente a situação não se alterou para melhor; antes piorou. Publicava a CT da EDP em Fevereiro de 1985, e os nossos entrevistados de hoje confirmam, a seguinte asserção:

«Obrigam os consumidores que pagam pontualmente à EDP a financiar, através da tarifa, empresas, autarquias e o próprio Estado, sobrecarregando-a com diferenças cambiais que não decorrem dos naturais custos de produção da electricidade mas da política económica do Governo, é usar a empresa como agente parafiscal numa recolha de impostos encapotada».

As diferenças cambiais podem entretanto ter diminuído, sem reflexo aliás no preço da electricidade. O resto mantém-se, e que levante um dedo quem não se sentir lesado por esta situação.

A EDP cortou recentemente a energia eléctrica a duas empresas por dívidas. A invulgaridade do caso suscitou a atenção dos órgãos de comunicação social. A impopularidade do gesto, se a houve, caiu sobre a empresa, porque ninguém explicou responsabilidades nem as assumiu. Não ficou claro, pelo menos, que o corte de energia à Eurominas e à Companhia de Fornos Eléctricos Portugueses são medidas governamentais. A ambiguidade inerente a atitudes destas ajuda a propaganda do Governo e prejudica a imagem da EDP como empresa pública, servindo ao mesmo tempo os defensores do desmembramento da EDP e os inimigos declarados do sector empresarial do Estado, que não estão todos no Governo, como se sabe.

Para saber com clareza qual a face iluminada e a que permanece na sombra nessa grande empresa do sector empresarial do Estado, o «Avante!» ouviu na quinta-feira passada os membros do Partido e trabalhadores da EDP, José Miranda (técnico de higiene e segurança), Vítor Nascimento (electricista), Artur Malheiro (analista de informática) e Demétrio Alves (engenheiro). Os nossos entrevistados, com 29, 8, 24 e 11 anos de casa, respectivamente, fazem parte das organizações representativas (ORTs) dos trabalhadores da EDP, mas foi na qualidade de membros do PCP que foram ouvidos pelo «Avante!». Além de pertencentes à Célula do Partido na empresa, JM é membro da CT; VN é dirigente sindical do SIESI (Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas) e membro da Comissão Intersindical Nacional da EDP; AM representa os trabalhadores no Conselho Geral da empresa; e DA na Comissão de Fiscalização.

— Se estiverem de acordo, deixaremos a caracterização da empresa para um espaço à parte e começaremos com uma explicação sobre o corte de energia à Eurominas e à Companhia dos Fornos Eléctricos.

DA — É uma questão que nos preocupa muito. A gerência da EDP limitou-se a cumprir directivas do Governo. Mas ao mesmo tempo há implicações que têm a ver com um problema de fundo. A política do Governo para a empresa é a do «tomo conhecimento» e a da gerência é a mesma. Faltam critérios, falta uma política definida, rigorosa, que tenha em vista os problemas económicos e sociais a nível do País. Os cortes não eram certamente inevitáveis. Resultam da aplicação de medidas um pouco «ad hoc», ou então servem interesses particulares que ignoramos de momento. É certo que as dívidas das empresas privadas à EDP vão nos 40 milhões de contos.

— Que pelos vistos agora vão começar a cobrar-se.

JM — Para já nessas duas empresas deixou-se foi de fornecer. Daí até cobrar vai um passo muito grande. Pode ser até um processo para nunca mais se cobrar as dívidas.

— Que parecem não ser um problema para a empresa; pelo menos o mais grave.

VN — Problema muito maior que as dívidas é a insuficiência de capitais próprios. Só com 220 milhões de contos se atingiria uma situação sofrível.

— Daí o recurso sistemático ao crédito externo.

DA — É certo que há grandes dificuldades de cobrança. Mas esse recurso é em grande parte imposto por necessidades alheias à empresa. É preciso não esquecer que o próprio Es-

tado devia à EDP em Agosto deste ano 205 milhões de contos e que grande parte do crédito externo é avalizado pela empresa, mas não se destina a investimentos directos feitos por ela.

— Mas a EDP continua a ser a empresa que mais investe.

DA — E podia investir ainda mais. Deixamos aqui um quadro com a estrutura financeira da empresa (ver quadro). O autofinanciamento é quase nulo ou negativo. Outro dado importante é que o serviço da dívida (encargos financeiros) é igual à cobrança esperada, da ordem dos



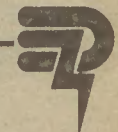
Da esquerda para a direita, José Miranda, Vítor Nascimento, Artur Malheiro e Demétrio Alves, na redacção do «Avante!»

180 milhões de contos, cerca de 20 por cento da facturação anual. Mas voltando às dívidas à EDP, devemos recordar que entre os grandes devedores há empresários que dizem não poder pagar a electricidade, mas podem ser accionistas de peso nos novos bancos privados. Esses e outros que não pagam a electricidade também não pagam salários e fogem ao fisco. Isso, junto com os governos de direita, tem atolado a EDP num ciclo vicioso de que não poderá sair, mesmo que receba as dívidas que, como disse, chegarão quando muito para pagar os juros e outros encargos financeiros.

— Como é que se recomputa a situação económico-financeira no vosso entender?

DA — Só com uma intervenção baseada em dotações financeiras extraordinárias e significativas, que reponham em tempo

útil os capitais próprios da empresa. Não há outra forma. Refira-se que o total do serviço da dívida (179 milhões de contos) diz respeito apenas a 1986 — ano em que o Orçamento do Estado «contemplou» a EDP com dois milhões de contos, uma verba simbólica; e nem essa se conseguiria, se não fosse a intervenção da maioria democrática na Assembleia da República. O Governo, pelo contrário queria agravar ainda mais a situação com a tentativa do desconto do IVA por dentro. Entretanto, a dívida resultante do crédito externo atingia em Outubro findo os 850 milhões de contos. É certo que a empresa investe. Mas os empréstimos não são só para investimentos; são também para capital circulante; este ano cerca de 200 milhões de recursos ao crédito só 75 a 80 milhões são para investir. Isto em números globais.



Dar a fazer fora

Uma unidade empresarial que emprega como a EDP 23 mil trabalhadores devia ter um gestão de pessoal, ou de recursos humanos, que não desse a fazer fora, como é o caso, uma série de serviços que tende a aumentar ao mesmo tempo que se esboça uma campanha para a criação artificial de excedentes, afirmando que a EDP tem trabalhadores a mais.

Os nossos entrevistados confirmaram, através de elementos reveladores, que o recurso «aos empreiteiros» é frequentemente uma forma escandalosa de compadrio em que intervêm mesmo quadros superiores da empresa através de relações familiares.

Segundo dados que não quiseram precisar, mas que já têm vindo a público em traços gerais, designadamente através de um dos 40 pontos aprovados no 1.º Encontro dos Trabalhadores da EDP, deve acabar-se de vez com «os empreiteiros feltos à pressa».

As dívidas de empresas, autarquias e Estado à EDP, que se aproximam dos 180 milhões de contos, são neste momento superiores em cerca de cinco vezes ao que a EDP gasta com os seus trabalhadores. Os gastos com

pessoal ocupam pouco espaço nas contas da empresa.

Dizem os trabalhadores ouvidos pelo «Avante!» que esses gastos no conjunto das despesas de exploração e investimento é cada vez menor. Hoje, não vai além dos 10 por cento desse conjunto de despesas, quando em 1979 atingia os 18,5 por cento.

Dar a fazer fora é uma forma de minar a empresa e prejudicar o consumidor.

É frequente na leitura/cobrança encontrarem-se pessoas que nada têm a ver com a empresa e que não são capazes de fornecer a mínima informação inclusivamente sobre o que estão a fazer e que não podem actuar com a eficiência exigida relativamente às mínimas necessidades do consumidor.

Com as devidas reservas, quanto a comparações com outros países da CEE, foi no entanto sublinhado pelos nossos entrevistados que, proporcionalmente, os 23 mil trabalhadores da EDP são muito menos que (números de 1980) os 330 mil da Deutsche Bundesbahn (RFA), dos 257 mil da SNFC (França), dos 297 mil do National Coal Board (Reino Unido da Grã-Bretanha) — que todas são empresas públicas de países da CEE.

Trabalhadores

Governo demonstra particular incompetência e uma ignorância espantosa

— Fala-se frequentemente em regionalização da EDP. A empresa não está já regionalizada?

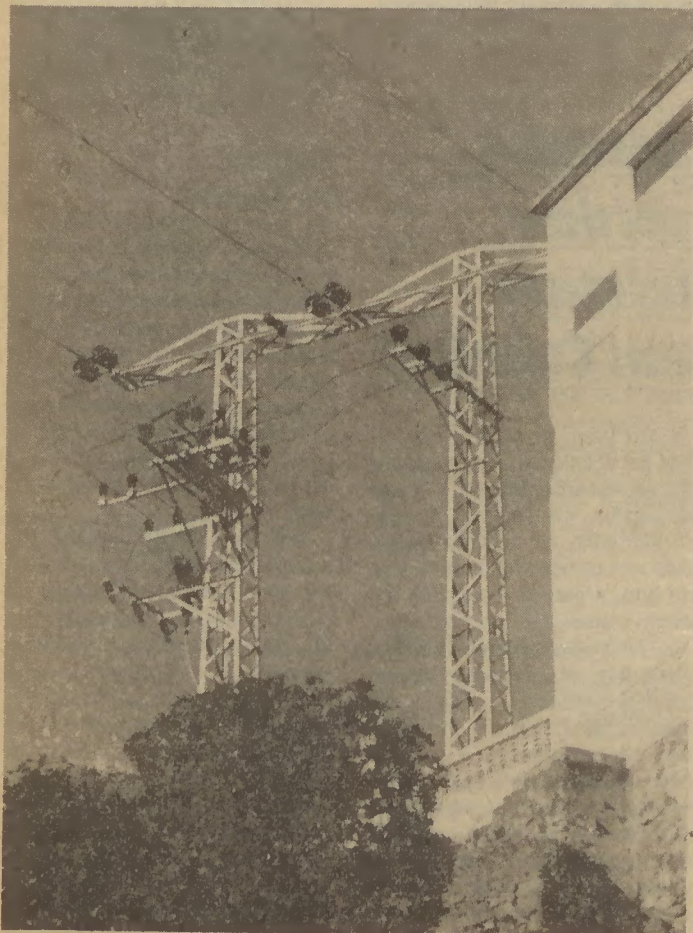
VN — A regionalização é um outro nome para o desmembramento. As tentativas nesse sentido nunca foram tão graves como neste momento. Desmembrar a empresa seria um passo decisivo para a reprivatização de tudo o que dê lucro. E ao mesmo tempo que conduz essa campanha (principalmente o Ministério da Indústria e Energia) o Governo dá provas de grande incompetência e de uma espantosa ignorância sobre a empresa. Basta ver que os próprios representantes do Governo no Conselho Geral da EDP mostraram desconhecer partes importantes da legislação já existente sobre a EDP tal como ela é hoje.

DA — A incompetência ficou logo demonstrada no Programa do Governo que, no sector da energia chegou ao ponto de cometer erros técnicos. E esses erros agravaram-se com o tempo. Não se vêem quaisquer correcções ao Plano Energético (PEN), embora as tivessem prometido.

— Falou-se aí de legislação da empresa. Há legislação recente sobre a EDP?

AM — Há as Resoluções 41 e 42 deste ano; do Governo, claro. Mais dois despachos conjuntos. Não sei, mas a matéria talvez mereça tratamento à parte. (Mostra os exemplares dos diplomas publicados no «Diário da República». Assenta-se, depois de debatido o assunto, que o mesmo seja tratado separadamente. (Ver caixa).

NOTA — Outros assuntos de interesse actual para a empresa são também tratados aqui, de acordo com os camaradas da EDP, em peças separadas, designadamente o próximo Congresso da Federação sindical do sector.



O património da EDP é uma «tentação». O seu valor atinge os 1100 milhões de contos, afirmam os nossos entrevistados, que realçam o desenvolvimento das regiões mais atrasadas entre os objectivos de interesse nacional alcançados pela EDP

Nova legislação para quê?

• Disposição de luta contra todas as formas de desmembramento da EDP

Os trabalhadores e as suas organizações representativas (ORT's) da EDP têm tomado várias posições contra o desmembramento da empresa pretendido por este Governo.

Numa Resolução aprovada em Maio findo, logo depois de conhecido o «pacote legislativo para a EDP» (2 despachos e 2 resoluções do Governo) os trabalhadores exigiam «a revogação e (ou) alteração de toda a legislação que ponha em causa a existência da EDP como empresa única do sector de produção, transporte e distribuição de energia eléctrica e gás».

Essa exigência, que se mantém, justifica-se, entre outros pontos, pelo facto de «nenhum dos graves problemas com que se debate a EDP, nem aqueles que se repercutem nos consumidores em geral, se centram na

existência da EDP como empresa única» no ramo.

As deficiências no relacionamento com os consumidores resultam da incapacidade que o CG (conselho de gerência) e os directores têm demonstrado em definir correctamente a «Função Comercial», e insistirem na atribuição de tarefas nesta área a trabalhadores estranhos à EDP, salienta a Resolução dos trabalhadores aprovada em Maio.

Os membros do Partido e trabalhadores da EDP ouvidos pelo «Avante!» chamam ainda a atenção para outro ponto daquele documento onde se sublinha que «as deficiências existentes» resultam da falta de cumprimento da lei quanto à «constituição dos conselhos regionais e locais, das resistências e boicotes internos, da

ausência de directivas coerentes e eficazes dos governos, de uma política virada contra o sector empresarial do Estado, das dificuldades financeiras da empresa e do constante situacionismo do conselho de gerência».

Mantêm-se actuais, salientam os nossos entrevistados, as conclusões daquela Resolução. Como o Plenário decidiu em 26 de Maio em Coimbra, o Governo e o conselho de gerência foram «solenemente avisados» de que «serão encetadas todas as formas de luta que se entendam necessárias para que a EDP se mantenha como empresa única de produção, transporte e distribuição de electricidade e gás, e veja os seus problemas resolvidos para benefício do povo português e dos seus trabalhadores».

I Congresso da FSTIE

A Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas (FSTIE) estrutura intermédia da CGTP-IN, dirige e coordena a actividade sindical no ramo a que pertence a EDP. A realização do seu I Congresso, nos próximos dias 6 e 7, na Foz do Arelho (instalações do Inatel) mobiliza a maioria dos trabalhadores da EDP. Em Outubro findo efectuaram-se plenários na empresa para a preparação do Congresso. Do guião para esses Plenários salienta-se a importância que as ORT's da EDP atribuem a essa iniciativa, principal-

mente no que respeita às «orientações para a acção sindical nos próximos três anos», por forma a melhorar a organização da estrutura existente para enquadrar melhor a resolução dos problemas actuais e enfrentar o futuro com mais confiança. O Projecto de Programa de Acção, «para além de reflectir a luta constante dos trabalhadores e o seu empen-

hamento e capacidade de realização», apresenta um conjunto de propostas nos planos reivindicativo e da organização, que têm em vista «a resolução dos problemas com os quais os trabalhadores do ramo actualmente se debatem e a melhoria da nossa capacidade de intervenção futura», acrescenta o guião dos Plenários da EDP.

Números inéditos

PREVISÃO PARA 1986

(Situação financeira)
Milhões de contos

Facturação da electricidade e gás vincenda	191,3
Recebimentos esperados	186,1
Despesas:	
Pessoal	35,1
Combustíveis	41,4
Imprtação de electricidade	16,2
Compras e Serviços	2,1
Impostos e rendas	2,0
	96,8
Despesas financeiras	96,8
	180,3
TOTAL	276,1
Investimentos e custos técnicos	75,0
	341,1
Diferença entre os recebimentos e os pagamentos	- 155,0

ESTRUTURA FINANCEIRA DA EMPRESA

Empréstimos a médio e longo prazo
mais previsões para diferenças de câmbios
(Situação líquida)

1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
0,73	0,95	1,34	1,18	1,28	1,50	2,7



Destaques

1.

Em 1975 foi aprovada legislação que nacionalizou as sociedades exploradoras de serviço público de produção, transporte e distribuição de energia eléctrica. Um ano mais tarde era criada a Electricidade de Portugal, EP para «promover e satisfazer as exigências de desenvolvimento social e económico de toda a população».

2.

Antes de 1976 a actividade do sector eléctrico coberto hoje pela EDP estava a cargo de um conjunto de 30 entidades de produção e transporte e de 188 entidades distribuidoras em média e baixa tensão. Havia uma **concentração empresarial**, mas 1500 mil portugueses, especialmente nas zonas rurais (20 por cento da população), não tinha acesso à energia eléctrica.

3.

Os trabalhadores ouvidos pelo «Avante!» consideram a solução EDP, adoptada há dez anos depois de variados estudos, «**perfeitamente pertinente do ponto de vista técnico, económico e social**».

4.

A EDP conquistou e tem mantido a posição de primeiro investidor nacional. É de realçar que durante os seus 10 anos de existência a EDP, EP fez subir em cerca de 30 por cento o investimento a custos técnicos em média anual aos preços correntes.

5.

A EDP mobilizou os meios financeiros necessários à sua actividade, sem necessidade do aval do Estado. Pelo contrário. A empresa prestou um serviço único aos sucessivos e diferentes governos na angariação de meios de financiamento externo, sem ter recebido qualquer contrapartida pelos encargos acrescidos daí decorrentes.

6.

Deve ser realçado também que a EDP assegurou a prática unificada das relações de trabalho para os seus **23 mil trabalhadores**, integrando ao longo dos anos todos os que foram transferidos das entidades integradas na EDP, incluindo as das ex-colónias.

7.

A EDP, que propôs ao Governo e implementou uma tarifa única para todo o território continental, executou entretanto um vasto programa de electrificação. Em 1985 a **baixa tensão** cobria 97 por cento do território, segundo um programa de interesse nacional (desenvolvimento das regiões mais atrasadas) e não segundo critérios de maximização dos lucros.

8.

Está a ser implantada uma **estrutura descentralizada e regionalizada** que cobre todo o território do continente. No que respeita especialmente à distribuição esta estrutura considera quatro grandes direcções: Norte, Centro, Tejo e Sul. Essas direcções estão, por sua vez, descentralizadas num conjunto de 30 centros de distribuição, com as respectivas sedes espalhadas por todo o País.

Trabalhadores

Manifestação hoje em Lisboa

• Sensibilização da juventude — acções da CGTP em vários distritos

Um desfile com archotes percorre hoje as ruas de Lisboa entre o Rossio e São Bento. Com concentrações nestes locais da cidade, a jornada de luta inicia-se às 18 e 30. «Pelo emprego, pelo salário; justiça social no Orçamento de 1987» é o lema da acção, segundo os organizadores. A CGTP anunciava entretanto para hoje, em vários distritos do País, «acções de sensibilização e denúncia» organizadas pelo Departamento de Juventude da Central.

O desfile e as concentrações são convocadas pela União dos Sindicatos de Lisboa e pelas ORT's (organizações representa-

tivas dos trabalhadores) da Cintura Industrial (CIL).

Sindicatos e organizações das empresas acusam o Governo de

faltar à verdade, escondendo o aumento do desemprego e os salários em atraso.

«Na vigência deste Governo — afirmam os organizadores da jornada de luta — 16 mil postos de trabalho foram destruídos em 61 empresas; 4700 contratos de trabalho foram rescindidos».

A USL e a CIL acrescentam que «no distrito de Lisboa continuam com salários em atraso cerca de 23 300 trabalhadores

de 251 empresas, a quem são devidos 3,2 milhões de contos».

A jornada de hoje em Lisboa segue-se a várias acções de protesto organizadas pelos sindicatos de Lisboa na semana passada.

A propósito de declarações de membros do Governo, na ocasião em que se completava um ano de vigência do Executivo Cavaco/PSD, a CGTP-IN sublinhava que «a taxa de desemprego no 3.º trimestre deste ano mantém-se nos mesmos valores do ano passado».

A Central, que desafia o Governo a demonstrar o contrário, acrescenta relativamente aos salários em atraso que «é destituída de fundamento a apregoada redução substancial do número de trabalhadores nesta escandalosa situação».

Um levantamento da CGTP-IN respeitante apenas a 12 distritos demonstra que, em

Outubro, existiam, pelo menos, 85 000 trabalhadores com salários em atraso em 697 empresas, com um crédito global superior a 10 milhões de contos. Aliás, só as regiões de Lisboa e Porto englobam mais trabalhadores com salários em atraso (42 492) do que a quantidade que o Governo diz existir em todo o País (38 136).

É preciso que isto mude

Um apelo da Juventude apresenta números preocupantes também. «É preciso que isto mude», reclama o Departamento de Juventude da CGTP-IN; existem no nosso país cerca de 300 000 jovens empregados.

Desse total 9000 são licenciados (só na área de Letras), «acrescentando-se a esse número vários milhares de contratados a prazo e em outros regimes de ocupação temporária».

As acções anunciadas para hoje pela CGTP incluem a entrega de dossiers à Comissão de Juventude da Assembleia da República, ao Primeiro-Ministro e ao secretário de Estado da Juventude.

A juventude organizada na CGTP-IN reclama nomeadamente a revogação da lei dos contratos a prazo; a passagem a efectivos dos contratados a prazo que exercem tarefas sem prazo; o subsídio de desemprego para todos os desempregados, incluindo os jovens que procuram emprego pela primeira vez; a aplicação do salário mínimo nacionais aos jovens com 18 anos.

Além das reivindicações de ordem geral, relacionadas com o emprego, o pagamento dos salários e a garantia de outros direitos elementares, a União dos Sindicatos de Lisboa e a CIL reclamam uma nova tabela de imposto profissional que melhore as condições de vida; a abolição imediata do Imposto Complementar, que não passa de um segundo IP disfarçado; aumento de 1 a 2 por cento de algumas taxas de impostos sobre capital e propriedades, criando mais justiça e suprimindo a diminuição de receitas pelo fim do Complementar; criação de um sistema coerente e integrado de incentivos fiscais, antes de novos e maiores benefícios; aumento das verbas para a Segurança Social; alargamento do auxílio aos desempregados.

Prosseguem acções no distrito de Santarém

A semelhança de outros distritos, prosseguem as acções sindicais no distrito de Santarém. Hoje e amanhã, em Benavente e no Entroncamento dirigentes e activistas sindicais organizam acções de esclarecimento e mobilização sobre a política anti-social do Governo. As jornadas terminam na cidade de Santarém, com uma acção de rua no próximo dia 10.

A União dos Sindicatos daquele distrito recorda, relativamente à região, que «os salários em atraso passaram de 5189 para mais de 7000; que as empresas

nesta situação eram 50 e agora são 60; que a dívida aos trabalhadores aumentou para mais de 1,5 milhões de contos; que o desemprego já ultrapassa os 20 000, segundo dados oficiais».

Situação idêntica em Matosinhos

Desde o princípio do ano encerraram em Matosinhos quatro empresas. Ficaram mais de mil trabalhadores no desemprego.

Segundo o Organismo de Direcção dos Sectores Profissionais de Matosinhos do PCP, «proliferaram os convites às rescisões de contratos na Fialhos, Sepsa e Efacec». Os salários em atraso aumentam. Aumenta o trabalho precário, designadamente na Boa Nova, Comec, ENI, Vasco da Gama e Sitenor. Entre as empresas encerradas o Organismo do PCP refere a Sundlete, Equimetal e Bandão. Na Sitenor é pública a intenção dos acionistas de venderem a fábrica, ignorando as propostas de viabilização dos trabalhadores.

Aveiro Sindicatos denunciam grave situação social

Empresas corticeiras (como a Amorim e Irmãos, a E.I. de Paços de Brandão, a Orlando Rocha e Melo), têxteis e de calçado encontram-se entre as que levam a União dos Sindicatos de Aveiro a denunciar o recurso ao trabalho precário no distrito, revelando que «já se fazem pedidos nos jornais para trabalho domiciliário».

«Há fábricas, como a Pereira e Santos (Lousosa) e a Joaquim Oliveira Pais, — prossegue a USA — onde adolescentes são obrigados a fazer trabalhos pesados, como carregar camiões, sem serem pagos pela tabela salarial»; há empresas onde mais de 80% dos trabalhadores são contratados a prazo, como a Arrancar (Águeda) e a Quema Têxtil, muitas outras recorrem às horas extra sem as retribuições legais (corticeiras, Idepa, Califa, Oliva, Molaflex, etc.) e algumas ameaçam despedir ou castigar quem se recusa a fazer horas extraordinárias.

Contactos com partidos políticos

Num memorando entregue recentemente por uma delegação da US de Aveiro a vários grupos parlamentares, durante encontros «em atmosfera de grande cordialidade» com PCP, PS, PRD e MDP ou «recebidos nos corredores e de forma pouco digna pelo representante do PSD», a Inspeção-Geral do Trabalho é acusada de ter «uma deliberada posição de passividade

de reuniões com direcções distritais de diversos partidos. Nas reuniões já efectuadas, com o PCP e o PRD, «foi patente a convergência de opiniões e pontos de vista no que se refere à apreciação da situação social do distrito» — segundo uma nota de imprensa da União.

Protesto em Coimbra

Contra a política do Governo e pela resolução dos problemas dos trabalhadores, os sindicatos de Coimbra e a respectiva União-sindical organizam amanhã na cidade um cordão humano-desfile que se concentra às 17 horas junto ao Sindicato dos Metalúrgicos na Rua Figueira da Foz e faz o percurso até à Praça 8 de Maio.

Num comunicado à população a União dos Sindicatos de Coimbra afirma que as promessas do Governo Cavaco redundaram em 20 mil desempregados, 50 empresas encerradas com a destruição de dois mil postos de trabalho, no crescimento do emprego precário no sector têxtil, exploração de mão-de-obra infantil (menores de 14 anos) na panificação, tarefeiros na Função Pública (mais de 500 nessas condições, só na Universidade) e salários em atraso, principalmente na Guérin, Termec, Pedros e Irmãos, Cerâmica Argallense, Viúva Macleira e Filhas e Clínica Santa Isabel.

PCP



Delegação do MPLA-PT visita Portugal a convite do PCP

A convite do Comité Central do Partido Comunista Português encontra-se em Portugal uma delegação do MPLA-Partido do Trabalho dirigida por Dukni Castro, membro suplente do Comité Central do MPLA-PT e Director do Departamento de Relações Exteriores.

Álvaro Cunhal recebeu a delegação do MPLA-PT, a qual manteve conversações com uma delegação do PCP composta por Sérgio Vilarigues, da Comissão Política e do Secretariado, Albano Nunes, do Comité Central e responsável da Secção Internacional, e Domingos Lopes, membro suplente do Comité Central.

Durante as conversações foram trocadas informações sobre a situação política nos paí-

ses respectivos, sobre a actividade de cada partido e sobre aspectos da situação internacional.

No decurso da estadia foi assinado entre os dois partidos um Protocolo de Acordo de Cooperação válido para 1986/1988, no qual estão contidas as iniciativas que os dois partidos encaram para reforçar os laços de amizade, solidariedade e cooperação existentes entre o Partido Comunista Português e o MPLA-Partido do Trabalho.

Lisboa, 3 de Dezembro de 1986

Trabalhadores



CTM

Despedidos e reformados protestam «Só há dinheiro para esbanjar!»

Realizou-se no dia 26, quarta-feira, o terceiro leilão de liquidação do património da Companhia Portuguesa de Transportes Marítimos (CTM), extinta, juntamente com a CNN, em Maio de 1985. Os trabalhadores despedidos e reformados também lá estiveram, manifestando o seu protesto pela situação de injustiça que estão a viver.

Após uma gestão ruínoza que teve por objectivo liquidar as duas companhias públicas de transportes por mar que empregavam 3543 trabalhadores, foram criadas pelo Governo duas outras empresas — **Portline** e **Transinsular** — que apenas absorveram 588 dos despedidos.

Consequências da extinção

Com a extinção da CTM e da CNN, foram cortados os complementos das pensões, pagos pelas empresas, com que muitos trabalhadores tinham sido aliciados a antecipar a data da reforma.

As «compensações» pagas pela extinção de contrato ou por reforma antecipada ficaram aquém das indemnizações devidas e abrangem apenas 630 trabalhadores.

O critério que levou à definição dos valores das referidas «compensações» também é fortemente contestado: deveria corresponder a 100% do vencimento-base mensal por cada ano de serviço prestado, mas foi estabelecida uma «escala» que fazia essa percentagem variar consoante o tempo que faltava para a data de reforma, criando situações como a referida, por exemplo, num requerimento ao Governo apresentado pelo grupo parlamentar do PCP: «quem trabalhou 40 anos recebe 7,8 meses de vencimento, com três meses de acréscimo, e quem trabalhou 30 anos é compensado com 30 meses».

Estas «compensações» foram entendidas pelos trabalhadores «como um adiantamento sobre as indemnizações a que tinham direito nos termos legais». Mas a Comissão Liquidatária e o Governo pretendem dar o assunto por encerrado e lavar daqui as mãos.

Futuro ensombrado para os trabalhadores e para todo o sector

Está entretanto a terminar o prazo durante o qual os despedidos que não foram integrados na **Portline** ou na **Transinsular** têm direito a receber o seguro de desemprego. A idade de muitos, que dedicaram dezenas de anos

ao trabalho na Companhia, torna-lhes praticamente impossível encontrar de novo trabalho, tanto mais que o desemprego no sector não deixa de crescer.

Continua a agravar-se a situação da marinha mercante, com Portugal cada vez mais dependente de navios estrangeiros devido à venda ao desbarato da frota nacional, enquanto o Governo permite que as novas empresas fretem navios tripulados e não em casco nú, com a correspondente saída de divisas e a continuação do desemprego.

Não são claros os critérios que determinam outros aspectos do funcionamento das empresas criadas, como a compra do navio «**Fernão Gomes**», que passou por 5 proprietários e já tinha 12 anos de idade, pela **Portline**, em Hamburgo.

O leilão do Departamento Técnico Oficial da CTM tem este panorama por fundo e, segundo os representantes dos trabalhadores, «estas óptimas instalações», avaliadas em pelo menos um milhão de contos e onde se encontra material adquirido em 1983 por 20 mil contos que em grande parte não chegou a ser utilizado, iam ser leiloadas, ou seja, vendidas «ao preço da uva mijona».

« — Para os trabalhadores não há dinheiro — concluiu Manuel Lorigo, da comissão de luta e do Sindicato dos Maquinistas da Marinha Mercante —, mas para esbanjar é como se vê!»

LUTAS E TAREFAS

Segurança no trabalho

No mesmo dia em que devido a um aluimento de terras morriam dois operários da construção civil que, sem qualquer escoramento, abriam uma vala de saneamento na urbanização «Colina do Sol», em Alfofornos, Amadora, a Associação Portuguesa de Seguradores dava a conhecer que os acidentes laborais mataram em 1985 mais de 378 portugueses. Todos os dias morre um português devido a acidentes de trabalho e mais de 650 são atendidos nas urgências dos hospitais. No sector da indústria transformadora, 26,2% dos acidentes foram mortais, na construção e obras públicas — 21,1% e na agricultura e pescas 17,7%. Desde 1983 é no distrito do Porto que se regista o maior número de acidentes laborais; seguem-se-lhe Lisboa, Aveiro e Setúbal. Por outro lado, só em cinco distritos — Lisboa, Porto, Setúbal, Braga e Santarém — há, segundo os últimos dados da CGTP-IN, 56 492 trabalhadores com salários em atraso.

Leiria: manifestação dia 6

Activistas e dirigentes sindicais do distrito de Leiria ocuparam simbolicamente, no passado dia 25, o Tribunal de Trabalho, onde foram recebidos pelo juiz. Esta acção foi decidida no Plenário Distrital de dirigentes e delegados sindicais, como forma de protestar contra o «estado caótico do Tribunal de Leiria, onde se encontram processos desde 1975 (cerca de 4 mil) e o serviço acumula-se em instalações exíguas e inadequadas», exigindo «a imediata criação e instalação do 2.º Juízo do Tribunal de Leiria, a mudança do Tribunal para edifício próprio e adequado, a nomeação de um ou dois magistrados para se ocuparem a tempo inteiro na recuperação do serviço atrasado». Está marcada uma manifestação para sábado, na cidade de Leiria, de acordo com a decisão do Plenário de Sindicatos, reunido dia 20 de Novembro, de «emprender uma vigorosa acção contra este Governo, que vise a criação de condições para que seja estabelecida uma alternativa democrática».

Infantário da TAP

O Sindicato dos Professores da Grande Lisboa denunciou recentemente o facto de o Conselho de Gerência da TAP impedir as trabalhadoras do infantário de reunirem nas instalações da empresa, alegando razões de segurança, classificadas como «um novo pretexto para impedir as educadoras e restantes trabalhadores de, colectivamente, discutirem os seus problemas e procurarem soluções para eles». A empresa concessionária do infantário TAP recusa-se a cumprir o contrato colectivo de trabalho do ensino particular e cooperativo, pelo que o sindicato considera que «o Conselho de Gerência da TAP está a dar cobertura,

com a sua actuação, a esta ilegalidade». A reunião acabou por se efectuar junto aos portões do infantário.

Faltam enfermeiros nos centros de saúde e idoneidade no Ministério de Beleza

O Sindicato dos Enfermeiros do Sul e Açores denunciou em comunicado a carência de profissionais de enfermagem e o aumento do número de tarefas, ao mesmo tempo que recordava as promessas de Leonor Beleza em Maio deste ano, quando disse que «a curto prazo estes problemas seriam um pesadelo do passado». Segundo o sindicato, «das 1461 vagas descongeladas em 1985 apenas 5 enfermeiros ingressaram com vínculo à Função Pública nos mapas das Administrações Regionais de Saúde» e nos mapas das ARS havia em 12/8/86 **menos 95 enfermeiros** que em 31/12/84. Contudo, no mesmo período, o número de tarefas aumentou mais de 65%. O sindicato denuncia a atitude pactuante dos sindicatos do Norte e do Centro e afirma a disposição de prosseguir, com o sindicato da RA da Madeira, «a luta pela defesa dos interesses de todos os colegas». Está em discussão nos locais de trabalho o tipo de greve a desencadear, caso esta situação se mantenha.

Patronato dos combustíveis ameaça com... greve

O Presidente da ANAREC (Associação Nacional de Revendedores de Combustíveis) anunciou na semana passada a inevitabilidade de uma próxima «greve nacional dos combustíveis». Realmente, o salário médio no sector é «escandalosamente baixo»: 27 mil escudos. É também verdade que está na hora de iniciar a revisão do contrato em vigor. Mas os sete mil trabalhadores das estações de serviço e postos de abastecimento ainda não decidiram realizar ou não qualquer greve, e esta é uma resolução que só a eles e aos seus sindicatos cabe tomar. Porquê, então, esta «greve» anunciada pelo Presidente da ANAREC? A Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritório e Serviços classifica tal atitude como «habitual chantagem da ANAREC», pois a associação patronal afirma que só negociará com os sindicatos a revisão do contrato depois de o Governo conceder margens de comercialização mais elevadas que as actuais. Recordando que há postos de venda que são negociados por dezenas de milhares de contos, a Federação sindical considera que as afirmações do Presidente da ANAREC só podem ser entendidas como ameaça de *lock-out* e protesta contra o facto de a associação patronal «utilizar as aspirações legítimas dos trabalhadores para, numa clara operação chantagista, apresentar exigências próprias ao Governo».



Assembleia da República

O Orçamento do Estado vai passar mas o Governo sai derrotado

Ocorre esta noite — talvez na madrugada de amanhã — a votação final global do Orçamento do Estado para 1987. O cenário previsto — e nada faz pensar o contrário — é que será aprovado. Provavelmente o Governo Cavaco Silva considerará a aprovação como uma vitória, virá dizer a público que a sua proposta não foi descaracterizada, mas fará queixinha das alterações introduzidas apontando os malefícios da oposição que não o deixa governar como pretende.

Mas a realidade é bem diferente. Se é certo não existir uma alteração quantitativa no OE, já o mesmo não se pode dizer no aspecto qualitativo. Existem importantes alterações que o Governo não pode esquecer e que limitam substancialmente a sua demagogia.

No capítulo das despesas há a salientar, como destacou a deputada comunista Ilda Figueiredo, importantes alterações, «nomeadamente de rubricas de largo alcance social».

É o caso da «aprovação da proposta que assegura que os aumentos das pensões mínimas do regime geral da segurança social e do regime dos trabalhadores agrícolas sejam de proporção idêntica à dos aumentos do salário mínimo nacional aplicável ao respectivo sector e ocorram simultaneamente em 1987»; é o «reforço de dois milhões de contos da verba prevista para o subsídio de desemprego e salários em atraso»; é o «reforço de verba de 750 mil contos para o subsídio de desemprego aos jovens à procura do primeiro emprego»; é ainda, «a transferência em 1987 de uma verba de 350 mil contos a título de indemnização compensatória devida pelo tarifário social estabelecido na exploração de serviços de transportes colectivos urbanos de âmbito municipal pelas Câmaras de Aveiro, Barreiro, Braga, Coimbra e Portalegre».

Mas outras importantes propostas foram aprovadas, apesar da oposição do partido do Governo: 200 mil contos para a construção da conduta definitiva de abastecimento de água ao Porto e concelhos limítrofes; reforço de 200 mil contos para reforço da cooperação; reforço de 70 mil contos no Ministério do Trabalho para higiene e segurança no trabalho e Inspeção Geral do Trabalho; 260 mil contos para a Anop, assegurando o seu funcionamento e impedindo o encerramento que o Governo declarou; reforço de 200 mil contos para os subsídios às cooperativas de educação e recuperação de crianças inadaptadas; 100 mil contos para um programa de emergência visando a recuperação de instalações judiciais particularmente degradadas; reforço de 20 mil contos para combate à droga e apoio à recuperação de tóxicomanos; reforço de verbas para as Escolas Superiores de Educação do Porto e Setúbal e para a informatização de Escolas Superiores de Engenharia; atribuição de uma indemnização aos cidadãos que estiveram internados no Tarrafal; foi criado o cargo de vigilante da Natureza, com a respectiva verba orçamental.

Mas outras alterações não menos importantes foram feitas a obrigatoriedade do Governo cumprir a resolução da AR quanto à CNP, clarificando-se que «é

nula a cessação dos contratos de trabalho e que é garantido a todos os trabalhadores os direitos e regalias adquiridos».

Adiantou ainda a deputada Ilda Figueiredo:

«Outras propostas importantes de clausulado foram igualmente aprovadas, visando uma maior transparência e clareza dos actos governativos e um acompanhamento regular por parte da Assembleia da República da execução do Orçamento do Estado. Inserem-se nesta perspectiva as medidas que vedam ao Governo e à Administração Pública o recurso a qualquer forma de publicidade comercial para fins de propaganda política, a publicação regular e trimestral de estudos de conjuntura, a obrigatoriedade de transferência por duodécimos de subsídios e demais dotações do Orçamento do Estado para as finalidades próprias das empresas públicas de comunicação social, a informação à Assembleia da República até 31 de Março das propostas de saneamento financeiro das empresas públicas EDP, Siderurgia Nacional, Quimigal e Setenave, bem como do plano de investimento da Secretaria de Estado das normas que clarificam a plena submissão dos cofres do Ministério da Justiça ao regime geral aplicável aos fundos e serviços autónomos».

Entretanto, o Grupo Parlamentar do PCP divulgava na passada terça-feira — dia em que no plenário da AR começou a ser debatido o Sistema Fiscal do OE e que só hoje deve terminar — um comunicado considerando «muito positivo o alcance das alterações introduzidas na especialidade pela Comissão de Economia, Finanças e Plano, para as quais contribuiu através de iniciativas próprias ou da apresentação conjunta de propostas com os restantes partidos da oposição democrática».

Considera, no entanto, o Grupo Parlamentar do PCP não poder deixar de lamentar «que a Assembleia da República tenha perdido a oportunidade de aprovar medidas urgentes para defesa do sector público da economia, designadamente das empresas de transportes e de comunicação social, e não se tenham incluído no Orçamento do Estado as verbas necessárias para projectos concretos de desenvolvimento das diferentes regiões do País».

E acrescenta ainda o comunicado do Grupo Parlamentar do PCP:

«Lamentamos, pois, por um lado, que estas propostas, que podiam reparar muitas das omissões, distorções e injustiças, não tivessem sido aprovadas, mas não podemos deixar, por outro lado, de sublinhar com regozijo a aprovação de propostas de alteração que contrariam aberta e frontalmente alguns dos desig-



nios mais negativos do Governo em relação às transformações democráticas do 25 de Abril, às condições de vida do nosso povo e aos interesses da economia nacional.»

Entretanto, foi aprovada uma despesa de 33 milhões de contos que se refere à contribuição de Portugal para a CEE, despesa da responsabilidade do Governo e que não fora inscrita no Orçamento do Estado para 1987, pois quando da entrega da proposta o Executivo alegou desconhecimento das verbas do orçamento comunitário.

Este só veio a ser aprovado em Bruxelas pelo Conselho de Ministros da CEE na semana passada pelo que a contribuição portuguesa para a Comunidade Económica Europeia foi inscrita e votada ou então o Governo seria obrigado a apresentar um orçamento suplementar. Da contribuição portuguesa para a CEE são retirados 21 milhões de contos devolvidos pela Comunidade a título de restituição.

No respeitante às despesas inseridas, elas não contribuem para um aumento do défice orçamental. Com efeito muitas despesas resultam da supressão de outras ou então da transferência de dotações de um ministério para outro. Está neste caso a transferência de 2,75 milhões de contos do Ministério das Finanças para o Ministério do Trabalho e Segurança Social, dos quais dois milhões são destinados a subsídios de desemprego e salários em atraso e os restantes 750 mil contos para subsidiar os jovens que procuram o primeiro emprego e cuja legislação vai ser em breve debatida.

Alteração de vulto viu o Governo sofrer no que diz respeito à rubrica «Despesas não Especificadas», reduzida em cerca de um milhão de contos, sendo ainda eliminados 23 586 contos nas despesas correspondentes à preparação da segunda fase do projecto florestal incluído no Plano de Investimentos e Despesas da Administração Central.

Assim, a oposição é responsável por um aumento de despesas na ordem dos 1,8 milhões de contos, verba irrelevante tendo em conta a subavaliação das receitas e a sobreavaliação das despesas que deliberadamente o Governo introduziu na proposta orçamental, como, aliás, já o fizera para o Orçamento de 1986. Irrelevante ainda se tivermos em consideração que a verba inscrita para o trabalho temporário na Função Pública atinge os 5 milhões de contos contra algumas centenas de milhares de contos no Orçamento deste ano. Preocupado deve estar também o Governo por ver limitada a sua possibilidade de fazer propaganda política à custa dos dinheiros públicos — publicitando os aumentos de pensões ou fazendo avisos aos investidores das taxas de juro que vai praticar.

Juventude

O que se prepara na Fac. Letras?

• Estudantes em luta Ministério à espreita

Ainda mal começou o ano lectivo e já os problemas se avolumam e os conflitos estalam. Os estudantes da Faculdade de Letras de Lisboa cumpriram, na passada semana, uma greve de dois dias, decidida em reunião geral realizada no passado dia 20 de Novembro. Em causa está a falta de verbas para a contratação de docentes, facto que faz com que, nesta altura do ano mais de um milhar de estudantes estejam ainda sem aulas.

Considera o Conselho Directivo daquela escola que é necessária a imediata contratação de uma dezena de professores de forma a assegurar um mínimo de condições para o funcionamento regular da Faculdade. Em condições normais, e atendendo à necessária e urgente reestruturação das Faculdades de Letras, aquele número não seria nunca inferior a 50.

De facto, para além dos estudantes sem aulas, os horários nocturnos nos cursos de línguas e literaturas modernas desapareceram e as turmas encontram-se, na sua generalidade, superlotadas com as decorrentes consequências na qualidade pedagógica do ensino ministrado.

Ainda que esta situação fosse de há muito conhecida, o ministro da Educação fingiu ignorá-la. **As verbas previstas no OGE para a Faculdade de Letras de Lisboa correspondem a menos 1,4 por cento do valor nominal relativamente a 1986 e a menos 13 por cento em valores reais.** As atenções de João de Deus Pinheiro estão antes viradas para as universidades privadas e isso é de-

monstrado pela dotação orçamental com que brindou tais escolas que ministram, no geral, grande parte dos cursos existentes na Faculdade de Letras.

Tal facto leva naturalmente a pensar que **existem forças, dentro e fora da FLL interessadas na degradação da sua imagem pública como da qualidade do ensino ali ministrado.** Só assim se compreende que, existindo, embora, uma acentuada falta de professores, o Conselho Científico persista, em não renovar os contratos de um grande número de docentes de comprovada qualificação científica e pedagógica e que relativamente aos restantes, se obste em criar-lhes as maiores dificuldades no prosseguimento normal da sua carreira académica.

É em vista desta situação que a posição que a Direcção da Associação de Estudantes (DAE) — onde pontificam militantes da JS e JC — vem assumindo, esteja a causar a maior estranheza por parte dos diversos sectores da escola e, em primeiro lugar, aos estudantes.

Na verdade, a DAE tem-se mul-

tiplicado em acusações, até agora não fundamentadas, ao Conselho Directivo, responsabilizando este órgão pelo que considera serem «graves irregularidades no funcionamento interno desta Faculdade». Tal atitude contrasta com a sua inoperância e passividade na necessária informação e mobilização dos estudantes patentes no processo que conduziu à greve de 3.ª e 4.ª feira passadas.

Além do mais, dois dirigentes associativos que integram o Conselho Directivo votaram há dias, naquele órgão, contra uma proposta de alargamento das instalações da escola, sendo que, como é sabido, este é outro dos grandes problemas a afectar o funcionamento normal da FLL.

Neste quadro, aguarda-se com expectativa a Assembleia Geral de Escola, a realizar precisamente hoje, quinta-feira, a partir das 17 horas. Para além de alguns pormenores pouco claros, uma conclusão pode já retirar-se de todo este processo: a política de privilégio das universidades privadas, em desfavor das públicas, política que este Governo e o seu ministro da Educação têm acarinhado, está a criar sérios problemas no funcionamento das segundas. Não estará este processo na Faculdade de Letras de Lisboa a levantar pontas de um véu que cobre uma grande operação em marcha, contra o funcionamento democrático do ensino superior em Portugal? Esperemos para ver.

Nacional

MDM inaugura sede no Porto

Depois de um período longo em que a inexistência de uma sede pública criou óbvias dificuldades à actividade do Movimento (sem contudo a interromper), o MDM vai finalmente abrir uma sede no Porto, agora na Rua 31 de Janeiro, n.º 49, 1.º, traseiras, mesmo no centro da cidade.

Sublinhando a importância deste espaço para o contacto

mais vivo com as mulheres da cidade e para o desenvolvimento da sua acção de esclarecimento e mobilização das mulheres em torno da defesa dos seus direitos, a inauguração da sede, marcada para o próximo dia 6 de Dezembro, às 15 horas, contará com uma recepção e «Porto de honra» e ainda, uma exposição de trabalhos artísticos de mulheres que vão desde a pintura e

serigrafia, à cerâmica, batik, tapeçaria e bordados.

Para o acto, além das aderentes, estão convidados pela direcção distrital, os órgãos da comunicação social, diversas organizações e associações e ainda muitas das mulheres que, à vida social, cultural e desportiva da cidade, têm dado uma destacada participação.

NOVEMBRO
N.º 138

O Militante

À VENDA

- Esclarecer, lutar, organizar
- Conferência do PCP
A Emancipação da Mulher no Portugal de Abril
- Algumas direcções de trabalho
- Para o Partido passar à ofensiva,
é essencial o reforço da organização
- Grande vitória da APU
nas novas freguesias do concelho de Almada

- Congresso Mundial dedicado
ao Ano Internacional da Paz
- 1.ª Assembleia da Organização Distrital
de Coimbra
- 1.ª Assembleia da Organização Distrital
de Aveiro
- 1.ª Assembleia da Organização
da Ilha de S. Miguel (Açores)

PCP

Distrito de Leiria

A asfixia das empresas e as ameaças ao emprego

● DORLEI do PCP recorda a situação dos 6500 trabalhadores com salários em atraso

A demagogia do Governo Cavaco Silva contrasta com a situação real no distrito de Leiria. Aumentam os salários em atraso, mais de 6500 trabalhadores continuam a aguardar que lhes sejam liquidados 800 000 contos de dívidas do patronato. O desemprego alastra — sublinha a Direcção Regional de Leiria (DORLEI) do PCP, em comunicado divulgado há dias, e no qual saúda os trabalhadores do distrito e se solidariza com a sua justa luta, apelando à participação na manifestação convocada para o próximo sábado, na cidade de Leiria, pelo movimento sindical unitário (ver págs. dos **Trabalhadores**, nesta edição).

«A oferta de emprego man-

tém-se em todo o distrito a níveis insignificantes. Até os dados oficiais são alarmantes quanto à procura de emprego», afirma a Direcção Regional do Partido, que acrescenta: «Em meados deste ano só no distrito eram 14 258 trabalhadores, número muito superior ao início do ano anterior», que procuravam emprego, de acordo com os números oficiais.

Referindo que «a economia regional continua a degradar-se sem que o Governo avance medidas para a sua recuperação e modernização» e depois de alertar para a situação de numerosas empresas do distrito que encerram definitivamente, enquanto outras aguardam soluções urgentes de viabilização, a DOR-

LEI recorda a grave situação do sector vidreiro e do sector têxtil. São importantes áreas da actividade económica que «o Governo encara com profundo desprezo, impondo medidas discriminatórias e de excepção no acesso a financiamentos; em vez de apoiar e promover a reestruturação dos sectores em crise, decreta a sua asfixia, pondo assim em perigo milhares de postos de trabalho», diz a DORLEI.

Noutras passagens, a nota destaca aspectos como a repressão, o trabalho precário e a ameaça de grandes despedimentos como o resultado de uma feroz ofensiva contra os trabalhadores. A liberalização e flexibilização dos horários de trabalho e as tentativas de imposi-

ção de tectos salariais são outras manobras a que a Direcção Regional do Partido faz referência.

A situação na agricultura e pescas, os novos aumentos das rendas de casa já em Janeiro e a degradação dos serviços de saúde e de ensino «são também consequências da desastrosa política do Governo», comenta a DORLEI, que aponta a urgência da demissão do executivo de Cavaco Silva. «O desenvolvimento da luta acabará por impor o caminho da alternativa democrática», garante a Direcção Regional de Leiria, onde, como já referimos em anteriores números, decorre uma campanha de fundos intitulada «uma prenda de 1000 contos para o Partido».



Ivima, na Marinha Grande

Ilha do Faial

PCP define objectivos

No passado domingo reuniu na cidade da Horta, no refeitório da Escola Secundária local, a segunda Assembleia da organização da ilha do Faial do PCP sob o lema «um PCP mais forte para defender a democracia e a autonomia».

Os trabalhos desta 2.ª Assembleia dos comunistas faialenses visaram a apreciação da actividade desenvolvida pelo Partido na ilha, a análise dos problemas políticos, económicos e sociais locais e a definição de orientações para o trabalho futuro, assim como a eleição da nova Comissão de Ilha do Partido.

Os cerca de 60 participantes centraram a intervenção e o debate em torno de 6 temas que vinham sendo já trabalhados nas reuniões preparatórias da Assembleia, relativos a trabalho e ligação do Partido às empresas, sectores profissionais e sindicatos; actividade nas autarquias e ligação às freguesias rurais e urbanas; problemas e acção do Partido em importantes áreas económicas e sectores da população; problemas da juventude e o papel da JCP; questões relacionadas com a cultura, o associativismo, a paz e amizade entre os povos; outros problemas de organização e funcionamento interno do Partido.

Das conclusões aprovadas por unanimidade e aclamação destaca-se o empenhamento imediato dos comunistas faialenses em agir para melhorar o funcionamento orgânico e a actividade política local do Partido e a definição dos seguintes objectivos eleitorais: para as eleições regionais de 1988 desenvolver esforços com vista à eleição de um deputado regional do PCP pela ilha do Faial; para as eleições autárquicas de 1989, desenvolver esforços para eleger um vereador à Câmara, aumentar o núcleo de eleitos na Assembleia Municipal e aumentar o número de eleitos nas Assembleias de Freguesia.

Os trabalhos desta 2.ª Assembleia foram iniciados com uma intervenção do camarada Artur Afonso, membro do Executivo da DORAA do PCP e responsável pela organização do Faial e terminaram com uma sessão de encerramento na qual usou da palavra o camarada José Decq Mota, membro do Comité Central do PCP, responsável pela DORAA e deputado regional do PCP.

Octávio Pato em Mafra: Devolução à Herdade dos Castros e readmissão na Casa Hipólito mostram que vale a pena lutar

«O recente Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo (o 2.º no género) que estabelece o prazo de 30 dias para a devolução da Herdade dos Castros à Cooperativa «Unidade Trabalhadores» de Campo Maior, e a readmissão dos delegados sindicais da Casa Hipólito, de Torres Vedras, arbitrariamente despedidos há mais de cinco anos, são dois exemplos mais que mostram valer a pena lutar», afirmou o camarada Octávio Pato na sessão de encerramento da 3.ª Assembleia da Organização Concelhia de Mafra, do Partido Comunista Português, realizada no passado domingo, na Casa do Povo local, sob o lema «Organizar e lutar, com o PCP, no caminho de Abril». Perspectivar as linhas do reforço do trabalho orgânico e eleger a nova Comissão Concelhia do Partido eram à partida os dois objectivos essenciais desta Assembleia.

Salientando que as lutas e o movimento de massas tendem a aumentar, Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC, comentaria a dado passo:

«É um facto incontestável que o Governo está a beneficiar de factores externos altamente favoráveis, devido à quebra das cotações do dólar e do petróleo. Apesar disso, persiste em realizar uma política que em nada resolve os graves problemas do país, antes os agrava, tal como o mostra o Orçamento do Estado que apresentou à Assembleia da República. Esta é a verdade que se sobrepõe à intensa demagogia e à grosseira mistificação a

que o Governo recorre diariamente, através da TV e dos órgãos de comunicação social que domina.»

E mais adiante declarou o dirigente comunista:

«A situação do país agrava-se no plano social, no sector da saúde, do ensino. Um milhão de portugueses estão no desemprego, não recebem salários ou têm contratos a prazo. É uma cifra alarmante, mas o governo apregoa que tudo está a melhorar. O enfeudamento do país ao estrangeiro assume aspectos gritantes. Quem comanda e dirige a política externa do país, quem ordena a política na indústria, na agricultura ou nas pescas, não é tanto o Governo de Cavaco Silva mas é, principalmente, a CEE, os EUA ou o FMI.

«Em lugar de uma política de desenvolvimento e de incentivo às várias formações económicas consagradas na Constituição, o que o Governo promove é uma política de destruição do sector público e nacionalizado, uma política de monstruosas ilegalidades contra a Reforma Agrária, contra os direitos dos trabalhadores, com o objectivo de restaurar os monopólios e os latifúndios.

«É inegável que a oposição à política do actual governo cresce por todo o país e atinge as mais variadas camadas sociais. Assim, é inegável que, através das acções de massas realizadas, em especial dos trabalhadores, e que o Governo tenta ignorar e esconder, em defesa dos seus postos de trabalho, pelo pagamento dos salários em atraso,

pelo melhoramento das suas condições de vida, em defesa das empresas pública e da Reforma Agrária, os trabalhadores têm obtido significativos sucessos.»

A Assembleia dos comunistas de Mafra, um dos concelhos do distrito de Lisboa, examinou um vasto conjunto de prioridades da acção partidária, nomeadamente

a actualização de ficheiros, quotas e cartões, o contacto com todos os membros do Partido durante o próximo ano, as tarefas do recrutamento, da difusão da Imprensa do Partido, do trabalho de fundos e do funcionamento dos CT's, etc. Para o ano de 1987 estão agendadas as Assembleias de Freguesia de Mafra e da Malveira.

A situação em Coruche abordada pela concelhia do PCP

Condições de vida agravadas, situações alarmantes em vários sectores particularmente na agricultura. É a Comissão Concelhia de Coruche, do PCP, que alerta a opinião pública daquela parcela do Ribatejo, em comunicado divulgado recentemente com as conclusões da análise feita à situação política e social do concelho.

Quatro questões essenciais são abordadas nesse documento do Partido:

1. Hoje já muitos pequenos e médios agricultores sabem o que nos reservam os acordos feitos com a CEE, ao exemplo do tomate, com prejuízos para o País na ordem dos três milhões de contos, seguem-se a imposição de medidas desastrosas e anti-

nacionais que levarão ao desespero milhares de agricultores e à expropriação das nossas riquezas naturais.

2. Como se isto tudo não bastasse o Governo de Cavaco/PSD reiniciou os ataques violentos contra a Reforma Agrária. Ao retirar a Herdade da Courela Grande à UCP das Faias e cerca de 300 ha das melhores terras da Fusão das UCP's da Volta do Vale, está-se a destruir as melhores cooperativas de produção do nosso país e a atirar para o desemprego mais de duas centenas de trabalhadores.

3. Aumenta o desemprego. No concelho de Coruche são já mais de 1700 os trabalhadores que não têm emprego regularmente assegurado; o sector empresarial vive em crise perma-

nente. Não há investimento, as condições sociais agravam-se dia-a-dia.

4. A juventude inquieta-se com todas as manobras demagógicas do Governo. Que podem eles esperar de projectos de formação profissional, desenquadrados das realidades nacionais, sem coerência, sem perspectivas de emprego? Por outro lado, o ensino é uma calamidade no concelho.

Tanto no concelho de Coruche, como em todo o País, o caminho para a solução dos problemas exige, desde já, a convergência dos partidos democráticos para a defesa dos interesses populares, da democracia e da independência nacional.

Distrito do Porto

O Orçamento do Estado e os problemas «esquecidos» pelo Governo Cavaco

● A DORP do PCP recorda alguns dos mais importantes...

Hoje já nem a demagogia e a propaganda do Governo conseguem esconder a realidade. Nem a desavergonhada manipulação da Comunicação Social consegue tão pouco impor a imagem de marca da «eficácia e eficiência», tão a gosto do Governo minoritário de Cavaco Silva. O slogan da «popularidade do Governo» vira-se agora contra os propagandistas — garante a Direcção Regional (DORP) do PCP, na nota com as conclusões de uma recente reunião plenária, especialmente dedicada, entre outros pontos, à análise da situação social que se vive naquele distrito nortenho e da proposta governamental de Orçamento do Estado (OE) no que respeita a esta região.

Nessa análise, a Direcção Regional do Porto apresenta números e factos comprovativos de uma grave situação, tanto no plano do emprego, como do ensino, saúde e habitação. A tudo isso há que acrescentar as consequências, que começam a sentir-se fortemente no distrito, da adesão de Portugal à CEE. A DORP avança alguns aspectos desta questão:

«São as importações de produtos da CEE, designadamente de Espanha, como é o caso dos produtos siderúrgicos, afectando gravemente o futuro da Siderurgia Nacional (na Maia e a nível nacional). São as limitações impostas à penetração dos têxteis em Espanha, as ameaças de crescente concorrência no mercado interno de multinacionais instaladas nos países do chamado Terceiro Mundo, a par de crescentes dificuldades de colocação dos têxteis em mercados de países como os Estados Unidos. É o veto da CEE a projectos de investimento nas conservas, relativos à expansão da sua produção e as dificuldades decorrentes dos acordos da CEE com Marrocos. É a ofensiva já desencadeada contra a pesca artesanal e local e a invasão do mercado com pescado importado. São, no que respeita à agricultura, as pressões para diversos processos de reconversão (vinho, carne e leite), a abertura do mercado nacional às importações da CEE (vinho, carne e hortícolas), o programa de reconversão de milhares de hectares de vinha e a imposição de medidas para o arranque de vides. É o logro de grande parte dos fundos comunitários, atando as autarquias a ruinosos processos de endividamento e a projectos e soluções em muitos casos de interesse mais que duvidoso.»

Alterações ao OE

Depois de pormenorizar sector por sector e área por área as insuficiências graves da proposta de Orçamento do Estado (OE) para 1987, apresentada pelo Governo, a DORP sublinha que em relação às verbas aí mencionadas «são necessárias alterações

que permitam dar resposta a muitos dos principais problemas do distrito do Porto», apontando alguns exemplos:

- o lançamento de um vasto programa de promoção directa, pelo Estado, de habitação social no Grande Porto;
- a extensão do âmbito do CRUARB à freguesia da Vitória e a conveniente dotação do Comissariado;
- desenvolvimento do Plano de Reabilitação Urbano do Centro Histórico de Gaia;
- a comparticipação do Estado num plano de emergência de recuperação das ruas do Porto;
- o reforço das verbas orçamentais para o Ensino, nomeadamente tendo em conta a rede pré-primária, certas carências mais gritantes no plano do ensino básico e secundário, e o ensino superior. No ensino superior considera-se indispensável consignar entre outras, a dotação para a instalação da Faculdade de Direito da UP e o sensível reforço de dotação para a Universidade do Porto;

- o reforço das dotações orçamentais para os hospitais do distrito, nomeadamente para o Hospital de Santo António e para o Centro Hospitalar de Gaia, de forma a que não se agrave o grande atraso registado nos respectivos projectos;
- uma dotação que permita o imediato lançamento do projecto de recuperação do Matadouro de Amarante, de modo a que reabra com urgência conforme é aspiração dos agricultores da região;
- a consignação de verbas para comparticipação do Estado na construção da conduta de água do SMAS, das Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR's) de Santo Tirso, Trofa, Aves, Maia, Valongo, Matosinhos e Gondomar, o avanço dos estudos sobre saneamento básico no distrito e a conveniente dotação da Comissão de Gestão da Bacia Hidrográfica do Ave;
- um programa para o desas-

soreamento de portos e barras do distrito;

- o avanço imediato para a construção da Via de Gondomar e do troço adjacente ao Porto da Via Nordeste (no prolongamento de Fernão de Magalhães);
- a modernização das linhas ferroviárias da Póvoa e da Livração até ao Porto;
- a inscrição directa no OE/87 da Quinta de Serralves (para a qual o Governo, surpreendentemente, depois de anunciar a sua compra para o Museu de Arte Moderna não consagra nenhuma verba), a compra e readaptação do Teatro S. João e dotação de diversas entidades e iniciativas culturais e artísticas como a Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto, Cooperativa Árvore — Cultura e Ensino Superior, o Teatro Experimental do Porto, a Orquestra Sinfónica do Porto, o Museu Mineiro de S. Pedro da Cova, etc.

O projecto de Orçamento do Estado para 1987 apresentado pelo Governo minoritário do PSD/Cavaco Silva na Assembleia da República é bem o espelho da sua política antipopular, antidemocrática e antinacional.

Em relação ao distrito do Porto, em vez de dar resposta às graves situações de carência e estrangulamentos registados nas diferentes áreas, malbarata os recursos públicos e conduz ao agravamento das situações e dos problemas.

É particularmente grave a insuficiência das medidas propostas no que respeita a habitação e urbanismo, saneamento básico e defesa do ambiente, ensino, saúde, transportes e comunicações e cultura — **comenta a DORP do PCP.**

Distrito de Santarém — que futuro?

● Um interessante debate promovido pela Direcção Regional do PCP

Debates com o PCP — distrito de Santarém, que futuro? é uma iniciativa da Direcção Regional do Partido, marcada para o próximo dia 1 de Fevereiro de 1987.

Aberto a todos os interessados, o debate agora anunciado pela DORSA do PCP têm como finalidade permitir uma discussão profunda sobre temas de grande actualidade e interesse no distrito de Santarém, debate esse que, naturalmente, deverá ser acompanhado da apresentação de propostas, ideias e alternativas para os problemas regionais.

Ficando para uma próxima edição do Avante! a revelação de mais pormenores sobre a iniciativa, aqui deixamos a referência dos temas desde já propostas para debate em 1 de Fevereiro na capital do Ribatejo:

- Regularização do Vale do Tejo, factor de desenvolvimento (agricultura, indústria, comer-

- cio, turismo)
- Recursos Energéticos
- Transportes e Comunicações
- Meio Ambiente
- Saúde
- Cultura, Desporto e Movimento Associativo
- Imprensa Regional e Local
- Regionalização e Poder Local

Reunião de militantes

No Centro de Trabalho da Direcção da Organização Regional de Santarém (DORSA) do PCP realiza-se amanhã, a partir das 21 horas, uma reunião de militantes do concelho para debate

da situação política e acções a realizar. O camarada Vítor Fernandes, suplente do CC, participará na iniciativa.

Bancas de Natal

Vários Centros de Trabalho do distrito de Santarém abriram as tradicionais bancas de Natal, onde a variedade dos artigos e os bons preços parece serem a nota comum.

Na cidade de Santarém, no CT da DORSA (Largo dos Pasteleiros), a banca apresenta um largo conjunto de brinquedos, livros, discos, louças, roupas, bebidas e artesanato, funcionando das 14.30 às 22 horas.

Na cidade de Tomar a banca inclui, além do que já referimos para Santarém, cerâmica, louça decorativa, candeeiros e vidros da Marinha Grande, jogos, etc.



3.ª Assembleia em Alenquer

No salão do Sporting Clube de Alenquer, prestigiada colectividade do concelho, vai realizar-se já no próximo domingo a 3.ª Assembleia da Organização Concelhia de Alenquer, do Partido Comunista Português.

«Reforçar, lutar, para Abril continuar» é o lema que presidirá aos trabalhos da Assembleia, com início marcado para as 9.30 h.

O camarada José Casanova, membro da Comissão Política

do Partido, participará na iniciativa, intervindo às 16 e 30 num comício de encerramento aberto à população.

A organização de Alenquer está a preparar um almoço-convívio para os participantes na Assembleia, na Quinta do Brandão.

Uma nota final para lembrar que o Sporting Clube de Alenquer se localiza junto ao terminal da Rodoviária.

Coimbra

2.ª Assembleia dos professores comunistas

Várias linhas de orientação e de acção foram definidas pela 2.ª Assembleia da Organização dos Professores de Coimbra do PCP, realizada no último sábado com a participação de meia centena de camaradas.

O balanço do trabalho de organização desde a 1.ª Assembleia, efectuada em Junho de 1984, suscitou uma dinâmica participação no debate, que registou numerosas intervenções.

Ao mesmo tempo que aprofundou conhecimentos sobre os problemas das escolas e dos profissionais do ensino na região, esta Assembleia, realizada no «Rancho» de Coimbra, pro-

porcionou uma análise rigorosa à situação concreta dos professores comunistas e ao funcionamento da organização do Partido.

Ponto importante da Assembleia foi também a eleição do novo organismo de direcção, constituído por 10 elementos de diferentes sectores de ensino, sendo 5 mulheres.

O período de encerramento incluiu uma intervenção do camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do Partido, seguida de debate sobre temas da actualidade. Um magusto-convívio que entrou pela noite concluiu este encontro de sábado.

Nos dias úteis funciona das 10 às 13 e das 14.30 às 22.30 horas. Aos sábados e domingos das 15 às 19 horas. A iniciativa pertence à Comissão da cidade de Tomar do PCP.

E já agora, um pulo até Alpiarça. Aí a banca começou ontem e será mantida em funcionamento das 9.30 h. à meia-noite. As novidades são presença forte.

86 Banca de Natal

NO C.T. DE ALPIARÇA DO PCP

BRINQUEDOS ★ LOIÇAS
VIDROS ★ LIVROS ★ BEBIDAS

DAS 9.30 ÀS 24 horas

A PARTIR DO DIA 3 DE DEZEMBRO

Comissão Concelhia de Alpiarça do P.C.P.



2ª

ASSEMBLEIA
DA CÉLULA DA CARRIS

PCP

Propostas lúcidas para melhorar o serviço da Carris

As políticas governamentais de estrangulamento das empresas públicas, no caso presente as de transporte público de passageiros, aliadas à incapacidade da maioria dos gestores de fazer face com alternativas válidas às Tutelas, levaram a que na generalidade dos casos a resolução dos problemas se faça à custa da redução drástica de pessoal e do nível da oferta, fazendo assim pagar aos trabalhadores das empresas e ao utente em geral a factura que devia ser cobrada aos que são responsáveis ou coniventes com essa situação — salienta a resolução política aprovada na recente Assembleia da célula do PCP na Carris.



A empresa, as organizações representativas dos trabalhadores e as tarefas da célula são temas em destaque no documento-base da 2.ª Assembleia da célula da Carris

A par das lutas dos trabalhadores, da acção das suas ORT's, da vida da célula e de outras questões, a reunião máxima dos trabalhadores comunistas debateu e apreciou um vasto conjunto de problemas da empresa, avançando mesmo algumas das opiniões dos militantes comunistas quanto ao melhoramento da actividade da Carris.

Como sublinha a resolução política aprovada no decorrer dos trabalhos da Assembleia, que teve lugar na Academia de Santo Amaro, «sendo a actividade principal da Carris o transporte público de passageiros, à superfície, na cidade de Lisboa, os parâmetros do binómio lucro-bom serviço estão necessariamente em contradição entre si. O objectivo da empresa tem de ser encarado com a prestação dum serviço social e não como a obtenção dum bom resultado da exploração, o que não impede contudo a procura de soluções que a tornem economicamente mais rentável».

Afirmando que «a rentabilidade da empresa passa logicamente pelo aumento de produtividade dos seus trabalhadores, mas também e acima de tudo pelas condições internas e externas que permitam desempenhar a sua actividade com a qualidade exigida», a 2.ª Assembleia da célula concluiu que, para se concretizarem tais objectivos, a Comissão Administrativa da empresa deve exigir do Governo «a integração entre urbanização e ocupação dos solos e os trans-

portes; a operacionalização de entidade coordenadora dos transportes da zona da Região de Lisboa, de modo a obter-se uma optimização dos meios existentes nos vários operadores, e futuros desenvolvimentos; a adopção de medidas que visem a diversificação e flexibilidade dos horários de trabalho, de modo a esbater as pontas; a interdependência entre aumento de combustíveis para transporte individual e tarifas dos transportes colectivos», entre outras medidas.

Por outro lado, da parte da Câmara Municipal de Lisboa, a CA da Carris deve exigir «uma melhor gestão da via pública que privilegie o transporte colectivo urbano, e permita portanto o aumento da velocidade comercial; o prosseguimento da computorização do controlo semafórico; a fiscalização eficaz em zonas aonde o estacionamento ilegal coexiste com uma capacidade de estacionamento legal disponível; a utilização de parques públicos subutilizados, em zonas em que a capacidade de estacionamento legal público é deficitária; a tarifação do estacionamento nas zonas de maior procura, de modo a diminuir as restrições introduzidas no transporte público, que aí circula com muito baixas velocidades; a criação de parques de estacionamento periféricos, com adequadas ligações às redes de transportes colectivos; a disciplina das cargas e descargas; o prosseguimento da criação de corredores para Transportes Públicos; a resolução dos estrangulamentos à circulação.»

Lisboa

Campanha na 6.ª Zona atingiu 1200 contos

Já ultrapassou os 1200 contos a campanha de fundos que decorre na 6.ª zona da organização local de Lisboa do PCP com vista ao pagamento dos encargos com um novo Centro de Trabalho.

A campanha tem decorrido em bom ritmo, com várias iniciativas realizadas e em preparação. Por exemplo, de 8 a 23 de Dezembro funcionará nas novas instalações do Partido (Rua Comandante Fontoura da Costa, 39, loja H) uma banca de Natal, com boas propostas para uma oferta nesta quadra: roupas, artesanato, brinquedos, loiças, vinhos, etc. A banca — iniciativa das Comissões de Freguesia da Ameixoeira e do Lumiar — funcionará entre as 17.ª e as 23 horas nos dias úteis e das 10 às 19 ho-

ras aos sábados e domingos, sendo acompanhada de um adequado serviço de bar.

No próximo dia 14, às 13 horas, decorrerá um almoço-convívio, também integrado na campanha. As inscrições podem ser feitas no CT da António Serpa, através do telefone 76 78 25 ou no Vitória. Também nestes CT's do Partido ocorreram as inscrições para a excursão promovida pela 6.ª zona já no sábado a Badajoz, com partida às 6 horas da manhã na Praça de Santo António em Alvalade e o regresso a Lisboa cerca das 21 e 30 horas.

No sábado, os militantes comunistas da freguesia da Charneca vão encontrar-se num plenário às 15 horas, no Centro de Trabalho das Galinheiras (ver Agenda).

Novo CT em Setúbal

Aprovado o projecto de construção, a campanha dinamiza-se e avança!

Finalmente aprovado o projecto do novo CT — esta a principal notícia da Folha n.º 2 editada pelo grupo de trabalho da campanha pró-Centro/Concelhia de Setúbal, divulgada em Novembro. O gráfico dos primeiros 20 em meados do passado mês (evolução das metas em percentagem de 20 organizações de

base do Partido no concelho), a importância das iniciativas a desenvolver até ao fim do ano e a referência a alguns exemplos de acções promovidas para o avanço da campanha são também temas contemplados na Folha de Novembro.

Recorde-se que decorre em todo o distrito de Setúbal a cam-

panha «60 mil contos para a luta dos trabalhadores», tendo em vista a construção, na capital do Sado, do novo e urgente CT da Direcção Regional.

A aprovação camarária do projecto é assim comentada pelo grupo de trabalho da Concelhia de Setúbal:

«Após alguns meses de apreciação nos Serviços Técnicos da Câmara Municipal de Setúbal, o projecto do novo Centro de Trabalho foi finalmente aprovado.

«O atraso verificado, que pode pôr em causa o início das obras ainda este ano, deveu-se fundamentalmente à incompreensão de um técnico superior da CMS.

«Entretanto, como era de esperar, venceu o bom senso; o nosso projecto tem merecido profundos elogios dos sectores que o conhecem, porque o mesmo introduz muitas inovações, particularmente na defesa do património histórico e cultural da cidade.

«Concluído o projecto, encetámos contactos a fim de avançarmos rapidamente com as obras ou por adjudicação ou por administração directa, dependendo sobretudo das contrapropostas que nos forem apresentadas.»

SECTORES	EVOLUÇÃO DAS METAS EM PORCENTAGEM									
	10	20	30	40	50	60	70	80	90	
JURISTAS										
TECNITOOLS										
MAGUE										
TEXTEIS										
A.MUNICIPAL										
S.JULIÃO										
C:CONCELHIA										
C.ESPECIFICAS										
TRAB. CÂMARA										
S.MARIA										

Os 10 primeiros em meados de Novembro

A festa do atletismo **Algés** para comemorar um novo CT

Várias iniciativas têm assinalado o programa de comemorações do novo Centro de Trabalho do PCP, em Algés, que será inaugurado no dia 14. Há dias foi com desporto e neste caso com atletismo que a notícia do novo Centro veio para a rua. A prova aconteceu em Algés e reuniu cerca de 400 participantes. As classificações aqui ficam:

Por equipas — 1.º, As Lebres, de Vale Formoso; 2.º, Romeirenses; 3.º, Os Amigos do Atletismo; 4.º, Linda-a-Pastora; 5.º, Associação de Moradores Bento Gonçalves; 6.º, Amigos do Bino; 7.º, ex-

-aequo, Império do Cruzeiro e SC de Linda-a-Velha; 9.º, Associação de Moradores 18 de Maio; 10.º, «o diário».

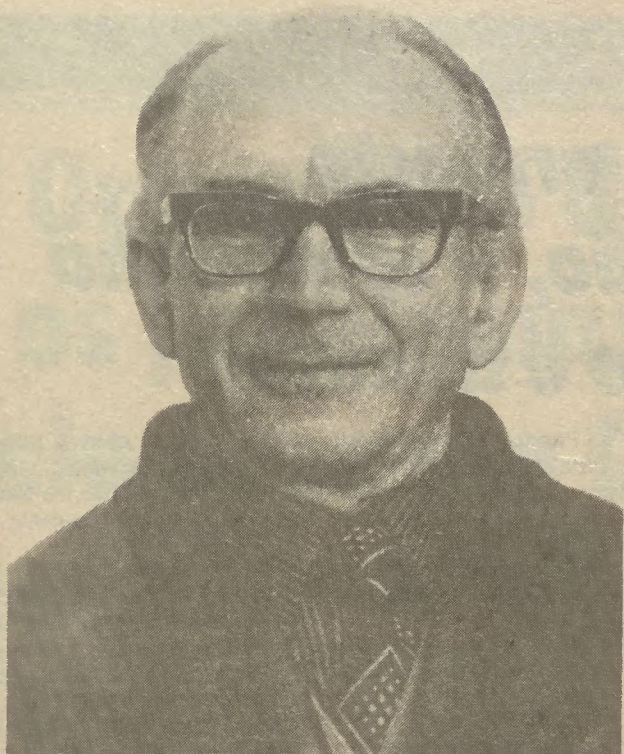
Os vencedores por escalões: pré-infantis masculinos — Ricardo António (Romeirense); pré-infantis femininos: Cláudia Longa (Lebres); infantis masculinos: Vítor Gouveia (Romeirenses); infantis femininos: Sofia Bento (Amigos do Atletismo); iniciados masculinos: Mário Alves (Amigos do Atletismo); iniciados femininos: Ana Isabel Abreu (Lebres de Vale Formoso); juvenis masculinos: António Fontes (Associa-

ção de Moradores Bento Gonçalves); juvenis femininos: Luzia Gomes (Romeirenses); juniores masculinos: Carlos Sousa (Romeirenses); juniores femininos: Ermelinda Oliveira (Lebres do Vale Formoso); seniores masculinos: Eugénio Lourenço («o diário»); seniores femininos: Fernanda Mendes (Lebres de Vale Formoso); veteranos I-masculinos: Luís Gonçalves (Lebres); veteranos II-masculinos: Salvador Passos (Império do Cruzeiro); veteranos III-masculinos: Manuel Custódio (SC Linda-a-Velha); veteranos femininos: Fátima Abreu (Lebres).



O novo Centro de Trabalho do Partido em Algés será inaugurado no próximo dia 14, com uma jornada festiva nas instalações do Algés e Dafundo. Depois de um almoço de confraternização, a iniciativa continua com um comício em que intervirá o camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política do Partido. Entretanto, para amanhã, foi anunciada outra acção comemorativa da abertura do novo CT: trata-se de uma sessão vídeo, com 2001 Odisseia no Espaço, no Algés e Dafundo. E já que o grande dia se aproxima, a organização local do Partido lança um apelo à participação dos camaradas nos últimos retoques das jornadas de trabalho voluntário

Terra



FRANCISCO MIGUEL DAS PRISÕES À LIBERDADE

Texto organizado
por FERNANDO CORREIA



Na venerável galeria dos heróicos combatentes antifascistas portugueses que, durante décadas se opuseram ao regime opressor, é fácil encontrar dezenas de homens e mulheres com longos anos de prisão e vidas inteiras de sacrifício e sofrimento inteiramente consagradas à luta pela libertação do povo e da pátria. Mas difícil é encontrar alguém que, como Francisco Miguel, tanto e durante tanto tempo tenha sofrido e lutado.



Reforma Agrária vem a Lisboa

No prosseguimento das acções em defesa da Reforma Agrária — iniciativas inseridas num programa de luta recentemente aprovado no Encontro de Montemor-o-Novo com vista a sustentar a ofensiva governamental — ultimam-se os preparativos para a jornada a realizar em frente à residência do Primeiro-Ministro, entre os próximos dias nove e treze do corrente, em Lisboa.

Protestar contra a intensificação dos ataques e exigir o fim da entrega de terras, contam-se entre os principais objectivos

desta jornada da Reforma Agrária durante o qual os seus promotores — UCPs/Cooperativas, Secretariados e Sindicatos Agrícolas — procurarão avistar-se com Cavaco Silva.

Sem ilusões quanto a este Governo e convictos de que só uma nova política e um novo governo poderão responder cabalmente aos graves problemas do momento presente, os representantes da Reforma Agrária entendem, todavia, não dever perder esta oportunidade para tentar entregar um memorando no qual procedem a uma análise ri-

gorosa da actual ofensiva, designadamente à denúncia das ilegalidades, prepotências e abusos de autoridade que têm vindo a ser cometidos com frequência pelo Governo no Alentejo e Ribatejo.

A exigência de que seja posto termo a todas as formas de ofensiva bem como o garante do prosseguimento da Reforma Agrária constituem, pois, aspectos centrais desta deslocação da Reforma Agrária a Lisboa, objectivos que a não serem satisfeitos poderão levar os trabalhadores a desencadear outras formas de

luta como seja uma marcha para a capital em moldes e data a definir.

No âmbito da vasta acção nacional em curso de solidariedade para com a Reforma Agrária continua entretanto a decorrer a nível nacional um abaixo-assinado, enquanto está marcado para amanhã, em Évora, um debate promovido pela Câmara Municipal em que participarão eleitos dos cinco distritos da zona de intervenção para reflexão da presente situação e eventual tomada de posição pública.

Agricultores de Lisboa contra novos encargos

O recente aumento para 2\$50 da taxa sobre o vinho, em vigor desde meados do passado mês de Novembro, está a suscitar fortes reacções de descontentamento entre os produtores os quais se vêem confrontados deste modo com novos agravamentos que põem em sério risco as suas explorações.

Alertando para a gravidade de tal medida, o Secretariado das Ligas e Associações da Agricultura do Distrito de Lisboa tornou pública a sua posição perante

este facto, convidando os seus associados e os agricultores em geral para protestarem junto das entidades oficiais, designadamente junto do Ministério da Agricultura, contra este novo encargo, deliberado sem que haja em contrapartida qualquer melhoria do preço pago aos produtores.

Com efeito, nos últimos anos, têm-se mantido sensivelmente iguais os preços do vinho à produção, situação bem diversa da

existente com os factores de produção, sujeitos a constantes e galopantes aumentos.

Queixam-se ainda os agricultores da forma como têm actuado os Serviços Regionais do Ministério da Agricultura, a quem acusam de perante a solicitação de informações dos agricultores revelarem total falta de conhecimentos sobre as mais variadas matérias (nomeadamente facilidades e soluções) que, entretanto, vários órgãos de comunica-

ção social vão insistentemente propagandeando.

Interpretando este estado de coisas como uma tentativa de «estrangulamento da nossa agricultura», e no sentido de evitar isso, as Ligas e Associações de Agricultores do Distrito de Lisboa estão a levar a efeito um conjunto de acções de esclarecimentos por forma a desmascarar a política agrícola do Governo e a mobilizar os homens do campo em defesa dos seus legítimos interesses.

Povos de Coimbra defendem baldios

**Encontro
distrital
dia 14**

Com o objectivo de analisar a situação decorrente das mais recentes iniciativas legislativas do PSD e do CDS, tendentes a retirar a administração democrática dos baldios aos povos serranos, realiza-se o próximo dia 14, na Casa do Povo de Coja, concelho de Arganil, um Encontro extraordinário de Baldios.

Convocado pelo Secretariado dos Baldios do Distrito de Coimbra, o Encontro para além de

apreciar a ofensiva em curso e de proceder à adopção de formas de luta em defesa destas terras comunitárias, procurará sensibilizar os deputados para que não aprovelem leis injustas que introduzam novos elementos de conflito e insegurança entre os compartimentos.

Recorde-se, com efeito, que os baldios têm sido alvo da cobiça de grandes empresas de ce-

lulose e das multinacionais, objectivo que só não foi por diante graças à resistência e à luta dos povos e aos próprios obstáculos impostos pela actual lei (39 e 40/76), uma lei considerada «boa e justa».

Importante fonte de receita para a introdução de notáveis obras e melhoramentos, os baldios têm constituído um importante factor de progresso e de

melhoria da qualidade e da condições de vida das populações.

Empenhados em defender por todos os meios os seus maninhos, os povos e compartimentos de Coimbra esperam assim que este Encontro defina orientações e formas de luta que permitam garantir a continuação da sua administração democrática e salvaguardá-la das investidas de interesses económicos alheios à comunidade.

Poder Local

MONTIJO

APU em Pegões!

Como é sabido, realiza-se no próximo dia 14 o escrutínio para as novas cinco Juntas de Freguesia do Concelho do Montijo, criadas o ano passado pela Assembleia da República. Resumimos nesta edição as propostas eleitorais da APU para a Freguesia de Pegões, cuja lista é encabeçada por **João Chambel Simões**. De recordar que destas eleições pode resultar uma profunda alteração nas autarquias do Concelho, estando a APU em condições de desalojar a aliança PS/PSD da sua posição tangencialmente maioritária no órgão máximo do Concelho — a Assembleia Municipal.

Após saudarem a população da jovem Freguesia de Pegões, «aspiração antiga e justa de todos os seus habitantes, e que as forças políticas que formam a APU sempre defenderam e apoiaram», os candidatos da Aliança Povo Unido afirmam:

«Este processo extremamente moroso culminará no acto eleitoral de catorze de Dezembro, onde nos apresentamos com um programa por nós elaborado, que pretendemos levar à prática e que é apenas uma parte das muitas necessidades que afectam a Freguesia, mas que pensamos serem prioritárias, e que nós, candidatos da APU, embora conscientes das dificuldades inerentes aos diversos assuntos, havemos de solucionar juntamente com a população, e seguindo o lema — trabalho, honestidade, competência».

Assim «os candidatos da Aliança Povo Unido pretendem festejar activamente este acontecimento que consideram de relevante importância para o futuro e progresso da nossa terra e dispõem-se a fazer uma campanha eleitoral particularmente festiva, com alguns momentos de convívio e confraternização, para os quais convida a população a participar.

«Estamos certos — prossegue a APU — que todos os eleitores participarão também massivamente no acto eleitoral de 14 de Dezembro, conscientes que esta página da história da nossa Fre-

guesia, pelo seu significado e importância, deve ser, **tem que ser escrita** por todos, e que usarão esse direito que democraticamente a Constituição lhes confere, para eleger os homens e mulheres desta lista, dispostos a desenvolver a actividade e a atingir os objectivos a que nos propomos.»

Em seguida a APU resume assim o seu conjunto de propostas de acção para a Freguesia de Pegões:

• **Desporto, tempos livres e juventude** — Construção de um polidesportivo em Pegões Cruzamento.

• **Saúde e acção social** — Instalação de parques infantis: em zona a definir em Pegões Cruzamento; no recinto da escola primária de Pegões-Gare; no recinto da escola primária das Craveiras; no recinto da escola primária dos Afonsos, diligenciar a construção de creche na zona dos Afonsos.

• **Habitação/urbanismo** — Início do estudo para implantação de um mercado de abastecimentos.

• **Saneamento e salubridade** — Construção de sanitários públicos em Pegões (cruzamento).

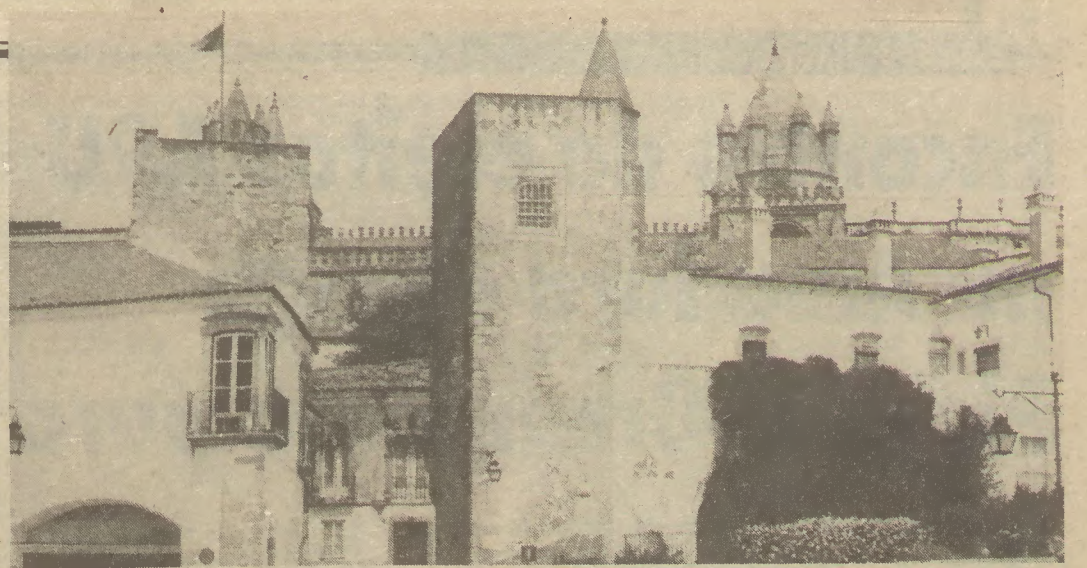
• **Esgotos** — Estudar lançamento Quinta da Lua; drenagem da rua principal do cruzamento de Pegões com implantação do sistema de escoamento de águas poluídas; instalação de esgotos pluviais na rua de acesso à Quinta da Lua; obras de sa-

neamento do «Monte do José Segundo» rua de trás que ainda está incompleto.

• **Abastecimento público — Águas:** Estudo para o abastecimento de água à Quinta do Sol e em S. João das Craveiras. **Electrificação:** Colaboração com a Câmara para pressionar a EDP tendo em vista melhorar a electrificação em geral nas freguesias, estudando a colocação de mais candeeiros de iluminação pública de acordo com as necessidades; iluminação da Estrada Nacional n.º 10, entre o Bairro do Capitão e a Quinta do Sol.

• **Transportes/Correios e Telecomunicações** — Continuação dos esforços, em colaboração com a Câmara, para instalação de cabinas telefónicas públicas nos seguintes locais: Cruzamento de Pegões, Afonsos e Craveiras; continuação dos esforços, em colaboração com a Câmara Municipal, a fim de passar a ter passagem de nível com guarda na localidade de S. João das Craveiras; colocação de sinalização na estrada camarária existente na Freguesia (Afonsos ao cemitério); solicitar à JAE a colocação de sinalização nos Afonsos de **Redução de velocidade** para evitar os acidentes.

• **Rede viária** — Conservação de toda a rede existente sobretudo nos caminhos de terra batida; reparação de diversas ruas no Cruzamento de Pegões: Quinta do Sol, Rua do Talho, Rua General Humberto Delgado, Quinta da Lua, Bairro do Capitão Duarte, junto à farmácia, arranjo dos passeios na rua principal; arranjo do piso junto aos abrigos de passageiros; elaboração de projecto para as seguintes estradas: Bairro Simões, Quinta da Judia ao Pontal, do Moleiro e Rua da Escola Velha do Pontal.



Évora património mundial

O centro histórico de Évora foi classificado Património Cultural Mundial. A decisão foi tomada no dia 25 de Novembro, em Paris, na reunião do Comité do Património Mundial da UNESCO.

A decisão foi tomada tendo em conta o facto de Évora constituir o melhor exemplo de cidade da «idade de ouro portuguesa», e, por outro lado, só a paisagem urbana de Évora permitir compreender, actualmente, a influência que a arquitectura portuguesa exerceu no Brasil, nomeadamente em cidades como S. Salvador da Baía.

Évora possui hoje, contido nos limites das suas muralhas, um conjunto arquitectónico homogéneo, se bem que com uma grande diversidade de estilos, cuja dimensão fez desta cidade um caso único. A

estagnação e imobilismo que caracterizaram os anos anteriores ao 25 de Abril permitiram que o seu valioso património arquitectónico se conservasse praticamente intacto.

Todavia, a «revolução dos cravos» sacudiu Évora da sua quietude e a cidade foi desperta para dar resposta a novas necessidades. Hoje, Évora é não só uma cidade arquitectónica rica, mas simultaneamente uma cidade viva e perspectivada para o futuro.

A singularidade de Évora reside precisamente no facto de aliar a um valioso património arquitectónico uma vivência humana e cultural extremamente rica, que nos últimos anos a tem reconduzido ao seu destino de capital regional.

A classificação de Évora como património mundial foi sugerida em 1984 pela Câmara Municipal de Évora ao IPPC que, com conhecimento da comissão nacional da UNESCO, apresentou, através do Ministério dos Negócios Estrangeiros, a proposta ao Comité do Património Mundial daquele organismo. A Câmara Municipal de Évora, que tem em curso desde 1981 um programa de recuperação do centro histórico de Évora, espera com esta classificação vir a obter apoios que se lhe tornam indispensáveis para levar a cabo o programa de recuperação que aprovou em 1982.

A assinalar a classificação de Évora como património mundial, a Câmara vai realizar de 7 a 14 de Dezembro uma semana cultural.

Provado mais uma vez...

Covilhã necessita de uma Câmara APU!

Realizou-se no dia 16 de Novembro de 1986, na Escola Secundária Frei Heitor Pinto na cidade da Covilhã, o Encontro sobre Poder Local promovido pela Comissão Concelhia da Covilhã do PCP com o lema: «com o PCP reforçar o Poder Local». Participaram eleitos e candidatos pela Aliança Povo Unido à Câmara e Assembleia Municipais da Covilhã, Juntas e Assembleias das principais freguesias do concelho, com destaque para as de maioria da Aliança Povo Unido, membros da Concelhia da Covilhã, da Distrital de Castelo Branco, da DORBI do PCP e ainda **Luís Sá**, do CC do PCP e director da Revista «Poder Local», e **José Soeiro**, da Comissão Política do CC do PCP.

O Encontro que teve como objectivo principal fazer o balanço ao trabalho realizado nestes primeiros meses de actividade e perspectivar o trabalho futuro, concluiu designadamente:

1 — «Ser altamente positivo e digno do maior mérito o trabalho desenvolvido pelos eleitos comunistas e outros democratas eleitos na Câmara, Assembleia Municipal, Juntas e Assembleias de Freguesia do concelho, constituindo a sua acção uma demonstração inequívoca da sua honestidade, competência, dinamismo e dedicação para resolver os problemas da população e do concelho».

2 — «Ser cada vez mais evidente a incompetência e incapaci-

e consequente resolução dos problemas».

3 — «Ser necessário desenvolver um maior trabalho de esclarecimento e informação junto das populações, por forma a dar a conhecer o trabalho realizado, as dificuldades encontradas e os responsáveis pelas mesmas, discutir os projectos futuros bem como as acções consideradas necessárias para a sua realização».

Conclui-se, finalmente, que «a obra notável realizada em tão curto espaço de tempo pelos eleitos da APU, que irá em breve ser dada a conhecer à população, apesar das dificuldades que lhes são criadas, em contraste com o trabalho realizado pelos eleitos das restantes forças políticas, são a confirmação de que o concelho da Covilhã precisa, e precisa urgentemente, de uma câmara APU».

Os presentes no encontro manifestaram a sua disposição de prosseguir com firmeza e determinação o seu trabalho em prol do bem-estar da população e do progresso do concelho, desenvolvendo para isso as acções necessárias para pôr fim à paralisia e incompetência da presidência PSD/CDS de Álvaro Ramos.

Palmela confirmado em Encontro da APU virada ao futuro

Realizou-se no passado dia 23 de Novembro, no Concelho de Palmela, um Plenário de Eleitos APU nas Autarquias Locais do Concelho, para balanço do trabalho realizado em 1986 e perspectivas de acção para o ano de 1987. Neste encontro estiveram presentes representantes de todas as estruturas do concelho, assim como participantes nas listas APU nas eleições autárquicas de 1985.

Nas conclusões os representantes da APU consideram «bastante positivo o balanço possível de 1986, tendo em conta as dificuldades existentes, especialmente de ordem financeira. De qualquer forma, o programa concelhio da APU tem sido cumprido, o que nos permite encarar o futuro com optimismo» — sublinhou-se.

Foram concluídas importantes obras: saneamento básico, rede viária, ambiente, ensino e juventude e equipamentos colectivos. Foram lançadas as bases para a criação de mais uma freguesia no concelho (futura freguesia do Poceirão) o que irá beneficiar bastante a população daquela

zona. Mas «apesar de tudo, existem lacunas que deverão ser colmatadas, nomeadamente no capítulo da higiene e limpeza e reparação de caminhos. Com a descentralização para as Juntas de Freguesia da limpeza urbana, pensamos que este problema será resolvido já no próximo ano», adiantou-se no encontro. Quanto às perspectivas para 1987, aponta-se para a «melhoria da imagem urbana, construção da piscina municipal, Plano Director municipal, a recuperação de loteamentos ilegais, construção de equipamentos colectivos (polidesportivos, parques infantis e jardins), intensificar a informação junto das popu-

lações, quer por escrita quer através de plenários e reuniões».

«Estamos numa altura decisiva para «arrumar a casa» — afirmou-se — após a reorganização dos serviços camarários. Apesar de ainda serem necessárias algumas obras de saneamento básico, arruamentos e rede viária, iremos entrar decisivamente na construção de equipamentos colectivos e actividades socioculturais, nomeadamente relacionadas com a juventude.

Finalmente considerou-se que para o programa que a APU apresentou ao povo do concelho e que obteve o voto maioritário das populações seja cumprido e compreendido, é necessário que todos os eleitos e participantes nas listas APU, trabalhadores da autarquia e comissões de moradores, unam esforços para levar a bom termo esta tarefa, que será transformar o Concelho de Palmela no sentido do seu desenvolvimento nos domínios económico, social e cultural».

Poder Local

Encontro de eleitos APU na Amadora discute Plano e Orçamento para 87

Realizou-se no passado dia 27 nas instalações da sede da Sociedade Filarmónica Recreio Artístico, na Amadora, um Encontro Concelhio da Aliança Povo Unido que contou com a participação do Presidente da Câmara, Orlando de Almeida, e demais eleitos e activistas da APU nos órgãos de Poder Local do município, além de dirigentes do PCP e do MDP e de muitos independentes. Em debate estiveram as propostas e principais orientações para o Plano de Actividades da Câmara e Juntas de Freguesia para o ano de 1987.

A nova situação política local, marcada pela existência de maioria absoluta em 12 dos 18 órgãos de Poder Local criou condições para a elaboração e discussão ampla de um Orçamento e Plano de Actividades à medida das necessidades do concelho.

A par da elaboração do Orçamento e do Plano, este Encontro salientou além do mais a importância do «arranque do Plano Director Municipal, instrumento-base de gestão e desenvolvimento da vida local que deverá estar concluído em fins de 1988. Tal Plano aponta para três direcções fundamentais, a saber, «redução da dependência de Lisboa, definição da vocação económica do Município e concretização do destino e regras de uso do solo».

E é, um pouco dentro destas

linhas que se orientam, quer o Orçamento, quer o Plano para 1987.

Naturalmente que estas propostas agora em discussão têm que medir-se com as condicionantes de ordem geral, em particular com a política centralizadora e antidemocrática dos governos de direita e em especial do actual. O aumento de verbas do FEF na proposta orçamental do Governo continua a ser exíguo consideradas as necessidades existentes (esperando-se que a AR lhe introduza as necessárias correcções) e, por outro lado, continuam por pagar 400 mil contos da dívida do Estado à Amadora pendente desde há 5 anos e relacionada com a instalação do Município e a aquisição do Centro de Saúde da Amadora.

Pendente está, também, a construção da passagem inferior da CP — obra a que há longos Anos aspira a população do concelho — a instalação do Tribunal da Amadora, a construção do Hospital e o processo para a construção do Quartel dos Bombeiros Voluntários.

Relativamente ao Plano de Actividades Municipal para 1987, ele coloca como opções centrais, «a reestruturação de serviços, a informatização gradual do trabalho autárquico, a acção sociocultural, desportiva e com a juventude, a melhoria da limpeza urbana, a procura de soluções regionais em associação com outros municípios para o destino final a dar aos lixos, a melhoria da imagem urbana, a criação da estrutura autónoma de gestão de redes de água e esgotos, a continuação do plano de arranjo e recuperação de escolas e a implementação do Plano Director, do Plano Informático e do Plano de Circulação e Transportes».

Quanto ao trabalho nas freguesias, são prioridades de intervenção, por ordem decrescente, «a conclusão das obras pendentes, os arranjos urbanísticos de pequena obra, a melhoria do

mobiliário urbano de forma coordenada interfreguesias, as acções de carácter desportivo e cultural, com especial atenção para a juventude, a defesa dos espaços verdes e a aquisição de equipamentos e máquinas indispensáveis ao desenvolvimento das tarefas das Juntas de Freguesia».

Para o avanço de todo este imenso plano, será necessário «aumentar em cerca de 20 por cento as transferências orçamentais, o que será garantido no Orçamento Municipal».

Mas, para além das dotações orçamentais, nacionais e locais, torna-se fundamental desenvolver o diálogo com as populações, os trabalhadores e as organizações populares do concelho. O plenário registou, aliás, o esforço feito nesta área.

Como consta do documento final de conclusões, «a proximidade de autarquias/população e a sensibilidade geral para os problemas locais são terreno óptimo para a busca e a prática de soluções democráticas que respeitem por inteiro o interesse geral das populações que confiam cada vez mais nos eleitos Povo Unido».



Praça da Liberdade

A sopa de pedra

A iniciativa do PS que adoptou a abusiva designação de «Convenção da Esquerda Democrática» foi lançada com grande espalhamento nos jornais. Multiplicaram-se as conferências de imprensa, os desdobráveis com os painéis de temas, os anúncios.

Chegou a hora da concretização e fica-se surpreendido com a vacuidade que a iniciativa pode ter. Há dias, num hotel do Porto, tiveram lugar as jornadas regionais da Convenção. Eis algumas jóias colhidas nas intervenções:

«Nenhum socialista considera já a empresa como um terreno da luta de classes...»; «... o poema homérico da escola revolucionária dos herdeiros da Contracultura de sessenta, relata, para os mais novos mitos do século passado»; «A direita pretende esbater somente as desigualdades sociais mais profundas»; «Ninguém nasce ou acorda de esquerda ou de direita»; «É fomentar a industrialização de ser»; «Pode inventar muitas esquerdas e quantas mais melhor, mas os valores são sempre os mesmos: os ventos»; «Ser de esquerda é a mesma coisa que ser de direita, com a única diferença que é a de ser de esquerda»; «Era fatal a esquerda perder tudo o que tinha a perder, mas hoje ainda é esquerda e tem pernas e mãos (sic) para andar...»; «... a política moderna está sodomizada pela vida»; «Reduzido a um discurso de retórica, o debate "político" entre "direita" e "esquerda" demarca apenas os modos de gestão de um mesmo tipo de sociedade»; **E, talvez em jeito de penitência:** «Ser de esquerda não é chegar tarde a tudo e dar a mão-de-obra, a sua mão de obra à direita»; «Governando como se estivesse na oposição e ainda por cima a tomar medidas que iam em oposição à sua ambição teórica».

Não nos culpem! São puras citações. Textuais.

E que elas não levem ninguém a pensar que a iniciativa do PS pode não ser brilhante mas, ao menos, é inocente. Que não é!

Como diz o nosso povo, num lado se põe o ramo, no outro se vende o vinho. No Porto, foi clara a manobra. Vendeu-se o projecto do PS sobre as regiões administrativas. De resto, discutiu-se o sexo dos anjos. Que é um modo expedito de não discutir o que interessa à democracia portuguesa: a necessidade da convergência das forças democráticas para uma alternativa política.

É uma sopa de pedra. Fala-se de «reencontro» e de abertura ao diálogo para que o PS possa aparecer, uma vez mais e ainda, sozinho... ou mal acompanhado. Para continuar a vender a teoria da «alternância» alçada agora à categoria de «acordo de regime» entre Constâncio e Cavaco.

Tudo isto seria ridículo se não fosse bloqueador da procura de uma solução democrática para a situação política portuguesa. Com a sua Convenção, o PS continua sozinho. O PS sozinho não é alternativa.

■ AG

Entrevista com candidato da APU

Mudar Rio Tinto

No próximo dia 14 de Dezembro, vão realizar-se eleições para a Junta de Freguesia da Vila de Rio Tinto, uma localidade limítrofe do Porto. Sobre o significado deste acto eleitoral e os problemas com que se debate a Junta, ouvimos **Albino Teixeira dos Santos**, cabeça de lista da APU.

«Avante!» — O que pensas do presente acto eleitoral?

T.S. — Pensamos que, passados 12 anos sobre o 25 de Abril e 10 anos sobre a instituição do Poder Local democrático, é tempo de mostrar às populações da Vila de Rio Tinto que o modelo de vestuário político com que as enfiaram está fora de moda por não corresponder às suas reais necessidades, às suas justas aspirações.

Pensamos que é tempo das populações da Vila de Rio Tinto abandonarem a ideia que lhes foi inculcada de que à Junta de Freguesia pouco mais compete do que passar atestados e certidões, olhar pelo conforto dos mortos porque — dizem eles — cuidar da qualidade de vida dos vivos está fora da competência dos órgãos autárquicos da freguesia, porque — continuam dizendo — sem a simpatia da Câmara nada podemos fazer. E, pelo que estamos a auscultar junto dos moradores, este acto eleitoral vai ser um passo em frente contra o imobilismo, o «não te rales», o «deixa andar».

«Avante!» — Então os mora-

dores ainda crêem nesse conceito ultrapassado?

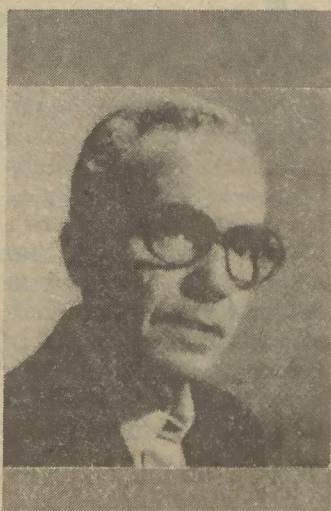
T.S. — Infelizmente, ao longo dos últimos dez anos, é o que se tem verificado pois tem sido a alternância PS/PSD em Rio Tinto, que tem perpetuado o marasmo e a rotina.

Tão dolorosa realidade tem evitado que as populações compreendam que as Juntas de Freguesia constituem as instâncias mais apropriadas para a mobilização das energias colectivas por se encontrarem intimamente ligadas ao dia-a-dia, às necessidades e aspirações dos moradores.

Mas, o mais caricato e o mais insultuoso para os moradores é o facto de, ainda nesta campanha eleitoral, um pretendente a presidente da JF de Rio Tinto, em carta dirigida aos eleitores, afirmar pomposa e, repito, caricatamente, esta monstruosidade: «a Vila de Rio Tinto é altamente dependente do município».

«Avante!» — E que pensam os eleitores de tal ignorância, se de ignorância se trata?

T.S. — Por mim, entendo que



Albino Teixeira de Sousa, cabeça de lista da APU à Freguesia de Rio Tinto, Porto

se trata de um misto de ignorância e má-fé.

De ignorância, porque não sabe tal candidato que a população da Vila de Rio Tinto é 33,6% da população concelhia; que os riointenses desembolsam 49% da totalidade das contribuições e impostos cobrados no concelho; que, no que respeita à contribuição predial, ao imposto sobre veículos automóveis e à sisa, a reverterem na totalidade para os cofres do município, é com 33% da totalidade destas verbas que os riointenses concorrem.

Ocorre, então, perguntar: quem depende de quem?

De má-fé, porque se insinua em tal declaração que, se o presidente da JF vestir o mesmo figurino do presidente da Câmara Municipal, será um mar de rosas a banhar a Vila de Rio Tinto.

«Avante!» — Então o que pensas que vai acontecer a partir de 14 de Dezembro?

T.S. — Penso que os moradores vão despir o modelo que, por enganadoras promessas e por desinformação, usam desde há dez anos.

E, justamente, porque sabemos do vasto leque de acções dos órgãos autárquicos da freguesia, porque sabemos que a participação das associações culturais, de recreio, desportivas, dos moradores em geral, no processo criador é fundamental, nos propomos intervir com a nossa capacidade, que não pode ser posta em dúvida.

A nossa intervenção terá que ter em conta as características estruturais da Vila de Rio Tinto.

Sendo Rio Tinto marcadamente um zona dormitório da cidade do Porto, deverá merecer uma atenção específica na via do seu desenvolvimento, conforme a lista das 20 prioridades já estabelecidas e cujas resoluções vêm expressas no Programa-APU, pronto a ser submetido à análise e parecer da população.

Gâmbia bloqueia comboios

O «corte» da vitória

Na sequência de um plenário realizado recentemente entre a população da Freguesia da Gâmbia, Concelho de Setúbal, e elementos das Juntas de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra e de Palmela, novo plenário teve lugar no passado sábado, mas desta vez junto à linha do caminho-de-ferro, no cruzamento da EN n.º 10 para a localidade da Gâmbia. Em questão a fatídica passagem de nível do local, que já causou numerosas vítimas.

Este novo plenário iniciou-se às 9.00 e decidiu bloquear a linha até à obtenção de um compromisso, por parte da CP, de encontrar uma resolução imediata para o problema. Segundo a nota de imprensa divulgada pela organização do plenário, uma força de intervenção da GNR es-

teve «presente e actuante no local», em atitude ameaçadora que não conseguiu impedir a população de bloquear a linha, com paragem do movimento ferroviário, entre as 9.30 e as 15.00, hora em que se obteve da CP o compromisso da resolução provisória e imediata da colocação de um guarda na fatídica passagem de nível, até uma solução definitiva.

Foram distribuídos comunicados aos automobilistas durante toda a acção de bloqueamento da linha, a explicar o problema.

Entretanto, ainda segundo o comunicado distribuído à Imprensa, a Junta de Freguesia da Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra continua mandatada pela população para o acompanhamento de todo este processo.

Internacional

FRANÇA

Estudantes em luta

Lutas de impressionante envergadura mobilizam neste momento os estudantes franceses, do ensino secundário e superior, em greve contra o projecto governamental de reforma do ensino, que visa um ainda maior agravamento do seu carácter selectivo. Lutas que contam com a activa solidariedade de professores e quadros técnicos, com a solidariedade dos sindicatos (CGT). E que assumem um verdadeiro carácter de massas. Pela sua afirmação nas ruas de Paris, em particular quando centenas de milhares de jovens se concentraram frente à Assembleia Nacional francesa, dia 27 de Novembro, dia para que estava previsto o início do debate do projecto de lei Devaquet. E que desde já levou a um recuo parcial do governo de direita. E ainda, o que não é menos importante, pela mobilização nas escolas que abre caminho às impressionantes manifestações em Paris.

Enquanto muitas Universidades do país se lançavam em movimentos grevistas e manifestações de luta — em muitos casos com o apoio aberto e a participação em Assembleias gerais de professores — os jovens liceais organizavam-se também activamente para a luta. Em Amiens milhares de jovens desceram às ruas. Em Marselha, uma Assembleia geral de estudantes do ensino técnico secundário reunia cerca de 700 participantes. Em Paris a greve foi votada na maioria dos liceus.

Entretanto, uma manifestação convocada pelos sindicatos de professores do ensino primário e secundário (FEN), reuniu em Paris centenas de milhares de pessoas. É considerada a maior manifestação de massas realizada em França, desde que Chirac formou o seu gabinete de direita.

Projecto elitista

«Sabemos que um filho de trabalhadores já tem dez vezes menos possibilidades de obter um bacharelato que o filho de um médico ou outra profissão liberal. Eles querem impedir o acesso à faculdade a um número ainda maior de jovens». São palavras de denúncia do secretário nacional da Juventude Comunista que sublinha concretamente que se o projecto-lei Devaquet for avante «levará à legalização de liceus de quatro estrelas para uma minoria e liceus-ghettos para a maioria».

De que se trata concretamente?

Já em 2 de Outubro passado o Sindicato nacional dos professores do segundo grau do ensino

(SNES), denunciava a existência de um projecto (então ainda não divulgado) que apontava para a «divisão da formação em duas partes: de um lado um núcleo central de disciplinas fundamentais dependentes do Ensino nacional, que seriam consagradas por um certificado de estudos secundários; de outro, as opções definidas por estabelecimentos de ensino que seriam os únicos a abrir caminho ao ensino superior, a ser financiados pelas regiões e empresas».

Se somarmos a esta orientação (confirmada) a disposição legal que passaria a permitir a cada universidade definir ela própria as condições de acesso, nomeadamente em função do tipo de estudos secundários seguidos — é fácil prever as consequências. Só aqueles que puderem seguir estudos secundários muito específicos é que poderão ter acesso a esta ou àquela Universidade!

Por outro lado o projecto-lei consagra um vertiginoso aumento das propinas, o que só por si varre do ensino superior muitos milhares de estudantes, boicotando o caminho a muitos milhares de outros.

Soma-se a este quadro um elemento — entre outros — decisivo e profundamente significativo: a **degradação do ensino oficial**.

Quase 4500 postos de trabalho irão ser liquidados (se o projecto passar) em 1987, atingindo particularmente o pessoal admi-



Estudantes franceses votam a luta

nistrativo e de serviços, os organismos pedagógicos, associação de educação popular e centros de formação de professores.

Note-se que já este ano foram batidos todos os recordes no que respeita à superlotação das aulas e à falta de professores por falta de verbas.

Os créditos consagrados ao sector privado aumentam mais que os do sector público.

O carácter da reforma está à vista. Até o jornal «Le Monde» fala de «espírito de vingança».

O conteúdo político da lei Devaquet

Igualdade de todos no direito ao ensino — é a exigência estudantil. E é esse direito fundamental que é claramente recusado pelo governo francês.

Trata-se de moldar o ensino, moldar a estrutura das escolas, às necessidades do capital, à resposta do capital à evolução de uma realidade profundamente

moldada pela revolução técnico-científica. No concreto, uma orientação que visa a formação de um punhado de técnicos altamente qualificados e ligados por interesses próprios ao sistema (pelo menos pela sua origem de classe), e a grande massa de trabalhadores sub-qualificados, destinados ao desemprego e a qualquer tipo de trabalhos menos qualificados, no quadro de uma legislação «flexível» — uma das diferentes fórmulas de trabalho precário, se possível sem contratos colectivos, sem direitos sociais, sem sindicatos.

É essa a denúncia do Bureau confederal da CGT e da União geral dos engenheiros, quadros e técnicos, que em declaração de solidariedade com os estudantes, denunciam os **objectivos das «orientações políticas reacçãoárias» do projecto-lei Devaquet:**

— a destruição das estruturas de ensino e a atomização das responsabilidades;

— o estabelecimento de uma concorrência entre universidades conducente ao agravamento da

segregação social, e de alguma forma à sua legalização, pela consagração de universidades de segunda e de «quatro estrelas»;

— o reforço da influência das universidades;

— a precarização do emprego universitário e a degradação da situação social dos estudantes, nomeadamente pelo aumento das propinas.

A declaração sindical põe directamente o dedo na ferida: **«Esta política insere-se na estruturação da sociedade desigual de que o grande capital precisa na situação de crise e que se traduz na vontade de destruir todas as garantias colectivas e adaptar a produção e os serviços aos objectivos exclusivos da rentabilidade financeira».**

Os estudantes franceses não estão sós. A sua luta é comum à das massas trabalhadoras. A sua luta é a luta por um futuro para a juventude. Esse futuro que o capital vem a negar, como o confirmam, em particular, os números impressionantes do desemprego juvenil.

Jugoslávia, dia nacional

Dia 29 de Novembro, o povo jugoslavo comemorou o seu dia nacional, lembrando o ano de 1943, quando na pequena cidade de Jajce na Bósnia, em plena revolução e luta de libertação nacional, num momento em que se defrontava ainda o ocupante nazi, foram definidos os traços essenciais da nova Jugoslávia.

Depois da vitória, foram possíveis significativos avanços. Nos decénios que se seguiram à guerra, a Jugoslávia transformou-se, de país agrícola atrasado, num Estado industrializado. O produto social cresceu 7,2 vezes e os meios da economia social, dez vezes. Entre 1952 e 1985, o consumo privado aumentou de 5 vezes.

Mas o que é particularmente sublinhado neste aniversário do dia nacional, não são os êxitos, mas as dificuldades que se defrontam e os esforços para a sua superação. Fala-se muito concretamente de crise. E os números estatísticos testemunham-no: mais de um milhão de desempregados, uma inflação que ronda os 90%, baixo crescimento económico, diminuição das exportações, uma pesada dívida externa.

Em análise das razões desta difícil situação, os comunistas jugoslavos falam de «violação de algumas normas e valores sociais que afirmámos durante a revolução». E ainda indicam, entre outros factores, que «tendências anarquizantes e autoritárias ganharam força».

Neste momento desenvolvem-se os debates em torno dos planos de desenvolvimento para o próximo ano, as anunciadas alterações no sistema económico e nas leis fundamentais do país — a Constituição e a Lei sobre o trabalho associado.

Aposta-se fundamentalmente na participação e empenhamento da classe operária.

Isso mesmo é afirmado no relatório aprovado no Congresso da Liga dos Comunistas da Jugoslávia, realizado em Junho de 86 em Belgrado: «A tarefa essencial do 13.º Congresso é contribuir por actos, e não por palavras, para que a nossa classe operária entre mais resolutamente na cena da vida socioeconómica e política.»

EUA violam Salt-2

Os pretextos e os factos

No dia 28 de Novembro, o 131.º bombardeiro B-52 da Força Aérea norte-americana, equipado com 12 mísseis «cruzeiro», ficou operacional, e foi deslocado para a base aérea de Carswell, em Fort Worth, no Texas. Com este passo concreto na escalada armamentista, os Estados Unidos acabam de ultrapassar os limites impostos pelo Salt-2, o que significa, no fundo, pôr em causa mesmo a importância da assinatura de tratados (embora, no caso, não ratificado pelos EUA), sempre com longas histórias prévias de laborioso trabalho de entendimento. E objectivamente representa um obstáculo mais no caminho do desarmamento, um golpe na confiança mútua indispensável para que qualquer progresso seja possível.

O Tratado Salt-2 foi assinado em 1979 pelo então presidente dos EUA, James Carter e pelo dirigente soviético, Leonid Brejnev. Fixa limites para o desenvolvimento das armas estratégicas, em particular um máximo de 1320 lançadores de mísseis estratégicos nucleares para cada país. Nunca foi ratificado pelos EUA, mas até à data, respeitado.

Em Maio último, é anunciado que a administração Reagan havia decidido ultrapassar os seus limites (para os respeitar bastaria, por exemplo, desmantelar um dos três submarinos tipo «Poseidon»). Então, mesmo entre os governos da NATO, surgiram reacções de repúdio por tal decisão. Em Outubro, a Câmara

de Representantes e o Senado aprovaram uma resolução em que se pedia à administração Reagan que «continuasse a aderir aos termos do tratado Salt-2». Tomadas de posição oficiais que sem dúvida reflectem a própria envergadura do repúdio popular por medidas que agravem ainda a tensão internacional. Finalmente, em reunião na Casa Branca entre o presidente Reagan, o secretário de Estado, Shultz e o secretário da Defesa, Caspar Weinberger, assume-se a decisão definitiva de violar o «Salt-2».

Os pretextos invocados são pobres, e muito clássicos... a URSS teria violado primeiro o tratado... Pretextos aliás contestados, nos próprios Estados Uni-

dos, por personalidades insuspeitas de qualquer simpatia para com a União Soviética. É Paul Warnke, que durante muito tempo chefiou a delegação norte-americana às negociações Salt-2, que afirma: «Moscou não infringiu as disposições principais do acordo». E o ex-secretário de Estado norte-americano, Alexander Haig, diz claramente: «Eles (os soviéticos) respeitam as disposições dos acordos existentes».

Os factos concretos

Pouco importam as teorias propagandísticas «made in» Washington. O peso dos factos é esmagador. A violação do Salt-2 insere-se na lógica de uma política eminentemente belicista. Reykjavik é disso também um testemunho irrefutável. E os números bem concretos confirmam-no.

Ruth Lever Sivard, que dirigiu o sector económico da Agência americana para o controlo de armas e o desarmamento, apresentou em Washington um relatório em que expressamente se afirma, e demonstra, que os

EUA vêm à cabeça, não só das despesas militares a nível mundial, como ainda das exportações de armas, da tecnologia militar, das bases no estrangeiro, dos mísseis e das bombas nucleares.

Também as posições assumidas na ONU, são um testemunho privilegiado do conteúdo da política dos Estados. O Comité da Assembleia Geral da ONU para questões de desarmamento e segurança, terminou há dias os seus trabalhos. Foram aprovadas 67 resoluções sobre desarmamento e 4 sobre problemas de segurança. Os EUA votaram contra 29 resoluções. Por nove vezes, isolados. Votaram contra o fim dos testes nucleares. Abstiveram-se na votação da resolução contra a militarização do Espaço (aprovada por 130 Estados).

São múltiplas as reacções de condenação registadas nos países capitalistas. O representante democrático do Texas, Jim Wright, afirma: «é embaraçoso que o nosso país apareça como defensor da paz e, ao mesmo tempo, como o responsável pela corrida aos armamentos».

É um facto. E um alerta mais para o movimento da paz.

Internacional

Mais um acidente em Basileia

Os desastres ecológicos são inevitáveis?

Basileia, a cidade suíça ainda há bem pouco atingida pelo grave desastre da empresa química Sandoz, viveu no passado dia 20 mais algumas horas difíceis. As notícias divulgadas indicam que na madrugada desse dia, um erro de manipulação num laboratório da empresa química Ciba-Geigy, em Schweizerhalle, libertou uma nuvem de gás tóxico, que se dirigiu sobre a cidade. Todos os habitantes foram convidados pelas autoridades a encerrar bem portas e janelas, muito embora se afirmasse não se tratar de um gás tóxico. Mais um acidente ecológico na zona, no curto espaço de três semanas.

Poderemos concluir daqui que tais acidentes são algo de inerente ao próprio desenvolvimento técnico-científico? Sem escamotear a complexidade inerente às formas actuais de produção, e tão pouco a necessidade premente que acarretam de activa protecção da natureza, não é verdade que estes acidentes devam ser considerados como «naturais».

Referimos à partida dois factos.

O primeiro, é a esclarecedora utilização do desastre Sandoz, por parte de outras multinacionais localizadas na zona, para lançar no Reno mais lixo tóxico armazenado. Uma manifestação clara de total desprezo pelo indispensável equilíbrio da natureza, pelos esforços que têm vindo a ser desenvolvidos no sentido de despoluir o Reno (o «esgoto da Europa», como não por caso é considerado), e mais ainda pela saúde das populações da zona.

Um outro facto — neste domínio, como noutros, não é o desenvolvimento técnico-científico que está em causa. Mas sim a resposta que é dada, às perspectivas e condicionantes que tal desenvolvimento levanta. Resposta que é diferente, em função do sistema sociopolítico.

Na segunda metade dos anos 70, correspondia aos países capitalistas desenvolvidos 53% do

15% do volume de contaminação. Os problemas ecológicos têm também um conteúdo social e um conteúdo político.

Mas voltemos aos sucessivos desastres ecológicos que atingiram o Reno.

Quais as consequências para as pessoas?

A resposta mais realista é que pouco ainda se sabe.

Entretanto, é bom relembrar aqui que as primeiras — e tardias — declarações da Sandoz indicavam que os produtos lançados na atmosfera e nas águas do Reno não eram perigosos...

clusões baseiam-se no exame de 68 pessoas entre as que recorreram à assistência clínica na sequência do desastre. Dois terços apresentavam sintomas de intoxicação. «Vinte cinco por cento continuarão a sofrer de problemas graves, incluindo alguns casos importantes lesões do tecido respiratório e não sabemos como tratá-las, porque não conhecemos a natureza exacta dos gases que escaparam.»

Esta aliás mais uma das manifestações de desprezo pela vida humana por parte da multinacional Sandoz. Não informou em tempo oportuno do carácter do desastre. Falseou a realidade, dizendo não se tratar de produtos perigosos. Não dá a indispensável colaboração no plano da informação especializada, para que o tratamento das pessoas e o combate à proluição possam ser minimamente eficazes.

A «moral» das multinacionais

O desastre da Sandoz foi directamente provocado pela utilização indevida de um inadequado local de armazenamento para produtos tóxicos. É um facto público.

O que é menos conhecido é que em 1981, a Companhia de Seguros de Zurique, após uma averiguação às instalações da Sandoz, advertiu a multinacional de que os seus depósitos não eram seguros. Claro que também para a Companhia de Seguros se tratava apenas de cobrar mais. Mas a resposta da Sandoz não se fez esperar. Limitou-se a mudar de seguradora, recorrendo aos serviços de uma companhia oeste-alemã...

Não menos reveladoras das regras por que se regem as multinacionais, são as arrogantes — e espantosas — declarações do porta-voz da direcção da Sandoz, Edgar Fasel, em conferência de imprensa internacional de 12 de Novembro.

Diz este representante do grande magnata da química, nas suas «respostas» aos jornalistas: «em vez de nos dirigirmos censuras, merecíamos ser felicitados por ter dominado o acidente» e ainda — «chamámos os bombeiros, e eles extinguiram o incêndio. A nossa honra está salva!».

Uma lógica do absurdo, veementemente recusada pelos muitos milhares de pessoas que se têm vindo a manifestar objectivamente contra a Sandoz, contra o profundo desprezo pelos terríveis custos de uma exploração que tem como objectivo o lucro, desprezo pela vida e a saúde das pessoas.

Bhopal, com os seus 2500 mortos é disso uma prova particularmente dramática. Que — apesar das diferentes consequências — uma vez mais se confirma.



«Requiem pelo Reno», cartaz empunhado pelos participantes de uma das muitas manifestações realizadas na Suíça face aos sucessivos desastres ecológicos nas maiores empresas químicas da zona

volume anual da produção industrial e 63% de toda a contaminação da biosfera. Os Estados socialistas produziram 33% do volume de produção industrial e

até que os factos se tornaram evidentes quando toneladas de peixes mortos apareceram à superfície das águas. Só então medidas foram tomadas. E na RFA, em particular, se cortaram os fornecimentos de água provenientes do rio e ordens foram dadas para que se não pescasse e se impedisse os rebanhos de pastar nas margens do Reno, e as crianças de brincar na extensa zona afectada.

Neste momento, especialista de meio-ambiente já afirmam que o acidente destruiu todo o ecossistema do curso superior do Reno.

Comentando o acidente, o dirigente do Partido Socialista suíço, Jean Ziegler, professor de Sociologia na Universidade de Genebra, diz nas páginas de «L'Humanité»: «E que dizer dos perigos que correm centenas de milhares de homens, crianças e mulheres? O destino das crianças que ainda não nasceram e que — por causa do mercúrio — vão nascer disformes? Isso mesmo nos foi mostrado em Seveso e Bhopal. Os verdadeiros efeitos de uma catástrofe ecológica, como a provocada pelo incêndio, só se revelam meses ou anos mais tarde.»

De concreto, há as primeiras observações de médicos suíços. Hans-Peter Baumann, médico de clínica geral, afirma que uma grande parte da população da cidade poderá vir a sofrer de diferentes problemas respiratórios e gastrointestinais. Estas con-

Por um mundo sem violência e livre de armas nucleares

Mikhail Gorbatchov, secretário-geral do PCUS, e Rajiv Gandhi, primeiro-ministro da Índia, assinaram em Nova Delhi uma declaração conjunta «sobre os princípios de um mundo livre de armas nucleares e sem violência».

A declaração afirma a necessidade de «uma nova mentalidade política e uma nova concepção de Paz» nesta etapa crucial da história da Humanidade. O documento sublinha o direito das pessoas à vida, à liberdade, à paz e à felicidade, a necessidade da renúncia ao emprego da força, o direito dos povos a fazerem as suas opções sociais, políticas e ideológicas, a rejeição da política de domínio e a condenação do aumento dos arsenais nucleares, o facto incontroverso de que numa guerra nuclear não haveria vencedores.

A declaração estabelece 10 princípios para um mundo sem violência e sem armas nucleares:

- Coexistência pacífica.
- Reconhecimento do valor supremo da vida humana.
- Recusa da violência como base da vida da comunidade humana.
- Compreensão mútua e confiança em lugar do medo e da desconfiança.
- Respeito pelo direito de todos os Estados à independência política e económica.
- Canalização dos recursos gastos com armas para o desenvolvimento económico e social.
- Garantia de condições para o desenvolvimento harmonioso da personalidade.
- Utilização do potencial material e intelectual da Humanidade para a resolução dos problemas globais do mundo (alimentação, demografia, alfabetização e meio-ambiente).
- Substituição do «equilíbrio do medo» por uma segurança internacional global.
- Medidas de desarmamento, apontando para a destruição total dos arsenais nucleares até ao fim do século, a prevenção da militarização do espaço, a proibição dos testes nucleares, da criação de novos tipos de armas de extermínio em massa e das armas químicas (acompanhada da destruição dos stocks existentes), a redução das forças armadas e armamentos convencionais.

«Abaixo os yankies, abaixo a ditadura militar»

Esta uma das palavras de ordem dos grupos de estudantes sul-coreanos que, em Seul, enfrentaram durante cerca de uma hora as brutais cargas policiais.

A resposta da ditadura sul-coreana ao anúncio da realização de uma manifestação popular convocada pelo Novo Partido Democrático da Coreia para 29 de Novembro, foi mais uma grande ofensiva repressiva. 100 mil polícias foram lançados nas ruas de Seul e carregaram com bastões e gases lacrimogéneos sobre os grupos de pessoas que se dirigiam para o local da manifestação, para impedir a concentração. Foram feitas duas mil prisões.

Esta a realidade política num país dividido à força pelos EUA, e de facto dominado por Washington.

Recentemente, a Casa Branca decidiu instalar mais armas ainda na Coreia do Sul. Trata-se concretamente de mísseis nucleares tático-operacionais «Lance». Mais um passo para o agravamento da tensão internacional.

RFA cúmplice de Pretória

O «Kieler Nachrichten», jornal diário da cidade alemã-federal de Kiel, revelou recentemente que os estaleiros da cidade, Howaldtswerke-Deutsche Werf (HDW), empresa pública, venderam em 1985 a Pretória os planos para a construção de submarinos.

Segundo o jornal «Bild», o chanceler Helmut Kohl estava informado desta transacção. O jornal cita declarações do dirigente da União Cristã-Social Bávara, Franz-Josef Strauss, que afirma ter intercedido pessoalmente junto de Kohl, a pedido da embaixada da África do Sul em Bona.

Gunter Verheugen, porta-voz oficial do Partido Social Democrata da Alemanha, exigiu que sejam investigadas as circunstâncias da transacção, sublinhando que o governo de Bona não pode fugir às suas responsabilidades num acto que infringe as restrições estabelecidas no domínio das exportações de armamentos para a África do Sul.

RDA, bons resultados económicos

O rendimento nacional da RDA aumentou nos primeiros 10 meses do ano, o primeiro do plano quinquenal, em 4,3 por cento, em comparação com o mesmo período do ano passado, e pela primeira vez exclusivamente por um aumento da produtividade do trabalho. Este um elemento concreto do balanço feito pela Câmara do Povo ao longo dos debates sobre o plano quinquenal de 1986-90, o plano anual e o orçamento de 1987.

Em 1987, o rendimento nacional deverá aumentar mais 4,5 por cento, em comparação com 1986, e durante os cinco anos do plano em 25 por cento, em comparação com 1985. Nesse sentido se aposta numa maior eficiência técnica e científica e sobretudo na aplicação reforçada de tecnologias sofisticadas.

Cobaias humanas

Há 2 anos, em 3 de Dezembro de 1984, a população da cidade de Bhopal, na Índia, foi vítima da maior catástrofe química da história. Em consequência de um gravíssimo desastre na empresa química Union Carbide, filial da multinacional norte-americana, 2500 pessoas morreram. Desconhece-se o número de intoxicados. Mais ainda as consequências a médio e longo prazo, em particular no que respeita a crianças nascidas de mães grávidas no momento da tragédia, e atingidas pelas emanções tóxicas.

Muito haveria e há a dizer das razões de tal tragédia, da política internacional das multinacionais, do mais profundo desprezo pelas vidas humanas que enforma tal política.

Mas o que neste momento queremos sublinhar é um outro facto: os mortos e os sobreviventes intoxicados de Bhopal serviram, para o governo dos EUA, como cobaias humanas. Disso testemunha o clínico carácter da «solidariedade» enviada — médicos especialistas nas consequências de uma guerra química.

Não se trata entretanto de caso único.

É conhecido que Washington utiliza as guerras locais que fomenta para testar as suas novas armas.

Mas há mais. Também nos próprios Estados Unidos se fazem testes com cobaias humanas.

Em Outubro deste ano, foi publicado em Washington um relatório da subcomissão da Energia e do Comércio de Câmara de Representantes em que se revela que centenas de cidadãos norte-americanos foram utilizados para testar os efeitos sobre o ser humano de substâncias radioactivas.

O título do relatório fala por si: «As cobaias americanas do nuclear: três decénios de experiências da radioactividade sobre cidadãos americanos».

Internacional

FILIPINAS

Cessar-fogo abre caminho para o acordo político

O acordo de tréguas assinado na passada quinta-feira entre representantes do governo das Filipinas e dos guerrilheiros do Novo Exército do Povo (NEP), entra em vigor no próximo dia 10 e terá uma duração de 60 dias. Espera-se que a tréguas permita levar a bom termo as conversações de paz a realizar, de modo a conseguir um acordo que ponha fim a 17 anos de guerra civil.

Considerado pela generalidade das forças políticas filipinas como um sucesso, o acordo de cessar-fogo culmina uma longa série de difíceis negociações entre o governo de Corazon Aquino e a Frente Democrática Nacional (expressão política do NEP), que os sectores de extrema-direita do país procuraram por todas as formas sabotar. Apesar das declarações contraditórias do novo ministro da Defesa, Rafael Iletto, e do porta-voz da presidência, Teodoro Benigno — o primeiro a afirmar que a abortada tentativa de golpe de Estado faz parte de uma guerra psicológica contra o governo e que continua a ser um boato devido à inexistência de

provas, e o segundo a garantir que o país estava a ser sequestrado por um grupo de oficiais do exército com intenções de tomar o poder — parecem não restar grandes dúvidas de que as negociações com a guerrilha terão sido um dos factores que levaram apoiantes do ex-ditador Marcos a tentar, com a conivência do ex-ministro da Defesa, Ponce Enrile, mobilizar forças para derrubar o governo de Aquino.

O papel determinante desempenhado pelo general Fidel Ramos, chefe das Forças Armadas filipinas, de apoio à presidente, permitiu travar o processo. Fidel Ramos tem vindo a advogar que a função dos militares é a de de-

fenderem a pátria e ajudar o povo nas tarefas do desenvolvimento nacional, e não a de interferir no poder político.

Semelhante posição revestirá nos próximos 60 dias a maior importância, designadamente no respeito pelas condições acordadas no âmbito das tréguas entre o governo e o NEP. Durante o cessar-fogo, os negociadores representantes da guerrilha disporão de um salvo-conduto que lhe permitirá circular livremente por todo o país, em acções obviamente relacionadas com a dinamização das tréguas. Entretanto, deverão decorrer negociações entre as partes para debater questões respeitantes à implementação da reforma agrária, os direitos humanos, liberdades e garantias dos cidadãos, reformas políticas e económicas, bem como o papel dos militares norte-americanos nas Filipinas.

Como se afirmava num comu-

nicação distribuído no início da semana pelo Partido Comunista das Filipinas (ainda ilegalizado), 60 dias é um espaço de tempo muito curto para que seja alcançado um compromisso político, uma vez que os obstáculos a ultrapassar são ainda muito grandes. No entanto, o comunicado sublinha o apoio total ao pacto assinado, fazendo notar que o acordo a que já foi possível chegar é pelo menos suficiente para identificar as principais questões políticas, militares e económicas a discutir a partir do dia 10 deste mês.

A necessidade de estar alerta para impedir e denunciar todas as tentativas de sabotagem do processo é desde agora acrescida, tendo em conta o precário equilíbrio de forças existente no país e que as forças reacçãoárias poderão lançar mão aos mais diversos meios para confundir as forças armadas. A afirmação de Fidel Ramos de que aquelas apoiam o acordo, mas que não hesitarão em utilizar uma força razoável para proteger o povo, soam, mais do que um alerta, como uma ameaça.

Se se tiver em consideração que, para além da remodelação governamental, Corazon Aquino não tomou quaisquer medidas punitivas contra os implicados na tentativa de golpe de Estado — sendo mesmo que parece existir uma corrente que pretende convencer de que tal tentativa nem sequer chegou a existir — obtém-se uma situação sem dúvida complexa cuja evolução a curto prazo pode não ser unilateral.

A expectativa popular que acompanhou a assinatura do cessar-fogo é reveladora dos desejos de paz e justiça do povo das Filipinas. Mas é sobretudo acção que se exige nas ruas; a manifestação de milhares de trabalhadores que segunda-feira exigiram em frente do Palácio Presidencial a imediata investigação do assassinio do dirigente sindical Rolando Olalia, é bem o testemunho dessa vontade popular.



A necessidade de reformas económicas em benefício das populações mais carenciadas, como as que vivem em bairros de lata como o que a imagem reproduz dos arredores de Manila, é uma das exigências dos guerrilheiros do Novo Exército do Povo

Eleições em Angola

Realizam-se este mês em Angola as eleições para os órgãos de poder popular, tanto a nível regional como nacional. O processo eleitoral, em que participam todos os cidadãos maiores de 18 anos que não tenham participado na opressão colonial, integrado organizações contra-revolucionárias ou cometido crimes contra o Estado, tem vindo a desenvolver-se desde há alguns meses com assinalável participação popular

Numa primeira fase, são eleitos delegados em reuniões de empresas, cooperativas, organismos e instituições estatais, órgãos de defesa e segurança, bem como por zonas de residência. É a esses delegados que cabe depois eleger os deputados dos órgãos de poder popular.

Segundo informações de Luanda, só na capital intervieram cerca

de 120 000 trabalhadores nas sessões em que foram nomeados os 591 delegados para a Conferência Eleitoral, que elegerá a Assembleia Popular da província. Um processo idêntico está a ser desenvolvido no interior do país, em que através de comícios os candidatos se apresentam à população, ao mesmo tempo que as paredes e edifícios públicos se

animam com fotografias e cartazes alusivos às eleições.

Os candidatos fazem parte de uma lista unitária, elaborada de acordo com as propostas do MPLA-Partido do Trabalho, da Central Sindical (UNTA), das organizações da Juventude e das Mulheres, das Brigadas de Vigilância Popular, das Associações de Artistas e de outras organizações populares.

De acordo com informações oficiais, o número de organizações que podem propor os seus próprios candidatos aumentou consideravelmente em relação às primeiras eleições, efectuadas há seis anos.

Os novos deputados a eleger

devem cumprir um mandato legislativo de cinco anos. A Assembleia Popular Nacional angolana é composta por um número de elementos que pode ir de 250 a 290 pessoas, enquanto as Assembleias de Província são constituídas por 50 a 100 representantes populares.

As eleições angolanas, precedidas por importantes remodelações a nível governamental, inserem-se no âmbito das medidas que vêm sendo anunciadas e postas em prática pelo MPLA-PT e pelo governo no sentido de empenhar cada vez mais as mais vastas camadas da população nas prementes tarefas da defesa e reconstrução nacional.

Norte-americanos apoiam a Nicarágua

Um grupo de organizações religiosas e sociais norte-americanas, denominado «Quest for Peace», lançou uma campanha nacional com o objectivo de recolher 100 milhões de dólares para auxílio humanitário ao povo da Nicarágua.

A iniciativa, que permitiu recolher já cerca de doze milhões de contos, pretende contrariar a política da administração Reagan que destinou 100 milhões de dólares de ajuda aos contra-revolucionários, dos quais cerca de 70 milhões são para fins exclusivamente militares.

De acordo com o «Quest for Peace» (Peditório para a Paz) que engloba mais de 400 organizações, o que é necessário é ajudar o povo nicaraguense, fornecendo víveres e medicamentos, e não enviando armas para os «contras», como faz o executivo dos Estados Unidos.

A importância desta iniciativa revela-se tanto maior quanto, como revelou recentemente o «Washington Post», se avoluma o envolvimento directo dos EUA na guerra contra a Nicarágua. Segundo aquele jornal, um primeiro grupo de «contras» nicaraguenses está já a receber treino militar nos EUA, na base da Força Aérea de Halbert-Field, na Florida. O treino, ainda de acordo com aquele jornal, é ministrado directamente pela CIA.

Entretanto, em Manágua, Alfred Lomas, que dirigia uma delegação do Parlamento Europeu em visita à Nicarágua, afirmou na passada quinta-feira que os EUA devem recusar a solução militar da crise na América Central e apoiar os esforços do «Grupo de Contadora» visando alcançar uma regularização política na região. Aquele deputado, que exigiu da administração Reagan que cesse a assistência militar e financeira aos «contras», manifestou o seu apoio à proposta do governo sandinista de criar uma zona desmilitarizada em torno das fronteiras sul e norte da Nicarágua.

Lomas fez ainda notar que a solução dos problemas centro-americanos que influenciam negativamente o desenvolvimento social e económico dos povos da região depende da vontade política dos EUA.

O governo da Nicarágua protestou entretanto, na semana passada, junto das autoridades da Costa Rica, pela realização naquele país da chamada «Assembleia» das organizações dos «contras».

Como se faz notar no protesto oficial, a Costa Rica deve saber que os «contras» acalentam planos duma nova agressão armada contra a Nicarágua com o objectivo de derrubar o governo legítimo do país, pelo que a autorização da assembleia assume o carácter de uma intervenção directa nos assuntos internos da Nicarágua e uma violação da neutralidade, proclamada pela Costa Rica.

ONU denuncia calúnias contra a Etiópia

Em carta enviada aos directores dos jornais «The New York Times» e «Washington Post», Maurice Strong, coordenador executivo do Bureau da ONU para as Operações de Emergência em África, denunciou a campanha de calúnias desencadeada pelos EUA contra os esforços da Etiópia para combater os efeitos da seca.

Strong classifica de mentirosas notícias divulgadas por aqueles jornais sobre alegadas «violações dos direitos do homem» durante a evacuação de camponeses das zonas atingidas pela seca para as regiões férteis da Etiópia, sublinhando que, pelo contrário, as medidas globais tomadas pelo governo etíope para enfrentar o problema são uma prova de extraordinário êxito no domínio da ajuda humanitária.

O programa de evacuação, faz notar o representante das Nações Unidas, permitiu precisamente impedir o extermínio de pessoas em proporções apenas comparáveis às consequências de uma guerra.

Condenação de Pinochet

Um projecto apresentado por diversos países, entre os quais a Dinamarca, Itália, México, França, Jugoslávia, à terceira comissão da Assembleia Geral da ONU, exige que a ditadura de Pinochet restabeleça imediatamente os direitos do homem no Chile.

O projecto reclama ainda o levantamento do estado de sítio em vigor desde Setembro último, o fim das torturas, a garantia do respeito pelo direito à vida e à imunidade pessoal, bem como a investigação imediata do destino dos presos políticos desaparecidos.

Conferência pela paz em Salvador

A Conferência Sindical pela Paz realizada em Havana, cujos trabalhos terminaram no dia 25, pronunciou-se pelo fim imediato da intervenção norte-americana em El Salvador.

Na Conferência, em que participaram sindicalistas salvadorenhos e mais de 200 activistas de sindicatos e organizações sociais dos EUA, protestou-se contra o crescente apoio militar e económico da administração Reagan ao regime de Napoleon Duarte. Os participantes manifestaram também a sua solidariedade para com a luta do povo salvadoreño pela paz, pela democracia e o progresso social.

Internacional

EUA

O Irangate de Reagan

• Prosseguem as investigações

«Bodes expiatórios» do escândalo da venda de armas ao Irão e da utilização desses fundos para o financiamento dos contra-revolucionários nicaraguenses, há por enquanto apenas dois: Oliver North, que foi exonerado das funções que exercia no Conselho de Segurança Nacional dos EUA, e John Pointdexter, conselheiro de Reagan, forçado a pedir a demissão. Mas a investigação que está a ser conduzida pelo FBI já concluiu que pelo menos mais sete altos funcionários militares e civis estão igualmente envolvidos no caso, sendo que se trata de elementos com actividades no Pentágono, Casa Branca, Departamento de Estado e CIA. O que significa que o cerco a Reagan está a apertar-se.

As revelações deste caso já baptizado de «Irangate» — numa expressiva alusão ao famoso Watergate que liquidou a presidência de Richard Nixon, envolvido num recamboloso processo de escutas telefónicas ilegais — não param no entanto de se suceder, dando cada vez mais a noção das imensas implicações do caso e da gravidade do envolvimento dos mais directos colaboradores de Reagan, que a maioria dos norte-americanos não acredita estar inocente.

É o caso, por exemplo, das revelações feitas no passado sábado pelo jornal grego «Dimokratikos Logos» com base, segundo se afirma, em gravações iranianas das conversas travadas entre o ex-conselheiro de Reagan, Robert McFarlane e personalidades iranianas, bem como de conversas telefónicas daquele com o próprio presidente dos EUA.

De acordo com o jornal, o acordo negociado entre McFarlane e o Irão diz respeito ao fornecimento de armas no valor de

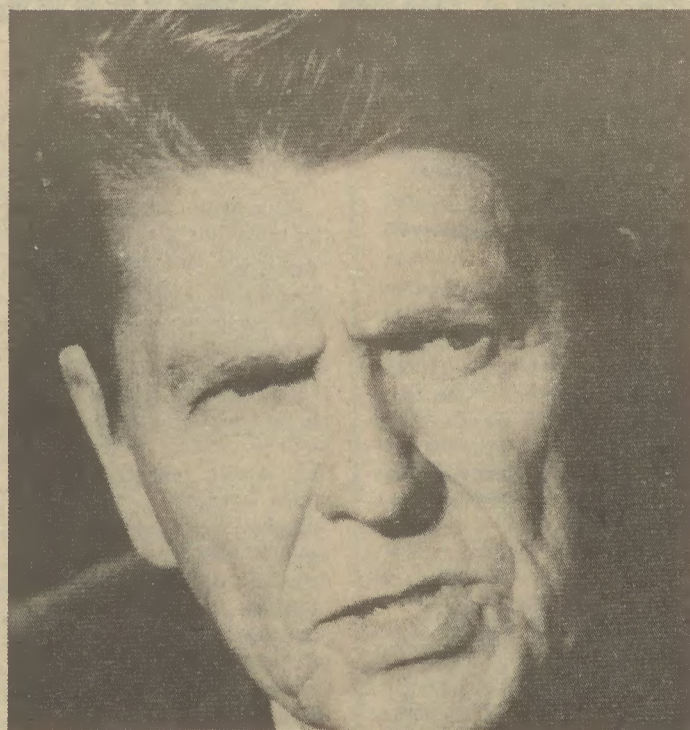
cinco mil milhões de dólares, o que contradiz em absoluto as primeiras declarações de Reagan de que os fornecimentos seriam uma insignificância. Por outro lado, fala-se de exigências norte-americanas de extensão da guerra do golfo a outros países árabes, para além do Iraque. É de assinalar que a Casa Branca, sempre tão profícua em declarações, não desmentiu esta notícia, remetendo-se para o clássico «não fazemos comentários públicos sobre os pormenores desse assunto».

Mas os comentários que a Casa Branca não faz fazem todos os que, estando de algum modo envolvidos, procuram rodear-se de provas de que a sua acção tinha cobertura oficial. É o caso do empresário Richard Brenneke, que em declarações ao «New York Times» afirmou ter informado por escrito o gabinete de George Bush sobre a «operação Irão» e da transferência de fundos para os anti-sandistas. Ou ainda a recente lista de nomes que a imprensa norte-

-americana vem revelando como estando implicada no assunto, em que figuram nomes como John Singlaub e Michael Ledeen, o primeiro bem conhecido nos meios da Liga Anticomunista Mundial e o segundo apontado como um dos inspiradores da malograda «pista búlgara», que procurou implicar cidadãos búlgaros no atentado contra o Papa João Paulo II.

Todos estes aspectos, agravados pelas pressões para que seja levada a cabo uma investigação independente de todo o processo, tiveram neste fim-de-semana um efeito notável sobre Reagan, que respondendo a diversos apelos resolveu deixar o retiro de Santa Bárbara e voltar à Casa Branca para nomear uma comissão de inquérito. Reagan voltou a reafirmar no início da semana nunca ter sido informado da «operação Irão», e deu instruções ao Conselho de Segurança Nacional para que se abstenha de desenvolver acções diplomáticas, militares ou secretas durante o decorrer das investigações.

Medidas e afirmações elementares — é possível que a conversa travada com Nixon, um especialista em escândalos, tenha algo a ver com elas — mas que já não convencem ninguém. Na verdade, a afirmação de ignorância não melhora a situação de Reagan; equivale a uma confissão de total incompetência e incapacidade, pois significaria que os membros da administração agiriam a seu belo prazer.



Por outro lado, a nomeação de uma comissão de inquérito presidida pelo Promotor de Justiça, Edwin Meese, está também longe de satisfazer as exigências, quer do Congresso quer da opinião pública. Como fez notar o presidente do Comité Judicial da Câmara dos Representantes, o democrata Peter Rodino, Meese não garante uma investigação isenta, devido às relações de amizade e laços profissionais que tem com alguns dos principais visados. E tudo leva a crer, pela rapidez com que caminham as investigações a cargo do FBI,

e as que estão a se realizadas pelo Senado, que não faltará muito para que a comissão de Reagan seja colocada entre a espada e a parede.

Pode não interessar aos dois partidos que dominam a vida política norte-americana sacrificar mais um presidente, como aconteceu com Nixon, devido aos custos de «prestígio» e «credibilidade» internacionais que isso implica. Mas todo este escandaloso processo está a ter a vantagem de desmascarar internacionalmente a política do imperialismo norte-americano.

BRASIL

Agentes da polícia acusados de provocar tumultos

Os incidentes registados em Brasília na quarta-feira da semana passada, no decorrer de uma manifestação de protesto contra as medidas económicas anunciadas pelo governo de José Sarney, vão ser alvo de um inquérito oficial devido a insistentes denúncias de que teriam sido provocados e instigados por agentes da Polícia e do Serviço Nacional de Informações (SNI).

Recorda-se que os tumultos se saldaram pela destruição ou incêndio de mais de meia centena de viaturas e cinco agências bancárias, para além da repressão brutal exercida pela polícia sobre os manifestantes, provocando vários feridos e dezenas de prisões.

Os protestos populares surgiram na sequência da aprovação do chamado «Plano Cruzado II», que inclui nas medidas económicas a adoptar aumentos de preços que vão desde os dez aos cento e vinte por cento nos combustíveis, açúcar, bebidas, cigarros, automóveis e tarifas de serviços públicos.

Apresentadas logo após a vitória eleitoral do PMDB no passado dia 15 de Novembro, aquelas medidas originaram de imediato um coro de protestos aos mais diversos níveis, ameaçando lançar o Brasil na sua mais grave crise após o afastamento dos militares do poder. A greve nacional convocada pela CGT brasileira para o próximo dia 12 e a que aderiram já mais de seis dezenas de sindicatos independentes, dá bem a medida da gravidade da situação.

Importa reconhecer que esta iniciativa do governo de Sarney é tudo menos popular. Com a agravante de ter sido tornada

pública após as eleições, em que de forma inequívoca o eleitorado manifestou o seu apoio ao partido maioritário da coligação que sustenta o presidente Sarney, pessoalmente empenhado na aplicação do Plano Cruzado agora tão profundamente alterado.

De acordo com o governo brasileiro, o «pacote» destina-se a demonstrar aos credores estrangeiros a determinação de «pôr ordem na economia» do Brasil, reduzindo drasticamente a procura de bens de consumo e as despesas públicas. O objectivo oficial é o de economizar qualquer coisa como 14 mil milhões de dólares, isto é, cerca de 6 por cento do Produto Interno Bruto. Como sempre, a questão que se coloca é: à custa de quem se conseguirão tais economias?

Seja como for, nenhuma das forças políticas e sociais democráticas brasileiras advoga certamente o recurso a tumultos e à

violência como forma de protesto. Os que se registaram em Brasília, por tão insólitos, provocam legítimas apreensões. Daí que políticos e sindicalistas se tenham empenhado em denunciar a acção de agentes de segurança e da polícia que terão fomentado os actos de violência, utilizados posteriormente como pretexto para a brutal carga policial sobre os manifestantes.

Segundo um comunicado do governador de Brasília, José Aparecido, «a investigação dos factos será realizada como legítima resposta à reivindicação exigida pela sociedade de uma exposição honesta e transparente dos acontecimentos», pelo que foi já formada uma comissão de inquérito e pedida a colaboração da imprensa através do fornecimento de fotografias e filmes sobre os incidentes. Importa que assim seja de facto, pois a repressão não pode ser nunca, em

democracia, a resposta aos protestos populares. Tal como os actos de violência gratuita, que cavam divisões e fazem extremar posições, sem outros resultados que o reforço dos que, saudosistas do passado, defendem «soluções» de força.

Como já se havia salientado anteriormente, a heterogeneidade das forças que compõem hoje o PMDB, onde coexistem desde os democratas mais conseqüentes aos conservadores comprometidos com o anterior regime e os capitalistas neo-liberais, não facilita uma actuação concertada em que os interesses populares sejam prioritariamente defendidos. Da capacidade para ultrapassar a presente crise, tanto da parte do governo como das diferentes componentes económicas e sociais, muita coisa dependerá. A nova Constituição a elaborar, no próximo ano, não será a de menor importância.

Avante!

«Quinze jornalistas do «Diário Ilustrado» — entre os quais o chefe de redacção — pediram a sua demissão como protesto contra o despedimento de um dos seus camaradas e contra as perseguições e vexames de que vinham sendo alvo. Em seu apoio acorreram 40 jornalistas de todos os jornais do Porto enviando uma exposição ao conselho de administração do «Diário Ilustrado» e ao Sindicato dos Jornalistas, onde pedem a reintegração da redacção despedida. A direcção deste jornal convocou um representante dos jornalistas do Porto a pretexto de fornecer-lhe informações, mas o tratamento que lhe dispensou — encerramento numa sala com aparelhos de gravação, perguntas nitidamente policiais, etc. — só contribuiu para aumentar a indignação que lavra nos meios jornalísticos e pôr em evidência a injustiça da posição do jornal.

«Saudando o bom espírito de solidariedade manifestado pelos jornalistas do «Diário Ilustrado», consideramos, no entanto, que foi errado terem-se despedido. Mantendo-se no jornal, poderiam aí desenvolver a luta pela reintegração do seu colega e contra as perseguições da direcção.»

(«15 jornalistas que se demitem» — «Avante!», VI série, n.º 245, primeira quinzena de Novembro de 1957)

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

«As paralisações pequenas e longas conforme os casos, as concentrações e outras manifestações de protesto, quando dos despedimentos, as exposições e concentrações dos desempregados junto da empresa, do Sindicato, do Instituto Nacional de Trabalho, das Câmaras Municipais e outras autoridades são formas de luta já provadas que no passado deram a vitória aos trabalhadores.

«Também no presente sucederá o mesmo, como acaba de se verificar com os corticeiros da Margem Sul do Tejo que, pela sua luta no Sindicato, conseguiram recentemente uma vitória parcial: **subsídio de 50 e tal escudos para os corticeiros desempregados em situação mais difícil.** Continuar a luta pelo alargamento deste subsídio a todos os corticeiros desempregados e pelo aumento do seu quantitativo (dado que 50 escudos é muito pouco) é a única forma dos corticeiros da Margem Sul conseguirem que a sua vitória seja mais ampla.

«Se outros não houvesse, este exemplo por si só já era suficiente para mostrar a todos os trabalhadores que na realidade **só a luta traz a vitória.**»

(«Os despedimentos devem parar — subsídios para os desempregados» — «Avante!», VI série, n.º 246, segunda quinzena de Novembro de 1957)

Avante!

«O SNI, como todos os outros organismos do edifício salazarista, desenvolve um enorme esforço para vencer o isolamento e o desprezo a que foi votado pela intelectualidade portuguesa. O seu director, sr. M. Baptista, que ao que parece tem em alta conta o poder atractivo do dinheiro, anunciou no seu discurso de 26-X uma série de novos prémios do SNI» (...).

«O peixe que quer pescar não cai com essa isca, sr. M. Baptista, até porque toda a gente sabe que os prémios do SNI são atribuídos apenas aos «repórteres objectivos» (!) como Dutra Faria, o homem que teve a desfaçatez de noticiar para o estrangeiro que os manifestantes de Lisboa e Porto durante a campanha eleitoral usavam camisolas como as dos rebeldes argelinos (!) e que um submarino soviético descarregou na mesma altura no nosso país armas de fabrico checo (!).»

(«Notas e comentários» — «Avante!», VI série, n.º 267, segunda quinzena de Novembro de 1958)

Comunistas estudam e debatem para fortalecer a luta

**ENCONTRO
DE QUADROS DO PCP
SOBRE
A COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**ENCONTRO NACIONAL
DE PESCA ARTESANAL**

**ENCONTRO CONCELHIO
DE ELEITOS E ACTIVISTAS
DA APU DE SETÚBAL**

Intervenção de Vítor Dias na sessão de abertura

Camaradas,

Em nome da Comissão Organizadora, permitam-nos algumas palavras sobre os objectivos deste Encontro Nacional de Quadros do PCP para um debate sobre a comunicação social, sobre as razões e o significado da sua realização, sobre o trabalho preparatório que o antecedeu e ainda sobre alguns aspectos dos trabalhos que hoje desenvolveremos.

A este Encontro Nacional de Quadros, cuja realização foi decidida pelo Comité Central do Partido na sua reunião de 17 de Junho deste ano, foram desde o início fixados dois objectivos principais que cumpre relembra neste momento:

o primeiro: promover uma maior sensibilização dos quadros e organizações do Partido para a comunicação social enquanto terreno e instrumento da intervenção política e social e da batalha ideológica, com a perspectiva prioritária de favorecer e estimular a dinamização da acção do Partido e dos comunistas nos diferentes meios de comunicação social;

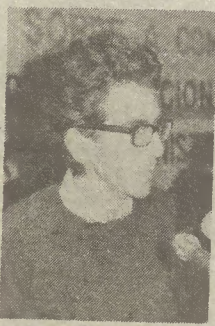
o segundo: proceder a um exame e debate sobre os principais problemas da comunicação social em Portugal, cujas conclusões seriam divulgadas publicamente através de documento a aprovar no Encontro (e cujo projecto se encontra em poder dos participantes neste Encontro).

Certamente que, entre nós, não suscita qualquer dúvida que, assim como a comunicação social — conforme se acentua no projecto de documento — se apresenta como um sector e uma questão da vida nacional que diz respeito a toda a sociedade e não apenas aos profissionais que nele trabalham, também a definição da correspondente orientação do Partido e das linhas da sua intervenção na comunicação social, dizem respeito, não apenas aos militantes que são profissionais da comunicação social ou aos quadros que com ela têm uma ligação directa, mas ao conjunto dos militantes do Partido e aos seus órgãos dirigentes.

Compreende-se assim que não caiba a este Encontro a capacidade de adoptar conclusões ou definir orientações definitivas, cabendo-lhe, entretanto, como a sua designação indica, proceder a um largo debate e, por essa forma, dar uma importantíssima contribuição para um ulterior e mais amadurecido apuramento de propostas e uma mais rigorosa definição de linhas de orientação, e a correspondente adopção de medidas.

Sem prejuízo do que atrás se disse, considerou-se que, nesta fase, e para este primeiro debate alargado, era justo e adequado mobilizar, interessar e fazer participar no Encontro fundamentalmente quadros cuja actividade partidária ou profissional tem relação directa ou indirecta com a comunicação social nas suas variadas componentes.

É por isso que neste Encontro participam quadros e militantes do Partido de todo o País, abrangendo designadamente: profissionais da comunicação social;



quadros com ligação, tarefas, responsabilidades ou participação na imprensa sindical, na imprensa regional e local, nas rádios locais, na publicações e gabinetes de imprensa das autarquias, na actividade de quadros e colaboradores das SIP's do Partido; intelectuais e publicistas com intervenção regular na comunicação social; e ainda outros camaradas particularmente interessados na problemática da comunicação social.

A própria composição dos participantes do Encontro e o carácter nacional desta iniciativa permite destacar o seu especial significado.

Na verdade, é a primeira vez que no Partido se realiza sobre a comunicação social uma reunião tão alargada e com uma participação tão diversificada.

Isto significa que se entendeu justamente que uma análise mais profunda dos problemas da comunicação social e um debate mais rico e produtivo sobre a nossa intervenção neste sector exigiam imperativamente o conhecimento de realidades e experiências diferentes, só possível com a mobilização das opiniões, ideias e sugestões dos quadros do Partido que hoje aqui estão reunidos.

Uma iniciativa necessária e oportuna

A necessidade e a oportunidade deste Encontro e a importância da realização dos objectivos que lhe são próprios não carecem seguramente de ser exaustivamente sublinhadas.

Desde logo esta iniciativa apresenta-se como necessária e oportuna porque, na sequência de dez anos de política de direita na comunicação social, se regista, com o Governo/Cavaco Silva, uma considerável escalada de manipulação e um brutal desenvolvimento da ofensiva contra o sector público da comunicação social.

Com efeito, como se assinala no projecto de documento do Encontro, «a manipulação e instrumentalização da comunicação social» constitui «uma peça essencial e decisiva em toda a actuação do Governo PSD/Cavaco Silva» sendo evidente que «parte muito substancial da actividade do Governo, dos ministros e de departamentos do Estado é dirigida exclusivamente à fabricação, imposição e circulação de uma falsa «imagem» do Executivo e da sua política».

A fúria manipuladora do Governo só encontra paralelo na sua própria fúria de destruição e reprivatização de empresas e órgãos do sector público da comunicação social, que tem como objectivo central assegurar um domínio

duradouro e arrasador da comunicação social pelas forças de direita e pelos interesses do grande capital.

Neste ponto, a realização do Encontro certamente poderá constituir um estímulo para uma ainda mais activa denúncia e desmascaramento da política do Governo em relação à comunicação social, para que às importantes derrotas que o Governo tem sofrido neste domínio se somem outras e mais decisivas derrotas, para que se amplie a consciência de que, no quadro da luta pela demissão do Governo minoritário do PSD, é absolutamente imprescindível prosseguir com uma permanente acção de esclarecimento sobre os desastrosos resultados da sua política.

O Encontro apresenta-se como uma iniciativa necessária e oportuna também porque, em reacção e em resposta à força e à influência do PCP a ao destacado papel que desempenha na vida nacional, continua a desenvolver-se uma poderosa campanha anticomunista que tem uma enorme expressão nos meios de comunicação social.

Tudo — mas tudo — o que nos é essencial, que nos define verdadeiramente como Partido Comunista Português, tudo o que legitima e fundamenta a nossa honra e orgulho de sermos comunistas, está de há muito sob o persistente fogo cerrado de uma ofensiva ideológica anticomunista, que é sustentada por uma galáxia de calúnias, deformações, deturpações, viciações, falsificações, operações de silenciamento e ocultação, intrigas, provocações e especulações.

Nada é poupado e tudo é alvejado: a nossa história, o nosso património de experiências e de luta, a nossa identidade, a nossa ideologia e concepções fundamentais; as nossas raízes nacionais; a natureza do nosso Partido, a sua unidade, o seu funcionamento interno, os seus métodos de intervenção e acção; a sua orientação e propostas; a sua influência social, política e eleitoral.

E por isso, bem se pode compreender e desejar que este Encontro possa contribuir para que, por muitas vias, intensifiquemos a principal resposta que o anticomunismo merece: a resposta, cada vez mais pronta, enérgica e convincente, com a verdade sobre o que somos, o que pensamos, o que queremos e o que fazemos, assim encurtando a distância e esbatendo e vencendo a desconfiança que o anticomunismo procura cavar em relação ao PCP, e assim trabalhando para ganhar, mais e mais, a influência e o prestígio que o anticomunismo quer que percamos.

O Encontro apresenta-se como necessário e oportuno igualmente porque, a par da campanha anticomunista e com ela articulada, predomina na comunicação social portuguesa — conforme assinala o projecto de documento do Encontro — um crescente divórcio em relação à realidade social, económica, política e cultural do País, que é quotidianamente filtrada, distorcida ou igno-

Encontro de Quadros do PCP sobre Comunicação Social

Firmemente decididos a fazer mais e melhor

Debater a informação, é preciso convir, não é coisa fácil. Não tanto pela vastidão do assunto, a sua importância e os objectivos que deve atingir — em que as diferenças de opinião, se as há, são pontuais e de somenos importância — mas sim pelas naturais questões humanas que coloca e, sobretudo, pela enorme diversidade de cominhos teoricamente possíveis para atingir os mesmos fins.

Que o PCP se tenha decidido, pela primeira vez, levar a cabo um debate nacional de quadros sobre as questões da informação, significa de imediato pelo menos duas coisas: que a importância dos problemas da comunicação social — largamente referidos nas intervenções e relatos que publicamos na íntegra — exige o debate sério e ponderado dos comunistas de modo a permitir a contribuição organizada para a sua resolução e que a contribuição dos quadros mais directamente envolvidos no sector da informação é considerada indispensável para a posterior definição das medidas a tomar.

A aprovação, por unanimidade e aclamação, da proposta de enviar à direcção do Partido o resultado dos debates travados nas diferentes secções do encontro, mais não fez do que confirmar o que foi dito, confirmando uma vez mais o respeito pela democraticidade interna e pelo princípio do centralismo democrático por que se pautam os comunistas.

O debate de sábado na Voz do Operário, na sequência lógica dos trabalhos preparatórios realizados por todo o país, não se limitou a inventariar dificuldades, ainda que a sua referência se revelasse importante para uma melhor compreensão dos problemas e respectivas propostas de solução. A própria diversidade de situações registadas o exigia de resto. Como amiúde foi salientado nas diferentes secções, as formas de intervenção nos meios de comunicação social não são idênticas nos meios urbanos e no interior do país; as questões de interesse público variam profundamente de região para região; as próprias capacidades de intervenção são distintas.

Com não menos acuidade foi colocada a questão do papel desempenhado pelos chamados grandes meios de comunicação — a rádio e a televisão —, a crescente necessidade de formação de quadros nesses sectores, a imperiosa necessidade de combater a sua manipulação pelas forças reaccionárias em sistemáticas campanhas de desinformação, tanto no que respeita às questões nacionais como internacionais.

Os exemplos não faltaram, quer no que respeita à acção dos órgãos de comunicação social de âmbito nacional quer de âmbito regional ou local. E nalguns casos, como por exemplo no das rádios locais e regionais,



concluiu-se da necessidade de levar mais longe o debate, propondo-se uma iniciativa específica para esse fim.

Os órgãos de intervenção directa do Partido estiveram em



rada em resultado de critérios preconceituosos estabelecidos em função dos interesses da política de direita, dos seus promotores e beneficiários.

Quando aqui falamos, discutimos e reflectimos sobre a comunicação social é verdade que, natural e legitimamente, nos preocupamos em assegurar, como é de inteira justiça, uma maior divulgação das nossas ideias, actividades e propostas, mas também é igualmente verdade que, ao contrário de outras forças, também nos preocupamos, sem qualquer incompatibilidade ou contradição, com a necessidade de plenamente assegurar e garantir ao povo português o seu direito à informação: o seu direito a uma informação isenta, rigorosa e de qualidade, que reflecta a realidade e os problemas nacionais e que corresponda a legítimos interesses e necessidades da opinião pública. Nesta perspectiva torna-se particularmente nítido que, com este Encontro, podem ser dados novos passos em direcção a uma maior contribuição dos comunistas para a realização desse objectivo e a satisfação daquele direito.

Finalmente, o Encontro apresenta-se como **necessário e oportuno** porque, como se refere no projecto de documento, se verifica uma cada vez mais intensa e agravada dependência do sistema informativo nacional em relação ao imperialismo, perfilando-se no horizonte novas e gravíssimas ameaças e perigos que não podem ser ignorados nem minimizados.

Uma guerra de agressão ideológica

Não será exagero afirmar que os portugueses são quotidianamente atingidos, dentro das fronteiras do seu País, por uma autêntica guerra de agressão e intoxicação ideológicas, comandada pelo imperialismo à escala internacional e diligentemente servida no plano interno pelas forças reacçãoárias, pelo grande capital e pelos seus agentes na comunicação social.

Esta guerra de agressão ideológica não poupa nenhuma das esferas da vida económica, social, moral, cultural e política do País e sobre todas elas tem repercussão, influência e consequências.

Desenvolve-se articuladamente em torno de dezenas de temas e de centenas de pretextos, assuntos ou acontecimentos.

É veiculada através de uma grande arsenal de meios e instrumentos e caracteriza-se por uma enorme diversidade de formas, de estilos e de técnicas, em função da própria diversidade das classes, estratos e camadas sociais que procura atingir, condicionar e influenciar. Incide sobre questões nacionais e sobre questões internacionais. Procura agir sobre a conjuntura e influenciar a perspectiva. Tenta ditar comportamentos e atitudes face a factos e acontecimentos pontuais ou episódicos, mas igualmente moldar as consciências em torno de concepções reacçãoárias

e retrógradas sobre a vida, a sociedade e o mundo contemporâneo. Move combate pertinaz a todas as forças, ideias, concepções, valores, objectivos, posturas, soluções e atitudes de carácter democrático, progressista e revolucionário. Faz campanha activa pela guerra e conspira contra a paz. É instrumento de opressão e combate a liberdade e o processo de libertação dos povos. Propaganda fantasiosas excelências do capitalismo e calunia e amesquinha o socialismo e as suas realizações. Prega o conformismo face à crise, à exploração, aos flagelos, injustiças e desigualdades sociais e procura desencorajar e desanimar todas as aspirações a mudanças e transformações progressistas. Promove a violência e a brutalidade e fomenta o seu culto. Estimula o individualismo e o egoísmo e combate todos os ideais humanistas de solidariedade e fraternidade. Apresenta os interesses dos monopólios como o supremo interesse dos povos e das nações. Incensa e mitifica a chamada «iniciativa privada» e golpeia incessantemente todas as concepções e realidades que consagram a prevalência do interesse público na organização da economia, da vida social, do funcionamento do Estado e das instituições. Glorifica a força e o poder do dinheiro e usa-os contra o valor e o mérito do trabalho, a razão e a luta dos trabalhadores, e a força do movimento operário. Procura aviltar a consciência dos homens e afronta e agride a dignidade, a identidade cultural, a soberania e a independência das nações.

Sublinhando a gravidade e os perigos actuais e futuros da guerra ideológica conduzida pelo imperialismo dentro do nosso próprio país, o nosso Encontro pode representar uma viva chamada de atenção para que a resposta através da comunicação social a esta ofensiva de intoxicação, é de vital importância tanto no plano da luta anti-imperialista e pela defesa da independência nacional, como no plano do nosso combate em defesa da democracia, das conquistas de Abril e pela evolução progressista da nossa sociedade.

No início deste nosso encontro, e antes do debate nas secções, parece-nos justificado destacar e sublinhar algumas ideias que resultam da experiência acumulada pelo Partido e foram confirmadas no próprio debate preparatório deste Encontro e cuja consideração e ponderação podem contribuir para uma maior eficácia e correcção do nosso trabalho.

A primeira diz respeito à necessidade de **não confundir a correlação de forças nos meios de comunicação social com a correlação de forças no plano político e social e no plano da luta das ideias.**

Sem dúvida que seria perigosa a subestimação do papel da comunicação social na luta das ideias ou qualquer atitude de menosprezo perante situações de enorme desproporção de meios de comunicação social. Mas não menos perigosa seria a

sobrestimação do papel da comunicação social por forma que levasse a pensar que a consciência, a opinião, os comportamentos e as opções dos cidadãos se formam única e exclusivamente na dependência submissa e acrítica face à comunicação social.

Na luta das ideias e na formação da opinião dos cidadãos intervêm — felizmente — muitos outros factores, entre os quais são de destacar a experiência social e os interesses de classe, a luta e a organização, as relações directas entre cidadãos, a correcção da política e das soluções propostas, o papel dos militantes e activistas no esclarecimento democrático, a difusão da propaganda, designadamente do Partido e das organizações sociais de massas.

Uma segunda ideia visa sublinhar que, por mais temível e avassalador que seja o arsenal de meios de difusão ideológica do grande capital, do imperialismo, das forças de direita e dos que com elas se aliam, é de rejeitar e afastar com firmeza qualquer sentimento ou estado de espírito de derrotismo, resignação e impotência.

A batalha que travamos

A verdade sobre os meios poderosos que inimigos e adversários dispõem deve ser lucidamente assumida, não para nos levar ao desânimo e à descrença, mas para, compreendendo plenamente a dureza e as dificuldades desta batalha, ganharmos mais energia e mais determinação no cumprimento das nossas tarefas e responsabilidades neste domínio. Com isto, pretendemos também dizer que é preciso evitar a todo o custo que, de tão atentos e impressionáveis com os meios dos inimigos e dos adversários, acabássemos por desvalorizar e menosprezar os nossos próprios meios e as nossas próprias forças.

Ora a verdade é que hoje não travamos esta batalha, e não partimos para a sua intensificação e dinamização, a partir do zero.

Existem — e exercem influência —, órgãos, publicações e edições do Partido.

Existem — e exercem influência — os órgãos de informação, publicações e edições com grande e determinante participação de comunistas.

Existem — e exercem influência — os órgãos de imprensa regional e local e rádios locais de orientação democrática.

Existem — e exercem influência — a imprensa sindical.

Existem — e exercem influência — as edições e publicações de numerosas estruturas, organizações e associações populares.

Existem — e exercem influência — as publicações das autarquias de maioria APU.

Existem — e exercem influência — muitas dezenas de jornalistas e outros profissionais comunistas que, embora, trabalhando em difíceis condições e em situações de grande marginalização e discriminação, dão uma valiosa contribuição, para a irradiação das ideias democráticas, para a luta do povo português,



foco, bem como aqueles onde os comunistas têm uma maior capacidade de intervenção. Mais do que reconhecer o que de positivo se tem feito, e que muito justamente foi sublinhado, a preocupação dominante foi a de criar condições para fazer mais e melhor.

Estimular o debate, incentivar a leitura da imprensa democrática, procurar incansavelmente

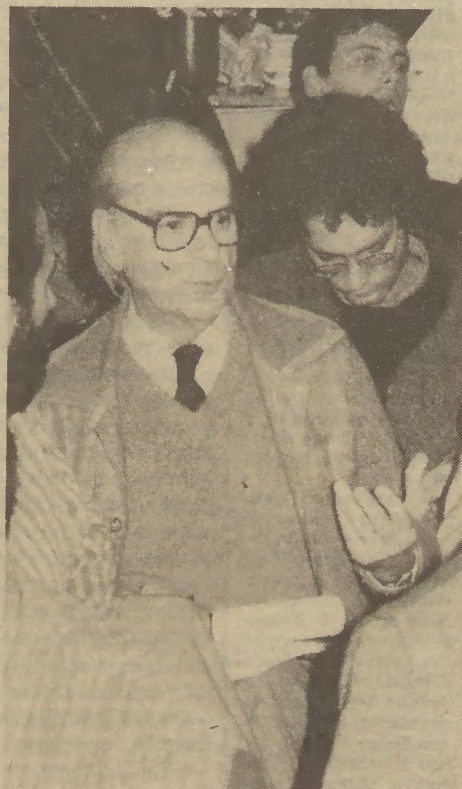
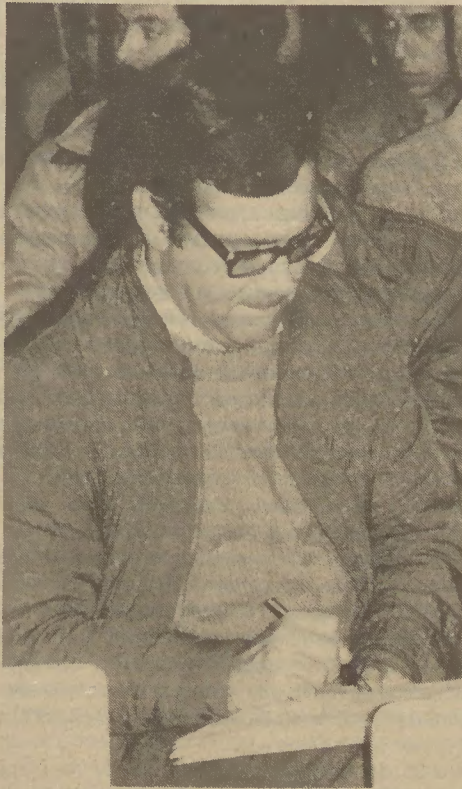
corrigir erros, melhorar a forma e conteúdo da intervenção junto do público, alargar o campo de acção e de influência, foram necessidades apontadas em todas as secções. O acompanhamento político dos quadros que trabalham no sector da informação, a formação de novos quadros, a diversificação dos meios de intervenção no sector, a crescente melhoria dos meios técnicos dis-

poníveis, foram outras das tantas questões debatidas e para as quais foram apontadas possíveis soluções.

Um senão a referir — pese embora a proximidade da Conferência Nacional do PCP sobre a Mulher, a presença feminina, em particular ao nível da moderação e orientação dos debates, deixou muito a desejar...

De um encontro cujas conclu-

sões e respectiva aplicação só será logicamente possível ajuizar a longo prazo e depois de naturalmente sobre elas se pronunciar a direcção do Partido, uma pode de imediato ser apontada, sem qualquer dúvida: nesta frente de trabalho, como em tantas outras, os comunistas, em ligação com outros democratas, estão firmemente decididos a fazer mais e melhor.



Quatrocentos e um camaradas



Nos trabalhos do Encontro Nacional de Quadros do PCP sobre a Comunicação Social participaram no total 401 camaradas, sendo 78 profissionais de diversos órgãos de informação. Dos participantes, 25 desempenham actividades ligadas ao sector, ainda que não sendo profissionais da informação.

Das secções de Informação e Propaganda do PCP (SIP's) estiveram presentes 78 camaradas, e das actividades editoriais 15 camaradas.

Dos quadros presentes, 46 estão ligados à actividade das Rádios Locais, 31 à actividade regional do Partido para a informação e 13 à Juventude Comunista Portuguesa.

Da imprensa regional estiveram no encontro 26 camaradas, para além de outros 8 com intervenção no sector. Da informação sindical estiveram presentes 26 camaradas, das publicações sindicais 19 e das publicações autárquicas 36 camaradas.

No total dos trabalhos registaram-se 168 intervenções, no conjunto das setes secções, sendo que por falta de tempo prescindiram de intervir 30 camaradas.

RELATÓRIOS DAS SECÇÕES

para a dignificação da informação em Portugal.

Existe — e exerce influência determinante — a acção política geral do Partido, a sua enorme presença e diversificada actividade na vida nacional.

Existem — e exercem influência — a propaganda do Partido e as suas estruturas especializadas.

Existe — e exerce influência — o grande colectivo partidário que somos, o que quer dizer muitas dezenas de milhares de homens e mulheres com condições para comunicar com os outros portugueses, para lhes falar e para os ouvir, para com eles agir e lutar.

E, suprema vantagem nossa, existem — e exercem influência — a nossa política capaz de dar solução aos problemas nacionais, e de corresponder às aspirações populares, a nossa capacidade de realização, a nossa coerência, honestidade e dedicação.

A referência que se acaba de fazer, a meios de que dispomos e a capacidade de intervenção que temos na comunicação social, (e aos de que dispõe, em geral, o movimento operário e popular), apesar de tão natural e tão óbvia, é daquelas que tradicionalmente suscita muito espalhado e especulação por parte das forças reaccionárias.

Cabe por isso sublinhar que estamos de facto presentes na comunicação social como estamos na sociedade portuguesa — infelizmente não com o mesmo peso, mas seguramente com a mesma naturalidade e legitimidade.

Isto é, aí estamos por direito próprio de portugueses na plenitude dos seus direitos civis e políticos, e não por qualquer «assalto», «infiltração» ou «importação» do exterior como gostam de insinuar e afirmar os anti-comunistas mais soezes e agressivos.

E se é certo que não reclamamos para nós um estatuto de privilégio, também ninguém pode ter qualquer dúvida de que sempre combatemos e sempre combateremos todas as tentativas de nos encerrar num estatuto de discriminação e segregação e sempre combatemos e sempre combateremos toda e qualquer pretensão de instituir certas áreas da vida nacional como vedadas à presença e acção dos comunistas.

Uma terceira ideia destina-se a salientar que precisamos indistintamente de identificar prioridades, de determinar os meios, as iniciativas e as linhas de intervenção susceptíveis de gerarem avanços mais rápidos e resultados mais visíveis no nosso trabalho em relação à comunicação social, mas que precisamos de o fazer, sem nunca perder de vista que são necessários progressos em todas as áreas e sectores de actividade ligadas à comunicação social e que, por isso, não seria caminho proveitoso um

eventual, ainda que localizado, estado de espírito que levasse a considerar comodamente que a frente decisiva é uma em que se não está e que, naquela em que se está, pouco ou nada se pode fazer.

De igual modo, parece vantajoso acentuar que, em matéria de comunicação social, precisamos sem dúvida de uma grande sensibilidade, dinamismo e empenho para explorar as potencialidades de novos meios e para procurar, com audácia e espírito criativo, novas iniciativas e instrumentos, mas que ao mesmo tempo são desaconselháveis deslambamentos que nos levassem a desprezar meios e instrumentos que, não sendo novos, continuam a prestar boas provas e a ser essenciais e imprescindíveis para a nossa luta nesta frente.

O trabalho preparatório

Quase a terminar, algumas referências ao trabalho preparatório do Encontro e aos trabalhos que hoje desenvolveremos nas secções.

Quanto ao trabalho preparatório cabe dizer que ele assentou fundamentalmente — na constituição, a nível central, de grupos de trabalho (correspondentes às diversas secções) que reuniram informação, discutiram alguns dos problemas principais, realizaram diversos estudos e análises e elaboraram um conjunto de tópicos para orientação da discussão preparatória na organização do Partido — na realização, com esse objectivo, de variadas reuniões e encontros nas diversas organizações regionais e distritais; na elaboração de diversos estudos quer em resultado de trabalho colectivo quer de contribuições individuais; na elaboração e discussão do projecto do documento político do Encontro.

Deve-se dizer que o trabalho preparatório não terá sido nem tão amplo nem tão desenvolvido como seria desejável, em resultado de dificuldades diversas entre as quais avultam quer a própria dispersão por múltiplas organizações dos quadros que hoje aqui estão como participantes quer, sobretudo, a necessidade, de durante um certo período, corresponder a tarefas particularmente prementes relacionadas com outras importantes iniciativas do Partido.

Entretanto, cumpre sublinhar que o trabalho preparatório realizado se salda por dois aspectos particularmente positivos e importantes: pois por um lado permitiu reunir informações, apreciações, análises e sugestões muito valiosas para a continuidade do trabalho do Partido nesta área, e por outro lado permitiu verificar e confirmar a existência entre os quadros e militantes do Partido de um indistintivo interesse pelas questões da comunicação social e da nossa

intervenção neste domínio, que se encontra testemunhado na grande participação no Encontro e que certamente se traduzirá no seu resultado final.

Quanto ao funcionamento das sete secções do Encontro (e que, como é sabido, abrangem a comunicação social de âmbito nacional — respectivamente a televisão, a rádio e a imprensa — a comunicação social de âmbito regional e local; comunicação social especializada; os meios directos de intervenção do PCP na comunicação social; e a acção dos comunistas nos diversos órgãos de comunicação social), cabe sublinhar que se espera que elas constituam o grande e aberto espaço do vivo e frutuoso debate que se impõe neste Encontro de quadros e que todos os participantes compreendam a importância da sua participação activa nessa parte essencial do nosso Encontro.

É desejável que, no debate a realizar nas secções (que envolvem cada uma delas um numeroso conjunto de temas e problemas), uma particular atenção seja conferida e uma especial contribuição seja dada no sentido de uma melhor identificação de realidades e situações; de uma mais atenta detecção e análise de novos fenómenos ou de mutações em curso nas diversas áreas; de uma útil divulgação e generalização de experiências e exemplos positivos de trabalho e de intervenção, e sobretudo, como é imperioso de acordo com um dos objectivos centrais do Encontro, que em todas as secções surjam, se discutam e, na medida do possível, se apurem opiniões e sugestões sobre as formas de dinamizar e ampliar a nossa intervenção na comunicação social.

Aproveitamos para informar que na secção de encerramento do Encontro, que é aberta a convidados e à Comunicação Social, e antecedendo a intervenção do camarada Álvaro Cunhal, membros das mesas das secções prestarão uma informação ao plenário sobre o debate ali realizado e sobre as principais ideias aí referidas.

Como é próprio do funcionamento do nosso Partido, isto é, com vontade e gosto em participar, intervém e dar opinião e com disponibilidade para ouvir, com franqueza e vivacidade e com espírito fraternal, vamos pois passar ao debate nas secções.

É ponto assente que faremos, todos, com plena consciência de que a experiência, o conhecimento e o interesse de cada um dos militantes é um dos mais sólidos alicerces da força e da capacidade do nosso Partido e uma alavanca decisiva na sua luta pelos interesses dos trabalhadores, do povo, da democracia e de Portugal. Viva o PCP!

SOBRE A COMUNICAÇÃO SOCIAL EM PORTUGAL DOCUMENTO APROVADO NO ENCONTRO NACIONAL DE QUADROS DO PCP

A comunicação social importante questão nacional

A comunicação social constitui, tanto no plano nacional como à escala internacional, um importantíssimo instrumento da luta das ideias e da acção política e um veículo privilegiado da expressão, transmissão e irradiação social das ideologias, concepções, valores e interesses de classe que se defrontam no mundo contemporâneo.

Ela é também expressão actual do ancestral desejo de apreender a realidade que nos cerca, de transmitir pensamentos e experiências, de fomentar a cooperação e o entendimento entre os povos e está, portanto, intrinsecamente ligada ao devir da Humanidade e à sua História.

As profundas mutações que se verificaram nas últimas décadas na comunicação social, designadamente com o impetuoso desenvolvimento das tecnologias da informação e dos meios audiovisuais, ampliaram extraordinariamente as possibilidades de comunicação e a velocidade de circulação da informação, criando novas possibilidades, tanto para a sua colocação ao serviço do progresso e florescimento humano, social e político como para o reforço do potencial de manipulação, condicionamento e intoxicação da opinião dos cidadãos por parte das forças apostadas em travar a luta emancipadora dos trabalhadores e dos povos.

Em consequência, é indispensável não perder de vista que, nos dias de hoje, a orientação dos órgãos de comunicação social, exercendo uma vasta e profunda influência sobre as consciências dos cidadãos, contribuindo de forma decisiva para a formação da sua opinião, compreensão da realidade, comportamentos, aspirações e visão dos acontecimentos e dos problemas, pesa, de forma não exclusiva mas muito relevante e significativa, sobre o próprio curso da evolução política, social e cultural.

Em Portugal, com o 25 de Abril, tanto a necessidade de plena salvaguarda do direito à informação como a aguda compreensão da íntima relação da comunicação social com os problemas de construção do regime democrático estiveram presentes em todo o processo de democratização da vida nacional e da sua institucionalização.

Essa justa compreensão manifestou-se, desde logo, entre muitos outros aspectos, na pronta iniciativa dos trabalhadores de informação ao afastarem dos principais órgãos de informação as direcções comprometidas com o fascismo e ao garantirem uma activa posição de apoio ao processo de democratização.

Manifestou-se também na elaboração e entrada em vigor da Lei de imprensa; na constituição, em resultado directo ou indirecto da nacionalização dos grupos monopolistas, de um amplo sector público de comunicação social abrangendo justamente pontos fulcrais do sistema informativo nacional e sujeito a uma disciplina legal própria favorável à garantia da sua independência e do respeito do pluralismo e do confronto de ideias; na natureza e conteúdo das disposições consagradas na Constituição ao direito à informação e à questão da comunicação social; na aprovação do Estatuto dos jornalistas (e do seu Código Deontológico) e de outra legislação democrática que condensa todo um património específico de avanços progressistas em matéria de comunicação social.

Da mesma forma há que realçar o importante e positivo papel que assumiram sectores da informação portuguesa estreitamente ligada a importantes componentes do movimento popular de massas como são a do sector associativo (imprensa sindical, imprensa autárquica, impren-

sa dos movimentos de opinião e de unidade, imprensa das organizações e associações populares) e a imprensa regional democrática.

Os direitos consagrados na Constituição e demais legislação para o sector permitem afirmar que, no plano jurídico-institucional, apesar das lacunas e insuficiências que importa superar, o regime democrático português incorpora e consagra realidades, regras e valores essenciais que permitiam (e permitem) criar as condições para que a comunicação social desempenhe um papel de grande relevo na consolidação da vida democrática. Estimulando o conhecimento da realidade e dos problemas nacionais. Fomentando a participação cívica e a ligação dos cidadãos à comunidade. Funcionando como instrumento de mobilização de energias, capacidades e vontades para a construção de uma vida melhor. Assegurando o confronto diversificado e o debate vivo de opiniões. Levando aos cidadãos a expressão isenta das posições das diversas forças e correntes políticas e ideológicas actuais na sociedade portuguesa. Preservando e valorizando a cultura e a identidade nacional.

Confrontando as potencialidades e as necessidades com a realidade existente, é forçoso reconhecer que se globalmente está percorrido um caminho positivo que distancia profundamente a comunicação social portuguesa actual da que existia sob o fascismo, persiste, ao mesmo tempo, um continuado abismo entre a generalidade da comunicação social que o País tem e aquela que melhor corresponderia às suas necessidades, aos interesses da democracia e da opinião pública, às aspirações da maior parte dos profissionais da informação, bem como aos imperativos constitucionais.

Por outras palavras, os efeitos acumulados dos dez anos de política de direita imposta ao País, tiveram, entre outros conhecidos reflexos e consequências, um profundo e continuado desrespeito pelo direito do povo português a ser informado, designadamente com uma persistente governamentalização e domesticação da informação, a utilização dos mais poderosos meios de comunicação do sector público para pertinazes e sofisticadas ofensivas de manipulação da opinião pública, com as correspondentes entorses e viciações por essa via introduzidas no debate político e social e na vida democrática do País.

As consequências de uma tal situação atingem gravemente fundamentos básicos e essenciais do regime democrático.

O direito à informação (na sua ampla noção constitucional) está consagrado ao mesmo nível de outros direitos e liberdades dos cidadãos, mas a verdade é que, nas concretas condições nacionais e tendo em conta sobretudo o enorme impacto dos meios de comunicação social onde privilegiadamente se concentram as ofensivas de manipulação e intoxicação, o direito à informação constitui objectivamente, em grande medida, um direito cuja satisfação é essencial ao próprio exercício pleno de todo o conjunto de outros importantíssimos direitos, entre os quais se tem de destacar o próprio direito de voto.

É nesta perspectiva que se tem de considerar que a situação vigente ou dominante na comunicação social de maior expansão constitui indiscutivelmente um factor de grave enfraquecimento e mutilação da democracia política consagrada na Lei Fundamental do País. Por isso a comunicação social tem de ser considerada uma grande e grave questão nacional que precisa de ser enfrentada com urgência.

RELATÓRIOS DAS SECÇÕES

1.ª Secção Televisão

Apresentado por **Marques Pinto**

Nos trabalhos da 1.ª secção, que debateu os temas sobre televisão e em que se registaram vinte e quatro intervenções, salientou-se o impacto que este órgão de comunicação social exerce junto das populações.

A RTP considera que as suas emissões atingem, em números absolutos, cerca de sete milhões e quatrocentos mil espectadores.

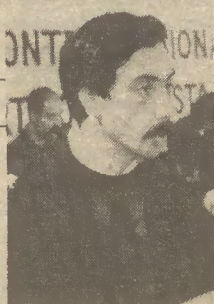
E o que é mais significativo é que, segundo um inquérito divulgado pela RTC, mais de oitenta por cento dos espectadores vêm todos os dias televisão.

Em comparação com outros órgãos de comunicação social, um inquérito igualmente divulgado pela RTC revela que a televisão, em Portugal, tem mais do

cândalo ou dar impressão de isenção, reservam essa informação para o último noticiário ou para o dia seguinte — quando já não constitui notícia. E o mais provável é que tentem desmentir os factos procurando opiniões contrárias ou comentários desfavoráveis.

Para a RTP só é notícia o que é importante e só é importante o que é tido como tal pelo Governo ou pela Casa Branca. Se Cavaco tossir ou Reagan espirrar, aí estão dois factos políticos importantes e verdadeiros. Para impôr a sua imagem diária a milhões de espectadores é que eles inventam todos os dias qualquer coisa para dizer.

No âmbito das notícias internacionais, a informação da RTP baseia-se na Eurovisão que por sua vez se apoia nos serviços nor-



menos afastada das realidades, dos valores e dos interesses da população portuguesa. Há programas para vender artigos Disney, leite Nestlé, Cola-Cao, discos e telediscos norte-americanos, e assim por diante. A dignidade de alguns programas parece servir apenas para fazer passar todos os outros.

É neste contexto de uma televisão pública mal gerida e portanto desprestigiada, que surge e se desenvolve a campanha de privatização.

O que se sabe porém é que a privatização apenas serviria



dobro do público de todos os jornais diários, semanários e desportivos.

A grandeza destes números e a capacidade de sedução, de fascínio e de persuasão que a televisão detém, fazem com que a governamentalização e a partidarização da informação constituam autênticos crimes contra a democracia.

Não andará nada abaixo desta ordem de grandeza o impacto com que chega à população portuguesa, todos os dias, a manipulação pró-governamental, pró-imperialista, anticomunista e antidemocrática dos programas que se dizem de informação.

Com a aparência da maior ingenuidade, a informação da RTP — nomeadamente o Telejornal e o «24 Horas» — esconde ao País as realidades sociais, as reclamações e as lutas dos trabalhadores, as iniciativas e as declarações dos sindicatos afectos à Intersindical Nacional, o papel do PCP na vida democrática portuguesa.

Com a aparência da maior isenção, quase só entrevistam pessoas de diferentes opiniões ou quadrantes políticos desde que se situem fora da área dos comunistas.

Se decidem fazer a reportagem de um acontecimento incómodo ou de uma declaração irreverente, para evitar demasiado es-

te-americanos e de outros países capitalistas.

Esta dependência da televisão portuguesa em relação a fontes e modelos do capitalismo internacional, não acontece apenas nos programas de informação.

Pode mesmo dizer-se que, de um modo geral, aquilo que diariamente é enviado para casa de sete milhões de portugueses nem sequer é televisão portuguesa. É sim a televisão dos Estados Unidos da América e de alguns outros países fortemente representativos do capitalismo internacional.

Com efeito, as produções dos EUA ocupam mais tempo do que as produções portuguesas, e as produções estrangeiras ocupam o dobro das nacionais.

Ao analisar o impacto da televisão, esta secção de trabalho revelou uma atenção muito especial aos efeitos que esse impacto exerce junto das crianças e dos jovens.

As crianças transportam frequentemente para a escola a influência da televisão, e é manifesto, para os professores, que essa influência entra em confronto com o esforço pedagógico dos docentes.

Relativamente à produção nacional, por seu turno, ela é fortemente subordinada a interesses comerciais e não

para agravar bastante mais e de forma mais definitiva os vícios que são apontados à empresa pública.

Com efeito, as empresas privadas de televisão, dependendo inteiramente das receitas de publicidade, procuram rentabilizar-se e lutar à custa de uma inflação desenfreada de anúncios comerciais e de uma programação predominantemente norte-americana.

A escassez de produção nacional é fortemente acentuada por essas razões devido aos custos de produções próprias. E a informação, essa, seria a voz incontrolável do capitalismo e da ideologia mais reaccionária.

Isto porque só um grupo financeiro muito poderoso estará em condições de se apropriar de um canal de televisão, podendo mesmo acontecer, como em França, que tal estação vá parar a um investidor estrangeiro.

A falta de melhores argumentos para promover a legalização de estações privadas de televisão, os seus promotores têm invocado o aparecimento das novas tecnologias. Falso argumento pois que a tecnologia tradicional nunca foi obstáculo, por si mesma, a ser gerida por proprietários privados.

Razões de interesse nacional, essas sim, é que fundamentam o carácter público da televisão.

II Principais problemas e orientações dominantes na comunicação social portuguesa

Na situação actual da comunicação social portuguesa (designadamente de expansão nacional), nas suas características dominantes, nos seus problemas mais candentes, pesam e entrelaçam-se factores e questões muito diversas que abrangem desde problemas estruturais, passando pela natureza e objectivos da política de há muito prosseguida neste sector da vida nacional, até as orientações políticas e ideológicas que lhe têm sido impostas.

Neste vasto espectro, são de destacar, como particularmente preocupantes e graves e como fortemente condicionadores e ofensivos dos direitos constitucionais do povo português, os seguintes aspectos:

1) **A completa dependência (ideológica e funcional) do sistema informativo nacional em relação ao imperialismo.** Como resultado de uma orientação deliberadamente desinteressada da procura e recurso a fontes de informação internacional diversificadas, ou propositadamente enfeudada ao imperialismo, a visão do mundo e dos acontecimentos internacionais a que o povo português tem acesso é fundamentalmente aquela que as multinacionais de informação concebem, fabricam e distribuem. Quatro ou cinco agências de informação (UPI, Associated Press, Reuter, France Presse), duas ou três cadeias de televisão norte-americanas, bombardeiam permanentemente a opinião pública nacional com manipulações da realidade; com campanhas cíclicas contra a luta libertadora dos povos, contra as forças progressistas, contra os países socialistas; com deformações catastróficas e agressivas da vida internacional; com operações de pressão psicológica auxiliares da política externa norte-americana, visando a preparação e aceitação da guerra e procurando cavar distâncias e desconfiança entre os povos. A par do «imperialismo informativo» intervém a própria pressão, exercida através de programas muito diversos, para a assimilação e irradiação dos valores, concepções e padrões de vida veiculados pelo imperialismo, com crescentes riscos e ameaças para a cultura, a identidade e a independência nacionais.

2) **Um crescente divórcio entre a comunicação social e a realidade social, política e cultural do País,** em resultado, não dos riscos da selecção a que é inevitável e obrigatório proceder na comunicação social, mas de concepções e critérios preconceituosos concebidos e praticados com a finalidade deliberada de reduzir, silenciar e falsear as realidades em função dos interesses do grande capital e das forças de direita.

3) **A partidarização e a governamentalização da comunicação social do sector público,** com o recurso a verdadeiras vagas de nomeações para postos-chave de elementos de confiança e delimitando o acesso à profissão a quem dê garantia de fidelidade ao poder, e transformando-a em instrumentos de propaganda de sucessivos governos que procuram, por essa via, anestesiar as consciências e travar a disposição de luta popular contra a sua desastrosa política.

4) **Uma crescente degradação da qualidade da informação,** subestimando a sua função social em favor de uma concepção mercantilista, nomeadamente através do recurso ao sensacionalismo. O nível de formação dos jornalistas e de outros profissionais da comunicação social, a sua dependência em relação ao poder político, as suas condições de trabalho, a crise financeira das empresas da comunicação social, são alguns dos factores que contribuem para essa degradação.

5) **As orientações e preconceitos anticomunistas, contra o movimento operário e a luta dos trabalhadores,** que se expressam e manifestam no silenciamento e desvalorização das suas actividades, iniciativas e tomadas de posição, na deturpação dos seus objectivos, no combate, através de métodos política e deontologicamente condenáveis, ao seu papel na vida nacional. Grande parte dos órgãos de comunicação social portugueses, com graus variáveis, modalidades e estilos diferentes, participam numa sistemática campanha contra o PCP que em nada se pode confundir com o exercício do direito de crítica, mas antes procura atingir a sua identidade histórica, a sua ideologia e concepções fundamentais, a sua natureza partidária, unidade e funcionamento interno, a sua orientação, propostas e intervenção em cada conjuntura, a sua influência social, política e eleitoral.

6) **A grave crise da imprensa escrita, designadamente diária** que se expressa, de forma insofismável, não apenas na situação económico-financeira de muitas empresas, mas também na contínua redução das tiragens revelando a consequente perda de leitores. Na origem desta preocupante situação, encontra-se um complexo conjunto de razões entre as quais avulta a perda de poder de compra da população e a

falta de hábitos de leitura; o elevado preço e custos da informação escrita; o predomínio do audiovisual, com o poder de atracção que lhe é inerente; a falta de apoios oficiais resultante das resistências a aceitar os custos sociais da informação. A crise da imprensa escrita não pode ser encarada com naturalidade, resignação e conformismo, exactamente porque uma imprensa escrita com audiência e viabilidade, pelas suas próprias características e potencialidades específicas, é indispensável ao próprio equilíbrio interno do sistema informativo nacional e desempenha nele um papel insubstituível que não é e não pode ser ocupado pelos meios audiovisuais.

7) **A gestão ruinosa e ineficiente das empresas públicas de comunicação social,** como consequência lógica de uma política global realizada por sucessivos governos e comandada pela hostilidade ao sector público e pelo objectivo da sua liquidação em favor da restauração do poder dos grandes grupos económicos e financeiros também sobre a comunicação social. Como noutras áreas e sectores económicos, também no sector da comunicação social, os graves problemas económicos e financeiros hoje existentes são o resultado directo da propositada falta de medidas de saneamento e reestruturação, de adiamentos sucessivos de medidas urgentes e elementares, de uma gestão sem iniciativa e dinamismo que desaproveita clamorosamente capacidades e potencialidades humanas e materiais.

8) **A real falta de democracia interna nos órgãos de informação,** a concentração em poucas mãos das decisões e da capacidade de intervir na sua orientação, as práticas discriminatórias quanto ao exercício de funções e quanto ao acesso à própria profissão, o privilegiar de fidelidade e afinidade política sobre a competência e o profissionalismo, as tentativas de instalação de um clima de apatia, desinteresse e demissão. O funcionamento democrático nas redacções conhece indiscutíveis recuos. Em muitos órgãos de informação (designadamente privados) não existem sequer conselhos de redacção. Em outros, o seu funcionamento e a sua capacidade de intervenção encontram-se seriamente afectados. A este panorama não é estranho o pesado conjunto de condicionamentos e pressões a que os jornalistas estão sujeitos. Silenciam-se gradualmente as vozes mais incómodas e independentes. Inculca-se o padrão de um jornalismo burocratizado, oficioso, reverente para com os poderes instituídos e as políticas vigentes. Agravam-se situações de corrupção e desrespeito por princípios deontológicos essenciais. Diminui-se o papel do jornalista como agitador de ideias e problemas e como crítico da realidade. Acentuam-se a instabilidade no emprego e os contratos a prazo. Mal remunerados e discriminados e impedidos de ter acesso a uma especialização, um número crescente de jornalistas vê-se obrigado a dispersar-se por múltiplas ocupações, em manifesto prejuízo da sua plena realização profissional.

9) **A crescente tendência para a concentração de posições na comunicação social privada nas mãos de poderosos grupos económicos e financeiros, bem como a ofensiva para a privatização das empresas do sector público.** Convergindo no objectivo essencial de assegurar o domínio do grande capital sobre a comunicação social, este processo, a não ser eficazmente combatido e travado, conduzirá a graves restrições da liberdade de informar e afectará as condições de trabalho de todos os profissionais de informação, acentuando a instabilidade profissional e a fragilidade dos vínculos profissionais. Os jornalistas, veriam afectadas não só as condições democráticas de funcionamento das redacções e o seu direito ao reenquadramento profissional, como o de exercerem a sua actividade no respeito pelos valores deontológicos que lhes são inerentes.

A enunciação deste conjunto de problemas e características dominantes não pode ser confundida com qualquer pretensão de amalgamar todos os órgãos de informação, de menosprezar aspectos e esforços positivos, de escamotear diferenças de situação e de orientação e, designadamente, de ignorar o combate que parte importante dos profissionais de informação continua corajosamente a travar pelo respeito dos princípios deontológicos, por uma renovada e dinâmica informação democrática, sensível e ajustada à realidade nacional, respeitadora dos direitos dos cidadãos.

III A questão do sector público

A existência de um **sector público de comunicação social** — abrangendo a RTP, a RDP, uma agência noticiosa e alguns dos principais órgãos de imprensa — transformou-se num traço característico da configuração do regime democrático e, simultaneamente, num elemento fundamental para a sua defesa, consolidação e desenvolvimento. Na verdade, só um controlo democrático dos principais e mais importantes meios de comunicação social, pode garantir o seu funcionamento e intervenção como um instrumento de valorização humana e promoção cultural bem como um espaço de debate e confronto de ideias, naturalmente contraditórias e conflituais, expressando conflitos de interesses e de classe que se manifestam e desenvolvem na sociedade portuguesa.

A propriedade pública dos principais meios de comunicação social

— nomeadamente a das emissões de televisão — constitui um aspecto central e insubstituível — se bem que, por si só, não suficiente — para ser assegurado o necessário pluralismo da comunicação social.

A experiência portuguesa, tanto antes como depois do 25 de Abril, evidencia e sublinha a validade desta tese.

O próprio facto de alguns dos principais órgãos de imprensa estatizados o terem sido em consequência directa das nacionalizações de bancos e outras empresas pertencentes aos grandes grupos monopolistas de antes do 25 de Abril, mostra a profunda ligação então existente entre o poder económico-político e a posse dos principais meios de comunicação social, cujo papel e importância na veiculação da ideologia e concepções fascistas não oferece qualquer contestação.

RELATÓRIOS DAS SECCÕES

O acesso a canais estrangeiros através das antenas parabólicas não substitui o papel da televisão nacional nem constitui, até por razões de língua, uma real alternativa.

E, se alguma recomendação nova se deve associar às novas tecnologias, é precisamente no sentido de defender, por maioria de razão, o estatuto público vigente, e melhorar a «dualidade da Televisão pública existente».

O debate sobre televisão realçou, justamente, a necessidade de intensificar a defesa da televisão como empresa pública a par do combate à manipulação da informação e à colonização nos programas.

Há que exercer o protesto directo junto da própria RTP e a denúncia pública de casos concretos, sobretudo em relação às situações mais escandalosas. Há que encontrar, além das iniciativas mais ou menos individuais e espontâ-

neas, formas organizadas e permanentes de exprimir o protesto e impôr o esclarecimento.

Há que encerrar formas materiais de concorrer ao mesmo nível de eficácia com os modernos meios de divulgação cultural e ideológica, utilizados pelas forças e grupos de direita.

A secção expressou a sua concordância com as medidas contidas no projecto de documento relativas a uma nova política para o audiovisual. ■

2.ª Secção Rádio

Apresentado por **Rui Lima Jorge**

Nos últimos anos, com a política de direita prosseguida pelos governos PS, PSD e CSD, o panorama da Rádio em Portugal sofreu uma mutação significativa que se caracteriza pelo domínio político e comercial (publicidade, multinacionais discográficas) que transformam os canais existentes em grandes discotecas anglo-americanas, veículos de colonização cultural com perda progressiva da identidade nacional e em recintos de passatempos e concursos.

O processo é justificado com as superiores audiências deste tipo de programação que arrasta uma uniformização de géneros para disputar audiências e publicidade. Os grupos multimédia procuram tomar conta de canais públicos para desenvolver o negócio e subtraírem o conteúdo da programação ao controlo democrático e profissional (é o caso da Rádio Comercial onde a pretexto da concessão da exploração o que se pretende é a reprivatização deste sector rentável da RDP).

Os canais públicos não comerciais (Antena Um, Onda Curta e Programa Dois) não são motivo de investimentos acrescidos, são despojados de meios ou levados a uma concorrência que pode diminuir ainda mais as características exigidas a um serviço público, apresentando uma programação virada para o mero entretenimento (caso particular da Antena Um) e submetidos a uma política de pessoal arbitrária ou de compadrio nas admissões e nomeações, de baixas remunerações no quadro e de recursos à prestação de serviços.

Em consequência desta política manifestam-se preocupantes fenómenos de desinteresse profissional, de degradação técnica e de procura de outras remunerações e transformação do emprego na RDP em ponto de passagem.

A falta de dinamismo nos canais não comerciais não ajuda, antes pelo contrário, a conter a diminuição de audiências em relação aos canais comerciais.

A informação dispõe de certos números de profissionais democratas e de espaços que contemplam um certo pluralismo e objectividade de mas tem-se vindo a governamentalizar na sequência de sucessivas fornadas de admissões políticas e da acção dos directores e chefes; registam-se reduções de influência de

jornalistas democratas e desinteresse pela actividade profissional e a sua vontade de passar para a área dos programas.

Outro factor que interfere no panorama radiofónico é o aparecimento das rádios locais, cujo salto de audiência se verificou este ano (de 0,5% em Janeiro para 4,2% em Setembro), e que (tudo deixa entender) continuará durante o próximo ano, em detrimento dos canais nacionais, especialmente em onda média.

A corrida ao controlo e futura concentração destas pequenas estações inclui já grupos como a SIC, o Correio da Manhã e a Fundação Século XXI, que agrupam fundamentalmente gente de direita e que têm ou pretendem ter uma actividade multimédia (Imprensa, TV, Vídeo, etc.) em ligação com multinacionais americanas, europeias e brasileiras.

Face a esta situação foi entendimento dos participantes que devemos trabalhar com os objectivos seguintes:

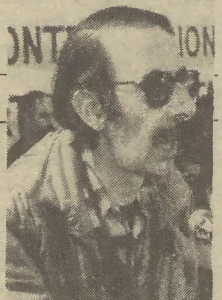
— Reforçar a organização e o trabalho do Partido, a sua ligação à vida das empresas da rádio e aos seus trabalhadores; procurar alargar a intervenção e influência democrática na informação e programas, discutindo-a e evitando cedências; reforçar o nosso trabalho unitário; reforçar e aumentar o prestígio das organizações representativas dos trabalhadores, tornar este trabalho mais actuante e ligá-lo intimamente aos trabalhadores; reforçar a intervenção organizada dos trabalhadores na vida das empresas.

— Apoiar rádios locais que, após os licenciamentos, se propõem fazer uma programação e informação democráticas e a defesa da cultura e dos interesses regionais e nacionais.

— Que seja imediatamente publicada legislação sobre o licenciamento, com audição pela Comissão Parlamentar dos interessados (tal como se está a fazer com a TV) e posterior aplicação da Lei com distribuição das frequências sem dependência do Governo.

— Que seja imediatamente revogada a Ordem de Serviço da Administração da RDP que pretende impedir os profissionais ao seu serviço de trabalhar também em rádios locais.

— Combater a diminuição das possibilidades do Serviço Público



(concessão da Comercial, seguidismo da Antena Um, degradação profissional e técnica).

Relançar o Serviço Público, competitivo, com uma nova política de investimentos e uma gestão que permita rentabilizar ainda mais o canal comercial.

Definição de uma estratégia de Serviço Público, com uma política de programas coerente que tenha em conta a concorrência do aumento da difusão da RR e da oferta do audiovisual (Rádios Locais, TV Europa, recepção de canais de TV europeus, vídeos domésticos) e as exigências do Serviço Público.

Desgovernamentalização da empresa: Defendemos igualmente (e naturalmente) a isenção, objectividade e pluralismo na informação; programas variados, correspondentes às necessidades do serviço público, à defesa da língua, da cultura e da identidade nacionais, com abordagem dos grandes problemas do nosso País; criação de um conselho de programas com profissionais da RDP e de um Conselho Geral com representação de organismos culturais, sindicais e autárquicos, que defina e controle as grandes linhas de orientação da programação, com definição de complementaridade entre os vários canais.

Em particular na onda curta deve ser impedida a mera propaganda governamental para a emigração e a propaganda de grupos como os da RENAMO e UNITA (e outros) que inquinam as relações entre Portugal e os países africanos de expressão oficial portuguesa.

Investimento que modernize a RDP e aperfeiçoe as condições de difusão; manutenção dos canais actuais, dos canais dos Açores e Madeira e das estações locais; melhoria do equipamento e programação da onda curta.

Alargamento de coberturas do Norte do País e do interior, reforço dos emissores de onda média e frequência modelada e da sua potência; passagem do FM da Antena Um a estereofónico e alargamento da rede FM do Programa Dois.

Revisão da política de

Também o facto de ao longo dos últimos dez anos, uma das direcções principais da ofensiva de restauração monopolista — tanto através da acção legislativa e governamental, como da acção ideológica — se ter orientado para a destruição do sector público da comunicação social e para a sua reconquista por parte do grande capital, reflecte a importância estratégica deste sector enquanto alicerce do regime democrático, dada a sempre crescente influência dos grandes meios de comunicação social na génese e circulação de ideias e valores que largamente condicionam o comportamento sociopolítico de sectores sociais cada vez mais vastos.

A ofensiva contra o sector público de comunicação social tem sido acompanhada e tem um dos seus instrumentos fundamentais na campanha de mistificação ideológica — em que participam activamente alguns dos órgãos de comunicação social estatizados — que pretende confundir e identificar abusivamente a liberdade de informação com a «liberdade» de constituição de empresas privadas de comunicação social ligadas e dominadas por poderosos grupos económicos nacionais e transnacionais, cuja concorrência garantiria por si só — segundo os seus defensores — a qualidade e o pluralismo da informação assim produzida.

Ora a realidade existente desmente claramente uma tal ideia.

Na verdade, não obstante todas as graves limitações, insuficiências e atropelos ao pluralismo e à qualidade informativa nos órgãos de comunicação estatizados — da responsabilidade de forças e sectores políticos que agem para a sua reprivatização — a experiência mostra que todas essas características aparecem agravadas e ampliadas em órgãos que, pela sua natureza privada, escapam completamente a qualquer efectivo controlo democrático.

Particular actualidade e acuidade assume a campanha pela privatização das emissões de televisão as quais — de acordo com o número 7 do art.º 38.º da Constituição da República — «não podem ser objecto de propriedade privada».

Esta campanha, embora enquadrada na ofensiva geral contra o sector público da comunicação social, desenvolve-se em torno de linhas específicas e visando objectivos próprios.

Ao serviço desta campanha, invocam-se as enormes potencialidades técnicas abertas pelas novas tecnologias da teledifusão, das telecomunicações e da informática para daí concluir — não a maior possibilidade de qualidade, facilidade e rapidez das emissões televisivas — mas sim a «inevitabilidade» da sua entrega a interesses privados.

Identificam-se mistificatoriamente a degradação, manipulação e falta de qualidade da RTP com o facto de se tratar de uma empresa pública, para daí concluir — não a necessidade de melhorar, modernizar e desgovernamentalizar o serviço público de televisão — mas sim a «necessidade» da entrega da sua propriedade aos responsáveis pelo gravíssimo estado em que actualmente se encontra.

Constata-se a multiplicidade de valores, padrões e preferências do público para daí concluir — não a necessidade de diversificar a programação e eventualmente as fontes da emissão da RTP — mas sim a «necessidade» de criar várias estações privadas que, desmentindo a demagogia sobre as virtudes da «concorrência», conduziram de facto à uniformização e nivelamento por baixo da programação e centralizariam ainda mais fortemente a produção.

Faz-se a apologia da iniciativa privada e do «gosto pelo risco», do «modelo empresarial», do «combate ao estatismo» nas emissões de televisão para daí concluir — não a apresentação de projectos e de investimentos para a montagem de redes autónomas de emissão — mas sim para tentar colocar os meios técnicos de emissão públicos ao serviço dos interesses e lucros privados.

Acena-se demagogicamente a todos quantos trabalham na televi-

são ou para a televisão com uma «nova era» de «prosperidade» (novos postos de trabalho, novos equipamentos e meios de produção, novas possibilidades de realização profissional) para daí concluir — não a urgência de estimular e impulsionar a produção nacional — mas sim de preparar e organizar o recurso ainda maior à importação de «enlatados» e a uma crescente dependência das transnacionais videográficas.

Para além da demagogia e da mistificação que acompanham a campanha pela privatização da televisão, **as forças do grande capital têm objectivos claros** que procuram atingir:

1.º) utilizar, em seu ilegítimo proveito, meios e recursos do Estado;

2.º) conquistar para os interesses privados o mercado publicitário da RTP — sua principal fonte de receitas;

3.º) Criar e multiplicar meios audiovisuais de intoxicação e manipulação da opinião pública, ao serviço da ofensiva contra o regime democrático;

4.º) Degradar e governamentalizar ainda mais o serviço público de televisão, impondo-lhe uma concorrência pautada pela baixa qualidade da programação e por uma crescente manipulação da informação;

5.º) Acentuar a penetração e o domínio — no ramo do audiovisual — das grandes transnacionais videográficas, orientadas para a hegemomização de todo o mercado, tanto através da centralização da produção como do domínio, articulação e interdependência das redes de emissão.

O desenvolvimento com êxito desta ofensiva contra o serviço público de televisão — inserida no quadro geral de tentativa de destruição do sector público da comunicação social — determinaria, ainda em maior grau do que já acontece actualmente, o aumento de penetração de valores, interesses e padrões contrários à identidade nacional, constituindo, nesse sentido, um novo e perigoso veículo de fenómenos de autêntica colonização cultural e dependência política.

Tudo quanto fica dito evidencia que a existência de um verdadeiro **serviço público de comunicação social** — plural na expressão de ideias e no confronto de opiniões; orientado simultaneamente para a informação e a formação, tendo em conta as realidades do País; diversificado e atraente nos suportes e nas temáticas; incorporando as conquistas técnicas na perspectiva da defesa da identidade cultural e da independência nacional — impõe e implica a **defesa, melhoria e modernização do sector público de comunicação social**, com a manutenção da actividade de televisão — dada a especificidade e impacto do meio — unicamente neste sector (incluindo novos canais que eventualmente venham a ser criados).



IV Governo PSD/Cavaco Silva — escalada de manipulação e ofensiva contra o sector público

O actual governo do PSD, formado na sequência de eleições em cuja campanha eleitoral o PSD e Cavaco Silva usaram como um dos temas favoritos a denúncia (insincera e hipócrita) da manipulação da comunicação social do Estado, designadamente da RTP, é responsável por uma das mais intensas escaladas de manipulação e intoxicação da opinião pública dos últimos anos e pelo prosseguimento da ofensiva de destruição do sector público da comunicação social.

A manipulação e instrumentalização da comunicação social constitui mesmo uma **peça essencial e decisiva em toda a actuação do governo PSD/Cavaco Silva**. Parte muito substancial da actividade do governo, dos ministros e de departamentos do Estado é dirigida exclusivamente à fabricação, imposição e circulação de uma falsa «imagem» do Executivo e da sua política, destinada a escamotear a verdade e a realidade sobre a política governamental e sobre os seus efectivos resultados e consequências.

A conjugação da hegemonia do governo sobre os principais órgãos de comunicação social (os do sector público) com as campanhas de desinformação, a criação de «factos políticos» e de «cenários», a divulgação de «sondagens» e outras mistificações informativas dos semanários de maior tiragem, constitui um poderoso instrumento de divulgação das ideias e manobras do grande capital e de promoção do partido que, no Poder, defende os seus interesses.

Tal como aconteceu em relação a outros sectores e problemas da vida nacional o governo PSD/Cavaco Silva também no que respeita à comunicação social recorreu ao truque de considerar que, para assegurar de facto o prosseguimento da política de direita, era indispensável apresentar-se como crítico dessa política e como promotor de uma política diferente.

É assim que, mantendo um rígido e controladíssimo sistema de nomeações na base da confiança político-partidária para lugares-chave

na comunicação social, não hesita em proclamar cinicamente que se guia exclusivamente por critérios de isenção e competência.

É assim que, sendo futor e beneficiário de uma descarada governamentalização da informação com especial destaque para a RTP, não hesita em proclamar que o primeiro e supremo objectivo do governo é operar a «desgovernamentalização» da comunicação social.

Nas suas linhas gerais, essa governamentalização traduz-se em:

— empolamento e ampliação das medidas demagógicas do governo, retomadas com os mais diversos pretextos e enfoques em diferentes noticiários de sucessivos dias;

— constante recurso à publicidade das medidas governamentais, tanto na imprensa como no audiovisual;

— presença diária de membros do governo e do PSD em entrevistas, depoimentos, declarações, deslocações, inaugurações, partidas e chegadas, que ocupam o mais significativo espaço ou tempo de emissão nos noticiários nacionais;

— recurso a técnicas de influência subliminar e à escandalosa assunção pelos jornalistas, que lêem ou comentam as notícias, das afirmações do governo, dos seus *slogans* e formulações, como se tratasse de elementos objectivos e indiscutíveis;

— redução do espaço de debate pluralista sobre temas sociais, económicos, políticos, no sentido de ignorar as alternativas à política do governo;

— silenciamento e minimização das lutas sociais contra o governo e a sua política e das críticas que lhe são formuladas;

— silenciamento e deturpação das posições defendidas pelas forças democráticas que se opõem à política do governo, que assume traços de escandalosa discriminação no caso do PCP, cujo Secretário-Geral há mais de um ano não é convidado para qualquer entrevista na

RELATÓRIOS DAS SECÇÕES

regionalização com a sua despartidarização, reforço em pessoal qualificado, ligação às regiões e realização efectiva do serviço público local.

Criação de novos serviços, incluindo a cooperação com outras empresas públicas.

Rentabilização da Rádio Comercial, com correcção da gestão perdurável e de promoção de negócios particulares à custa da empresa; maior agressividade no campo da publicidade; correcção das deficiências dos emissores; cobertura mais larga de acordo com critérios comerciais; realização e dignificação de uma verdadeira política de programas adequada ao canal, no quadro da complementaridade entre os

canais de serviço público.

Estudo para a implantação, nos próximos anos, de novas tecnologias de identificação e procura de programas, trabalho de estúdio, etc.

Dignificação profissional, incluindo melhores salários, condições de acesso e carreiras; cessação das formas precárias do trabalho; formação profissional correspondente às necessidades da empresa.

Concessão da rede nacional FM disponível e reconsideração da atribuição das duas redes distribuídas em 85 à RDP e RR, com impedimento de redes nacionais não previstas na Lei.

Cessação da política de capitulação perante os interesses do capital

associado à RR; movimento de opinião contra o carácter alienatório da sua programação e a falta de pluralismo da sua informação.

Sinteticamente, as linhas de uma política alternativa serão:

— a desgovernamentalização;

— desenvolvimento do serviço público com a complementaridade de canais e definição coerente de políticas de programas;

— recusa da capitulação perante os interesses da concorrência privada de grandes grupos económicos multimédia;

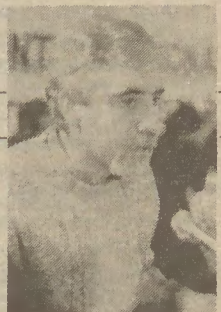
— imediata publicação de legislação para o licenciamento das rádios locais e distribuição das suas frequências fora do controlo governamental. ■

3.ª Secção Imprensa

Apresentado por José Garibaldi

O panorama da comunicação social escrita reflecte uma situação complexa, na qual se entrecruzam a questão do sector público e a concentração da imprensa privada; a função social que desempenha e as correspondentes responsabilidades do Estado; a instrumentalização governamental a que tem estado sujeita e as tentativas de destruição dos

sector — em especial as medidas tomadas públicas em vésperas deste Encontro — constituem, aliás, o reconhecimento implícito de que nelas — mercê do enquadramento jurídico e das tradições de luta dos seus trabalhadores em defesa dos valores deontológicos e socioprofissionais — se mantém, embora subjugado, um potencial de liberdade e criatividade



dual e colectivo, que estão envolvidos no lançamento e financiamento destes jornais, vamos encontrar novos e velhos barões da indústria e do capital fi-



espaços de pluralismo; o respeito pelo ordenamento jurídico existente e as insuficiências legais; a vida democrática das redacções e o acesso à profissão; as condições de trabalho e a degradação da qualidade informativa; os estilos e os conteúdos; as tiragens e os hábitos de leitura. Dos trabalhos preparatórios realizados e das 26 intervenções da 3.ª secção durante o dia de hoje, resulta uma opinião comum sobre as seguintes questões:

• A existência de um sector público da comunicação social constitui um traço específico da democracia portuguesa, um elemento fundamental para a sua defesa e consolidação.

A crítica ao seu conteúdo não é incompatível com a exigência da manutenção, rentabilização, modernização e desenvolvimento das empresas públicas de comunicação social e daquelas em que o Estado é accionista maioritário.

As tentativas que o governo PSD/Cavaco Silva vem desenvolvendo com vista à privatização dos jornais deste

que apenas aguarda uma conjuntura política favorável aos valores da democracia para mais claramente se manifestar.

Assim, torna-se importante defender a existência de um sector público com o dimensionamento actual combatendo todas as tentativas da sua privatização ou do seu enfraquecimento pelo que o governo venha a promover e também propor a consolidação dos passivos das EP's; exigir a sua rentabilização (nomeadamente o lançamento de iniciativas editoriais em áreas até agora só exploradas pela iniciativa privada); propor a criação de uma rede de distribuição de jornais que permita a sua chegada a todo o País.

• Nos últimos anos desenvolveu-se um vasto sector da comunicação social escrita — tanto diária como semanal — onde a diversidade de títulos esconde a concentração das empresas suas proprietárias nas mãos de um conjunto de poderosos grupos económicos. No emaranhado de accionistas, em nome indivi-

nanceiro, que estabeleceram uma rede de participações cruzadas, na qual querem tecer as malhas da asfixia a liberdade de informação. Esta situação constitui não só um grave desvio aos princípios da legalidade democrática, como uma importante ameaça ao regime.

É necessário desmascarar tais manobras e contribuir para a aprovação da legislação antimonopolista prevista na própria Lei de Imprensa.

• A actuação governamental que visa colocar a imprensa a reboque da sua caravana publicitária, desenvolve-se em dois níveis complementares:

— por um lado, a concessão dos mais variados apoios selectivos a jornais privados, em muitos casos constituindo autênticos escândalos políticos e financeiros, para obter a sua complacência ou mesmo o seu alinhamento activo na promoção da imagem pública do Governo;

— por outro, a manipulação e instrumentalização dos jornais do sector público, onde

televisão, ao contrário do que aconteceu com os principais dirigentes dos outros partidos.

Mas porque as potencialidades de uma informação objectiva e plural permanecem enquanto existir um sector público da comunicação social, o governo actua também no sentido da liquidação do sector público e da sua entrega a grupos económicos empenhados em usufruir os equipamentos e financiamentos públicos para prosseguir e agravar, sem qualquer controlo democrático, a mesma política informativa que a governamentalização tem vindo a assegurar.

Tendo, desde logo, enunciado no seu programa, a intenção inconstitucional de reduzir o sector público de comunicação social a «um canal de televisão, uma estação de radiodifusão, um jornal diário e uma agência noticiosa» o governo pôs em marcha múltiplas linhas de ataque à comunicação social do Estado: alienação da posição maioritária da EPNC na empresa do «Jornal de Notícias», exactamente uma das raras que apresenta resultados económico-financeiros positivos e edita o jornal diário de maior tiragem nacional; proposta inconstitucional de alteração da Lei da Televisão, com a proclamada finalidade de atribuir um canal de televisão à Igreja Católica, mas com o real objectivo de, uma vez rompidos, a pretexto do privilégio concedido a esta instituição, as linhas de defesa consagradas na Constituição, facilitar a irrupção de projectos do grande capital na actividade televisiva; planos de reprivatização da Rádio Comercial e da EP do «Diário Popular»; desactivação de sectores da EPNC.

No quadro desta ofensiva, merece denúncia particularmente veemente o projecto governamental visando de facto extinguir a ANOP/EP, sob o artificio de uma alegada «fusão» NP-ANOP e da constituição de uma nova agência (a «LUSA»), cujo projecto, a concretizar-se, traduzir-se-ia na entrega à iniciativa privada de bens e financiamentos públicos para o desempenho de uma actividade que pela sua dimensão política, cultural e histórica — a da circulação de ideias e informações no espaço geográfico da língua portuguesa — cabe de pleno direito ao Estado português.

Julgando ser chegado o momento de dar um novo e brutal desenvolvimento à sua política de destruição, o governo PSD/Cavaco Silva fez publicar em Outubro o DL 358/86 que, a pretexto de regulamentar a Lei 20/86, se traduz na criação da possibilidade de alienação do capital social e bens das empresas de comunicação social do sector público, a sua transformação em sociedades anónimas, enfim, na sua entrega à iniciativa privada, com a consequente delapidação do património público e a diminuição dos potenciais espaços de liberdade informativa.

Tendo a convergência dos partidos democráticos imposto na As-

sembleia da República a suspensão deste Decreto-Lei, torna-se absolutamente necessário e imperioso que o mesmo venha a ser profundamente revisto e alterado, por forma a respeitar integralmente a Constituição e a legalidade democrática.

Na sua ofensiva contra o sector público da comunicação social, o governo minoritário do PSD agita os mesmos espantinhos, falsificações e mistificações que fazem tradicionalmente parte da campanha contra as empresas públicas em geral.

Invoca as dificuldades dessas empresas, mas escamoteia que o PSD está no governo há sete anos consecutivos e em grande parte são gestores por si nomeados que detêm claríssimas responsabilidades na matéria. Empola e dramatiza os prejuízos, mas escamoteia as condições em que foram criadas essas EP's da comunicação social, em muitos casos já com elevado passivo e com asfixiantes encargos financeiros. Faz espalhafato com as suas dívidas, mas escamoteia a situação financeira de muitas empresas privadas editando jornais de direita que devem centenas de milhar de contos à banca, num processo onde não faltam o clientelismo, a corrupção e a política de favor. Critica uma gestão ineficiente, mas esquece que é a sua política económica global e sectorial e muitas das administrações por si nomeadas que propositadamente se têm oposto à activação do funcionamento dessas empresas, no quadro de uma rentabilização de meios técnicos e humanos, com a diversificação de iniciativas empresariais.

Procurando rebater as críticas que são dirigidas pelas forças democráticas à sua política na comunicação social, o governo tem insistido na ideia de que as acusações que simultaneamente lhe são lançadas de «governamentalização» da informação e de «reprivatização» do sector seriam contraditórias e se anulariam uma à outra.

A verdade é que a simultaneidade de tais acusações tem não só inteiro fundamento como uma profunda coerência.

Com efeito, a «governamentalização» da informação é a governamentalização feita pelo governo do PSD e em favor dos interesses político-partidários e de classe que representa. Por outro lado, a reprivatização que visa, não uma qualquer democratização de iniciativas, mas sim a concentração de novos meios de intoxicação nas mãos do grande capital, procura atingir uma mais estável, duradoura e menos condicionada sujeição da comunicação social aos referidos interesses de classe e político-partidários.

Tanto a escalada de manipulação partidária e governamental da comunicação social como a ofensiva contra o sector público exigem uma pronta e enérgica resposta das forças democráticas e ilustram, por si só, a urgência da demissão do governo minoritário do PSD e da construção e viabilização de uma alternativa democrática.

V Propostas para uma comunicação social ao serviço do povo e da democracia

No quadro de uma política democrática de comunicação social, considera-se como pontos essenciais:

1. Desgovernamentalizar, reestruturar e modernizar, viabilizar e desenvolver o sector público de comunicação social.
2. Definir uma nova política para o audiovisual.
3. Apolar a informação escrita e difundir o gosto pela leitura.
4. Melhorar as condições de exercício da profissão e a qualidade da informação difundida.
5. Tomar medidas que salvaguardem a independência do sistema informativo nacional.
6. Reforçar e complementar o enquadramento jurídico da comunicação social.

1. Com o sector público pelo serviço público de comunicação social

Um verdadeiro serviço público de comunicação social implica:

a) a **desgovernamentalização** da informação difundida, com a completa separação entre os conselhos de gerência (onde devem ter assento os representantes dos trabalhadores) e as direcções de informação; a necessidade de parecer prévio e vinculativo do CCS e dos conselhos de redacção para a nomeação dos directores de informação; a aprovação pelo CCS dos estatutos editoriais, nomeadamente da Rádio e Televisão, definidos conjuntamente pelos respectivos directores e conselhos de redacção; o exercício do direito de resposta, designadamente na RTP, a criação de condições (legais, financeiras e jurídicas) que garantam a independência e o pluralismo;

b) a **reestruturação e modernização** do sector tanto no plano financeiro e técnico — assumindo o Estado os passivos das EP's, pagando as indemnizações compensatórias, aproveitando e integrando os meios existentes, promovendo a reconversão tecnológica sem custos sociais e alargando a actividade a outros sectores — TV por cabo, satélite, novas publicações — que rentabilizem as EP's — bem como definindo — em colaboração com a AR, o CCS e as estruturas representativas dos trabalhadores e associações de profissionais — um plano de prioridades de investimento e de reconversão do material e estruturas existentes, no sentido de deter a deterioração técnica e de assegurar a existência dos meios necessários ao desenvolvimento rentável da sua actividade e à manutenção da competitividade nacional e mesmo internacional das empresas do sector.

No caso da ANOP, impõe-se o seu dimensionamento em função

dos interesses da língua e da cultura nacionais, dos laços históricos do Estado português com os países de expressão oficial portuguesa, dos direitos e necessidades das comunidades portuguesas;

c) o reforço dos mecanismos de controlo e fiscalização democrática, designadamente:

- a aprovação dos projectos de lei sobre a garantia de independência do sector público;
- o reforço dos poderes do CCS;
- o reforço dos poderes dos CR's e dos direitos dos seus membros;
- o acatamento das decisões e apoio à acção do Conselho de Imprensa.

2. Uma nova política para o audiovisual

A necessidade de enquadrar a profunda renovação tecnológica em curso no sentido de reforçar o regime democrático e salvaguardar a independência nacional, implica:

- a) que os meios e suportes do audiovisual e das telecomunicações sejam propriedade do Estado português;
- b) a recusa das tentativas de desestruturação das redes de comunicação nacional, seja através da sua integração supranacional, seja pela privatização total ou parcial dos operadores de comunicações;
- c) a articulação dos projectos de desenvolvimento e modernização da rede de telecomunicações e de televisão vendo-os numa perspectiva integrada.

No que respeita à Televisão:

— **melhorar a qualidade das emissões:** defesa dos dois canais e da sua autonomia e complementaridade; dar mais peso à produção nacional e à promoção da língua portuguesa; diversificar a programação para cobrir de forma mais articulada toda a gama de interesses, motivações e valores com implantação social significativa; criação de espaços de representação social nas emissões normais; desenvolvimento de «TV útil»; estudo de viabilidade de emissões regionais de TV ou, pelo menos, do peso regional nas emissões nacionais;

— **rentabilizar e modernizar a RTP:** medidas de viabilização económica (nomeadamente pelo pagamento das indemnizações compensatórias); conclusão da rede primária de emissores; assegurar e melhorar a intervenção da RTP no programa europeu do satélite intervindo sempre para a defesa dos interesses nacionais; aproveitamento integral dos recursos humanos e materiais da empresa; prioridade ao aparelho de produção, tornando-o mais vivo e mais criativo, com formação profissional específica para atingir esses objectivos.

RELATÓRIOS DAS SECCÕES

aos conselhos de gerência há muitos anos que são dadas directrizes de comissão liquidatária; onde se procura estabelecer uma rígida cadeia de comando interno na base das promoções por compadrio e afinidade partidária; e se desenvolve uma política de recrutamento de novos jornalistas na perspectiva de criar a coincidência de critérios entre quem faz a notícia e quem beneficia do seu conteúdo.

Tal situação impõe a transparência e isenção dos apoios do Estado à imprensa; o reforço dos poderes dos diferentes órgãos que podem velar pelo pluralismo e objectividade; a exigência do efectivo respeito pelo pluralismo no sector público, antes de mais nos seus espaços de «opinião»; a definição de critérios de competência para as promoções; o apoio à formação profissional; o reconhecimento de que os riscos e exigências de informação implicam remunerações compatíveis, que impeçam o alastrar das situações de duplo emprego, da aceitação de tarefas deontologicamente condenáveis, dos casos de corrupção.

• A nova tentativa de extinguir a Anop — quatro anos depois de abortada idêntica pretensão também por iniciativa de um governo do PSD — assume especial gravidade na linha de controlo e governamentalização da informação que o Governo prossegue, além de constituir uma vergonhosa cedência às pressões do imperialismo informativo.

A circulação de ideias e de informação no espaço cultural da língua portuguesa; o reforço da solidariedade e da informação mútua entre as comunidades portuguesas; a necessidade de assegurar, em condições financeiras vantajosas, um fluxo regular de noticiário à informação regional; são alguns dos motivos que exigem que o Estado português disponha de uma Agência Noticiosa,

dimensionada em conformidade com as suas responsabilidades culturais e históricas, objectiva e plural, subordinada ao controlo democrático dos órgãos competentes, desburocratizada, aberta às alterações estatutárias que reforcem a sua independência e prestígio.

• Apesar de não se dispor de números rigorosos nem de uma legislação que assegure o controlo das tiragens, é facto que a imprensa, em especial a diária, atravessa uma prolongada crise de diminuição constante de vendas globais, a que não é alheia a própria crise económica e social do país, a perda de hábitos de leitura, as condições em que a imprensa é distribuída, a degradação da sua qualidade.

A sobrevivência da imprensa implica a tomada de medidas e apoios públicos não discriminatórios, o desenvolvimento do gosto pela sua leitura, a sua valorização cultural e recreativa, a criação de condições de independência e liberdade para os que nela trabalham.

Assim, são de apoiar as medidas que o Conselho de Imprensa propõe para debelar a crise da imprensa e torna-se também necessário que o Estado promova a leitura dos jornais, em especial junto das camadas jovens; assegure a sua distribuição sem preocupações de rentabilidade comercial; defina apoios directos e indirectos na base de critérios objectivos que atendam à diversidade de recursos de cada jornal, em especial os seus recursos publicitários.

• É de assinalar que se tem assistido ultimamente a grandes transformações no conteúdo e estilo da imprensa; ao fenómeno da implantação dos semanários de informação geral; que proliferam as publicações que exploram o sensacionalismo e o grotesco.

Ao mesmo tempo, a imprensa tornou-se veículo de orquestradas

campanhas anticomunistas, que visam atingir a essência do nosso Partido, os nossos valores e ideologia.

Sobre este amplo conjunto de questões surgiram ideias, propostas e sugestões práticas — muito variadas e que exprimem diferentes perspectivas das camaradas que intervêm. Elas merecem uma análise mais ponderada e o prolongamento desta discussão. No essencial, apontam no sentido de reflectir sobre a evolução do gosto do público leitor; estudar as especificidades das diferentes «linguagens» informativas; estimular a polémica e o debate de ideias para valorizar os diferentes espaços da nossa intervenção; incentivar a sensibilização de todo o Partido para a importância que a comunicação social assume no terreno da luta das ideias.

Camaradas e amigos,

A análise que efectuámos da comunicação social escrita aponta sobretudo as suas características negativas, a manipulação de que é objecto, a falta de condições materiais e de liberdade com que os jornais estão a ser feitos, a ameaça que paira sobre o sector público que o Governo pretende destruir.

Pensamos que a responsabilidade essencial deste estado de coisas não pertence aos profissionais da comunicação social, mas à desastrosa política antidemocrática que os governos dos últimos anos desenvolveram neste domínio.

A própria situação da imprensa, a necessidade da sua valorização, e da dignificação dos seus profissionais, a importância do sector público na consolidação da democracia portuguesa, constituem um bom motivo para que se consiga uma convergência das forças democráticas, a substituição do actual Governo, e uma significativa viragem na política nacional no sentido da liberdade e do futuro. ■

No que respeita à RDP (Antena Um, Programa 2 e Rádio Comercial):

— **desgovernamentalização** que contemple também a criação de um Conselho de Programas, com profissionais da RDP, e de um Conselho Geral, desgovernamentalizado, com representação de organismos culturais, sindicais, autárquicos, etc., que defina e controle as grandes linhas de orientação da programação; combate à utilização da Onda Curta como departamento de propaganda governamental para os emigrantes e fonte de intriga e provocação contra os países africanos de expressão oficial portuguesa;

— **desenvolvimento do serviço público**: combatendo a degradação profissional, técnica e da programação; aplicando uma política de programas que responda às necessidades do serviço público, seja viva, diversificada e capte largas audiências; promovendo os investimentos que modernizem a RDP e aperfeiçoem as condições de difusão nos vários canais; cumprindo compromissos assumidos pelo Estado; alargando coberturas especialmente no norte e interior, com reforço do número e potência de emissores, criando novos serviços (espectáculos e produções conjuntas com outras empresas públicas e privadas, etc.); garantindo maior rentabilização e mobilização da gestão e dignificação da programação da R. Comercial;

— **cessação da política de capitulação face aos interesses privados** designadamente com o abandono dos projectos de privatização da R. Comercial; a correcção da política de apoio à R. Renascença em prejuízo da RDP; a manutenção da comercialização de publicidade na empresa;

— **revisão da política de regionalização** com a sua despartidarização, reforço em pessoal qualificado, ligação às regiões e realização de um efectivo serviço público local; e **dignificação profissional** com melhoria de salários, definição de acessos e carreiras que combata o controlo e compadrio políticos; cessação das formas precárias de trabalho.

No que respeita à produção de programas audiovisuais:

— estimular o desenvolvimento de produção nacional (no vídeo, no cinema, na rádio, etc.);

— estimular o intercâmbio com outros países e estações estrangeiras numa base de real intercâmbio, cooperação, procurando promover e defender a cultura portuguesa;

— combater as tentativas de penetração e domínio das transnacionais do audiovisual, nomeadamente por via da produção e do domínio das redes de emissão;

— assegurar a criação de uma indústria audiovisual nacional conjugando para esse fim meios financeiros da RTP, da RDP, de outras empresas públicas, do IPC e de produtores privados.

3.

Apoiar a informação escrita e difundir o gosto pela sua leitura

A gravidade da crise da imprensa escrita, em especial dos diários, implica a adopção de medidas de apoio por parte do Estado e campanhas de promoção do gosto pela leitura.

A informação escrita cria hábitos de leitura, desperta o desejo de saber, transmite uma visão mais perene dos acontecimentos, permite uma consciência mais crítica da realidade. É também um suporte insubstituível de difusão de cultura e um espaço de exercício da liberdade de informação que importa salvaguardar. Neste contexto propõe-se:

a) apoiar as iniciativas do CI que visam combater a crise da imprensa;

b) Contribuir para a concretização de medidas que, no seu todo, constituam o reconhecimento da função social da imprensa e abranjam não só o reenquadramento jurídico do sector como os financiamentos, subsídios e campanhas a desenvolver por iniciativa do Estado;

c) actualizar o subsídio de papel e introduzir critérios que privilegiem os jornais de menores recursos publicitários;

d) pôr fim ao compadrio governamental com jornais de direita que fazem engrossar o crédito malparado e a quem parte das dívidas é desculpada por publicidade de organismos do Estado e empresas públicas;

e) apoiar a imprensa regional com a criação de parques de máquinas, benefícios fiscais, gratuidade de taxas de telecomunicação de desconto noutras Taxas dos CTT (designadamente em cobranças), manutenção da obrigação legal da publicidade de constituição e dissolução de sociedades, melhor acesso a publicidade dos organismos públicos, representação em organismos regionais, apoio à formação profissional e ao acesso à informação, deslocação de mão-de-obra juvenil no quadro da OTL.

f) valorizar e apoiar a imprensa e outros meios de comunicação social do sector associativo (do movimento sindical, das autarquias, dos movimentos de opinião e de unidade, das organizações e associações populares, do movimento das rádios locais).

4.

Medidas para a melhoria das condições de trabalho e dignificação profissional dos trabalhadores da comunicação social

Uma informação isenta e de qualidade pressupõe profissionais a quem sejam dadas condições de trabalho aceitáveis, enquadramento legal correcto para a sua actividade que permita que ela seja exercida com independência, exercício dos direitos democráticos nas redacções, remunerações compatíveis com os riscos e responsabilidades da profissão, que não estimulem o duplo emprego, nem a aceitação de actividades complementares deontologicamente inaceitáveis. Nestas condições importa promover:

a) salários compatíveis com a realização de uma actividade independente e cessação dos regimes precários de trabalho que condicionam o exercício dos direitos e a independência dos profissionais da comunicação social; abertura de carreiras e fim de promoções por compadrio;

b) respeito pelos direitos legais das CT's e CR's e criação de órgãos equivalentes para a programação e realização, com atribuição a todos os seus membros de protecção idêntica à que gozam os delegados sindicais e atribuição de carácter vinculativo aos pareceres emitidos pelos CR's sobre nomeação e demissão de directores;

c) definição de normas deontológicas para os profissionais de rádio e de televisão, cuja actividade o torna pertinente, para além dos jornalistas;

d) participação dos CR's na elaboração pelas direcções de estatutos editoriais;

e) quanto à formação profissional e acesso à profissão: criação e aperfeiçoamento do Ensino Superior e de outras formas de formação que facilitem o acesso à profissão e dificultem critérios económicos e políticos no recrutamento; cursos de reciclagem; moderação do regime de colaboradores;

f) reconhecimento como jornalistas dos caricaturistas e de profissionais a tempo inteiro da imprensa sindical;

g) elaboração pelos jornalistas de um novo Código Deontológico, tendo em conta as recomendações do II Congresso dos Jornalistas.

5.

Medidas para a salvaguarda da independência do sistema informativo nacional

A centralização da informação do mundo capitalista nas mãos de poucas transnacionais da comunicação social — cadeias de televisão americanas e agências noticiosas dos EUA, Inglaterra e França — agravada pela ampla utilização por essas centrais de informação de poderosos meios técnicos — satélites de difusão mundial e outros — que transmitem, em quase todo o mundo, uma visão parcial e ideologicamente condicionada dos fenómenos que ocorrem na vida internacional, impõe que se tomem algumas medidas que impeçam a completa dependência face a essas multinacionais da informação e salvaguardem a independência nacional:

a) recurso a correspondentes e especialização profissional no âmbito das relações internacionais;

b) reforço do papel da ANOP nos fluxos informativos com os países de expressão oficial portuguesa;

c) maior diversificação nas fontes de informação e de origem de programas estrangeiros com rejeição dos subprodutos da propaganda do imperialismo;

d) fomento da produção nacional, da co-produção e da competitividade nos mercados internacionais;

e) participação na UNESCO não subordinada às pressões dos EUA e para a aplicação de medidas que corrijam as desigualdades dos fluxos informativos, a criação de instrumentos nacionais que para isso contribuam e o combate à colonização por via informativa, cultural e tecnológica;

f) sensibilização da opinião pública para a necessidade de uma Nova Ordem Internacional de Informação.

6.

Reforçar e complementar o enquadramento jurídico da comunicação social

A Constituição, a Lei de Imprensa e outra legislação democrática aplicável ao sector da comunicação social, contém lacunas que urge preencher. Simultaneamente, o enquadramento jurídico de muitas actividades ou está incompleto e deficiente, ou, simplesmente, por fazer, considerando-se por isso necessário:

a) aprovação da Lei da Rádio;

b) aprovação do regime de licenciamento da radiodifusão com critérios que garantam a igualdade de oportunidades e a não discriminação, sem que a concessão de licenças fique na exclusiva dependência do governo;

c) alargar o direito de tempo a todas as estações de rádio, públicas ou privadas, de difusão nacional;

d) fixação de critérios de igualdade e de não discriminação na atribuição das coberturas gerais em FM disponíveis;

e) aprovação do projecto-lei de garantias de independência do sector público;

f) reforço dos poderes legais do CCS, atribuindo carácter vinculativo aos seus pareceres sobre nomeação e exoneração de directores e sobre os estatutos editoriais das publicações; competência para dar parecer sobre nomeações e exonerações dos membros dos conselhos de gerência;

g) aprovação de legislação sobre controlo de tiragens;

h) aprovação de legislação que impeça a formação de grupos monopolistas;

i) aprovação de legislação que garanta o acesso a fontes de informação e que vincule o governo, a Administração e as empresas públicas ao seu cumprimento;

j) efectivo exercício do direito de réplica política, designadamente na RTP;

k) aplicação da lei da publicidade, particularmente das normas que proíbem a utilização de uma imagem degradante da mulher.

m) extensão aos membros dos CR's e CT's de idênticos direitos aos que gozam os delegados sindicais;

n) aprovação de legislação sobre o apoio do Estado à imprensa que englobe as campanhas de promoção da imprensa; os apoios directos (isenções fiscais, diminuição do valor das taxas de telecomunicações, subsídio de papel e outros) e defina a entidade não governamental encarregue da gestão das verbas do OE destinadas a esses fins.

4.ª Secção

Comunicação social de âmbito regional e local

Apresentado por **José Cruz**

A comunicação social de âmbito regional e local representa, simultaneamente, o presente e o futuro. Reflecte, nas suas duas realidades — a imprensa e a rádio — uma informação que se completa e complementa, ganhando mais sentido com a existência do poder local democrático.

Atestam-no a existência de 548 títulos de jornais regionais no continente e regiões autónomas, de periodicidade diversa, com uma tiragem global que se pode estimar — à falta de elementos rigorosos — em cerca de um milhão de exemplares por semana; atestam-no a existência de pelo menos 300 rádios regionais e locais em funcionamento, com tempos de emissão diversos e com uma audiência que, no próximo ano, deverá ultrapassar a da Antena Um da RDP. Existiam, todavia, no ano passado,



800 pedidos de instalação de rádios locais.

Uma terceira componente de comunicação social de âmbito regional e local é constituída pelas publicações das autarquias. Uma realidade de nova que apresenta situações muito diferenciadas, mas que traduz o objectivo de ligar a actividade das autarquias e dos eleitos às populações. A informação deve estimular a participação e criar um espaço para a sugestão e a crítica e ser um elemento de

aprofundamento da democraticidade autárquica.

O desenvolvimento económico, social e cultural das regiões determinam a necessidade de desenvolver e melhorar a comunicação social do seu âmbito. Implicam modificações estruturais e de estilo e, no caso das rádios, a questão do seu reconhecimento a legalização em legislação própria.

A sua importância impõe que seja encarada em pé de igualdade com os outros meios de comunicação social. E que sejam aproveitadas as suas reais possibilidades de expressão.

A vida e actividade dos jornais e rádios de âmbito regional e local pressupõem a tomada de medidas:

Ao Estado, incumbe garantir o apoio correspondente ao serviço público que prestam e suportar parte dos custos sociais, contribuindo

RELATÓRIOS DAS SECÇÕES

para a melhoria dos seus serviços;

Ao poder local democrático, incumbem contribuir para a sua dignificação, apoiar-lhes a actividade e as transformações de estilo e estruturais;

As organizações sociais, culturais e recreativas, incumbem apoiar a sua expansão e desenvolvimento;

Aos trabalhadores e colaboradores incumbem garantir uma informação verdadeira, contribuir para a elevação cultural e valorização das realidades regionais e proverem à sua organização e formação profissional;

Aos próprios meios de comunicação social incumbem adequarem-se à realidade do Portugal democrático e às transformações registadas no sector, organizarem-se em estruturas representativas.

A necessidade das autarquias divulgarem a sua actividade pressupõe também a tomada das seguintes medidas:

Encarar a informação como uma questão ao nível de outras na gestão das autarquias;

Definir uma política informativa para cada ano e mandato;

Organizar e melhorar os gabinetes de informação e os contactos com os meios de comunicação social quer sejam de âmbito nacional, regional ou local;

Encontrar as formas mais adequadas de transmitir a realidade e de valorizar as transformações realizadas pelo poder local democrático;

Atribuir à informação das autarquias o papel que ela realmente desempenha no plano de uma gestão conscientemente participada das populações;

Aprofundar o carácter de massas que resulta do trabalho da informação dos eleitos e dos órgãos autárquicos junto das populações;

Organizar ou melhorar os meios de comunicação própria, quer sejam escritos ou audiovisuais. Incentivar também a difusão da informação em locais públicos e a realização de exposições;

Estudar as possibilidades de participar no desenvolvimento e expansão dos meios de comunicação social regional e local e contribuir para as transformações necessárias.

Algumas reivindicações e necessidades mais prementes da imprensa e rádios regionais e locais:

Manutenção dos actuais apoios do Estado (porte pago e subsídio de papel), com a reformulação da atribuição do subsídio em igualdade de circunstâncias com a comunicação social de âmbito nacional;

Alargamento de apoios à imprensa por parte do Estado, designadamente, benefícios fiscais, criação de parques gráficos, redução ou gratuidade das taxas de telecomunicações;

Reclamar a pronta saída da lei do licenciamento das rádios locais, e atribuição de frequências, por um organismo não governamental;

Apoiar a legalização das estações;

Reclamar a revogação da ordem de serviço da RDP, que procura impedir que os profissionais da empresa pública se envolvam nas rádios locais;

Obtenção de publicidade de organismos oficiais e das autarquias;

Obter apoios do Estado para a reciclagem e



formação técnica e profissional;

Reclamar da tutela o reconhecimento destes órgãos como complemento dos cursos secundários de iniciação ao jornalismo e obterem contrapartidas;

Elaboração pela Anop de um serviço de informação nacional e internacional dirigido à imprensa e rádios locais, com eventual contrapartida de correspondência;

Os organismos oficiais patrocinarem uma campanha para a promoção da imprensa regional, em colaboração com os governos civis, estimulando a leitura e campanhas de angariação de assinantes;

Criação de estruturas nacionais representativas da imprensa e rádios.

Algumas sugestões de apoios necessários e possíveis:

As autarquias conferirem maior dignidade e representatividade aos jornais e rádios, designadamente chamando-os a ocupar cargos nos concelhos municipais;

As autarquias, escolas e associações fomentarem o interesse dos jovens pelos jornais e rádios. No caso das autarquias possibilitar que os jovens trabalhem naqueles órgãos no âmbito de programas da ocupação de tempos livres;

As autarquias, organizações sociais e associações fornecerem dossiês sobre temas relevantes para tratamento jornalístico e fotografias. Desenvolverem a divulgação de informações, organizarem iniciativas para a realização de reportagens e, no caso das rádios, apresentarem sugestões de programação;

Incrementar a colaboração, sobretudo nas próprias zonas dos jornais e rádios. Dinamizar a participação de intelectuais, designadamente de professores, nas redacções desses órgãos;

Estimular a criação de redes de correspondentes de imprensa nas associações, organizações sociais, recreativas e desportivas;

Encarar formas diversificadas de apoio às rádios, a nível regional, no que respeita à informação nacional e regional. Encarar a eventual formação de uma instituição difusora de programas pré-gravados;

Apoiar a criação de grupos para a formação técnica e profissional nos jornais e rádios (desde a elaboração de estudos económico-financeiros, gestão e comercialização à informação e programação);

Apoiar a formação de novas rádios com uma programação democrática;

Conhecer as experiências e soluções adoptadas para a imprensa e rádios, tanto em países capitalistas como socialistas;

Estudar a possibilidade e viabilidade da constituição de uma coopera-

tiva de profissionais de nível regional e/ou nacional, que produza informação geral, nacional e internacional destinada aos jornais, tanto para vender à peça como em caderno;

Elaboração de estudos de âmbito regional para a formação de agrupamentos ou fusões, com o objectivo de ocorrer a compras de papel ou à distribuição de jornais;

Estudo de contratos com agências de publicidade para encontrar formas de viabilizar a utilização de jornais regionais como veículos para campanhas publicitárias.

Algumas sugestões para o trabalho do Partido:

Intervenção legislativa para apoio da imprensa, designadamente que reconheça a sua função social e garanta a igualdade de apoios e tratamento com a imprensa de âmbito nacional e que possibilite a sua declaração como entidade de utilidade pública;

Intervenção para revogar a decisão do actual Governo que tornou apenas obrigatória a publicação de escrituras de constituição e dissolução de sociedades na folha oficial. Bem assim como a de um decreto-lei de anterior governo, que revogava a obrigatoriedade das sociedades anónimas publicarem os seus relatórios e contas na imprensa regional;

Estudar formas de organização partidária dos camaradas que trabalham e colaboram na imprensa e rádios;

Organizar encontros concelhios para debater a imprensa e a rádio de âmbito regional e local;

Organizar levantamentos e inventários de todos os jornais e rádios;

Estudar o tipo de informação praticada, as tiragens e audiências;

Antes de pensarem na criação de novos órgãos de informação local — imprensa e rádio —, com controversas hipóteses financeiras de sobrevivência, os militantes do Partido, onde lhes seja aberta tal possibilidade, devem participar com o máximo espírito de abertura, para aprofundamento da discussão em cada comunidade regional.

Uma última palavra para salientar a participação interessada nesta secção, com muitas e variadas intervenções de camaradas que este relatório procura sintetizar e acolher. Ficamos a conhecer a realidade das rádios locais e das diversas intervenções foi salientada a necessidade, até pela proximidade da legalização, de se encarar a possibilidade de iniciativas específicas sobre as rádios locais. ■

Discurso de Álvaro Cunhal no encerramento do Encontro: SEIS DIRECÇÕES FUNDAMENTAIS PARA A ACÇÃO DO PARTIDO NA COMUNICAÇÃO SOCIAL

Camaradas:

As últimas e escandalosas decisões anunciadas pelo Governo contra a comunicação social — extinção da ANOP e suspensão das dotações orçamentais ao Diário de Notícias/Capital e ao Diário Popular — conferem ainda maior actualidade e oportunidade a este nosso Encontro.

Afrontando abertamente as instituições, desrespeitando abertamente decisões da Assembleia da República que deveria acatar, — o Governo mostra não querer recuar antes quer andar mais depressa no seu plano de liquidação e inviabilização de uma comunicação social ao serviço do povo e da democracia.

A actuação do Governo reforça mais ainda a actualidade e a oportunidade do nosso Encontro, não apenas para a definição de uma política nacional democrática da comunicação social, mas também para dar nova força à nossa resposta.

1

O Encontro Nacional de Quadros sobre a Comunicação Social constitui um acontecimento de relevo não apenas na vida partidária, mas na vida política nacional.

O Encontro Nacional de Quadros

— culminou um amplo e profundo debate que permitiu definir um quadro muito completo da situação nas áreas fundamentais da Comunicação Social;

— procedeu a um exame crítico das causas da situação e dos problemas existentes e apontou grandes linhas de orientação e propostas concretas para uma Comunicação Social ao serviço do povo e da democracia;

— examinou atentamente as posições e a actividade do PCP e fez propostas e sugestões de alto valor para o trabalho futuro.

Haverá problemas a debater ulteriormente com maior profundidade. Haverá outros que terão que ser debatidos nas organizações e organismos adequados. Haverá soluções e medidas propostas que terão de ser examinadas à luz não apenas de critérios globais de orientação do Partido, mas à luz dos recursos disponíveis (em quadros, em meios técnicos, em recursos financeiros) e da capacidade de realização existente.

Uma conclusão parece, porém, poder tirar-se desde já: o Encontro que acabamos de realizar constituiu um novo e importante estímulo à luta do povo português contra a manipulação da Comunicação Social e por uma Comunicação Social democrática e um novo e importante passo em frente na política e na acção do Partido na área da Comunicação Social.

Intervieram no estudo, no debate, nos sumários das opiniões expressas e na elaboração do documento agora aprovado camaradas com grandes responsabilidades na actividade do Partido relativa à Comunicação Social, incluindo nos serviços de informação e propaganda.

Intervieram jornalistas, artistas gráficos, técnicos de rádio e de audiovisuais, fotógrafos, pintores, músicos, animadores culturais.

Intervieram camaradas que trabalham nos meios de intervenção directa do Partido, incluindo o «Avante!», órgão central do nosso Partido, que, pelas suas gloriosas tradições como órgão de Comunicação Social ao serviço do povo e pela sua realidade actual, merece esta referência particular.

Intervieram camaradas que, com o seu espírito militante, a sua dedicação e o seu talento asseguram que numerosos e variados órgãos não-partidários cumpram dignamente a sua missão informativa, formativa, ideológica, política e cultural.

Todos sabemos também as extremas dificuldades com que tropeçam os jornalistas comunistas e em geral os trabalhadores da Comunicação Social comunistas, quando exercem as suas actividades em meios controlados e dirigidos pelo Governo e pelas forças reacçãoárias.

Por isso, a par da saudação aqui feita a todos os nossos camaradas que trabalham nos meios directos de intervenção do Partido, aqui saudamos também todos os nossos camaradas que, por vezes nas mais difíceis condições políticas, (largamente referidas na 7.ª secção) sociais e profissionais, não vendem o seu ideal, não vendem a sua consciência, não vendem o seu talento para servir os inimigos da democracia e, apesar das condições adversas nos órgãos de Comunicação Social onde ou para que trabalham, cumprem o seu dever de comunistas e de cidadãos.

E creio ser justo, camaradas, alargar esta saudação a todos aqueles trabalhadores da Comunicação Social que não sendo comunistas, pautam a sua conduta em termos semelhantes.

A todos saudamos pelo trabalho realizado. E a todos saudamos com a certeza de que este Encontro será um valioso contributo para criar condições mais favoráveis ao seu trabalho futuro.

2

A Comunicação Social, pelos meios de que dispõe e pela sua expressão na época actual, traduz o rápido evoluir da sociedade humana, o avanço assombroso da ciência e da técnica, a socialização internacio-

nal das mais diversas esferas da actividade humana, o aproximar irresistível da vida dos povos.

A rapidez da comunicação permite, (e só circunstâncias sociais o impedem ainda em relação a grande parte da Humanidade, que em qualquer ponto do planeta o homem conheça, no mesmo instante, o que se passa em qualquer outro ponto. Conheça o facto, o acontecimento, a ideia. Conheça como vivem, como trabalham, como lutam, como pensam, como sonham, como são oprimidos ou como são livres os povos mais distantes.

As novas tecnologias, a par do aperfeiçoamento da qualidade, alargam o âmbito da Comunicação Social a centenas de milhões de homens.

Em Portugal, sectores sociais de milhões de portugueses — sectores que, ainda há meio século não tinham praticamente nenhuma informação além de escassas e ocasionais notícias orais passadas de boca em boca —, vêem a televisão, escutam a rádio, lêem jornais e outras publicações.

E apesar dos impetuosos progressos, os meios de que actualmente dispõe a Comunicação Social (televisão, rádio, audiovisuais, imprensa) estão longe de estar estagnados. O aperfeiçoamento e a criatividade tecnológicas avançam como que segundo uma progressão geométrica. Alarga-se o campo e a força de intervir e estar presente em toda a parte daquele que comunica.

E enriquece-se a possibilidade de receber daquele a quem a comunicação é dirigida.

Ao serviço do bem do ser humano, a Comunicação Social é um instrumento poderoso de transmissão da informação, da verdade dos factos, da divulgação científica e cultural, da democratização da cultura, da consciencialização da problemática humana em todos os seus aspectos sem excepção.

Mas também, precisamente pelo poder dos seus meios a Comunicação Social, utilizada por forças contrárias ao progresso da sociedade, torna-se instrumento de desinformação, de perversão do conhecimento, de intoxicação das consciências.

Como muito justamente sublinha o documento aprovado neste nosso Encontro, criaram-se tanto novas possibilidades para a colocação da Comunicação Social ao serviço do progresso e do florescimento humano, social e político, como para o reforço do potencial de manipulação, mediocridade e intoxicação da opinião dos cidadãos.

Da sua influência real e dos interesses opostos e mesmo antagónicos que podem utilizá-la, do seu peso real na luta das ideias, na acção política e mesmo na evolução política, social e cultural, resulta a batalha da Comunicação Social que se trava nos nossos dias.

Seria exagerado e inexacto dizer que as forças que dominam a Comunicação Social têm por esse facto já ganha a luta política. Mas não é exagero nem inexacto dizer-se que as forças políticas que dominam a Comunicação Social dispõem de uma poderosíssima arma que, a não ser assim considerada e combatida, pode em certas conjunturas decidir da sua vitória.

Forças democráticas que subestimam esta realidade podem sofrer por esse facto pesadas derrotas. É para não sofrê-las que aqui estamos não apenas para aferir da situação existente na Comunicação Social, mas também para encontrar as respostas adequadas.

3

A batalha da Comunicação Social tem-se travado com extrema intensidade nestes 12 anos decorridos desde o derrubamento da ditadura fascista.

Tal como em relação aos principais meios de produção dos sectores básicos da economia, assim também em relação aos principais meios de Comunicação Social, a Revolução de Abril, através das nacionalizações, pôs fim ao domínio económico, político, cultural e ideológico dos monopólios e do fascismo.

Tal como nas empresas, nos campos, nos barcos, também na Comunicação Social os trabalhadores apoiados pelas forças revolucionárias afastaram de lugares de chefia responsáveis fascistas ou colaboracionistas e impuseram nos órgãos respectivos (Televisão, Rádio, jornais) uma clara actuação favorável ao 25 de Abril e à democratização da vida nacional.

Tal como nos outros sectores da vida nacional, os trabalhadores apoiados pelas forças revolucionárias conduziram a luta para que o novo regime democrático resultante da Revolução tivesse uma correspondente Comunicação Social.

A Constituição e leis democráticas formalizaram tal objectivo e as conquistas directamente alcançadas com a luta.

Com as nacionalizações, foi liquidada a propriedade privada dos grandes grupos monopolistas dos principais órgãos de imprensa e da rádio, do que resultou um predomínio do sector estatal abrangendo a Televisão, duas das principais estações de rádio, alguns dos principais órgãos de imprensa e uma agência noticiosa nacional. Foram estabelecidos princípios e normas para assegurar o pluralismo de opiniões e a independência, em relação ao Governo e aos partidos, dos órgãos de Comunicação Social do Estado. Foi publicada a Lei de Imprensa e o Estatuto dos Jornalistas. Foram estabelecidos processos de fiscalização e controlo da legalidade.

Como sublinha o documento aprovado no Encontro «a existência de um sector público de Comunicação Social transformou-se num traço característico da configuração do regime democrático e simultaneamen-

RELATÓRIOS DAS SECÇÕES

5.ª Secção

Comunicação social especializada

Apresentado por **Carlos Pinhão**

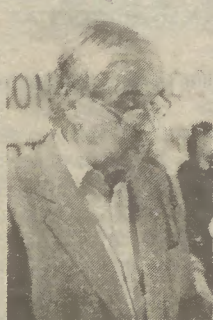
Nesta Secção, quis-se meter o Rossio na Rua da Betesga e daí um certo engarrafamento do trânsito das ideias que circularam...

Repare-se se é ou não o Rossio: imprensa sindical, imprensa feminina, imprensa juvenil, imprensa desportiva, imprensa de cultura, espectáculos, ciências sociais, política, imprensa das Associações de Amizade.

Qualquer destes temas justificaria só por si uma Secção em exclusivo, mas sabemos igualmente que o óptimo é inimigo do bom e estas foram as regras que pareceram mais convenientes.

Desde logo, uma ideia genérica resulta de alguns números impressionantes que foram referidos: quando se diz que se lê menos, têm-se em vista os títulos tradicionais, mas a ideia pode ser contrariada, se tivermos em conta a multiplicidade e a expansão de alguns destes títulos da chamada imprensa especializada.

Ao passarmos do geral para o particular, pa-



existência de uma contradição entre o consumo juvenil da comunicação social, as suas aptitudes e aspirações, por um lado, e, por outro lado, a inexistência de imprensa que responda, de forma dinâmica, a essas disponibilidades.

E passáramos à **Imprensa feminina**. A esmagadora maioria das revistas dirigidas às mulheres exerce um papel negativo através da transmissão de valores extremamente alienantes. Embora os temas sejam abordados de forma diferente de revista para revista, todas elas procuram centralizar os motivos de interesse

direitos mais específicos das mulheres, consideramos fundamental:

— lutar pela transmissão de uma nova imagem da mulher que tenha em conta os valores de mudança no sentido da igualdade e da emancipação;

— lutar pela aplicação do código de publicidade que impede, nomeadamente, a utilização manipuladora e deformada da mulher;

— lutar pela divulgação de aspectos ligados à realidade da mulher em Portugal, realçando os direitos conquistados.

Quanto a **publicações sobre espectáculos**, registou-se que o sector se caracteriza por uma grande diversidade de títulos que não corresponde, no entanto, à diversidade de noticiário. É dominada pela canção, sobretudo estrangeira, e pela televisão, em termos de fonte e origem temáticas. Tem um alargado impacto, através dos mais de 4,5 milhões de exemplares que publica mensalmente, dirigindo-se sobretudo aos jovens e às mu-

te num elemento fundamental para a sua defesa, consolidação e desenvolvimento».

Tal como em relação aos direitos e liberdades dos cidadãos, à organização económica do País, à organização do poder político, ao Poder Local, — o regime democrático resultante da Revolução de Abril e consagrado na Constituição da República, institui um regime de Comunicação Social frontalmente contrário à sua governamentalização partidarização e instrumentalização e que, apesar de lacunas e imperfeições, garantiria aos portugueses, se fosse respeitado e aplicado, uma informação verdadeira, o conhecimento e o tratamento dos problemas com rigor e isenção, a faculdade de opção entre as ideias, projectos e propostas diferentes, na base da informação e do debate, em condições de igualdade e oportunidade.

Ao longo de dezenas de anos de ditadura fascista, apesar da corajosa resistência e da audaz intervenção dos democratas na Comunicação Social (nos jornais, na Rádio, em revistas, em editoras, sem falar dos meios clandestinos de intervenção) o que dominou o panorama foi a censura, a interdição da verdade, a falsidade da informação, as perseguições aos profissionais democratas ou simplesmente honestos. E ao dizer democratas ou «simplesmente honestos» talvez esteja a repetir uma mesma realidade, porque assim como a desonestidade intelectual é inerente à reacção, a honestidade intelectual é traço necessário e mesmo indispensável do jornalista democrático.

Depois de meio século de escuridão e atmosfera envenenada, o 25 de Abril, tal como em toda a vida nacional, trouxe à Comunicação Social o vento da liberdade, da tolerância, de opiniões diversas e da criatividade.

E agora? Qual a situação 12 anos passados?

A Constituição ainda está em vigor. Diversas leis democráticas ainda estão em vigor. Algumas das grandes conquistas democráticas da Revolução de Abril no domínio da Comunicação Social (entre as quais o direito de antena), embora atingidas e diminuídas, sobrevivem como práticas, contrariando o curso contra-revolucionário.

Mas, tal como em relação às outras conquistas de Abril, a ofensiva contra-revolucionária (que se desenvolve a partir de sucessivos governos) dos últimos 10 anos, deu profundos golpes na Comunicação Social democrática.

A contra-revolução na Comunicação Social não destruiu ainda tudo quanto o povo português alcançou com a Revolução, mas contra a Constituição e contra a legalidade democrática inverteu radicalmente o carácter, a missão, as funções, a natureza e a prática dos órgãos de Comunicação Social do Estado, além de fomentar numerosíssimos novos instrumentos ao serviço do grande capital e da reacção.

4

Com inteiro rigor o nosso Partido fala de **contra-revolução na Comunicação Social**.

E como apontamos também a contra-revolução nas estruturas socioeconómicas, nomeadamente na Reforma Agrária e no sector público da Banca, da Indústria, Transportes e Pescas, como apontamos a contra-revolução no domínio das liberdades e direitos dos cidadãos, como apontamos a contra-revolução no domínio do ensino e da cultura, como apontamos a contra-revolução no domínio do sistema eleitoral, como recentemente apontamos a contra-revolução no que respeita aos direitos das mulheres e ao processo da sua emancipação — dizem alguns críticos que nós comunistas estamos de tal forma obcecados que vemos aquilo que não existe: a contra-revolução em toda a parte.

A verdade é que se nós vemos em toda a parte a contra-revolução é porque a contra-revolução está lá.

A contra-revolução não se limita a um ou outro aspecto das conquistas democráticas do povo português, antes é uma política global e um processo global que tem como objectivo estratégico destruir o regime democrático alcançado com a Revolução de Abril.

Também na Comunicação Social se desenvolveu nos últimos dez anos e continua a desenvolver-se com o actual Governo a ofensiva contra-revolucionária.

Embora de forma simplificada podem apontar-se duas direcções fundamentais da ofensiva contra-revolucionária:

a ofensiva contra o sector público de Comunicação Social, visando a sua entrega ao capital privado e ao imperialismo;

e a instrumentalização e manipulação da Comunicação Social (tanto no sector público, como no sector privado) pelo Governo e pelas forças reaccionárias.

O objectivo da primeira direcção da ofensiva, **a ofensiva contra o sector público de Comunicação Social**, tem um carácter estratégico, central, fundamental e prioritário da reacção — actualmente do Governo PSD de Cavaco Silva.

Em relação à Televisão desenvolve-se toda uma campanha mistificadora, visando a privatização das emissões.

Argumentos técnicos (as novas tecnologias tornariam inevitável a televisão privada), argumentos financeiros (a televisão do Estado não seria rentável), argumentos relativos à qualidade (a degradação da RTP seria resultado da sua natureza de empresa pública) — não há argumentos que não sejam utilizados nesta campanha.

Com tais argumentos procuram avançar planos vários: a formação de empresas privadas com canais próprios, a concessão de canais a empresas privadas, o aluguer a empresas privadas dos meios do Estado, etc.

Não será evidente que a entrega à exploração privada de estruturas, de técnicas e meios da Televisão seria um novo crime de esbulho dos bens do Estado, dos bens públicos para entregá-los ao grande capital?

Mas a questão não pode ser vista apenas no aspecto material.

Não será evidente que a instituição da televisão privada seria entregar não só às forças reaccionárias no Poder mas directamente ao grande capital, às transnacionais videográficas ao serviço do imperialismo, além da produção e do mercado audiovisual, o mais poderoso instrumento de influenciar a opinião pública?

Não é, porém, só em relação à Televisão que se desenvolve a ofensiva contra o sector público de Comunicação Social. É também contra as rádios nacionais e contra os jornais estatizados.

Avançando ilegalmente nessa ofensiva o Governo tentou alienar a posição maioritária da EPNC na empresa do «Jornal de Notícias» que além de ter grande expansão tem sido financeiramente rentável.

Anuncia o plano de reprivatização do «Diário Popular», de desactivação de sectores da EPNC, de extinção da ANOP, de reprivatização da Rádio Comercial que é rentável e mais rentável pode ser.

O recente Decreto-Lei 358/86, permitindo a transformação das empresas públicas em sociedades anónimas, além de frontalmente inconstitucional, caracteriza com clareza o plano contra-revolucionário do Governo.

É evidente que o Governo, como medida cautelar, prevendo a própria queda, procura assegurar que a Comunicação Social, hoje nas mãos do Estado, passe já para as mãos do grande capital, de forma a que, formando-se um governo democrático, as forças reaccionárias (incluindo o PSD, naturalmente) continuem a dispor desses poderosíssimos meios actualmente do Estado.

Esta a primeira direcção da ofensiva reaccionária.

A segunda direcção da ofensiva traduz-se na transformação desde já da Comunicação Social, que deveria ser um eficaz instrumento de informação verdadeira, do esclarecimento do povo, do debate livre de opiniões, num instrumento de mentira, de deturpação, de diversão e intoxicação ideológica.

A ofensiva contra-revolucionária na Comunicação Social traduz-se (pelo que é e pelos seus efeitos) numa **situação vergonhosa, degradante e inadmissível para a democracia portuguesa.**

Vergonhosa, degradante e inadmissível porque a Comunicação Social do sector público está governamentalizada, partidarizada, instrumentalizada e manipulada pelo Governo e pelas forças políticas e sociais que o compõem e o apoiam, para o que o Governo procedeu, em série, ao afastamento de democratas e à nomeação para lugares-chave e de chefia de fiéis serventuários do Governo e das forças reaccionárias.

5

Vergonhosa, degradante e inadmissível porque **envenena e intoxica a opinião pública com uma deformação da realidade nacional, sistemática, tendenciosa, sem quaisquer escrúpulos**, com a propaganda sistemática das forças que estão no Poder e o silêncio ou a deturpação do que dizem e fazem as forças da oposição, com o objectivo de impedir que o povo conheça verdadeiramente as opiniões das forças da democracia (designadamente o PCP) e de propagandear uma «imagem» do Governo, do Primeiro-Ministro e da sua política, recorrendo para isso às mais grosseiras falsificações de factos, de dados, de números, das opiniões, das palavras, das imagens.

Vergonhosa, degradante e inadmissível porque usando todos os meios, dos mais primitivos aos mais sofisticados, conduz sistematicamente **uma violenta campanha anticomunista, em que as falsidades, as calúnias, as insinuações, as intrigas, as especulações, as falsas acusações contra o PCP e contra o movimento operário** são divulgadas como verdade absoluta, sem que o PCP e as organizações operárias tenham oportunidade de desmentir e desmascarar tal campanha.

Vergonhosa, degradante e inadmissível porque a Comunicação Social se tornou **intelectualmente dependente do sistema de informação do imperialismo (designadamente dos EUA e da CEE)**, das agências de informação como a Associated Press, a UPI, a Reuter e a France Press, de cadeias de televisão norte-americanas, veiculando para a opinião pública portuguesa em autênticos bombardeamentos (como muito justamente foi sublinhado no Encontro) todas as mentiras, falsificações, interpretações abusivas, campanhas das forças mais reaccionárias contra a URSS e outros países socialistas, contra a luta dos povos, contra as forças e os ideais progressistas.

A Televisão, muito particularmente, pelas notícias e pelos programas musicais, pelas reportagens, pelos filmes, tornou-se um canal de propaganda do imperialismo norte-americano, não cumprindo a sua missão, como Televisão portuguesa, de ter uma orientação portuguesa ao serviço de Portugal.

A Televisão tornou-se um instrumento de adulteração e perversão dos valores e da identidade da cultura nacional e do que já temos chamado a colonização cultural do nosso país como subprodutos da «cultura» imperialista, designadamente da norte-americana.

Vergonhosa, degradante e inadmissível ainda pela **ruinosa situação de empresas públicas de Comunicação Social** resultado directo da política de liquidação do sector público com vistas à sua **reprivatização**, pela **profunda crise da imprensa diária e da imprensa em geral**, pela crescente centralização de meios de Comunicação Social privados pelo grande capital que, ao mesmo tempo que recupera posições na economia, vai recuperando e tentando reestruturar as formas monopolistas de domínio da Comunicação Social.

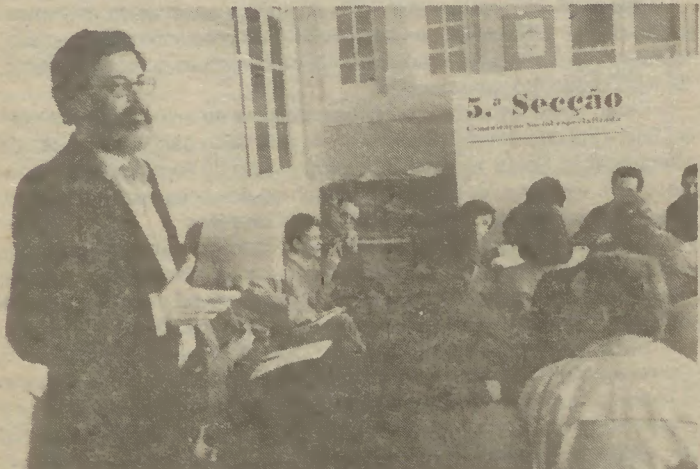
Vergonhosa, degradante e inadmissível porque, a informação não só é tendenciosa, como de **qualidade cada vez mais inferior**, devido à nomeação de chefias politicamente fiéis à direita mas profissionalmente incompetentes, às perseguições e discriminações para com os jornalistas democratas, ou muito simplesmente para os que se não submetem a ser instrumentos de manipulação, à promoção de um jornalismo de burocratas e cortesãos cujo rigor de escolha é fundamentalmente o oportunismo profissional e o servilismo político.

Vergonhosa, degradante e inadmissível porque **se instauram progressivamente nos órgãos de informação dominados pelo Governo e pela direita a centralização e autoritarismo das decisões, as discriminações, a falta de democracia.**

Para defesa da própria democracia é indispensável e urgente pôr fim à situação existente na Comunicação Social. É indispensável e urgente impedir o Governo de continuar a usar esse poderoso instrumento para enganar o povo português e criar condições para destruir as conquistas democráticas, destruir o regime democrático e perpetuar governos das forças reaccionárias.

6

Na sequência dos amplos debates efectuados no Partido, o Encontro de Quadros que acabou de realizar-se adianta e propõe **as grandes linhas e as decisões e medidas necessárias de uma política democrática de Comunicação Social.**



rece-nos lógico que o pontapé de saída seja dado pela **Imprensa desportiva**. Não é por acaso que o jornal que mais se vende em Portugal é um jornal desportivo, pode-se afirmar que essa imprensa tem qualidade, mas, em face da grande expansão e poder de infiltração que a caracteriza, seria de desejar que aspectos formativos e até culturais se incluíssem com maior regularidade nessas publicações, ocupando um espaço porventura mais qualitativo do que quantitativo que repensasse o desporto, comparando experiências e criticando políticas desportivas.

E, porque os jornais desportivos são muito lidos também por jovens, daqui se passaria à **Imprensa juvenil**.

No debate, considerou-se:

— o que a imprensa diz sobre os jovens e a análise que faz dos seus problemas;

— o que é escrito de jovens para jovens, com realce para a importância da imprensa associativa-estudantil,

— e tudo o mais que, não tendo o jovem como emissor, tem o jovem como receptor.

Fez-se a análise de vários tipos de publicações deste género, apurou-se a qualidade (pouca) e o oportunismo (muito) que as caracteriza e concluiu-se pela

das mulheres em torno de valores consumistas de um estilo de vida desenhado da realidade quotidiana, em torno do êxito e das vidas das vedetas, das festas mundanas e de outros aspectos fúteis, para além de consentirem uma publicidade extremamente degradante.

Embora algumas dessas publicações abordem alguns temas a que as mulheres são sensíveis, essa abordagem é pontual e desligada da realidade e das causas dos problemas e restringindo os interesses das mulheres a estas publicações, perpetuam valores conservadores e estereotipados.

A par da análise do conteúdo da imprensa dirigida especificamente às mulheres, dever-se-á referenciar o papel desempenhado pela comunicação social do sector público. Assim, embora a situação não seja uniforme, a imprensa escrita tem no fundamental silenciado os problemas reais das mulheres na sociedade portuguesa, bem como as suas justas aspirações.

A televisão tem desempenhado um papel extraordinariamente negativo, através da manipulação dos blocos informativos, do conteúdo da sua programação e da imagem inferiorizante que a publicidade dá da mulher.

No que se refere aos

heres. Aparentemente anódinas do ponto de vista ideológico, divulgam, o que lhes garante fácil acesso à opinião pública, não obstante o seu aparente acriticismo. Pela sua extraordinária importância social e ideológica, é um sector que exige mais atenção do que aquela que, por norma, se lhe dá, desvalorizando-se a sua influência.

A **Imprensa cultural**, relacionada com as ciências sociais, foi caracterizada pelo seu número surpreendente para um observador desprevenido, pela sua distribuição por revistas, de periodicidade quase sempre superior à mensal, especializada por áreas temáticas e com tiragens muito diminutas, e vida por vezes irregular.

Apesar dessa irregularidade (as grandes tendências de evolução deste tipo de publicações parecem ser o seu crescimento e especialização, sendo embora este fenómeno contraditório do ponto de vista sociocultural) não devem subestimar-se o seu peso e influência

RELATÓRIOS DAS SECÇÕES

reais, apenas porque as suas tiragens são pequenas e o seu público socialmente estreito.

A presença do pensamento marxista é claramente insuficiente e não corresponde aliás à real e multiforme presença na sociedade portuguesa da acção social, política e cultural orientada por posições marxistas. Impõe-se pois uma atenção activa a esta questão.

No que respeita à **Imprensa sindical**, verificou-se que constitui um importante segmento de comunicação social do sector associativo, de raiz democrática, e que se desenvolveu, em estreita ligação com as organizações de classe do movimento popular de massas, após o 25 de Abril. Com profundas raízes históricas nas lutas operárias e nas tradições da imprensa operária dos inícios do século, a imprensa sindical representa hoje uma realidade influente, plena de potencialidades, (ainda longe de suficientemente aproveitadas) no plano da luta ideológica, da informação democrática e da acção sindical.

Porém, esta realidade não tem sido assumida com a importância que merece, apesar de já se terem definido direcções

de trabalho e propostas concretas.

Realçou-se, por exemplo, a falha (talvez ímpar no Movimento Sindical Internacional) de a Central Sindical dos Trabalhadores Portugueses não possuir um órgão próprio, central e de massas. Foram igualmente realçadas diversas insuficiências da imprensa sindical, nomeadamente:

- ausência de uma acção centralizada e coordenadora;
- manifesta falta de recursos humanos;
- total ausência de iniciativas de formação nesta área;
- deficiente gestão dos recursos financeiros disponíveis, repetidamente utilizados sem o recurso ao critério da eficácia;
- insuficiente qualidade redactorial e gráfica de fatia importante da imprensa sindical;
- deficiências na distribuição;
- forma insistente de soluções individualizadas e descoordenadas;
- deficiente apreciação das exigências técnicas na realização da imprensa sindical, registando-se manifestação de paternalismo obreirista e de facilitismo empírico, com pesados prejuízos na qualidade e eficácia da imprensa sindical;

— irregularidade da sua publicação com claro prejuízo na sua função de elo de ligação entre a associação sindical e os trabalhadores.

Dada a manifesta impossibilidade de, numa Secção ou Encontro deste tipo, se aprofundar o debate sobre a imprensa sindical, propôs-se a realização, em 1987, de um Encontro de Militantes do Partido sobre a matéria.

Por fim, foi apresentada uma proposta nestes termos:

«Serão constituídos no período imediatamente seguinte a este Encontro grupos de trabalho ligados às áreas de comunicação social abordadas ao longo dos debates da 5.ª Secção.

Conforme as condições existentes, estes grupos funcionarão a nível regional ou nacional, devendo apresentar, no mais curto prazo, à direcção do Partido o levantamento sistematizado dos problemas e das potencialidades que se verifiquem na sua área de acção.

Será, igualmente, da sua competência, a apresentação das propostas julgadas úteis, nomeadamente no que se refere à programação de actividades, realização de encontros sectoriais, etc.» ■

6.ª Secção

Meios de intervenção directa do Partido

Apresentado por **Ruben de Carvalho**

Relatar o trabalho produzido pela 6.ª secção, dedicada aos meios de intervenção do PCP no sector da comunicação social, é também, naturalmente, tentar traduzir as conclusões de muitos debates e discussões preparatórias realizadas no âmbito deste Encontro e nos quais participaram muitos camaradas que com a sua opinião contribuíram para o resultado final.

Hoje, reflectindo sobre as ideias levantadas no debate preparatório ou trazendo até aqui o trabalho e as experiências diversificadas do trabalho do Partido nas diversas áreas e regiões, cerca de uma centena de camaradas participaram ao longo de quase quatro horas num rico e animado debate que registou trinta e duas intervenções — e mais não houve porque para tanto não chegou o tempo! Relativamente aos meios concretos de intervenção do Partido no sector da comunicação social, as principais conclusões são as seguintes.

Quanto ao **«Avante!»,** o debate realçou o trabalho feito em ordem ao seu melhoramento e adaptação a novas condições e sensibilidades do público no campo da informação, continuando a haver embora um largo caminho a percorrer. Verificam-se, contudo, algumas dificuldades e incompreensões no entendimento do papel e lugar do **«Avante!»** na actividade política do Partido; são frequentes fenómenos de subestimação da leitura e de subestimação e rotineirismo relativamente à distribuição, venda, divulgação e tratamento propagandístico



co dos materiais do **«Avante!».** Considerou-se igualmente que as remodelações nos conteúdos e apresentação do jornal não tiveram, no momento oportuno, o devido tratamento em termos de promoção e divulgação, nomeadamente, mediante iniciativas e materiais promocionais produzidos centralmente mesmo com carácter regular.

Quanto a **«O Militante»,** uma publicação do Partido especializada nas questões organizativas, necessária e muito importante no trabalho de organização, dos quadros e dos outros membros do Partido, na formação política e ideológica, foi apontado que, aqui também, se verificam traços de subestimação na forma como as organizações o encaram e tratam no seu trabalho. Aqui também pesa muito o analfabetismo funcional, a falta de hábitos de leitura quer individual quer colectiva.

Nos organismos em que o Boletim de Organização é utilizado como instrumento de trabalho para a compreensão das questões organizativas, para a formação política e ideológica, **«O Militante»** tem cumprido a sua função

de forma positiva ajudando a resolver e a ultrapassar dificuldades e insuficiências.

Foi sublinhada a importância da utilização pelo Partido dos **Tempos de Antena**, garantidos por lei, em aplicação na RTP desde 1980 e na RDP desde 1983.

Os cerca de 50 minutos anuais de televisão e de uma hora na RDP, apesar da sua escassez, têm constituído importantes instrumentos de intervenção do Partido para a divulgação, nos momentos políticos mais convenientes, das suas posições e orientação política.

A utilização de meios de comunicação de massa com um impacto tão importante como a Televisão e a Rádio, — onde o Partido é alvo de permanentes discriminações — exigem da nossa parte uma atenção crescente no sentido de obter os melhores resultados possíveis sempre que neles se abre a possibilidade do aparecimento ou participação do Partido.

Considerou-se assim no debate, que, apesar dos progressos positivos verificados, se devem fazer esforços — tendo em conta a especificidade dos meios em questão — para melhorar a preparação da nossa intervenção neste campo, com o objectivo de conseguir uma permanente melhoria de qualidade, sublinhando-se em particular:

— a importância de uma correcta definição do tema ou temas a tratar, tendo em conta a escassez de tempo de cada programa e a sua periodicidade, em relação ao elevadíssimo

Trata-se de um aprofundamento, actualização e desenvolvimento criativo da orientação traçada pelo X Congresso do nosso Partido.

Constitui uma contribuição do mais alto valor à definição rigorosa dos objectivos de uma política democrática de Comunicação Social e à luta por ela.

É uma direcção fundamental da acção política do Partido: **lutar para que Portugal tenha uma política de Comunicação Social correspondente ao regime democrático consagrado na Constituição.**

Isso não basta, porém. Ao mesmo tempo que lutamos contra a situação existente e por uma política democrática da Comunicação Social, **como pode e deve o Partido actuar no domínio específico da Comunicação Social?**

Como pode o Partido contrariar a desinformação e a perversão da opinião pública levada a cabo pela Televisão, a Rádio, a Imprensa e os mil e um outros meios de Comunicação Social directamente dirigidos ou controlados pelo Governo de direita e forças reacconárias?

Este problema foi também largamente abordado e debatido nas reuniões preparatórias do Encontro e no próprio Encontro (particularmente nas secções conforme acabámos de ouvir nos relatórios respectivos). Do exame e debate resulta uma extraordinária riqueza de opiniões, propostas e sugestões que merecerão certamente a atenção dos organismos responsáveis do Partido, com vistas a tomarem decisões e medidas que permitam reforçar e enriquecer a intervenção na batalha da Comunicação Social.

Os meios de que dispomos são entretanto incomparavelmente mais limitados do que os grandes meios de Comunicação Social de que dispõem o Estado e as forças políticas reacconárias apoiadas pelo grande capital e o imperialismo.

Tal desproporção torna ainda mais imperioso um grande esforço do Partido para poder dar resposta à situação.

Do exame feito creio que podemos concluir, como resultado do Encontro, que a acção do Partido tem de desenvolver-se simultaneamente em seis direcções fundamentais:

- a luta por uma política democrática de Comunicação Social;
- a luta contra a governamentalização, partidarização e manipulação da Comunicação Social;
- a luta em defesa do sector público de Comunicação Social;
- a luta para que o PCP tenha mais largo e frequente acesso aos órgãos de Comunicação Social;
- a luta para influir nos mais diversos órgãos de Comunicação Social para que veiculem informações, conhecimentos e ideias inseridos nos interesses populares e nacionais e no prosseguimento do regime democrático;
- finalmente — a luta para melhorar, enriquecer, ampliar e diversificar os meios de intervenção própria do Partido.

Permitam-me que diga algumas palavras acerca de cada uma destas seis direcções.

Primeira direcção: **lutar por uma política democrática de Comunicação Social inserida na política de um governo democrático.**

As **«Propostas»** para uma Comunicação Social ao serviço do povo e da democracia, que acabam de ser aprovadas no Encontro, constituem um valioso documento que precisa e desenvolve linhas programáticas anteriormente definidas pelo Partido.

As **«Propostas»** envolvem numerosas medidas de natureza política, organizativa, técnica, financeira, profissional e cultural.

Não podendo, nesta intervenção, ir além da referência a alguns objectivos e linhas de orientação, quais são as **«Propostas»** fundamentais avançadas pelo Encontro?

Propõe-se um **verdadeiro serviço público de Comunicação Social** reestruturado, modernizado, rentabilizado, garantindo a sua própria independência e o pluralismo de ideias e opiniões que veicula, e sujeito ao controlo democrático, para assegurar o qual devem ser reforçados os poderes do Conselho de Comunicação Social, do Conselho de Imprensa e dos Conselhos de Redacção.

Propõe-se uma **nova política para o audiovisual** em que o melhoramento da qualidade das emissões, a produção nacional de programas audiovisuais, a dignificação dos profissionais e a rentabilidade são pontos essenciais.

Propõe-se o **apoio à imprensa, em especial à imprensa diária e à imprensa regional**, através da difusão do gosto pela leitura, e de medidas financeiras isentas de compadrio.

Propõe-se a **melhoria das condições de trabalho e dignificação profissional dos trabalhadores** com salários adequados, a abertura de carreiras, a formação profissional e a elaboração de um código deontológico dos jornalistas conforme com critérios democráticos.

Propõe-se a **salvaguarda da independência nacional na Comunicação Social**, libertando esta da dependência das multinacionais da informação ao serviço do imperialismo, fomentando a produção nacional reforçando o papel da ANOP (que, conforme uma camarada disse numa secção, já foi liquidada muitas vezes e que entretanto continua e lutamos para que continue a trabalhar).

Propõe-se o **enquadramento jurídico democrático da Comunicação Social**, com a aprovação da Lei da Rádio, do regime de licenciamento da rádio-difusão, da generalização do direito de antena, do efectivo direito de réplica política (designadamente na RTP) e do acesso às fontes de informação.

Estamos certos de que estas propostas (largamente desenvolvidas no documento que o Encontro acaba de aprovar) encontrarão eco, receptividade e aprovação, não só nos mais vastos meios de Comunicação Social, mas entre todos os verdadeiros democratas.

Num momento político em que lutamos por uma alternativa à política de direita as **«Propostas»** para uma Comunicação Social ao serviço do povo e da democracia» aprovadas no Encontro constituem uma contribuição de grande valor para a definição da política de Comunicação Social de um futuro governo democrático.

Não pode merecer o nome de democrático um governo que governamentalize e manipule os meios de Comunicação Social. **A democratização da Comunicação Social é uma das pedras-de-toque do carácter democrático de qualquer política.**

8

Segunda direcção: **lutar contra as ilegalidades e irregularidades, contra a governamentalização, a partidarização e a manipulação da Comunicação Social, e exigir que a Constituição e as leis sejam cumpridas.**

A Constituição determina que os órgãos de Comunicação Social pertencentes ao Estado e a outras entidades públicas sejam utilizados de modo a salvaguardar a sua independência perante o Governo, a Administração e os demais poderes públicos e a assegurar a possibilidade de expressão e confronto das diversas correntes de opinião. A Constituição determina que os partidos políticos representados na Assembleia da República e que não façam parte do Governo têm direito a espaço nas publicações jornalísticas pertencentes a entidades públicas ou delas dependentes bem como o direito de resposta, nos mesmos órgãos, às declarações políticas do Governo. A Constituição determina que o Estado deve impedir a concentração de empresas jornalísticas. A Constituição determina que a Televisão não pode ser objecto de propriedade privada.

Basta lembrar estes preceitos constitucionais para saltar à vista que a política do Governo na Comunicação Social é afrontosamente anti-constitucional.

Desrespeitando a Constituição da República, o Governo actual, na continuidade da política antidemocrática de governos anteriores, ofende, limita e em certos aspectos liquida fundamentos do regime democrático e liberdades e direitos dos cidadãos, entre os quais o direito à informação — direito que é essencial e mesmo pressuposto (como o Encontro sublinhou) para o exercício de outros direitos como o direito de voto.

Nós reclamamos que os princípios constitucionais sejam cumpridos. Reclamamos que a legalidade democrática seja assegurada nos órgãos de comunicação social.

Ao mesmo tempo (como defenderam diversos camaradas em várias secções), é necessário desmascarar, combater, contradizer a manipulação da Comunicação Social ainda com maior prontidão, com resposta adequada e rápida em cada caso concreto, com formas mais diversificadas, procurando ao mesmo tempo acções unitárias.

É necessário tomar iniciativas legislativas com vistas a garantir um mais eficaz funcionamento dos órgãos de supervisão e controlo democráticos e a desgovernamentalização e despartidarização dos órgãos de Comunicação Social do Estado.

É necessário que as decisões em matéria de Comunicação Social (como por exemplo no licenciamento de rádios locais) sejam completamente isentas de critérios de discriminação política.

O PSD no Poder monopoliza, governamentaliza, partidariza e instrumentaliza a Comunicação Social. Mas não tenhamos dúvida. No dia em que for formado um governo democrático, o PSD virá, em nome do pluralismo, reclamar a aplicação das leis democráticas e a intervenção na Televisão, na Rádio e nos outros órgãos de informação em pé de igualdade, que hoje nega aos outros partidos políticos.

É típico das forças reacconárias reclamarem as liberdades quando estão na oposição e suprimirem as liberdades quando estão no Poder.

A nossa política é consequente. As nossas propostas de uma Comunicação Social democrática ao serviço do povo e da democracia não é para ser reclamada estando agora na oposição e adulterada ou substituída estando o PCP no governo.

Se coubesse aos comunistas a direcção da Comunicação Social do Estado, seriam escrupulosamente respeitadas a Constituição e a legalidade democrática e mesmo aqueles que hoje violam a Constituição e as leis, mesmo aqueles que ilegal e arbitrariamente nos recusam o acesso a que temos direito nos meios de comunicação social, mesmo a esses seria sem discriminação assegurada a intervenção a que a Constituição lhes dá direito.

É assim que nós concebemos a democracia.

9

Terceira direcção: **Lutar em defesa do sector público de Comunicação Social.**

Trata-se de uma luta que já tem 10 anos porque desde então começou a ofensiva contra o sector da Comunicação Social do Estado.

Mas o carácter imperioso da luta resulta neste preciso momento das decisões que o Governo PSD de Cavaco Silva (em aberta rebeldia contra a Constituição, contra as instituições, contra a legalidade, contra as decisões da Assembleia da República que são obrigatórias para o Governo) acaba de tomar decidindo extinguir a ANOP e suspender as dotações orçamentais à EPNC («Diário de Notícias»/«Capital») e à EDOP («Diário Popular»). Estas decisões confirmam inteiramente que defender o sector público de Comunicação Social é defender a própria democracia.

Sim, o sector público de Comunicação Social é necessário à democracia.

A instauração de um sector público de comunicação configurou um importante traço da democracia portuguesa conquistada com o 25 de Abril.

Ao contrário da situação existente antes do 25 de Abril em que os bancos e as grandes companhias eram donos e senhores de poderosos meios de Comunicação Social que punham ao serviço do seu poder económico e político e dos seus sórdidos interesses, a propriedade do Estado sobre os principais meios de comunicação social (designadamente a Televisão, a Rádio e grandes órgãos de imprensa) é uma condição básica para poder ser garantida a sua independência e o pluralismo.

Sem dúvida que isso não chega. A propriedade do Estado não chega para garantir a independência e o pluralismo se o Governo fizer dos órgãos de Comunicação Social instrumentos dos interesses do grande capital e das forças reacconárias.

Entretanto, o sector público da Comunicação Social é imprescindível à democracia.

Por um lado, o grau de manipulação reacconária e de irresponsabilidade ronda o crime nos órgãos propriedade do grande capital, completamente fora de controlo democrático.

RELATÓRIOS DAS SECÇÕES

número de questões políticas e sociais importantes;

— a importância da riqueza da imagem (no caso da Televisão), de uma linguagem estilo de abordagem dos problemas e forma de tratamento, adequados aos meios que estamos a utilizar e aos objectivos que queremos atingir;

— a necessidade de um esforço no sentido de fugir à rotina e de procurar uma melhoria de qualidade e uma renovação permanentes, até porque estamos perante padrões de comparação que são os da própria Televisão.

A utilização de novos meios de intervenção no domínio audiovisual, e particularmente no campo do vídeo, impõem um crescente empenhamento nesta área.

A experiência já desenvolvida pelo Partido no sector do vídeo, para além de ter permitido um enriquecimento dos nossos tempos de antena em termos técnicos e de diversidade de imagens, possibilitou o início de uma produção regular — nomeadamente através do «Contraponto» — com resultados positivos no interior e fora do Partido.

Do debate realizado resulta no entanto a ne-

No campo específico da articulação da edição de livros com as publicações periódicas do Partido considerou-se que o incentivo e planificação do aproveitamento editorial de estudos, artigos e reportagens, originariamente elaborados com vista às publicações periódicas, poderiam contribuir para colmatar as graves lacunas e insuficiências existentes na edição de livros sobre as principais questões da actualidade nacional e internacional. Inversamente foi salientado que os materiais editados não têm encontrado nas publicações periódicas do Partido uma expressão adequada quer quanto à sua divulgação e estímulo à leitura quer no que respeita à sua utilização para uma intervenção mais aprofundada, elaborada e diversificada na luta ideológica.

Ainda quanto à actividade editorial foi apontada a necessidade de encontrar formas de trabalho e de ligação regulares às organizações, sectores e especialistas do Partido que, por um lado, permitam a elaboração em tempo oportuno e de forma adequada de livros sobre a política do Partido, as suas propostas para a resolução dos grandes problemas

seu todo, como também um mais efectivo apoio a todas as organizações regionais, nomeadamente as que defrontam situações político-sociais mais difíceis.

Em termos gerais, uma ideia-força ressaltou das intervenções: a de que o puro levantamento dos meios de intervenção ao dispor do Partido (que os trabalhos naturalmente envolveram) revelou, só por si, uma situação bem mais rica, animadora e com potencialidades do que o que se poderia concluir de impressões mais imediatas ou apressadas.

Limitado embora por naturais condicionantes económicas, e aquém sem dúvida daquilo que os poderosos meios de informação e propaganda mobilizados pelo inimigo exigiram, a verdade é que o Partido tem ao seu dispor um vasto leque de meios que possibilitou mesmo a interrogação sobre se deles, dos existentes, estaremos a retirar, com empenhamento, entusiasmo e imaginação, todo o rendimento possível.

À luz das realidades, das dificuldades económicas, das capacidades e possibilidades humanas do nosso Partido, se se colo-



Por outro lado, o sector público é uma base permanente que estará em condições de retomar a sua função democrática, desde que o Governo de direita seja substituído por um governo respeitador da Constituição e da legalidade.

É, aliás, compreensível esta pressa febril de Cavaco Silva contra a comunicação social do Estado.

Quer andar depressa porque pressente que pode durar pouco. E durando pouco, quer desde já privar um futuro governo democrático dos poderosos meios do Estado, ficando entretanto eles próprios, o PSD, a reacção, com o controlo e a manipulação desses mesmos meios através das empresas privadas às quais, como Governo, os querem entregar.

Nós queremos defender o sector público da Comunicação Social para hoje e para amanhã, para que amanhã com um governo democrático o povo e o País possam ter ao seu serviço uma Comunicação Social honesta, isenta, independente, pluralista, verdadeiramente democrática e verdadeiramente portuguesa.

Por isso travamos a batalha em defesa da televisão do Estado e contra a televisão privada. Por isso nos opomos firmemente à entrega ao capital privado (por transferência da propriedade ou por concessão da exploração ou da gestão) das emissões de rádio nacionalizadas assim como dos jornais do sector público.

Por isso nos opomos firmemente e mobilizaremos todos os nossos recursos e possibilidades (ao nível da opinião pública, ao nível das massas, ao nível da Assembleia da República, ao nível geral das instituições) para impedirmos que vão por diante as medidas ditatoriais que Cavaco acaba de tomar decidindo a extinção da ANOP e a suspensão das dotações orçamentais à EPNC («Diário de Notícias/Capital») e a EPDP («Diário Popular»).

10

Quarta direcção: lutar para que, apesar das extremas dificuldades, obstáculos e discriminações, o PCP tenha mais frequente acesso aos órgãos de comunicação social do Estado, designadamente à Televisão.

A discriminação que é feita em relação ao PCP é ilegal e intolerável. Posições políticas de fundo, iniciativas, grandes actos públicos do PCP são sistematicamente silenciados ou tratados de forma tendenciosa, em que a falsificação, a deformação, a manipulação das palavras e das imagens, o imediato comentário mentiroso e abusivo, são armas e truques correntes do anticomunismo militante dos órgãos de Comunicação Social que constitucionalmente são obrigados ao pluralismo.

Sem falar já da prática monopolização do sector público de Comunicação Social pelo Governo e pelas forças que o apoiam, enquanto a outros partidos se dá espaço e tempo para explicarem as suas posições, enquanto para outros partidos se organizam debates e reportagens aos acontecimentos mais insignificantes, ao PCP não são consagrados no mínimo os seus direitos.

Esta situação ilegal dura já há anos, mas não podemos nem devemos desistir um só momento de lutar para modificá-la.

Temos pois que não afrouxar, antes intensificar, a luta neste domínio, protestando em cada caso concreto e das formas mais variadas contra a discriminação, e utilizando ao máximo as possibilidades embora reduzidas que ainda existem de participação e intervenção.

Nesta situação adquire particular importância a utilização dos tempos de antena na Televisão e na Rádio com programas de qualidade (política, técnica, artística e de estilo), multiplicando as exigências legais do direito de resposta e de réplica, insistindo, sempre e sempre, em direitos que a Constituição e as leis conferem aos partidos.

Também nesta matéria foram feitas nos debates preparatórios e no Encontro, numerosas propostas e sugestões que serão certamente extremamente úteis para o desenvolvimento do nosso trabalho.

11

Quinta direcção: a luta para influir nos mais diversos órgãos e meios de Comunicação Social, de forma a que veiculem infor-

mações, conhecimentos e ideias inseridas nos interesses populares e nacionais e no prosseguimento do regime democrático.

a primeira condição para que esta tarefa possa ser realizada é o conhecimento real dos órgãos e meios existentes, a atenção para com a sua actividade e os contactos directos ou indirectos que com eles possam ser estabelecidos.

Por vezes, tais órgãos e meios só não realizam uma obra mais útil e eficaz por falta de informação, por falta de meios técnicos ou por falta de apoios.

As organizações do Partido têm de dar uma muito maior atenção a esta direcção do trabalho, aproveitando ao máximo (como sublinharam alguns camaradas) que com frequência se subestimam.

Além da luta geral do Partido para que sejam criadas, pela política do Estado, condições mais favoráveis ao desenvolvimento da comunicação social de âmbito regional e local, bem como da Comunicação Social especializada, (uma e outra desprezadas, abandonadas e em parte em vias de liquidação pela política de direita), impõe-se que directamente se procure apoiar, estimular, ajudar, dinamizar num sentido democrático e progressista esses meios de comunicação social, que tocam grande parte da população e encerram imensas potencialidades.

Uma maior atenção deve ser dada à imprensa regional, designadamente à imprensa regional democrática, tão fortemente atingida pela política de direita e defrontando em muitos casos complexas situações de sobrevivência.

Como o nosso Encontro indicou, o Partido pode tomar muitas iniciativas, para examinar a situação, para que sejam propostas medidas concretas, para que se definam e procurem concretizar formas diversificadas de apoio, para que se estimule a vitalidade e um movimento próprio da imprensa regional e local, em resumo, para uma nova dinâmica de intervenção, como definiu o Encontro e para a qual foram adiantadas numerosas propostas e sugestões, designadamente na 4.ª Secção.

Uma maior atenção deve ser dada à imprensa das organizações sociais e à imprensa que se classifica como especializada, partindo desde logo da ideia de que se trata de uma imprensa com variados órgãos, com uma grande tiragem global e abrangendo áreas sociais de importância determinante na vida nacional.

É o caso da imprensa sindical, da imprensa de sectores económicos, da imprensa desportiva, da imprensa juvenil, da imprensa feminina, da imprensa sobre espectáculos das revistas e publicações diversas de natureza cultural e política, e ainda (como foi referido no relatório da 4.ª Secção) a imprensa das autarquias, tendo naturalmente em conta que o que interessa à democracia é a imprensa democrática e não uma imprensa das autarquias geridas pela direita para fazer propaganda reaccionária.

Cabe também esclarecer para evitar qualquer equívoco que nós, comunistas, expressamos a nossa opinião sobre a imprensa de organizações unitárias e outras organizações e entidades sociais, mas entendemos que a decisão nesta matéria (como em qualquer outra) cabe com independência às próprias organizações e entidades no curso da sua vida democrática interna.

O Encontro sublinhou a necessidade de proceder a um inventário completo das publicações existentes e de um regular acompanhamento desta vastíssima área da Comunicação Social.

O Encontro concluiu também que uma maior atenção deve ser dada às rádios locais, que dada a partidização e manipulação das grandes emissoras controladas pelo Governo, surgiram, multiplicaram-se e se afirmam em grande parte como resposta à carência de uma rádio livre e democrática.

As rádios locais — cerca de 600 conforme o número citado no Encontro — constituem no fundamental uma movimentação de carácter democrático que estabeleceu amplo contacto com as populações.

É necessário apoiá-las, designadamente no domínio da informação e da formação técnica e profissional e tendo em conta os projectos e sugestões feitas no nosso Encontro designadamente na 2.ª Secção que encerram um manancial de úteis indicações.

Uma maior atenção deve ser dada às iniciativas vídeo, designadamente a clubes vídeo que terão certamente num futuro próximo imediato extraordinária e rápida expansão.

Em todos estes aspectos do trabalho não se trata apenas de conhecer, de acompanhar e apoiar o que existe. Trata-se de actuar de forma inovadora e criativa.



cessidade de se encontrar resposta a duas questões que são fundamentais à criação de uma linha de vídeo que responda a padrões políticos, culturais e recreativos democráticos e progressistas;

— por um lado a necessidade de melhorar a produção própria do Partido, torná-la mais regular, aumentá-la e diversificá-la (temas políticos, sociais, culturais, espectáculos, etc.);

— por outro proporcionar a divulgação de cassetes de outra natureza (filmes, etc.) que permitissem uma oferta mais diversificada e susceptível de conquistar um público mais vasto.

No debate sublinhou-se também a importância da existência de «Gabinetes de Imprensa» nas organizações do Partido, sobretudo nas de maior responsabilidade, devendo ter um funcionamento regular de forma a assegurar uma rápida e eficaz canalização das informações para a comunicação social.

Neste campo, dois aspectos foram objecto de diversas sugestões: por um lado, a importância de dar a maior regularidade à manifestação de análises sobre problemas locais ou divulgação de iniciativas e sua rápida transmissão aos órgãos de comunicação social; por outro, e paralelamente, a necessidade de uma selecção criteriosa da informação a enviar para a comunicação social, e de lhe ser dado um tratamento que facilite a sua utilização.

nacionais, a sua acção e a sua importância para a democracia portuguesa, a desmontagem das campanhas anti-PCP, etc.; e que, por outro lado, incentivem e dinamizem a utilização dos livros editados na formação ideológico-partidária dos militantes e na luta política diariamente desenvolvida pelo Partido.

Em conclusão, considera-se pois que a informação, os conhecimentos e os meios existentes estão longe de ser devidamente aproveitados.

No debate surgiram referências aos comunicados e «boletins de célula» que já demonstraram ser de uma enorme importância para a divulgação da orientação do Partido nas empresas, mas que perderam algum dinamismo e regularidade nos últimos tempos; sublinhou-se a necessidade de reactivar esta forma de intervenção, chamando-se a atenção para a necessidade da reactivação de boletins que deixaram de sair; da saída regular dos boletins; e uma melhoria do seu conteúdo que deve ser muito voltado para os problemas concretos dos trabalhadores nas empresas.

Em relação a todos os meios directos de intervenção do Partido foi sublinhada a necessidade de diversificar e alargar a cobertura de acontecimentos, iniciativas e problemas regionais, assegurando não só um reflexo mais rigoroso da diversificada realidade do País no

caso a pergunta sobre se seria prioritário criar novos meios de intervenção ou decididamente enveredar pela melhoria e melhor aproveitamento dos existentes, a resposta poderia não ser simples.

Na verdade, se nomeadamente em áreas de desenvolvimento tecnológico mais recente é necessário, com realismo, alargar a iniciativa, é um facto que é não só possível, mas também absolutamente indispensável valorizar, melhorar, alargar tudo aquilo com que o esforço da classe operária, dos militantes do Partido, dos seus amigos, dotou já o nosso trabalho. Esforço, porém, que requer não apenas o trabalho de quantos a eles estão ligados mais directamente, mas um contributo activo e um estado de espírito combativo, empenhado e construtivo de todos, de toda a organização.

Se o que debatemos neste Encontro, se a tônica de praticamente todas as intervenções, o estado de espírito de atenção e consciência face aos problemas, empenhamento e vontade de os resolver, hoje se escutou na 6.ª secção deste Encontro frutificar, julgamos ter muitos motivos para dizer que, também aqui, também nesta batalha da informação, também como sempre, a situação é complexa — mas há razões para ter confiança! Porque elas residem no trabalho, na vontade, no esforço das organizações e dos militantes do nosso glorioso PCP. ■

RELATÓRIOS DAS SECCÕES

7.ª Secção

Acção dos comunistas nos diversos órgãos de comunicação social

Apresentado por **Helena Neves**

Qual a acção dos comunistas na comunicação social? Este foi o tema em debate na 7.ª secção. Um debate vivo, participado. Um debate que permanece em aberto, pois a complexidade hoje da comunicação social, as ofensivas ideológicas que nela se jogam e, por outro lado, as questões de ordem deontológica e laboral, colocam aos profissionais da informação em geral e aos comunistas em particular a necessidade de um questionamento e acção constantes.

O debate pôs em evidência algumas características da participação dos profissionais comunistas na comunicação social portuguesa, nomeadamente de expressão nacional.

Trata-se de uma participação muito variável em número, tipo de actividade e nível de responsabilidade e que se exerce em dois planos coexistentes mas distintos: por um lado, um conjunto bem delimitado de publicações onde os comunistas exercem uma grande ou determinante influência e, por outro, um vasto conjunto de órgãos de comunicação social nos quais a participação dos profissionais comunistas ou não se verifica, ou é limitada, ou, mais raramente, consegue ser significativamente interviniente.

Na generalidade da comunicação social os profissionais comunistas enfrentam situações de discriminação e marginalização política e estão sujeitos a critérios que desprezam a competência e capacidade profissionais.

No decurso do debate, a análise crítica da participação dos profissionais comunistas na comunicação social permitiu-nos concluir da vital importância da sua contribuição na garantia do direito das populações a serem informadas com verdade, na defesa dos direitos e luta dos trabalhadores e na divulgação das ideias progressistas.

Com vista ao reforço desta contribuição, foi salientada a necessidade de serem criadas melhores condições de apoio político e técnico à actividade profissional dos jornalistas e outros trabalhadores comunistas da comunicação social; de se assegurar o reforço e regular funcionamento das suas estruturas partidárias; de se desenvolverem iniciativas visando um intercâmbio de experiências e opiniões em torno de temas diversos, incluindo a própria formação profissional.

Tendo em conta necessidades actuais e futuras, foi sublinhada no debate a necessidade de uma reflexão sobre a questão da renovação dos quadros comunistas com intervenção na comunicação social, designadamente estimulando o aparecimento de novos colaboradores — e nomeadamente de correspondentes locais —, publicistas, autores de programas e jornalistas, in-



teressando neste trabalho a Juventude Comunista.

Os participantes no debate, salientando o papel insubstituível dos órgãos de informação de influência comunista e a necessidade da sua valorização, exprimiram a opinião de que se impõe um contínuo esforço de inovação, criatividade e variedade no tratamento e apresentação de notícias, artigos e comentários. E isto tanto no que respeita às temáticas abordadas como no estilo e tratamento gráfico, procurando compatibilizar a correcção e firmeza política e ideológica, o rigor da informação e a dignidade profissional com a sensibilidade para corresponder a novas necessidades informativas e a novos e legítimos interesses e gostos do público.

No debate foi também destacado que assume uma grande importância que se intensifique uma maior participação de intelectuais, especialistas e outros quadros comunistas no debate de ideias através dos diversos órgãos de comunicação social bem como de criar condições para que os conhecimentos e informações sobre a realidade social, económica, cultural e política do País de que o Partido dispõe possam ser objecto de mais rápida e eficaz divulgação e popularização.

No debate realizado nesta secção foi igualmente feita uma chamada de atenção para a necessidade de desenvolver uma vantajosa articulação entre as edições de livros e as edições de jornais e revistas, quer através do aproveitamento editorial de trabalhos jornalísticos quer através da valorização e divulgação na comunicação social de obras de escritores e outros intelectuais progressistas.

No debate, considerou-se que, na nossa época e num momento em que o desequilíbrio informativo a nível nacional e internacional se agrava pelo predomínio de informação de uma só via, ou seja, da desinformação, da manipulação da opinião pública e castração do sentido crítico e da consciência social, o que suscita o repúdio em muitos profissionais de informação, parecem criadas ou suscep-

tíveis de serem criadas ou ampliadas novas condições de trabalho dos comunistas nas estruturas unitárias da classe e do sector informativo.

Particularmente em foco no debate estiveram considerações e opiniões relativas ao panorama da comunicação social em Portugal, a mutações verificadas nos últimos anos, a áreas temáticas onde as forças de direita e o imperialismo estão investindo e concentrando atenções e onde a intervenção democrática é mais fraca ou inexistente.

Sobre este ponto, foi manifestada a opinião de que é simultaneamente necessário, por um lado, que determinadas áreas (juventude, mulheres, espectáculo, audiovisual, saúde, cultura e divulgação cultural e científica, histórica, quotidiana, etc.) tenham uma maior presença e tratamento nos meios existentes e que, por outro lado, se pondere a viabilidade do lançamento de novas iniciativas editoriais com orientação democrática.

Neste domínio, entre outras, foram feitas sugestões no sentido de sublinhar o interesse de novas iniciativas democráticas como: uma publicação para a juventude; uma revista de cultura e ideias (envolvendo temas ou áreas como a Sociologia, a ciência política, questões de Direito e Economia, Artes e Letras, História, etc.); uma publicação semanal, seja sob a forma de semanário clássico ou de revista ilustrada; o prosseguimento e desenvolvimento da intervenção democrática ao nível das rádios locais e da imprensa regional; o lançamento de iniciativas no âmbito da vídeo.

No debate foi opinião unânime que os profissionais comunistas na informação devem estar extremamente atentos às campanhas desenvolvidas pelo imperialismo visando a criação de mercados massificados não só para os seus produtos, mas também e fundamentalmente para a sua ideologia — ela também um produto... —, ao mesmo tempo que tentam impor a «moda» do fim das ideologias...

Em síntese, este debate da 7.ª secção evidenciou, por um lado, a importância da contribuição dos comunistas e do desenvolvimento da sua participação em todas as áreas da comunicação social como um domínio específico do combate ideológico e, por outro, salientam a necessidade de melhorar o nosso trabalho em unidade com todos os profissionais do sector igualmente empenhados na produção de uma informação digna do Portugal de Abril. ■

12

Para toda esta ampla e diversificada acção, serão certamente necessárias no Partido medidas de organização, organismos ou camaras responsáveis por essas frentes de trabalho.

Será sobretudo necessário que se não deixe à mera iniciativa de quem se lembre ocasionalmente de a ter, antes se defina uma orientação, se precisem tarefas e se mobilizem os meios para cumpri-las.

Na sequência deste Encontro iremos certamente fazê-lo.

Sexta direcção: **melhorar, enriquecer, ampliar e diversificar os meios de intervenção próprios do Partido ou aqueles em que o Partido, através dos seus militantes, pode certamente influenciar e tocar por seu intermédio mais largas camadas da população.**

A esta matéria foi dada grande atenção tanto no debate preparatório como no Encontro (designadamente na 6.ª secção).

Perante os colossais meios de que dispõe o Governo e as forças de direita, os meios de que dispõe o Partido são no ponto de vista material, técnico e de difusão comparativamente muito reduzidos.

Seria entretanto um erro subestimá-los.

Primeiro, pelo seu valor e influência próprios, que representam papel importante na força do Partido na vida nacional e no apoio de massas de que o Partido dispõe.

Depois porque (como de forma desenvolvida sublinha o camarada Vítor Dias na sua intervenção inicial) aos meios de Comunicação Social geralmente como tal definidos, o Partido acrescenta, na sua acção política, na sua **comunicação com as massas**, as mais diversas formas de informação, de propaganda, de esclarecimento, de acção política e cultural, de contacto pessoal directo, ou seja à comunicação oral que se podem inserir, num sentido mais lato, mas com inteira propriedade, na «comunicação social» do Partido.

Em relação ao «Avante!», ao «Militante», órgãos do Partido, foram feitas no debate e no Encontro numerosas propostas e sugestões, tanto quanto ao seu conteúdo político e ideológico, como à forma de tratamento dos problemas, à linha gráfica, ao estilo e também à promoção e à difusão.

O mesmo sucedeu — em debates particularmente vivos, argumentados e repletos de sugestões a considerar — em relação a jornais e revistas nos quais o Partido está em condições de imprimir grandes linhas de orientação e que desempenham um importantíssimo papel na influência da nossa política.

Nos debates preparatórios e nas Secções do Encontro foram também feitas propostas e sugestões relativas a **novos meios** de intervenção resultantes das novas tecnologias. Foram também feitas propostas e sugestões de novas revistas (de cultura, de ideias, infantil-juvenil, literária, de divulgação científica, de história), propostas de uma nova publicação semanal, propostas e sugestões no domínio da Rádio, da produção e mercado de videocassetes, etc.

Foi sugerida uma nova reflexão sobre a articulação entre a edição de jornais e revistas e a edição de livros com vistas ao melhoramento da qualidade e à maior difusão.

Foram ainda feitas sugestões relativas a medidas orgânicas internas, do Partido, para assegurar o desenvolvimento da intervenção própria do Partido na esfera da Comunicação Social.

Trata-se de opiniões, propostas e sugestões **sérias e úteis** que constituirão sem dúvida **valioso elemento de juízo** para as conclusões e decisões que os órgãos dirigentes do Partido venham a tomar, assim como uma importante contribuição para todos aqueles que, não sendo comunistas, desejam, como nós, uma Comunicação Social ao serviço do povo e da democracia.

No que diz respeito ao Partido, não é de esquecer que o PCP é um partido e não um Estado, e que há projectos que poderão estar muito acima das nossas reais possibilidades.

Todos estamos certamente de acordo na necessidade da diversificação dos meios e formas de intervenção do Partido na Comunicação Social. Todos também estamos certamente de acordo em que os meios de intervenção directa do Partido na Comunicação Social estão forçosamente condicionados pelo grave obstáculo que constituem os **encargos financeiros** que exigem.

Não pode deixar de referir-se, camaradas, que este obstáculo foi salientado, mas muito pouco de concreto foi proposto ou sugerido para removê-lo.

Para finalizar este ponto, daqui quero expressar a inteira concordância com algumas preocupações e ideias gerais relativas ao trabalho do Partido na Comunicação Social, frequentemente evocadas nos debates designadamente nas Secções, justificando opiniões e propostas.

Inteiramente compartilhamos da exigência feita por camaradas de tornar mais eficaz a nossa mensagem, de um estilo mais voltado para fora e mais aberto e comunicativo, de um maior rigor da informação e do conhecimento, da recusa de soluções feitas e de rotina, de um estímulo à imaginação e à criatividade, da promoção a um alto nível de formação política e profissional todos os trabalhadores comunistas da Comunicação Social.

Precisamos de melhorar o nosso trabalho camaradas e vamos melhorá-lo.

13

A defesa dos princípios constitucionais e a nossa luta contra a manipulação da Comunicação Social, em defesa do sector público da Comunicação Social, pela mais frequente e efectiva presença do PCP nos órgãos de Comunicação Social, pelo melhoramento, enriquecimento, ampliação e diversificação dos meios de intervenção próprios do Partido, inserem-se na luta para paralisar e derrotar a política de direita e a sua ofensiva contra-revolucionária; inserem-se na nossa luta por uma alternativa democrática para que Portugal possa sair da crise e os graves problemas nacionais possam ser resolvidos; inserem-se na nossa luta para que Portugal retome o caminho de liberdade, de democracia, de progresso social, de independência nacional e de paz aberto pela Revolução de Abril e inscrito na Constituição da República.

A situação actual coloca como imperativo democrático e nacional e como tarefa central de todos os democratas a demissão do Governo PSD de Cavaco Silva e uma alternativa democrática.

A este respeito põem-se dois problemas: o da urgência e o da possibilidade.

Quanto à urgência, o nosso Partido considera não apenas urgente mas de extrema urgência a demissão do Governo Cavaco Silva e a formação de um governo democrático. E é de extrema urgência porque se se permite que continue a sua acção contra a Lei Fundamental do País, ilegal, subversiva, de afrontosa rebeldia institucional, o Governo levará por diante a destruição do regime democrático com a destruição de tudo quanto o povo português alcançou com a Revolução, e Portugal caminhará para uma nova ditadura e para a situação de uma semicolónia do imperialismo.

Outros partidos, pelos seus actos, mostram estar mais interessados nas divisões e disputas eleitoralistas e no enfraquecimento recíproco na área democrática, do que no enfraquecimento e na derrota da direita e da sua política.

Outros partidos pelos seus actos mostram estar mais interessados em cálculos eleitoralistas para o futuro do que numa alternativa democrática no presente.

Ao contrário de outros que não têm pressa, o PCP tem pressa, porque os supremos interesses do povo português e de Portugal têm pressa, ou seja, exigem uma urgente alternativa democrática ao Governo actual.

Quanto à possibilidade de uma alternativa, o nosso Partido afirma que **tal possibilidade existe** e insiste em afirmar que, se Cavaco e o PSD se aguentam no Governo, não é por força própria, mas pelas divisões, hesitações e incapacidade de aprenderem as lições da vida de alguns partidos democráticos.

Contrariando tais hesitações nós dizemos ao povo português que **as condições objectivas são favoráveis a uma alternativa democrática, ou seja, à derrota e demissão do Governo Cavaco Silva e à formação de um governo democrático.**

Condições objectivas relativas à correlação e arrumação das forças políticas. Condições objectivas relativas à correlação e arrumação das representações parlamentares.

Muita gente esquece — e Cavaco Silva parece ser o primeiro a esquecê-lo — que o Governo tem apenas o apoio de 88 deputados do PSD na Assembleia da República, enquanto que os partidos democráticos (PCP, PS, PRD, MDP e os Os Verdes) têm 140 deputados.

As condições institucionais objectivas são pois favoráveis a uma alternativa. Existindo na Assembleia da República uma maioria democrática da oposição, essa maioria **pode transformar-se numa maioria de suporte à formação de um novo governo, desde que os partidos democráticos o queiram.**

Cavaco exhibe-se como se estivesse para lavar e durar, mas **bastaria um sopro conjunto de todos os partidos democrático para o atirar abaixo.**

São por isso forte motivo de preocupação as posições assumidas por partidos que, afirmando estar em firme oposição ao Governo e pretenderem uma alternativa, inviabilizam a única real alternativa que tem de resultar forçosamente da convergência dos partidos democráticos, nomeadamente do PCP, PS, e PRD.

Os conflitos entre os partidos democráticos — de que logo a televisão de direita procurar tirar partido — não interessam ao povo nem à democracia. O que a situação impõe é que os partidos democráticos convirjam no combate à reacção e se entendam para viabilizar uma alternativa democrática.

Não parece, porém, ser esse o entendimento geral.

Assim, como exemplo, o **PS parece continuar voltado, não para a esquerda, mas para a direita.**

De facto o que significa o «acordo de cavalheiros» que Vítor Constâncio propôs a Cavaco?

Significa claramente a **proposta de um novo acordo do PS com a direita, de uma nova edição e de uma nova modalidade do «bloco central» PS/PSD.**

Apenas uma diferença: em vez de coligação, teríamos ora o PS, ora o PSD a gerirem a política de direita do bloco central.

É o projecto de «alternância» — alternância não da política, mas do pessoal de serviço.

Consideramos esse um mau caminho. A ser acordado, seguido e realizado com êxito não conduziria a uma alternativa democrática, mas à desastrosa continuação da política de direita.

É um grave erro de alguns partidos democráticos pensarem ser regra invariável que os partidos se desgastam no Poder. **Numa conjuntura como a actual o que desgasta não é estar no Poder, mas estar na oposição.**

Cavaco ameaça com a moção de confiança. É uma oportunidade.

Vai ser votado esse desgraçado e inepto Orçamento do Estado. É outra oportunidade.

A atitude do nosso Partido é diferente da dos partidos que se recusam a uma solução alternativa.

Nós insistimos e insistiremos na necessidade, na urgência e na possibilidade de uma alternativa democrática.

Enquanto Vítor Constâncio e o PS propõem ao PSD e a Cavaco Silva «um acordo de cavalheiros» nós propomos ao PS, ao PRD e aos outros partidos democráticos um acordo de democratas.

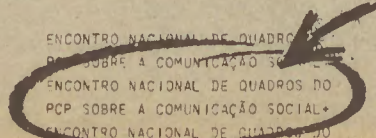
Propomos a convergência dos partidos democráticos não para quando o Governo tiver destruído a democracia mas no imediato para salvá-la.

A vida confirma cada dia que a convergência dos democratas é necessária para uma alternativa democrática.

Mostra também que para essa convergência e para que seja finalmente possível uma alternativa **a força e o reforço do PCP é um factor não só necessário como indispensável.**

Este nosso Encontro, não só é uma contribuição de alto valor para uma Comunicação Social pública ao serviço do povo e da democracia, não só constitui um importante passo para o desenvolvimento da actividade do Partido na Comunicação Social, como é também uma nova expressão e um novo acontecimento no reforço geral do Partido, na dinâmica actual do nosso Partido voltado para a frente, para a luta, para o ataque, para que viva e triunfe Portugal democrático e independente segundo os caminhos que Abril abriu.

Viva o Partido Comunista Português!



ENCONTRO CONCELHIO DE ELEITOS E ACTIVISTAS DA APU

Setúbal merece melhor e vai ter melhor!

Setúbal merece melhor, dizia o lema do encontro realizado no passado sábado, em que participaram mais de uma centena de eleitos e de activistas da Aliança Povo Unido do concelho. Podiam ter ficado pela afirmativa e pela sua explicação, razão deu-lhes o tempo, dez meses passados sobre o início da gestão PS/PSD no município. Mas foram mais longe, perspectivando o desenvolvimento futuro da sua acção e decidindo mobilizar energias em defesa das populações e preparando a vitória.

Intervenções e debate, que ocuparam a manhã e a tarde de sábado na sala de sessões do edifício camarário, culminaram com a aprovação por unanimidade de um documento de conclusões, resultado de uma proposta que recebeu 28 emendas das 34 que os participantes foram entregando à Comissão de Redacção eleita. Aos trabalhos, presididos na primeira parte pelo camarada Aranha Figueiredo, vereador da APU e membro do CC do PCP e, na segunda, pelo camarada Jerónimo Matias, presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião, assistiu a camarada Bernardina Sebastião, suplente da Comissão Política do Comité Central do PCP. Na mesa encontravam-se ainda Carlos Humberto da DORS, Ferreira Júnior, do MDP, Palmira Silva, de «Os Verdes», o independente Faria Pereira e o camarada António Machado, do secretariado da Célula dos Trabalhadores da Câmara e dos Serviços Municipalizados.

A «noite do desencanto» e o retomar do caminho

«Passaram dez meses de gestão PS/PSD. É tempo de fazer balanço, de relançar trabalho, de definir objectivos, de coordenar esforços». Palavra da camarada Odete Santos, membro da Assembleia Municipal e deputada do PCP, a quem coube a intervenção de abertura. Palavras que afinal resumem o que ali se fez no sábado.

Odete Santos recordou a «noite do desencanto», há dez meses, quando a coligação tripartida — PS, PSD e CDS (este último, não concorrendo, mobilizou o seu apoio a Mata Cáceres) — cortou a continuidade da gestão APU, em prejuízo do concelho. Recordou a campanha eleitoral desonesta da coligação que já mostrava os

seus objectivos, que não eram resolver os problemas da população mas tão-só privá-la do trabalho honesto do Povo Unido. E, após criticar a comunicação social local, dominada pelos partidos da direita coligados, que alinharam na mais abjecta propaganda anti-APU, a deputada comunista sublinhou:

«A demagogia eleitoralista da campanha anti-APU não conseguiu, no entanto, mobilizar a tradicional base eleitoral de apoio aos três partidos» (...) «São significativas as perdas de votação da direita e do PS. É significativo que a APU, apesar da dura campanha eleitoral, tenha ficado a cerca de 1500 votos da coligação tripartida.»

A intervenção de abertura não esqueceu que «talvez pudéssemos ter lutado mais e melhor para que Setúbal conquistasse o que merecia: uma Câmara de maioria APU». Mas não se deteve no passado e a oradora afirmou depois que «a análise da gestão da nova maioria confirma o diagnóstico já feito na campanha eleitoral. Confirma-se a sua arrogância, o seu autoritarismo, o seu pendor contra os métodos de vivência democrática exigidos pelo Poder Local Democrático».

As intervenções que se seguiram ilustraram cada uma a seu modo e no seu âmbito próprio, a análise exposta

na abertura dos trabalhos. Sucederam-se na tribuna representantes das freguesias, dos trabalhadores da autarquia, do presidente da Assembleia Municipal, camarada Marino Vicente. Intervieram, além dos comunistas e independentes, membros do MDP e de «Os Verdes».

Contem connosco!

O vereador Rocha Neto, que abordou a vertente financeira da actividade da Câmara e lembrou a campanha desencadeada antes e depois das eleições por Mata Cáceres e companhia sobre as «dívidas» que a APU deixara não deixou de exaustivamente se referir à história recente, nomeadamente ao incumprimento da lei de Finanças Locais cujo resultado foi a espoliação do município em mais de 900 mil contos, entre 1979 e 1983. E sublinhou o facto de, em 1984 e 1985, citando os relatórios financeiros, se poder concluir que a situação financeira da Câmara, no início deste ano, caminhava seguramente para a recuperação e para a normalização — resultado da acção estabilizadora da APU. A conjuntura favorável — aumento real do FEF em mais de 25 por cento, receitas de venda de terreno em alta espectacular e outros apoios poderiam fazer pensar noutra política durante 1986. Mas não. Em 8 de Maio, conforme denunciou, a CMS, nas mãos do PS/PSD decidiu por exemplo, aumentar as tarifas de água em 43 por cento! E não desmentiram ou

combateram os argumentos contrários dos vereadores APU — limitaram-se a rejeitá-los.

Lembrando ainda a acusação sobre a dívida «deixada» pela APU, cavalo de batalha da propaganda PS/PSD, e que era na realidade de metade do valor indicado pelo actual presidente, Rocha Neto recordou a afirmação de Mata Cáceres em Março, que «ameaçou» de esclarecer, «a curto prazo» a questão. O curto prazo passou. Mas o que não passou entretanto, foi a forma desregada de gastar que a nova maioria adoptou, «favorecendo escandalosamente compadres e clientelas partidárias». Rocha Neto deu alguns exemplos desse desregramento — despesas de representação que sofreram aumento de quase 200 por cento!, horas extraordinárias aumentadas em 23 por cento, quando o PS e o PSD acusavam a APU de recorrerem demasiadamente a estas, colectividades aguardando subsídios prometidos, investimentos em obras de fachada, malbaratamento de meios, gasto inconsiderado dos dois duodécimos do FEF, recurso inconsiderado a empréstimos.

Muito se disse e muito haveria a dizer do que ouvimos durante o encontro de sábado, sobram os exemplos e é curto o espaço. Terminaremos como terminou o vereador da APU, que afirmou:

«Os setubalenses não fizeram mal a ninguém para não terem uma melhor sorte. Por isso com eles vamos trabalhar para lhes dar uma nova Câmara. Contem connosco!» ■

Bernardina Sebastião:**«Construir a alternativa»**

A encerrar os trabalhos do Encontro, a camarada Bernardina Sebastião, membro suplente da Comissão Política do Comité Central do PCP, interveio dirigindo-se aos participantes, comunistas e seus aliados da APU, salientando em primeiro lugar o papel do Poder Local Democrático como um dos mais fortes pilares do regime saído do 25 de Abril, alvo, por outro lado, da ofensiva dos que não querem Abril.

«São grandiosos os objectivos a que os camaradas se propõem», disse a dado passo. «Fazer do programa eleitoral da APU a vossa bandeira de luta e trabalhar exemplarmente nos pelouros e nas áreas que vos estão distribuídas; ter em conta os adversários e suas fraquezas, mas não subestimar as suas forças, contribuir para aprofundar as suas contradições.

«Construir a alternativa à actual gestão é, pois, uma tarefa árdua mas exaltante, daqueles que não estão habituados a tarefas fáceis.

«Como os camaradas concretamente afirmaram neste Encontro, o futuro constrói-se hoje, no dia a dia, no que formos capazes de realizar. Com o vosso empenhamento nos objecti-

vos agora traçados, estamos certos de que Setúbal terá o melhor num futuro próximo para bem das suas gentes e da democracia de Abril.»

Depois de se referir ao processo de regionalização, cuja discussão foi lançada a nível nacional pelo PCP e à situação económica, social e política do país agravadas em consequência da política de Cavaco Silva, a camarada sublinhou:

«É oportuno colocar como justificam hoje os eleitos do PS e PSD, no concelho de Setúbal, que fizeram disso a sua bandeira eleitoral, a degradação da situação económica e social do concelho e do distrito.

«Afinal a causa era a falta de confiança dos investidores na Câmara APU, ou era a política económica realizada pelos sucessivos governos de direita por onde permanentemente passaram ora o PS ora o PSD?

«Política económica desastrosa para a economia nacional, inviabilizando o aproveitamento racional dos nossos recursos, colocando os interesses vitais da nossa economia na dependência das multinacionais estrangeiras, como bem exemplifica a actual situação do sector metalomecâ-

nico, da construção e reparação naval, do sector automóvel, da siderurgia, do sector das minas, etc.»

Por fim, a-dirigente comunista abordou a actualidade política e a necessidade de uma convergência de esforços dos partidos democráticos. E disse a concluir:

«Ficamos no entanto apreensivos pelas recentes declarações dos dirigentes do MDP/CDE sobre a coligação APU. Precisamente numa altura em que a unidade dos democratas se coloca como questão essencial dos interesses dos democratas venham a lançar na praça pública uma discussão que por questões de ética e de respeito deveriam ter sido tratadas em primeiro lugar entre os respectivos partidos, no nosso entender.

«A APU significa uma obra notável realizada por homens e mulheres empenhados numa gestão honesta e competente que angariou prestígio e confiança das populações. O PCP continuará a empenhar-se para que esta política unitária seja prosseguida e desenvolvida, incluindo no plano eleitoral. O PCP tudo fará para que a convergência e a alternativa política democrática sejam construídas.» ■

Resoluções do Encontro

Na resolução aprovada por unanimidade, os participantes no Encontro decidiram mobilizar todas as suas energias, experiência e capacidade no sentido da defesa dos interesses das populações, tanto nos órgãos onde a APU se encontra em minoria, como naqueles em que se encontra em maioria; nos primeiros denunciando e corrigindo a gestão ruínoza do PS/PSD e demonstrando a superioridade da gestão APU; nos segundos mobilizando todos os meios para a resolução dos problemas e exigindo da Câmara e de outros órgãos do poder meios e acções necessários à prossecução desses objectivos.

A resolução decidiu ainda dar especial atenção à intervenção no quadro da Assembleia Municipal; melhorar e aprofundar a ligação às populações dinamizando as comissões de moradores e trabalhando com as outras organizações populares de base, trazendo para os órgãos autárquicos as suas legítimas aspirações, num combate constante pela sua realização.

No tocante à informação, a que o Encontro dedicou bastante atenção, a resolução decidiu levar as posições da APU «junto dos meios de comunicação, nomeadamente os regionais, não desperdiçando qualquer oportunidade» e «aumentar e melhorar o nível de informação APU a toda a população».

Uma série de decisões foram aprovadas para o próximo ano:

— a realização de uma grande jornada de contacto com as populações já para o início do ano;

— a organização ao longo de 1987, em todas as freguesias do concelho, com a colaboração das comissões de moradores, de jornadas de trabalho voluntário, empenhando as populações na resolução de algumas das suas aspirações e necessidades mais sentidas;

— a organização de uma grande iniciativa cultural de âmbito concelhio em cooperação com todos os órgãos autárquicos e organizações culturais do concelho;

— organização e realização no início do ano de um encontro, aberto a todos os interessados sobre as questões do ambiente e qualidade de vida e, nomeadamente, sobre o Parque Natural da Arrábida (e na área desse o Portinho), de modo a permitir que todas as entidades e a população em geral possam discutir e decidir das medidas necessárias à sua salvaguarda.

A resolução decide ainda «melhorar o diálogo e troca de experiências entre eleitos e trabalhadores das autarquias e pronuncia-se sobre uma série de obras prioritárias para o concelho que deverão ser consignadas no Plano de Actividades da Câmara.» ■

trabalho · honestidade · competência

Agenda

Avante!

Ano 56 — Série VII

N.º 675

4 de Dezembro de 1986

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Sexta

• LISBOA

Guerra Nuclear — exibição de um filme, seguido de debate, numa das habituais sessões culturais das sextas-feiras no CT de Sete Rios. Às 21.30.

• SANTARÉM

Reunião de militantes para discussão da situação política e acções a realizar. No CT concelhio da DORSA, com a participação de **Vitor Fernandes**, membro suplente do CC.

• MAIA

Em **Águas Santas**, às 21.30, sessão de esclarecimento eleitoral na Escola n.º 2 do Paço, no Formigueiro.

• GONDOMAR

Em **Bagulm**, sessão-debate na Escola Primária nova. No final, fado. Às 21.30.

15 horas no CT das Galinheiras.

• CASCAIS

Reunião de camaras ligadas a tarefas de fundos, membros de comissões de freguesia e de secretariados de células de empresas: **a importância e significado da quotização e da tarefa de fundos na ofensiva geral do Partido**. No CT, a partir das 15 horas. Participação da camarada **José Casanova**, da Comissão Política.

• MAIA

Integrada na campanha para as próximas eleições autárquicas, tarde infantil nos «Leais» de **Pedrouços**. Participação de **Samuel**. A partir das 15.30. Sessão de esclarecimento eleitoral na Escola Primária de **Pedrouços**. Às 21.30. Sessão de esclarecimento eleitoral na Escola Primária de **Ardegães-Águas Santas**. Às 21.30.

• RIO TINTO

Festa da Juventude na Escola Preparatória de Rio Tinto (Monte da Burra). Às 21.30.

• PORTO

«O perigo da guerra nuclear e a luta pela Paz — ideias, factos, números»: conferência-debate no CT de **Barão de S. Cosme**, às 15 horas.

Domingo

• ALENQUER

III Assembleia da Organização Concelhia

ilha do PCP. No salão do Sporting Clube de Alenquer a partir das 9.30, com a participação da camarada **José Casanova**, da Comissão Política.

• ALCANENA

II Assembleia da Organização Concelhia. Na antiga escola secundária, com a participação da camarada **Lúcia Araújo**, do Secretariado do CC.

• MAIA

Porta-a-porta em Pedrouços. A partir das 9.00.

Às 21.30, Discoteca para a juventude, no pavilhão da escola de **S. Paio**.

Em **Águas Santas**, grande festa popular nos «Bairristas do Formigueiro». Colaboração de **Samuel** e do grupo **Primeiro de Malo**.

• GONDOMAR

Festa popular na R. da Felgueira-**Bagulm**, à tarde.

ASSEMBLEIAS DA ORGANIZAÇÃO



• I Assembleia da Célula da CM da Amadora

Sábado — 10 horas

• III Assembleia da Organização Concelhia de Alenquer

Domingo — 9.30

• II Assembleia da Organização Concelhia de Alcanena

Domingo

Sábado

SABADO, 6

• AMADORA

I Assembleia da Célula da Câmara Municipal da Amadora. No refeitório da Câmara, a partir das 10 horas. Participa o camarada **Euclides Pereira**, do CC.

• LISBOA

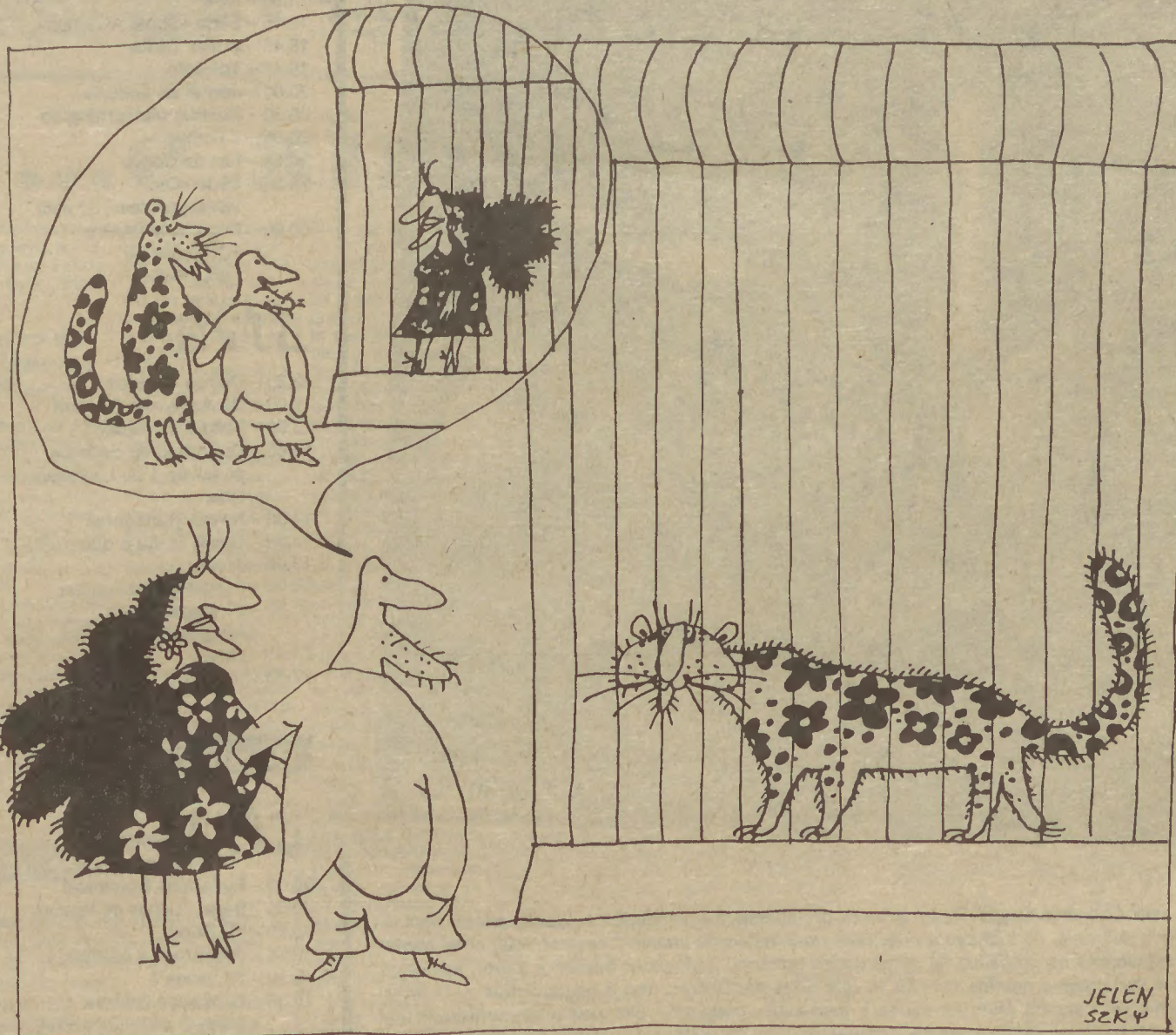
Plenário de militantes da freguesia da Charneca. A partir das

Quarta

• LISBOA

A situação actual na EDP — debate no CT Vitória, a partir das 20 horas. Participam **Ida Figueiredo** e **Carlos Aboim Inglês** e a célula do PCP da empresa faz um apelo à participação sobretudo dos quadros técnicos, quaisquer que sejam as suas sensibilidades políticas, preocupados com o futuro da empresa.

ANTOLOGIA



JELÉN
SZKY

Hoje — 18.30

Manifestação ROSSIO-S. BENTO



pelo emprego
pelo salário
JUSTIÇA SOCIAL
no orçamento de estado

USL/CGTP-IN-CIL

JELENSZKY, Laszlo — Hungria-in «Catálogo da Exposição de Humor» — Gabrovo 1973

TV O Programa

Quinta

RTP1

- 10.00 - Às Dez
12.30 - Série «Doce e Amargo», 4.º epis.
13.00 - Jornal da Tarde
13.35 - Ciclo Preparatório TV
18.00 - Sumário
18.05 - Brinca Brincando
18.50 - Par ou Ímpar
19.20 - Orçamento do Estado — Debate na AR
19.30 - Telejornal
20.00 - Boletim Meteorológico
20.10 - Telenovela «Viver a Vida», 14.º epis.
20.55 - Europa — Dirigentes dos maiores partidos políticos portugueses

manifestam a sua
opinião sobre a adesão
de Portugal à CEE



- 22.00 - Série «Kane e Abel», 2.º epis.
22.55 - 24 Horas
23.25 - Remate

RTP2

- 14.45 - Agora, Escolha!
16.15 - Notícias

- 16.25 - Programa a anunciar
20.00 - Notícias
20.05 - Série «5.ª Dimensão»
20.30 - Série «Uma Família às Direitas»
21.00 - Jornal das Nove
21.35 - A Quinta do Dols
23.30 - É de Ler

Sexta

RTP1

- 10.00 - Às Dez
12.30 - Série «Doce e Amargo»
13.00 - Jornal da Tarde
13.35 - Ciclo Preparatório TV
18.00 - Sumário
18.05 - Brinca Brincando
18.50 - Par ou Ímpar

- 19.20 - Orçamento do Estado — Debate na AR
20.00 - Telejornal
20.25 - Boletim Meteorológico
20.30 - Telenovela «Viver a Vida»
21.10 - Este é o Meu País
21.35 - Série «Xailes Negros», 1.º epis. (prod. RTP/Açores)
22.35 - Hitchcock Apresenta «Breakdown», real. Richard Pearce
23.00 - 24 Horas
23.30 - Remate

RTP2

- 14.45 - Agora, Escolha!
16.15 - Notícias
16.25 - Programa a anunciar
20.00 - Notícias
20.05 - Série «5.ª Dimensão»
20.30 - Série «Uma Família às Direitas»
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - Contraponto
22.30 - O Bravo Soldado Schweick, 4.º epis.
23.30 - Uma Boa Idela
23.40 - É de Ler

Sábado

RTP1

- 09.00 - A Quinta do Dols (repetição)
10.45 - Série «Corpo Humano» — Da célula fecundada ao corpo humano: por que transformações passa o feto e como é «esculpido» um bebé...
11.15 - Juventude e Família
12.30 - Moda Outono/Inverno
13.00 - Sumário
13.10 - Jornalinho
14.00 - Parlamento
14.30 - ABZ
18.15 - Série «Super Avozinha»
18.45 - Super Trinta
19.45 - Totoloto
20.00 - Jornal de Sábado
20.30 - Boletim Meteorológico
20.35 - 7 Folhas
20.55 - Faz de Conta
22.50 - Série «Os Investigadores», 3.º epis.
00.00 - Pela Noite Dentro «Corações na Penumbra»

RTP2

- 12.30 - Outros Mundos
13.00 - Os Anos não Contam
13.50 - Peixes de Aquário
14.05 - Os Pratos da Balança, do advog. Luís Laureano Lima
14.30 - Novos Horizontes
15.00 - Quem te viu e quem TV
16.00 - Troféu
20.00 - Programa a anunciar
21.30 - 01 Magazine de Informática
21.45 - Jazz
22.40 - Video Clube

Domingo

RTP1

- 09.00 - Eucaristia Dominical
09.55 - Série «Linhas de Pesca»
10.20 - TV Rural
10.55 - Juventude e Família
12.10 - 70 Vezes 7
12.35 - O Almoço está na Mesa O pato na cozinha chinesa
13.00 - Sumário
13.10 - Viva a Música



«O Desconhecido do Norte Expresso», de Hitchcock — domingo, RTP-2

- 13.55 - Série «Os Roberts»
14.00 - Arco Iris
15.35 - Primeira Matinée «Amor em Las Vegas»
17.20 - Informação Desportiva
17.25 - Amigos Disney
19.00 - Série «Espaço», 8.º epis.
20.00 - Jornal de Domingo
20.30 - Boletim Meteorológico
20.35 - Histórias de Cidades, de José Hermano Saraiva — Lagos
21.15 - Série «Nas Asas das Águias», 2.º epis.
22.15 - Domingo Desportivo
23.20 - Dizem os Astros

RTP2

- 12.30 - Magazine
13.00 - Caminhos
13.35 - Música na América
14.00 - Um Dia na Vida de...
14.30 - Deslizes da TV
15.00 - Troféu
17.00 - Fantasia e Realidade
17.30 - Série «Hill Street»
18.25 - Série «As Vagas do Tempo»
18.50 - Entrada Livre
19.20 - As Fontes do Som, de Ant. Vitorino d'Almeida
19.50 - Série «Os Anos Trinta»
20.45 - 6 Árias para Cesário
21.05 - O Mundo é um Palco, de Ronald Harwood — França, séc. XVII, Corneille, Racine, Molière...
22.00 - Cine-Clube «O Desconhecido do Norte Expresso», real. Alfred Hitchcock (1951)

Segunda

RTP1

- 10.00 - Às Dez
12.15 - Série «Doce e Amargo»
13.00 - Jornal da Tarde
14.30 - Ténis — «Masters de Nova Iorque»
16.30 - Telefilme — «Madre Teresa»
18.00 - Sumário
18.05 - Brinca Brincando
18.50 - Concurso — «Show Bis»
19.30 - Telejornal
20.00 - Boletim Meteorológico
20.10 - Telenovela — «Viver a Vida»
21.10 - Teatro — «E não se Pode Exterminá-lo?»
23.15 - 24 Horas
23.45 - Remate.

RTP2

- 14.30 - Agora, Escolha!
16.15 - Notícias
20.00 - Informação
20.05 - Série — «5.ª Dimensão»
20.30 - Série — «Uma Família às Direitas»
21.00 - Jornal das Nove

Terça

RTP1

- 10.00 - Às Dez
12.15 - Série «Doce e Amargo»
13.00 - Jornal da Tarde
18.00 - Sumário
18.05 - Brinca Brincando
18.50 - Concurso — «Show Bis»
19.30 - Telejornal
20.00 - Boletim Meteorológico
20.10 - Telenovela — «Viver a Vida»
21.00 - Reportagem — «Portugal sem Fim»
22.00 - Série — «Dempsey and Makepeace»
23.00 - Ténis — «Masters de Nova Iorque»
24.00 - 24 Horas
00.30 - Remate.

RTP2

- 14.30 - Agora, Escolha!
16.15 - Notícias
20.00 - Informação
20.05 - Série — «5.ª Dimensão»
20.30 - Série — «Uma Família às Direitas»
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - Cinema Dols — «O Contrato», real. Peter Greenaway
23.40 - É de Ler.

Quarta

RTP1

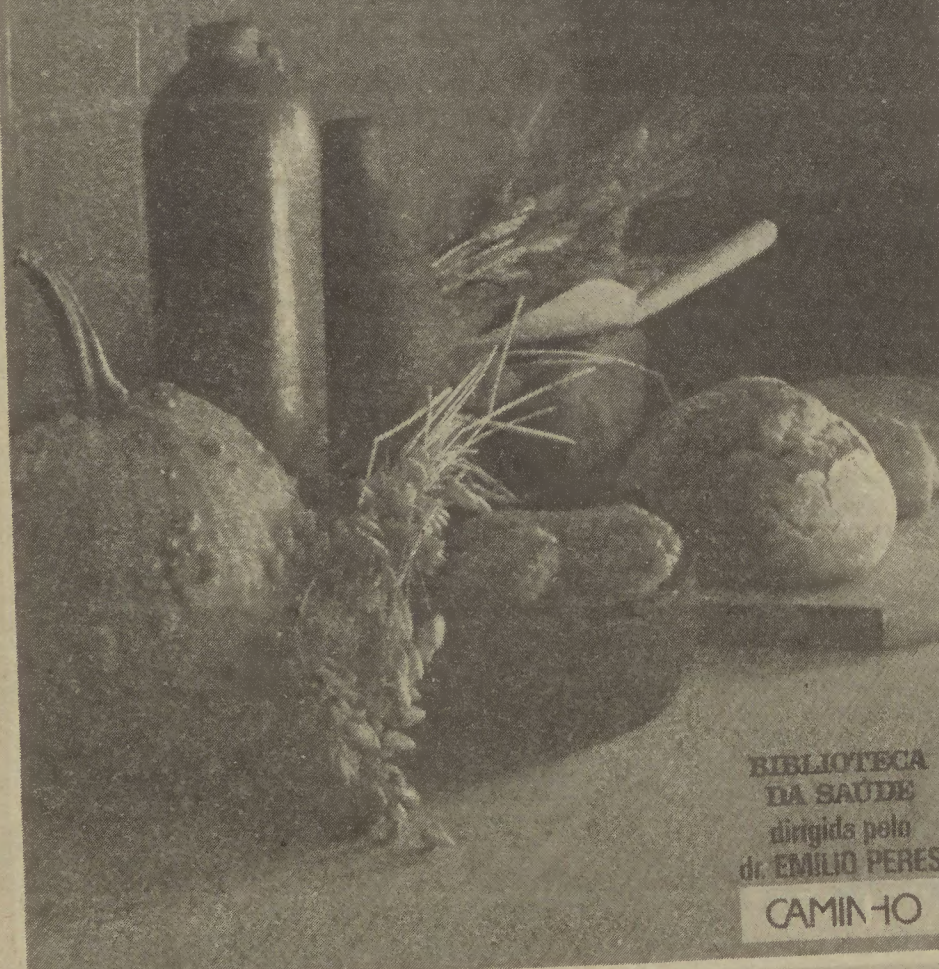
- 10.00 - Às Dez
13.00 - Jornal da Tarde
18.00 - Sumário
18.05 - Brinca Brincando
18.50 - Concurso — «Show Bis»
19.30 - Telejornal
20.00 - Boletim Meteorológico
20.10 - Vamos Jogar no Totobola
20.20 - Telenovela — «Lotação Esgotada» — «La Martingale», real. Alain Bloch
21.10 - Lotação Esgotada — «La Martingale», real. Alain Bloch
23.30 - 24 Horas
00.00 - Remate.

RTP2

- 14.45 - Agora, Escolha!
16.20 - Notícias
20.00 - Informação
20.05 - Série — «5.ª Dimensão»
20.30 - Série — «Uma Família às Direitas»
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - «Stratosfera»
00.00 - É de Ler.

Culinária Saudável

Maria Daniel Vaz de Almeida
Rosa Castro



BIBLIOTECA
DA SAÚDE
dirigida pelo
dr. EMÍLIO PERES
CAMINHO

Com esta Culinária Saudável, as autoras pretendem dar exemplos e lançar pistas para a inventiva culinária, de maneira a criar uma nova moda de comer. Consiste essa nova moda em, respeitando os preceitos da alimentação racional, enriquecer quanto a sabor, apresentação e variedade a comida comum — que deve dar prazer, não o esqueçamos — e fazer dela uma permanente festa de saúde e bem-estar, poupando dinheiro e harmonizando os paladares tradicionais da cozinha portuguesa com as exigências do pouco tempo que o ritmo de vida actual dispensa aos afazeres da cozinha

Cinema

A selecção

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Ana e as Suas Irmãs	★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★	★★★★
B	A Cor Púrpura	★★	★★	★★★	★★★	★★★★
C	Era Uma Vez na América	★★★★	★★★★	★★★★	★★★	★★★★
D	Intriga em Família	—	★★★	★★★	★★★★	—
E	Navio Farol	—	★★★	★★	★	—
F	Nova York Fora de Horas	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
G	O Passageiro da Noite	—	★★	★★★	—	—
H	Quarto com Vista sobre a Cidade	—	—	★★★★	—	—
I	Ran	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★

A — Real. Woody Allen — Londres (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Las Vegas/2 (15.30, 18.45, 21.45) — Lisboa.
 B — Real. Steven Spielberg — Sétima Arte (15.00, 18.15, 21.30) — Lisboa.
 C — Real. Sérgio Leone — Berna (15.00, 21.00) — Lisboa.
 D — Real. Alfred Hitchcock — Quarteto/2 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30, 23.45) — Lisboa.
 E — Real. Jerzy Skolimowski — Quarteto/1 (15.00, 17.00, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 F — Real. Martin Scorsese — Quarteto/3 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 G — Real. Alan Rudolph — Quarteto/4 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 H — Real. James Ivory — Amoreiras/3 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Mundial/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45) — Lisboa.
 I — Real. Akira Kurosawa — Alfa/3 (15.00, 18.00, 21.00 e 00.15), Amoreiras/1 (15.00, 18.00, 21.00, 24.00), Mundial/1 (15.00, 18.00, 21.00) — Lisboa.

Teatro

O Cartaz

LISBOA

ABC Parque Mayer de 3.ª a sáb./20.30 e 22.45, dom./16.00 e 20.30. **Lisboa, Tejo e Tudo**, de César Oliveira, Solnado, Fialho Gouveia, enc. César Oliveira.
A Barraca, R. Alex. Herculano, 70. De 3.ª a sáb./21.30, sáb. e dom./16.00. **Os Polícias**, de Sławomir Mrozek, adapt. e enc. Hélder Costa.

Maria Matos, Av. Frei Miguel Contreiras. De 3.ª a sáb./20.30 e 22.45, dom./16.00, 20.30 e 22.45. **Isto é Maria Vitória**, de H. Santana, Nicholson, Bracinha, M. Zambujal, enc. Ivone Silva.

Nac. D. Maria II, Rossio — Sala Experimental. De 5 a 14/12, às 21.45, sáb. e dom. também às 16.30, as três peças representadas recentemente pelo grupo **Teatro Espaço**, no TEC. Encenação de Agueda Sousa.
Teatro da Graça, Tv. de S. Vicente, 11. 6.ª e sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **As Lágrimas Amargas de Petra Von Kant**, de Fassbinder, enc. Carlos Fernando, pelo Grupo Teatro Hoje.

Teatro do Século, R. do Século, 41. De 5.ª a sáb./21.45, dom./17.00. **Memórias de um Corpo**, de José Figueiredo Martins, enc. Cunha Cavaleiro.

PORTO

Teatro dos Modestos, R. Gonçalves Cristóvão. De 3.ª a sáb./15.30 e 21.30, dom./16.00. **O Jogo do Amor e do Acaso**, de Marivaux, enc. João Paulo Costa — Grupo Os Comediantes.

ALMADA

Academia Almadense. De 5.ª a dom./21.30. **George Dandin**, de Molière, enc. Joaquim Benite (até 7/12).

ESTORIL

Teatro Mirlita Casimiro, Av. Fausto de Figueiredo. 4.ª e sáb./21.30, sáb. e dom./16.00. **Galileu Galilei**, de Bertholt Brecht pelo Teatro Experimental de Cascais.

Para Crianças

LISBOA

ABC, Parque Mayer, sáb. às 18.30 e dom. às 11.00. **Feche os Olhos... Entra Na História**, de Alexandra Solnado, enc. Joselita Alvarenga.
Comuna, Pç. Espanha. Sáb. e dom./15.00. **Nós de**

um Segredo, texto e enc. João Brites — Grupo O Bando (só este fim-de-semana).

Casa dos Tabuenses, Rua dos Poiais de S. Bento, 75, B-2.ª. Sáb./16.00. **A Rua dos Fantasmas**, de Javier Villafañe — Grupo de Teatro Maizum.

TIL, R. Leão de Oliveira, 1. **No Reino da Fantasia**, texto e enc.

Agostinho Macedo. Sáb., dom. e feriados, às 16 horas.

PORTO

Sala Pé de Vento, Rua das Virtudes. Sáb. e dom. às 16.00. **Na Ilha do Tempo**, de Álvaro Magalhães, enc. de João Luiz.

Exposições

LISBOA

Armarias, 500 peças de colecção particular. Das 11.00 às 23.00, Espaço 2062, Centro Comercial das Amoreiras (até 27/12).
Artesanato («Fazarte»), R. S. Pedro Alcântara, 63, 1.ª (até fim Dezembro).

Arqueologia, organizada pelo Inst. Port. do Património Cultural. Gal. Almada Negreiros, Av. República, 16.

Arquitetura Nova em Trás-os-Montes, colectiva de arquitectos e fotógrafos. SNBA, R. Barata Salgueiro (a partir de hoje).

Cesário Verde — Exposições bibliográficas e iconográficas, no 1.º centenário da morte do poeta: Biblioteca Nacional, Campo Grande. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 17.30, sáb./10.00 às 13.00 (até 20/12).

Colectiva (Alberto Carneiro, Cabrita Reis, G. Parente, João Vieira, José Guimarães, Julião Sarmento, outros). Atelier de António Inverno, R. Emenda, 66, 3.ª. De 2.ª a 6.ª, 10.00 às 13.00 e 14.30 às 18.00 (até 24/12).

Colectiva: serigrafia e gravuras (João Vieira, Hogan, Rodrigo, José Guimarães, Sá Nogueira, Arpad Szénes e Skapinakis), originais de Manuel Vieira, Rocha Pinto, João Vieira. Atelier de António Inverno, R. da Emenda, 66, 3.ª, das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 18.00 (permanente).

Contos dos Irmãos Grimm ilustrados por crianças. Instituto Alemão, Campo Mártires da Pátria, 37 (até 5/12).

Cristina Iglesias (Espanha), escultura. Gal. Cómicos, R. ten. Raul Cascais, 1-B. De 2.ª a 6.ª, 15.00 às 20.00 (até 31/12).

Eirão Gomes, pintura. Codilivro, Pr. Dr. João Hogan, pintura. Gal. Ana Isabel, R. Emenda, 111, 1.ª. De 2.ª a sáb./14.00 às 19.00.

Nuno Pinheiro Torres (até 4/12).

Emília Nadal, pintura. Gal. S. Mamede, R. Escola Politécnica, 167. De 2.ª a 6.ª/10.30 às 13.00 e 15.00 às 19.00 (até 10/12).

Escultura Africana em Portugal, Museu de Etnografia, Av. da Madeira (ao Restelo). De 3.ª a dom./10 às 12.30 e 14 às 17 (até Dezembro).

«Estado Novo — das origens ao fim da autarquia», fotográfica, e documental sobre o período 1926-1959. Biblioteca Nacional, Campo Grande, 83. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 17.30 (até fim do ano).

Francisco d'Almeida, pintura. Gal. Tempo, R. Nova S. Mamede, 17-A. De 2.ª a sáb./16.00 às 10.00 (até 11/12).

Gordana Kaganovic, (Jugoslávia), pintura. Gal. Paulino Ferreira, R. Nova Trindade, 18-B. De 2.ª a 6.ª/9.00 às 12.30 e 14.30 às 19.00, sáb./9.00 às 13.00 (até 5/12).

Henrique Silva e Maria Irene Ribeiro, gravura em metal. Atelier 15, R. Freitas Gául, 24-D. De 2.ª a 6.ª/18.00 às 20.00, sáb./15.00 às 19.00 (até 5/12).

João Cutileiro, «O Nu e o Vestido», escultura. Museu Nacional do Traje, Parque do Monteiro Mor, das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00 (até 30/12).

João Hogan, pintura. Gal. Ana Isabel, R. Emenda, 111, 1.ª. De 2.ª a sáb./14.00 às 19.00.

Lima de Freitas — «Uma Lisboa Marginal», pintura. Gal. S. Francisco, R. Ivens, 40. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 13.00 e 15.00 às 19.00, sáb. 10.00 às 13.00 (até 6/12).



João Hogan «Paisagem», 1985 óleo 54x73

Manuel San Payo, pintura. Gal. A Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101 (até 10/12).

Monumentos e Sítios do Património Mundial, comemorativa do 40.º aniv. da UNESCO. Fundação Gulbenkian, Av. Berna. De 3.ª a dom./10.00 às 17.00.

Paulo Ossião, aguarelas. Atrium da Casa da Imprensa, R. da Horta Seca, 20. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 20.00 (até 18/12).

Pedro Avelar, pintura. Gal. 111, Campo Grande, 113-A. Das 10.00 às 13.00.

80 Anos de Arte no Porto, colectiva, comemorativa do 80.º aniv.º do Futebol Clube do Porto, organizada em colaboração com a Cooperativa Árvore. Num pavilhão frente ao Estádio das Antas, PORTO.

Robert Schad (RFA), desenho e escultura. Galerias das Exposições Temporárias da Gulbenkian, Av. de Berna. De 3.ª a dom./10.00 às 17.00.

Salvador Corrêa de Sá, aguarelas. Gal. A Janela Verde, R. Oliveira, 9. De 2.ª a 6.ª/14.00 às 20.00 (até 5/12).

Três Séculos de Ourivesaria Hispano-Americana (séculos XVII e XIX). Gal. de Exposições Temporárias da Gulbenkian, Av. de Berna. De 3.ª a dom./10.00 às 17.00.

Música, debates, etc.

Vem aí o Natal!

Continuam a chegar à redacção do «Avante!» notícias sobre vendas de Natal. Além da banca no CT da Boavista, no Porto, de que falámos a semana passada, damos agora conta de mais algumas, embora saibamos bem que há mais iniciativas do género pelo país fora: em Lisboa, no CT Vitória, funciona todos os dias, até 9 de Janeiro, das 11 às 21.30 horas, uma loja de Natal onde se pode encontrar «tudo para

ciona das 14.30 às 22 horas. Em Tomar, no Centro de Trabalho, a loja de Natal vende a «preços baixos» das 10 às 13 e das 14.30 às 22.30 horas nos dias úteis e das 15 às 19 horas aos sábados e domingos, que não são menos úteis para estas coisas.

Loja de Natal no Vitoria
 AVENIDA DA LIBERDADE
 tudo para uma boa oferta LISBOA
 Aberto todos os dias das 11 às 21.30h.

Tempo

Fim de Semana

No sábado, céu geralmente muito nublado. Períodos de chuva, especialmente na região Norte, com queda de neve na Serra da Estrela e nas terras mais altas do Norte.

Esta é a previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica que, para domingo, antevê céu geralmente pouco nublado e neblinas e nevoeiros de madrugada e manhã.

Música

Acontecimento raro, e já no sábado: **Fausto** com os seus músicos em palco, em Lisboa.

Homenagem a Lopes-Graça

O camarada Fernando Lopes-Graça, maestro de renome nacional e internacional, vai ser homenageado em Lisboa, com um concerto por ocasião do seu 80.º aniversário.

A iniciativa, da Associação Portugal-URSS e do Teatro Nacional de S. Carlos, constitui um justo tributo a Lopes-Graça, cuja vida dedicada à música e à luta antifascista nunca conheceu tréguas.

O concerto de homenagem, em que colaboram Nella Maissa, Elsa Saque, Fernando Serafim e Filipe de Sousa, realiza-se hoje,

às 21 horas, com entrada por convites, no Salão Nobre do Teatro Nacional de S. Carlos.

Teatro de marionetas de Praga

No Centro de Arte Moderna da Fundação Gulbenkian o Teatro Central de Marionetas de Praga apresenta, de 6 a 11 de Dezembro, o espectáculo «O violino mágico», de Jirí Jaroš, falado em português.

No átrio do CAM encontra-se uma exposição de marionetas, esboços de marionetas e de cenários e maquetas de cenários, com a qual o Ministério da Cultura checoslova-

co e a comissão de especialistas que a concebeu pretendem mostrar um pouco do trabalho dos teatros de marionetas do seu país e da arte dos melhores cenógrafos.

Hoje e amanhã efectua-se sessões de cinema, com filmes de animação de marionetas. No dia 9 realiza-se uma mesa-redonda sobre «Marionetas — Técnicas e Dimensão Pedagógica». A bilheteira funciona das 10 às 19 horas de 3.ª a sábado e das 13 às 19 horas ao domingo.

Música

Acontecimento raro, e já no sábado: **Fausto** com os seus músicos em palco, em Lisboa.

Cinema

No ABC (Sala da Sociedade Portuguesa de Autores) prossegue o ciclo dedicado a Alexander Korda, esta semana produtor. Do filme **Planos Tenebrosos**, realizado pelo americano Tim Whelan com grandes actores ingleses: Richardson, Olivier, Hobson. Terça, dia 9, às 18.30.

No **Forum Picoas**, começou no dia 1 (e quem não deu por isso perdeu «Woodstock») um ciclo dedicado aos **Anos do Rock** no cinema. Estão programados: para hoje, **Divina Loucura**, de Michael Ritchie; para sexta e sábado, **American Pop**, de Ralph Bakshi. Para 7 e 8, **Rock é Rock Mesmo**. Para 9 e 10, **Música pelo Caminho**, de Jerry Schatzberg.

O ciclo prossegue até 30 de Dezembro. Sessões às 19.00 e 22.00, aos sáb. e dom. e feriados também às 16.00.

No S. Luiz, às 17 horas de sábado, a Orquestra Sinf. da RDP, dirigida por Silva Pereira, executa obras de compositores cana-

Uma boa oferta; também no CT de Santos, a partir das 16 horas e até às 23 (sábados até às 20); no novo CT das Comissões de Freguesia da Ameixoeira e do Lumiar (frente ao antigo cinema «Lumiar») «faz as tuas compras de Natal ajudando a pagar uma casa do Partido». No CT da DOR de Santarém, no Largo dos Pastelheiros, a banca de Natal fun-

a TV

Sim, Senhor Ministro...

Já aqui temos referido alguns processos da manipulação informativa na RTP. Agora aconteceu que alguns desses processos foram desmontados... na própria Televisão...

... Mas não, claro, por iniciativa da RTP. Tudo aconteceu no **Tempo de Antena** do PCP. Ai foram apresentadas diversas situações em que a RTP mentiu ou omitiu.

Recorde-se aqui a tropelia escandalosa do **Telejornal** que a seguir às declarações de Lino de Carvalho, sobre a Reforma Agrária, foi a casa do ministro Barreto ouvir-lhe o comentário!

Repugnante? Sem dúvida. Ora estas cenas são quase diárias...

Telejornal: ou cita ou incita

Quando referem expressões utilizadas por membros de partidos ou chefes de governo com que não simpatiza muito, **Telejornal** não se esquece nunca da palavra «citamos». Como quem diz: «A responsabilidade não é nossa».

O processo seria recomendável como regra geral e não como excepção. Dizer o que alguém disse, limita o alcance da afirmação. A citação da expressão, sem revelar a fonte, universaliza-a.

O **Telejornal** sabe quando lhe convém citar ou universalizar. Tem concerteza, bons mestres...

Os «chefes»...

O locutor mostra a violência dos protestos em Brasília motivados pelos brutais aumentos dos preços. Informa que os protestos foram organizados pela Central Única dos Trabalhadores. Pouco depois refere as represálias policiais sobre os «chefes das desordens»...

Desta maneira, **Telejornal** enriquece a panóplia da terminologia de repressão...

Eles lá se entendem...

Torres Couto vai visitar Cavaco Silva. Rufem tambores, repiquem sinos, toquem trombas, desculpem!, toquem trompas e cornetins, a notícia é de espanto, Couto e Cavaco entendem-se...

Palavras do locutor, na sequência da notícia: os sindicalistas da área democrática consideram ainda que...

Béu-béu, não interessa. O que interessa é a indução implícita na terminologia da RTP: os sindicalistas não amarelos — não são democratas...

Estão a ver a manobra?...

Tudo serve... para caluniar

Corazón Aquino chegou a acordo com a organização guerrilheira do Novo Exército do Povo, para o estabelecimento de um cessar-fogo.

A informação da RTP esclarece a audiência que se trata de uma organização comunista; que luta nas Filipinas há 17 anos; e que é responsável por muitas sabotagens e assassinios!

Se calhar a RTP não tem culpa. Se calhar, vinha assim mesmo no *telex*. Mas sucede que dos *telexes*, a RTP só aproveita o que lhe interessa. Se for calunioso, aproveita logo.

O negócio

Miguel Cadilhe. O perfumado, gestuoso, gomoso, lapalicíssimo Cadilhe. A actividade dos bancos — é um negócio que tem de dar lucro.

Só não diz que, para um negócio dar lucro, há que intervir nele. E que, se se descapitaliza a Banca, o negócio não dá.

O Cadilhe, meu menino, estás a ver ou queres que eu te explique melhor?

Évora, património da Humanidade

Évora foi considerada pela UNESCO património cultural da Humanidade.

Parece que se justificava uma troca de impressões com a autarquia da cidade. Ideia que nem passou pela cabeça dos donos do jornal das 9.

Será que eles não consideram este acontecimento um acontecimento? Será que a UNESCO é mais papista do que o Moniz?...

Os verdadeiros milhões da CEE

Estabelecido em Bruxelas, onde está por conta da RTP, Baisinha manda-nos todos os dias, e mais do que uma vez por dia, os pontos de vista do Governo sobre os passos... perdidos da CEE.

Há dias, finalmente, deu-lhe para ser factual. E então fomos informados de que na CEE há um grave problema: o desemprego. Oficialmente 16 milhões de desempregados...

Número muito por baixo. Que não tem em conta os milhões de jovens que nunca arranjaram emprego e que, portanto, as estatísticas não consideram desempregados.

A lógica do capitalismo moderno é simplesmente... bestial.

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

Mais notícias sobre «o acordo de cavalheiros»

Na última semana, continuaram os ecos do «acordo de cavalheiros» proposto por Vítor Constâncio a Cavaco Silva, numa iniciativa política que os democratas não podem deixar de considerar altamente esclarecedora.

Como muito esclarecedor é que Vítor Constâncio julgue, conforma entrevista ao «Expresso», que um acordo com o PSD «sobre o regime» é coisa menos grave que um entendimento político na actualidade com o PSD.

Como igualmente esclarecedoras são as numerosas tentativas, vindas de comentadores de direita, para puxar a linha ao PS, debaixo da esperança de que cedências à direita atraíam novas cedências à direita, na proporção do preconceito contra a cooperação entre os democratas.

Pior a emenda...

A forma como esse facto foi referido parecia apontar para um entendimento político, e não para um acordo de regime, tal como é minha concepção há muitos meses, segundo o qual a estabilidade governativa em Portugal tem que passar pela existência de condições de alternância eficaz entre governos comandados respectivamente pelo PS e pelo PSD.

Essa alternância supõe um confronto, e o PS é o único partido da esquerda democrática que tem confrontado claramente o Governo e procurado construir uma alternativa. Com efeito, eu sou a alternativa a Cavaco Silva como primeiro-ministro e não o general Ramalho Eanes, por exemplo.

Mas a estabilidade exige que se caminhe para um sistema político-partidário com predomínio de dois grandes partidos em confronto. Numa fase em que não existem maiorias, isso supõe aceitar a hipótese de governos minoritários, ao menos como solução transitória. É isso que impõe a necessidade de um acordo de regime...

Mas, para que a evolução do sistema político-partidário que referi seja possível, é evidentemente necessário que os partidos em que se pode basear cada um dos pólos de alternativa tenham o mesmo entendimento

sobre a evolução desejável do regime.

(Vítor Constâncio, ao «Expresso» de 29.11.86)

O puxar da linha

Sucede que Vítor Constâncio aceitou a ideia da bipolarização, mas está enganado no meio para a conseguir. Não interesse introduzir o costume das lideranças que se alternam por pacto de bastidores. O que interessa é legalizar a bipolarização, o que se torna muito diferente. Implica assumir a consequência principal da bipolarização, ou seja, a reforma do sistema eleitoral. O que interessa é não perder mais tempo e rapidamente estabelecer um consenso suficiente para mudar a lei eleitoral, substituindo o método proporcional pelo maioritário. Essa é a única bipolarização que tem o povo por destinatário. Fazer isto reclama coragem. A coragem de construir um bom sistema.

(Paulo Portas, no «Semanário» de 29.11.86)

O dr. Vítor Constâncio falou cedo em bipolarização. Defendeu-a. Não pode recuar. É tarde de mais, é ridículo de mais. A lógica final das bipolarizações são as maiorias e a estas chega-se, em Portugal e em tranquilidade, com um novo sistema eleitoral. É este que, corajosamente, o dr. Vítor Constâncio tem que

defender, juntando-se à lucidez de Sá Carneiro.

(...) (APL, no «Semanário» de 29.11.86)

(...) Cavaco Silva parece centrar agora as suas principais esperanças num projecto de lei eleitoral que favorecendo os grandes partidos (privilegiando o método uninominal em desfavor do proporcional) facilitará ao PSD a obtenção de uma maioria parlamentar. Em princípio, o PS, como segundo maior partido teria igualmente vantagem com a alteração — o que leva os sociais-democratas a depositarem esperanças num eventual apoio dos socialistas para a iniciativa.

(...) (Pedro d'Anunciação, no «Expresso» de 29.11.86)

Rotativismo caduco

Desta vez, a «alternância» (talvez correspondendo finalmente ao pensamento de sempre dos seus principais defensores) aparece explicitamente caracterizada como a viabilização parlamentar pelo PS de um governo minoritário do PSD e vice-versa (ou seja, o PS propõe como modelo para durar anos a fio aquilo mesmo que hoje tanto acusa o PRD de fazer, ainda que conjunturalmente) com a agravante de aquela viabilização aparecer ligada a um acordo «institucional» e sobre «questões de regime» a celebrar entre os dois partidos.

De facto, é esta a verdadeira e profunda substância da teoria e do projecto da «alternância»: PSD e PS unidos, no essencial, quanto à realização da mesma política (qual será, não tem mistério, é olhar para trás); um no governo fingindo-se muito diferente do outro na oposição e este, por sua vez, fingindo-se muito diferente do que está no governo, e ambos tentando enganar o povo, na base de um rotativismo esclerosado e caduco, sustentado por fingimentos e truques e (se pudessem) por gravosas alterações jurídico-institucionais (como a moção de «censura construtiva», a modificação do sistema eleitoral e outras) propositadamente concebidas para garantir impunidade a esta farsa intolerável.

(Vasco Pinto Morais, em «o diário», de 30.11.86)

Janela aberta sobre o mundo,
a imprensa escrita é lugar de pensamento, diálogo,
abertura ao conhecimento e à cultura.
Importante para cada um, a imprensa é indispensável para o futuro livre de todos.

Para um país informado, responsável, o Conselho de Imprensa convida-o à leitura.

LEIA, PORQUE LER JORNAIS É SABER MAIS

Campanha de divulgação do papel e valor da Imprensa escrita
Promovida pelo Conselho de Imprensa

ENTIDADES QUE COLABORAM NESTA CAMPANHA: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA (D. G. ENSINO SECUNDÁRIO); D. EDUCAÇÃO DE ADULTOS; INSTITUTO DE TECNOLOGIA EDUCATIVA (IAE); SECRETARIAS REGIONAIS DE EDUCAÇÃO DOS AÇORES E DA MADEIRA — DIRECÇÃO GERAL DA COMUNICAÇÃO SOCIAL — UNIVERSIDADES NOVA DE LISBOA, CATÓLICA, ISCTE, ISCTE E ESCOLA SUPERIOR DE JORNALISMO — SINDICATO DOS JORNALISTAS — FEDERAÇÃO PORTUGUESA DOS SINDICATOS DA INDÚSTRIA DE CELULOSE, PAPEL, GRÁFICA E IMPRENSA — ASSOCIAÇÕES DA IMPRENSA DIÁRIA E NÃO-DIÁRIA — ASSOCIAÇÃO DE JORNALISTAS E JOVENS DE LETRAS DO PORTO — CENTRO DE FORMAÇÃO DE JORNALISTAS (PORTO) — CLUBE DE JORNALISTAS — CLUBE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DE COIMBRA — FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN — COMISSÃO NACIONAL DA UNESCO — COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (LISBOA) — SINDICATO DOS PROFESSORES — ADMINISTRAÇÕES E DIRECTORES DA IMPRENSA ESCRITA DE GRANDE EXPANSÃO E REGIONAL — ROP-ANTENA 1 — RÁDIO COMERCIAL — RÁDIO RENASCENÇA — RTP — REITORIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA — TAP — SÁTA — STANDARD ELÉCTRICA — ITI.

Este anúncio é publicado no âmbito da colaboração de «Avante!» na campanha «Ler jornais é saber mais» promovida pelo Conselho de Imprensa.

Damas

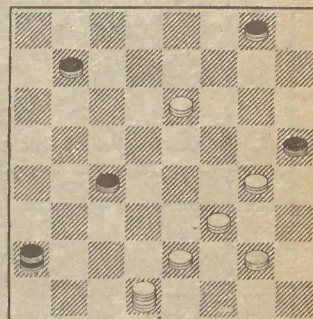
LXXX — 4 de Dezembro de 1986

PROPOSIÇÃO N.º 80

Por: Jacinto Joaquim

«Vamos Decifrar» n.º 203, 5.VII.1952

Pr.: (8)-15-17-28-29



Br.: (3)-5-6-10-13-22

Jogam as brancas e ganham

JOGO N.º 80

Br.: H. Medalha da Silva

Pr.: José Luís Guerra

1. 10-14, 22-18; 2. 6-10, 27-22; 3. 12-15, 23-19; 4. 14-23, 28-12; 5. 8-15, 32-28; 6. 10-14, 28-23; 7. 5-10, 21-17; 8. 14-21, 25-18; 9. 2-5, 26-21; 10. 10-13, 17-10; 11. 5-14, 29-25; 12. 14-19, 23-14; 13. 15-20, 24-6; 14. 3-26, 21-17; 15. 9-13, 17-10; 16. 26-29, 10-6; 17. 29-22, 6-3; 18. 22-9, 3-12; 19. 9-2, 12-19; 20. 4-8, 25-21; 21. 2-11, 21-17; 22. 11-21, 17-13; 23. 21-17, 13-9; 24. 17-21, 19-28; 25. 8-12, 28-19; 26. 12-16, 19-15; 27. 21-17, 15-24; 28. 17-21, 31-28; 29. 1-5, 9-2; 30. 21-14, 28-23; 31. 14-32, 2-20; 32. 16-23, 24-28; 33. e as brancas abandonam!

GOLPE N.º 80

Por: Aníbal Marques da Silva
10.VI.1954

1. 10-14, 23-19; 2. 14-23, 28-19; 3. 5-10, 32-28; 4. 12-16, 28-23; 5. 8-12, 21-18; 6. 10-13, 19-14; 7. 1-5, 23-19; 8. 4-8, 27-23; 9. 6-10, 31-28; 10. 2-6, 25-21; 11. 13-17, 30-27; 12. 12-15, 19-12; 13. 8-15, 23-19 (Br. 3-5-6-7-9-10-11-15-16-17 Pr. 14-18-19-21-22-24-26-27-28-29) J. Br. G.

SOLUÇÕES DO LXXX

N.º 80 (JJ): 10-14, 17-1; 14-19, 1:23; 6-11, 15-6; 3-17, 8-26; 17-16++
Golpe N.º 80 (AM da S): 14. 10-13, 19-12; 15. 16-20, 24-15; 16. 7-16, 14-7; 17. 3-19, 22-15; 18. 13-31+

A. de M. M.

Xadrez

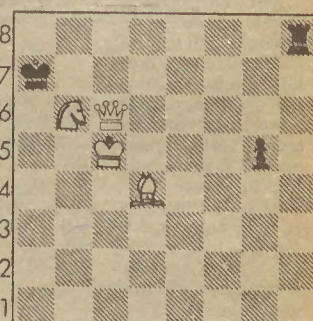
LXXX — 4 de Dezembro de 1986

PROPOSIÇÃO N.º 80

Por J. Scheel

«Nya Dagligt Allahanda», 1926

Pr.: (3): Pg5-Th8-Ra7



Br.: (4): Cb6-Bd4-Dc6-Rc5

Mate em dois lances

JOGO N.º 80

Campeonato Feminino da Hungria, 1986

Br.: Conkics

Pr.: Porubszky

1. d4,d5; 2. Cf3,Cf6; 3. c4,d:c4; 4. é3;é6; 5. B:c4,c5; 6. Dc2,a6; 7. d:c5,B:c5; 8. 0-0,Cc6; 9. é4,b5; 10. é5,b:c4; 11. é:f6,g:f6; 12. D:c4,Db6; 13. Cc3, Db4; 14. Dc2,0-0; 15. Cc4,Bc7; 16. Bh6,Td8; 17. Cd4,Cc5; 18. Cc6! e as Pretas abandonam! Note-se que, com este lance (18. Cc6), o Cavalo ameaça: 19. C:b4/19. C:d8/19. C:c5/19. C:c7+!

SOLUÇÃO DO N.º 80

Chave: 1. Rd5! (ameaça: 2. Cd7+)

1. ...Ra6; 2. Cc4++

1. ...Tb8; 2. Cc8++

1. ...Th4; 2. Da8++

A. de M. M.